

TANIA CORDOVA

**A ESCOLA NORMAL EM LAGES (SC): LENTES NO
PRESENTE E DESLOCAMENTOS AO PASSADO (2015-1933)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do Título de Doutora em Educação – Área de Concentração: História e Historiografia da Educação.

Orientadora: Prof. Dra. Maria Teresa Santos Cunha

**FLORIANÓPOLIS, SC
2016**

C796e Cordova, Tania

A escola normal em Lages (SC): lentes no presente e deslocamentos ao passado (2015-1933) / Tania Cordova. - 2017.

386 p. il. ; 21 cm

Orientadora: Maria Teresa Santos Cunha

Bibliografia: p. 361-374

Tese (Doutorado) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2017.

1. Patrimônio histórico. 2. Patrimônio cultural - Brasil - Proteção. 3. Educação - Lages. I. Cunha, Maria Teresa Santos. II. Universidade do Estado de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDD: 363.69 - 20.ed.

TANIA CORDOVA

A ESCOLA NORMAL EM LAGES (SC): LENTES NO PRESENTE E DESLOCAMENTOS AO PASSADO (2015-1933)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do Título de Doutora em Educação – Área de concentração: História e Historiografia da Educação.

Banca Examinadora

Orientadora: _____
Prof^a Dr^a. Maria Teresa Santos Cunha
Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

Prof.^a Dr.^a. Rosa Fátima de Souza Chaloba
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP

Prof. Dr. Elison Antonio Paim
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Prof. Dr. Norberto Dallabrida
Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

Prof^a Dr^a. Vera Lucia Gaspar da Silva
Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

Florianópolis (SC), 16 de dezembro de 2016

ATA DE DEFESA DE TESE

Nº 008

Aos dezois dias do mês de dezembro do ano de 2016, às quatorze horas, nas dependências do Centro de Ciências Humanas e da Educação, compareceu **Tania Cordova**, aluno(a) do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina, para defender sua tese intitulada "A escola normal em Lages (SC): lentes no presente e deslocamentos ao passado (2015-1933)" perante a Banca aprovada pelo Colegiado do Curso, constituída pelos(as) Professores(as) Doutores(as) Maria Teresa Santos Cunha, Rosa Fátima de Souza Chaloba, Elison Antônio Paim, Norberto Dallabrida e Vera Lucia Gaspar da Silva, sob a presidência do primeiro membro citado. Após a apresentação das considerações e sugestões da Banca Examinadora, o(a) presidente anunciou o parecer da Banca, considerando a tese Aprovada.

Observações:

*A Banca destacou o mediotermo e o mérito da tese, considerando a abordagem, a fundamentação teórica e o trabalho com as fontes.
Recomenda, também, a futura publicação em forma de livro.*

Florianópolis, 16 de dezembro de 2016.

Maria Teresa Santos Cunha
Maria Teresa Santos Cunha
UDESC - Orientador(a)

Norberto Dallabrida
Norberto Dallabrida
UDESC

Rosa Fátima de Souza Chaloba
Rosa Fátima de Souza Chaloba
UNESP/SP

Vera Lucia Gaspar da Silva
Vera Lucia Gaspar da Silva
UDESC

Elison Antônio Paim
Elison Antônio Paim
UFSC/SC

Tania Cordova
Tania Cordova
Doutorando(a)

DEDICATÓRIA

*Este trabalho é dedicado:
À Júlia e ao Guilherme e àqueles que buscam no tempo
passado indícios para compreender o tempo presente.*

AGRADECIMENTOS

Uma pesquisa de doutorado é uma ação que percorre o tempo de quatro anos. Nesse tempo muitas pessoas apoiaram, motivaram e contribuíram para a materialização desse estudo. De modo afetuoso, eu teria muito a agradecer, mas, infelizmente, não poderia fazê-lo nomeando a todos sem correr o risco de esquecer alguém. Assim, agradeço, particularmente:

À Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC – pela oportunidade de oferecer à comunidade catarinense a possibilidade de cursar um Programa *Stricto Sensu* de Pós-Graduação em Educação com Doutorado, reconhecido pela CAPES, público e gratuito.

Aos professores do PPGE da UDESC, que incentivaram essa pesquisa e a minha formação. Em especial, agradeço à professora Doutora Maria Teresa Santos Cunha, que me acolheu como orientanda. Sem o conhecimento generosamente compartilhado nesses quatro anos, sem as leituras e intervenções cuidadosas e sem a paciência e respeito em permitir, de forma acolhedora, que eu percorresse meus próprios caminhos na pesquisa, este trabalho não teria sido possível. Fica o meu agradecimento final pelo seu zelo de orientadora e, mais ainda, pelo exemplo de historiadora/pesquisadora reconhecida nacional e internacionalmente – “serei sempre uma Teresete!!!”.

Aos técnicos administrativos em educação da UDESC, que articularam as pendências burocráticas e acadêmicas.

Aos professores da banca examinadora, agradeço a aceitação ao convite e às sugestões acertadas na (re)organização da pesquisa. (Re)organização essa que possibilitou dar a tese a configuração na qual se apresenta.

Aos colegas da primeira turma de doutorado em Educação da UDESC: Luani de Liz Souza, Cristiane Castro Ramos Abud, Maria Aparecida Clemêncio, Luci Schmoeller,

Alain Souza Neto, Yalin Brizola Yared, Fernanda de Sales, Patrícia Justo Moreira e Sandro de Oliveira.

Aos colegas do Grupo de Estudos de História, Cultura Escrita e Leitura (GEHCEL), Márcia Santos, Bibiana Werle, Luciana Espíndola Santos, Flávia Souza, Maria Fernanda Faraco, pela colaboração na construção do conhecimento e por amparar as ansiedades e os sentimentos diversos que afloram durante a formação acadêmica e na vida.

À Carla Souza, que possibilitou o acesso ao acervo do Museu Histórico Thiago de Castro. À professora Flávia Maria Machado Pinto, pela generosidade em compartilhar as fontes/documentos sobre a Escola Normal em Lages, e à Marli de Oliveira Ramos Grass, pelo acesso à documentação do COMPAC.

Agradeço à Coordenação de Educação do SESI – local de atuação profissional – pelas oportunidades que tornaram possível a continuidade do doutoramento. Aos colegas do SESI, da Regional de Lages e do Departamento Regional, que nos últimos seis anos, dividem comigo a tarefa de construir uma educação voltada para o desenvolvimento humano.

Aos meus amigos, em especial ao Elias, que produziu o cartaz lindo da divulgação da tese, a Rafaela Samagia, e a todos aqueles que, de perto e de longe, torceram e acreditaram na finalização deste estudo.

Atribui-se ao físico teórico alemão Albert Einstein (1879–1955) a seguinte afirmação:

Talvez meio caminho andado seja a gente acreditar no que faz. Mas acima de tudo, o que mais nos incentiva, que mais nos valoriza e também mais nos torna conscientes de nossa responsabilidade, é saber que outros crêm em nós. E não há palavras que descrevam o que sentimos ao saber dos sacrifícios a que eles se impõem por serem não apenas em nós, mas também no que cremos.

É com esse sentido e carinho que agradeço ao meu pai *Manoel*, à minha mãe *Zeneide*, aos meus irmãos, aos meus sobrinhos e aos meus filhos *Júlia* e *Guilherme*, a esses agradeço, em especial, a compreensão nas ausências, mesmo quando presente, e companhia maravilhosa! Gui, agora já posso dizer... acabou a tese!!!

EPÍGRAFE

O Profissional da memória

Passeando presente dela
pelas ruas de Sevilha,
imaginou **injetar-se**
lembranças, como vacina,
para quando fosse dali
poder voltar a habitá-las,
uma e outras, e duplamente,
a mulher, ruas e praças.
Assim, foi entretecendo
entre ela e Sevilha fios
de memória, para tê-las
num só e ambíguo tecido;
foi-se **injetando** a presença
a seu lado numa casa,
seu íntimo numa viela,
sua face numa fachada .
Mas desconvivendo delas,
longe da vida e do corpo,
viu que a tela da lembrança
se foi puindo pouco a pouco;
já não lembrava do que
se **injetou** em tal esquina,
que fonte o lembrava dela,
que gesto dela, qual rima.
A lembrança foi perdendo
a trama exata tecida
até um sépia diluído
de fotografia antiga.
Mas o que perdeu de exato
de outra forma recupera
que hoje qualquer coisa de um
traz da outra sua atmosfera

(1997). João Cabral de Melo
Neto. **Grifos meu.**

RESUMO

A pesquisa apresenta o caso do prédio da escola normal, localizado na cidade de Lages, interior do Estado de Santa Catarina. O objetivo é problematizar a existência de conflitos de interesses entre os diferentes grupos sociais decorrentes da presença desta escola no espaço citadino. Para tal, a estrutura do texto mobiliza a noção de patrimônio, considerando-o como categoria dotada de historicidade, que se altera ao longo do tempo, para, em seguida, percorrer a dimensão política e social da produção do patrimônio, bem como os modos distintos como os grupos, que disputam o uso do prédio, atribuem sentidos à proteção, à preservação do patrimônio escolar e à memória da educação na cidade de Lages. A partir da leitura de fontes variadas, como jornais, ofícios, o conjunto de textos da Ação Civil, pareceres de intervenção em edificações urbanas e fontes virtuais, disponibilizadas em mídias sociais como *blogs*, *Facebook*, *sites*, entre outras, destaca-se a emergência de um campo de conflito de representações acerca da presença do edifício desta escola entre os diferentes grupos e indivíduos que, em alguns casos, partilham um mesmo espaço de sociabilidades. Tal campo de conflito expressa, portanto, a luta desses grupos pelo poder em decidir sobre a seleção dos bens culturais a serem preservados. A problemática vivenciada pelo prédio desta escola na cidade de Lages coloca-se como uma questão a ser dimensionada pelo campo da história da educação brasileira em sua interface com o patrimônio escolar, uma vez que urge trazer para as discussões sobre o que deve ser preservado e a quem compete fazê-lo. O recorte temporal situa-se entre os anos de 2015 a 1933. O que se propõe, com essa delimitação temporal, não é a construção de uma história reversa, mas uma aproximação com as novas necessidades de mediação com o passado. Mediações essas que ressoam na estruturação do título da tese: lentes no presente (2015) e

deslocamentos ao passado (1933). O tempo presente é o período em que as disputas pelo destino e uso desta edificação ganharam sentidos prementes e colocam este espaço escolar numa relação explícita ao tempo, um tempo que ainda é incerto para o prédio, pois o impasse acerca da sua preservação ou demolição contempla uma série de decisões ainda não tomadas pelas políticas públicas. Inserida na linha de pesquisa História e Historiografia da Educação do PPGE-UDESC, a pesquisa que resultou nesta tese buscou compreender como são apreendidas as representações sobre o prédio da escola normal e das disputas acerca da sua conformação patrimonial. Considerados os recortes temático e cronológico, a tese procura mobilizar as contribuições teórico-metodológicas da História da Educação, do Patrimônio Cultural, da Memória e da História do Tempo Presente.

Palavras-chave: Escola Normal de Lages (SC). Patrimônio Cultural. Memória. História da Educação. História do Tempo Presente.

ABSTRACT

The research presents the case of the building of the Normal School, located in the city of Lages, in the state of Santa Catarina. The intention is to discuss the existence of conflicts of interest between different social groups arising from the presence of this school in the city space. To do this, the text structure mobilizes the notion of heritage, considering it as a category endowed with historicity, which changes over time, to then go through the political and social dimensions of production assets, as well as the ways diverse as the groups vying for use of the building, give way to the protection, preservation of school property and the memory of education in the city of Lages. From reading various sources such as newspapers, crafts, the set of texts of civil action, intervention opinions on urban buildings and virtual sources provided by social media like blogs, Facebook, websites, among others, the emergence stands out from one conflicting representations of field on the presence of the school building between the various groups and individuals, in some cases share a same space of sociability. This field expresses conflict, therefore, the struggle of these groups the power to decide on the selection of cultural property to be preserved. The problems experienced by the building of this school in the city of Lages arises as an issue to be scaled by the field of the history of Brazilian education at its interface with the school property, since it is urgent to bring to discussions about what should be preserved and who is responsible for doing it. The time frame is between the years 2015 to 1933. What is proposed with this temporal delimitation is not building a reverse history, but an approach to the new mediation needs with the past. Mediations those that resonate in the thesis title of the structure: lenses in the present (2015) and shifts to the past (1933). This time is the period in which disputes the destination and use of this building won pressing

senses and put this school space in explicit relation to time, a time that is still uncertain for the building because the impasse about their preservation or demolition includes a series of decisions not taken by public policies. Inserted in the research line History and Historiography of PPGE-UDESC Education, research that resulted this thesis sought to understand how they are seized representations about the building of the normal school and disputes about their heritage conformation. Considering the thematic and chronological cuts, the thesis seeks to mobilize the theoretical and methodological contributions of History of Education, Cultural Heritage, Memory and History of Present Time.

Keywords: Normal School of Lages (SC). Cultural heritage. Memory. History of Education. History of the Present Time.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Localização geográfica da cidade de Lages no Estado de Santa Catarina e lugar ocupado pela Escola Normal no espaço urbano central desta cidade	33
Figura 2 - Uma memória do movimento de escolares na Serra catarinense.....	59
Figura 3 - Comentários na internet sobre o destino do prédio escolar.....	66
Figura 4 - Resultados da busca aos termos <Colégio Aristiliano Ramos>.....	79
Figura 5 – Comunicado de fechamento da Escola de Educação Básica Aristiliano Ramos	84
Figura 6 – Fechamento da Escola de Educação Básica Aristiliano Ramos na internet.....	85
Figura 7 - Formação dos grupos sociais que disputam o espaço da escola normal em Lages	92
Figura 8 - homepage da Câmara do Município de Lages	96
Figura 9 - Prédio da Escola Normal	97
Figura 10 - Lei Orgânica do Município de Lages	100
Figura 11 – Lideranças políticas e conselheiros do CEC em Lages	113
Figura 12 – Comunidade no Facebook “Quanto vale a Cultura?	117
Figura 13 – Notícias sobre o destino do Colégio Aristiliano Ramos.....	119
Figura 14 - Grupo do Facebook “Movimento Pró Escola.....	121
Figura 15 - Comentários postados na comunidade “Movimento Pró Escola Aristiliano Ramos Lages/SC.....	122
Figura 16 – Resultado da enquete “Você concorda que prédio do colégio Aristiliano Ramos seja demolido?”	125
Figura 17 – Comentários da enquete.....	126
Figura 18 - Revitalização do centro da cidade de Lages.....	129
Figura 19 - Revitalização da Praça João Costa	130

Figura 20 - Proposta de Desenvolvimento Urbano para a cidade de Lages.....	136
Figura 21 – Fachada do prédio da escola Aristiliano Ramos	143
Figura 22– Protocolo da Ação Civil Pública	161
Figura 23 – Fachada frontal do Colégio Santa Rosa de Lima	180
Figura 24- Prédio do antigo Grupo Escolar Vidal Ramos	188
Figura 25 - Centro Cultural de Santa Catarina	189
Figura 26 - Cine Teatro Marajoara	209
Figura 27 – Casarão do Coronel Juca Antunes.....	213
Figura 28 – Mercado Público de Lages	215
Figura 29 – Revitalização do Mercado Público de Lages	217
Figura 30 – Localização do edifício Dr. Accácio	220
Figura 31- Anúncio de serviço de educação.....	237
Figura 32 - Movimento de matrícula das Escolas Complementares	247
Figura 33 – Relação de Escolas Isoladas na região Serrana ..	248
Figura 34 - Telegrama de criação da Escola Normal em Lages	260
Figura 35 – Edital do concurso para a Escola Normal em Lages	291
Figura 36 - Concurso para professores da Escola Normal	292
Figura 37- Institui o Diretor da Escola Normal em Lages.....	294
Figura 38 - Designação de professores para a Escola Normal	295
Figura 39 - Inauguração do Colégio Militar em Lages.....	298
Figura 40 - Edital do exame de admissão para a Escola Normal	300
Figura 41- Resultado do exame de admissão para o curso normal	302
Figura 42 - Composição da primeira turma do curso normal	304
Figura 43 - Local ocupado pelo prédio da Escola Normal	307
Figura 44 - Instituto de Educação de Lages.....	319
Figura 45 – Colégio Aristiliano Ramos	332
Figura 46 - Projeto de revitalização da Praça João Costa.....	332

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1 - Relação de Tombamentos estaduais no período de 1994.....	184
Quadro 2: Relação de imóveis Tombados em Lages entre 1984 e 2005	190
Quadro 3 – ATAS das Reuniões do COMPAC.....	195
Quadro 4 – ATAS das Reuniões do COMPAC	205
Quadro 5 - Currículo do Curso Normal em 1883.....	267
Quadro 6 – Currículo do Curso Normal em 1892.....	269
Quadro 7 - Currículo do Curso Normal em 1911.....	273
Quadro 8 – Relação de funcionários da escola Normal em 1934	293

Tabela 1- Dados numéricos da participação na enquete sobre o destino do prédio da escola Aristiliano Ramos	124
--	-----

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACIL	Associação Empresarial de Lages
BPSC	Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CDL	Câmara de Dirigentes Lojistas
CEC	Conselho Estadual de Cultura
COMPAC	Conselho Municipal de Patrimônio Cultural
COTEATE	Comissão Técnica Extraordinária de Análise dos Tombamentos Estaduais
DPHAN	Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
FAED	Centro de Ciências Humanas e da Educação
FCC	Fundação Catarinense de Cultura
FNPM	Fundação Nacional Pró-Memória
IAB	Instituto de Arquitetura do Brasil
IBPC	Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural
IDCH	Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas
IHGL	Instituto Histórico Geográfico de Lages
IHGSC	Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPUF	Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis
MASC	Museu de Arte de Santa Catarina
MHSC	Museu Histórico de Santa Catarina
PCH	Programa de Cidades Históricas
PPGE	Programa de Pós-Graduação em Educação
SDR	Secretaria de Desenvolvimento Regional
SEBRAE	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEPLAN	Secretaria Municipal de Planejamento
SPHAN	Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
TAC	Teatro Álvaro de Carvalho
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
URL	<i>Uniform Resource Locator</i>

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	25
INTRODUÇÃO.....	29
2. OS EMBATES SOBRE O PRÉDIO DA ESCOLA NORMAL: A INTERNET COMO ESPAÇO DE PROJEÇÃO DAS DISPUTAS.....	55
2.1 PATRIMÔNIO, MEMÓRIA E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: APROXIMAÇÕES POSSÍVEIS	55
2.2 DOCUMENTOS/FONTES VIRTUAIS: UM RECURSO PARA A ESCRITA DA HISTÓRIA	66
2.3 O PRÉDIO DA ESCOLA NORMAL NA INTERNET: RESONÂNCIAS, IDENTIFICAÇÕES, MOTIVAÇÕES E RESISTÊNCIAS	77
3. PRESERVAR OU DEMOLIR: DISPUTAS E CONFLITOS SOBRE O PRÉDIO DA ESCOLA NORMAL.....	89
3.1 MOVIMENTOS PELA PRESERVAÇÃO DO PRÉDIO DA ESCOLA NORMAL	118
3.2 – QUAIS PROPOSTAS? O PRÉDIO DA ESCOLA NORMAL E O CENTRO DA CIDADE	127
4. DO PATRIMÔNIO PRESERVADO: DESCOMPASSOS NO RECONHECIMENTO E NA SUA LEGITIMAÇÃO EM LAGES.....	147
4.1 PRIMEIRO CENÁRIO: PATRIMÔNIO CULTURAL E SEUS USOS EM TEMPORALIDADES DISTINTAS	150

4.2 SEGUNDO CENÁRIO: AÇÕES DO PATRIMÔNIO CULTURAL EM SANTA CATARINA	169
4.3 TERCEIRO CENÁRIO: O RECONHECIMENTO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO, A FORMAÇÃO DO CAMPO DO PATRIMÔNIO E AS POLÍTICAS CULTURAIS NO MUNICÍPIO DE LAGES	186
5. ENTRE O HORIZONTE DE EXPECTATIVAS E O ESPAÇO DE EXPERIÊNCIA: LENTES QUE SE DESLOCAM AO PASSADO DA ESCOLA NORMAL EM LAGES.....	223
5.1 PRIMEIRO MOVIMENTO: INICIATIVAS DE ESCOLARIZAÇÃO QUE MOBILIZARAM A IMPLANTAÇÃO DE UMA ESCOLA NORMAL NA SERRA CATARINENSE.....	235
5.2 SEGUNDO MOVIMENTO: ASPECTOS DA CRIAÇÃO DAS ESCOLAS NORMAIS EM SANTA CATARINA.....	259
5.3 “FICA CRIADA UMA ESCOLA NORMAL NA CIDADE DE LAGES”: O TERCEIRO MOVIMENTO DALENTE.....	289
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	321
REFERÊNCIAS.....	341
ANEXOS.....	375

APRESENTAÇÃO

Concluí o curso de Pedagogia em 2004 e o curso de História em 2008. Foi da intersecção da formação acadêmica que emergiu, e se mantém, o interesse em adentrar o campo da pesquisa em História da Educação. O primeiro investimento nessa área se deu em 2006 com o ingresso no curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná. O projeto de pesquisa apresentado à linha de História e Historiografia da Educação teve como objeto de pesquisa o Grupo Escolar implantado na cidade de Lages no início da década de 1910 do século XX. O intento era entender a emergência desse grupo em meio à Reforma do Ensino Catarinense, implementada pelo governador Vidal Ramos, e como essa instituição alterou (se é que alterou) a aquisição da cultura letrada na região da Serra de Santa Catarina.

O interesse pela pesquisa do Grupo Escolar ocorreu por um feliz acaso. De acordo com Ginzburg (1997), felizes acasos ocorrem com frequência em pesquisas históricas. Retomar o ocorrido tem o propósito de criar uma produção de sentidos à forma como a cidade de Lages tem tratado, nas últimas décadas, as suas instituições escolares e o patrimônio cultural proveniente desse tipo de instituição. São sentidos que reforçam a proposição dos investimentos para a pesquisa da tese de doutoramento.

Naquela ocasião, aguardava o horário para ser atendida num consultório odontológico quando, a esmo, inicio o folhear de uma edição da Revista Visão¹. Ao incursionar pelas páginas da referida publicação, eis que zás!, encontro uma matéria trazendo informações sobre o descaso do poder público e da sociedade em geral com o prédio do grupo escolar,

¹ Revista de circulação regional.

que naquele período abrigava a Escola de Educação Básica. O artigo apresentava a opinião de cidadãos lageanos, que haviam sido alunos daquela instituição. As reflexões giravam em torno da precariedade e do abandono da edificação desta importante instituição, considerada um marco na institucionalização do ensino público da Serra catarinense.

Mais um ano letivo se inicia no decadente local inadequado às atuais exigências pedagógicas e incompatível espaço para o que atualmente se destina.

O indefensável busto da entrada, Vidal Ramos, ao invés de inspirar respeito pelo que foi e representou [...] para a História de Lages serve para que os alunos nele escrevam [...].

Este é o triste destino da magnífica e nobre construção datada de 1912, em estilo principesco, que foi sim, Grupo Escolar pelo qual passaram nobres nomes da cultura lageana como Licurgo Ramos da Costa, seu aluno primeiro no primeiro ano, quando da sua fundação.

Retrato da época em que Lages, valorizada e prestigiada, merecia construção de tão marcante e magnífica obra de arquitetura europeia que abrigaria o mais nobre dos encargos, a Educação.

Depauperado, de aspecto externo decadente, com as nobres escadarias e as altivas janelas em estertor, a refinada cor rosa desbotada, dá a ideia de que está prestes a virar ruína. (WAGNER, 2004, p. 18)².

A publicação, ao mesmo tempo em que impactava por manifestar o descaso com espaço que abrigou o Grupo Escolar, sinalizava, também, elementos para uma possível investigação histórica acerca da emergência desta instituição de ensino. O que teria levado Lages a receber uma instituição pública com estas características? Por que Lages merecia uma construção

² **Revista Visão**, n. 38, ano 2004.

com este porte? Este novo modelo de escola teria causado modificações no cenário da instrução pública primária? Que lugar esta instituição de ensino ocupou no processo de escolarização primária da região? E no contexto social, teria causado modificações? Em suma, que tipo de representações o grupo escolar gerou para a sociedade lageana no início do século XX? Imbuída destes questionamentos, deixei o consultório decidida a empreender um projeto de pesquisa que buscasse responder estas problematizações.

Iniciei o mestrado no primeiro semestre em 2006. Na medida em que avançava nas disciplinas e no percurso da pesquisa, algumas das indagações motivadoras do projeto foram abandonadas, outras foram inseridas e outras, ainda, foram ressignificadas à luz da teoria que as mobilizava e, sobretudo, pela orientação da professora Dr^a. Gizele de Souza. Em agosto de 2008, a dissertação, então intitulada **O NOVO COMPÕE COM O VELHO: o lugar do Grupo Escolar no cenário do ensino público primário na cidade de Lages, no Estado de Santa Catarina (1904-1928)**, foi apresentada à banca avaliadora. Dessa experiência, ficou a certeza de que outras pesquisas em história, que colocassem a cidade de Lages e o seu contexto educacional em cena, precisavam ser empreendidas.

Foi dessa certeza que, em 2012, propus um projeto para a linha de pesquisa em História e Historiografia da Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. A proposta desse novo projeto mobilizava a escrita de outra instituição escolar implantada em Lages na década de 1930 – a Escola Normal. Intitulado **A HISTÓRIA DAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES: A Escola Normal em Lages, da trajetória às representações na conjuntura social**, o projeto tinha como objetivo escrever a história da Escola Normal em Lages e, para tal, problematizaria aspectos como: o período em que foi criada – década de 1930; sua especificidade

de atuação na formação de professores; e as representações na conjuntura social na qual está inserida. O projeto de pesquisa mantinha pontos comuns ao que havia sido desenvolvido para o mestrado. Entretanto, incomodava-me desenvolver uma história estruturada na gênese, na implantação e nos impactos causados pela presença da instituição escolar (POSSAMAI, 2012). Parecia-me que faltava mobilidade ou deslocamentos na pesquisa.

As respostas a estes “incômodos” foram sendo delineadas e reestruturadas na medida em que se avançava no itinerário formativo. O contato com referenciais teóricos sobre a cultura escolar, o patrimônio cultural, a história do tempo presente e, além disso, as orientações da Prof^a Dr^a Maria Teresa Santos Cunha abriram possibilidades para um “novo campo” para a pesquisa da Escola Normal em Lages, um caminho que se materializou na tese intitulada **A Escola Normal em Lages (SC): lentes no presente e deslocamentos ao passado (2015-1933)**. Entretanto, se o avanço no itinerário formativo foi um diferencial à escrita da tese, a experiência vivida pelos grupos envolvidos com a questão de preservar ou demolir o prédio da escola no tempo presente foi a condição de contorno que possibilitou desenhar e ensaiar aproximações da história da educação com as categorias memória e patrimônio. Categorias essas que, ancoradas em autores da história da educação, da memória, do patrimônio e da história do tempo presente, deram o tom à escrita do texto.

INTRODUÇÃO

É o presente que direciona o conhecimento histórico, pois é sempre do momento vivido que surgem as questões para o conhecimento de determinado aspecto do passado. É nas angústias e necessidades da sociedade que o historiador encontra o elemento inicial de seu trabalho – as suas hipóteses orientadoras. A História é a construção de conhecimento sobre uma questão perturbadora do presente, que analisa o passado para explicar, compreender ou interpretar o fenômeno em questão. (GLEZER, 2007, p. 24).

Na cidade de Lages – localizada no interior de Santa Catarina –, no início de dezembro de 2011, diferentes meios de comunicação noticiavam o fechamento da Escola de Educação Básica Aristiliano Ramos³. A interdição pela Defesa Civil⁴, o

³ Entre as notícias veiculadas sobre o fechamento da Escola de Educação Básica Aristiliano Ramos (prédio da escola normal de Lages) destaca-se a seguinte: “Com problemas estruturais, escola de Lages, na serra catarinense tem matrículas suspensas”, veiculada pela edição *on-line* do jornal estadual Diário Catarinense em 28/11/2011. A notícia pode ser lida na íntegra no endereço eletrônico: <<http://diariocatarinense.clicrbs.com.br/sc/noticia/2011/11/com-problemas-estruturais-escola-de-lages-na-serra-catarinense-tem-matriculadas-suspensas-3578267.html>>. O jornal local Correio Lageano, em sua edição *on-line* de 02/12/2011, também divulgou o fechamento da escola na matéria intitulada “Escola Aristiliano Ramos fecha as portas”. Disponível em: <<http://www.clnmais.com.br/informacao/28315/escola-aristiliano-ramos-fecha-as-portas>>. Acesso em 15 mar. 2015. Outras informações podem ser acessadas em vídeos disponíveis na internet nos seguintes links: <<https://www.youtube.com/watch?v=98CrQ0mKNTA>> e <<http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/jornal-do-almoco/videos/t/edicoes/v/predio-do-antigo-colegio-aristiliano-ramos-poder-derrubado/3361162/>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

encerramento das atividades educativas, a transferência do corpo discente, docente e técnico para outras escolas e o fechamento desta instituição, que entre os anos 30 a 70 do século XX abrigou a segunda escola pública para a formação de professores primários no Estado de Santa Catarina, foram o estopim para o início de um processo judicial que envolve, no tempo presente, motivações e resistências para o reconhecimento do prédio da instituição de ensino como um espaço a ser preservado. As diferentes representações, sensibilidades e significações construídas sobre a conformação patrimonial deste imóvel têm gerado disputas e impasses na conjuntura social e configuram o caminho pelo qual a escrita do texto dessa tese se movimentará.

No centro das disputas encontram-se os poderes públicos estadual, municipal e federal, divididos entre as propostas de demolir e de preservar a estrutura física⁵ do prédio da escola normal.

⁴ No final de novembro de 2011, a Defesa Civil e o Corpo de Bombeiros expediram um laudo técnico atestando a existência de problemas na estrutura física da Escola de Educação Básica Aristiliano Ramos (ex-Escola Normal) – Anexo I. Frente a essa situação, a Gerência Regional de Educação suspendeu todas as atividades naquela instituição e determinou a remoção e realocação dos cerca de 1.300 alunos matriculados para outras duas instituições públicas estaduais localizadas no centro da cidade de Lages. A distribuição das 42 turmas ficou da seguinte forma: 11 turmas do Ensino Fundamental/Séries Iniciais (1º ao 5º ano) e 7 turmas de Ensino Médio do período noturno foram acomodadas na Escola de Educação Básica Vidal Ramos Júnior (Centro Educacional), 12 turmas do Ensino Fundamental/Séries Finais (6º ao 9º ano) e 12 turmas do Ensino Médio dos períodos matutino e vespertino foram realocadas na Escola de Educação Básica Vidal Ramos. Disponível em <<http://www.clmais.com.br/informacao/28699/assembleia-busca-solu%C3%A7%C3%B5es-imediatas>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

⁵ O governo do Estado e o poder Municipal de Lages são favoráveis à demolição do prédio que abrigou a Escola Normal. Contrário a essa proposta encontra-se o Ministério Público que sugere a revitalização do espaço e o tombamento como patrimônio cultural.

Na parte oficial, o Ministério Público recomenda a manutenção e restauração da estrutura. De outro lado, o governador [...] chegou a declarar ser a favor da demolição. Enquanto o impasse não é resolvido, o imóvel [...] permanece abandonado”. (CORREIO LAGEANO, edição *on-line* de 15/03/2013).⁶

As dissidências acerca do futuro do prédio da escola ressoam, também, na dimensão social, onde a ação entre o preservar e o demolir dividem as opiniões dos cidadãos lageanos⁷ e impõem, ao prédio da escola normal, uma relação explícita com o tempo. A condição temporal desta edificação, associada ao intento de buscar interpretações – com vistas a compreender as razões pelas quais o prédio da escola normal em Lages incorre em desaparecer do cenário urbano e apagar-se da memória social –, configuram a problemática/objetivo geral deste estudo. Estudo este que, para sustentar e privilegiar a chave de análise pelo viés do patrimônio cultural e da história da educação, problematizará as rupturas e as permanências acerca do valor simbólico do prédio da escola normal para a sociedade de Lages. Um estudo que abordará também a emergência do edifício escolar, oportunizando a compreensão

⁶ Edição *on-line* do jornal Correio Lageano, 15/03/2013. Disponível em: <<http://www.clmais.com.br/informacao/51702/futuro-do-pr%C3%A9dio-do-aristiliano-divide-asopin%C3%B5es>>. Acesso em: 16 mar. 2015.

⁷ Entre os dias 12 e 15 de março de 2013, o portal do Jornal Correio Lageano abriu uma enquete com o seguinte questionamento “Você concorda que o prédio do Colégio Aristiliano Ramos seja demolido?”. Dos 741 participantes, 50,35% votaram a favor da demolição e 49,5% contra. Esse resultado denota também um impasse no destino do prédio da ex-Escola Normal. Informações sobre esta enquete podem ser acessadas na página da edição *on-line* do Jornal Correio Lageano de 16/03/2013. Disponível em: <<http://www.clmais.com.br/informacao/51722/popolu%C3%A7%C3%A3o-aprova-demoli%C3%A7%C3%A3o-do-aristiliano>>. Acesso em: 16 mar. 2015.

do porquê esta instituição encontra-se, no tempo presente, ameaçada de ser apagada da memória social.

Criado sob o Decreto nº 445 de 22 de dezembro de 1933, assinado pelo governador Aristiliano Ramos, o Curso Normal para a formação de professores primários funcionou, nos primeiros anos, provisoriamente nas instalações do Grupo Escolar Vidal Ramos. Em 03 de outubro de 1934, o governo do Estado e o poder municipal realizam “o lançamento da pedra fundamental do edifício da Escola Normal” (A ÉPOCA, 08/10/1934). Posteriormente, o prédio construído para abrigar esta escola foi instalado no “coração de Lages, [na] Praça João Costa” (PTE nº 21, FCC, 2013, p. 2)⁸. Localizada na parte central, num “local de passagem e ligação entre as artérias comerciais da cidade” (Ibidem, p. 5), a Praça João Costa “é um dos mais importantes espaços urbanos de Lages e sua origem remonta à própria fundação da cidade pelo português Antônio Correia Pinto de Macedo em 1766, tendo sido o local em que se ergueu o Pelourinho, a Casa de Câmara e a Cadeia” (Ibidem, p. 4). A opção do governo catarinense e do poder público municipal em instalar o prédio da Escola Normal neste espaço urbano suprimiu da região central os vestígios materiais que remontavam à presença do Pelourinho e transferiu para outro

⁸ Em 18/04/2013, a Fundação Catarinense de Cultura forneceu, sob a solicitação do Ministério Público de Santa Catarina, um parecer técnico sobre o Valor Histórico e Cultural do prédio da E. E. B. Aristiliano Ramos, Lages. O referido parecer integra a Ação Civil movida pelo Ministério Público em maio 2012 contra o Estado de Santa Catarina e o Município de Lages. A Ação Civil tem como objetivo apurar a existência de possíveis lesões no prédio onde funciona a Escola de Educação Básica Aristiliano Ramos (escola normal), bem cultural considerado patrimônio histórico municipal. Esta Ação Civil Pública está disponibilizada no Foro de Lages, Vara da Fazenda Ac. Trabalho e Reg. sob o número padrão: 0014839-16.2013.824.0039; Classe: Ação Civil Pública/Lei Especial; assunto principal: Patrimônio Histórico/Tombamento.

espaço, localizado, também, na região central, a Casa de Câmara e a Cadeia Pública. A construção do prédio da Escola Normal, no centro da Praça João Costa, desativou, também, outros dois estabelecimentos: a Loja Maçônica e o Teatro São João. A figura a seguir representa a posição geográfica atual da cidade de Lages no cenário estadual, bem como, intenta projetar o lugar ocupado pela Escola Normal no contexto urbano.

Figura 1 - Localização geográfica da cidade de Lages no Estado de Santa Catarina e lugar ocupado pela Escola Normal no espaço urbano central desta cidade



Fonte: A figura foi adaptada do texto “Prefeitos eleitos têm menos de um mês para finalizar indicações de colegiado”. A imagem da Escola Normal foi localizada no acervo do Museu Histórico Thiago de Castro⁹.

⁹ Disponível em:

<<http://diariocatarinense.clicrbs.com.br/sc/politica/eleicoes-2012/pagina/lages>>. Acesso em: 03 de jun. 2015.

A cidade de Lages, o espaço onde se desenvolveu esta investigação, surgiu no século XVIII como local estratégico de defesa do território português, frente à possível expansão do território espanhol. Com o passar do tempo e diante do crescente mercado consumidor de gado de corte e de muares que vinha se estabelecendo entre a cidade de Viamão, na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, e a cidade de Sorocaba, na Província de São Paulo, este local ganhou *status* de vila e se tornou ponto de parada e descanso para os tropeiros, que serviam de mediadores nesse comércio. A atividade econômica, vinculada à pecuária, foi mantida na região até meados da década de 40 do século XX, quando ocorreu o deslocamento do modelo econômico centrado nas atividades pecuárias para a economia fornecedora de bens e serviços, associada à indústria madeireira (PEIXER, 2002).

Na dimensão política, a cidade de Lages esteve e ainda está¹⁰ diretamente ligada aos governos do Estado e do país, em especial, pela projeção de políticos pertencentes à família Ramos¹¹. Foi durante a gestão dos Ramos, no governo do

¹⁰ A ligação política direta entre a cidade de Lages e o governo do Estado de Santa Catarina, no tempo presente, se dá, sobretudo, pelo exercício do político João Raimundo Colombo. Nascido na cidade de Lages em 1955. Este político ocupa o cargo de governador do Estado de Santa Catarina desde 1º de janeiro de 2011 até a atualidade (Colombo foi reeleito para o segundo mandato em 2014). Raimundo Colombo iniciou a sua trajetória na política como Deputado Estadual em 1987. Na cidade de Lages ocupou, por duas vezes, o cargo de prefeito municipal e foi desse cenário que se projetou para o espaço político estadual e federal.

¹¹ O poder político da família Ramos na cidade de Lages projeta-se ainda no final do século XIX, quando Vidal José de Oliveira Ramos Sênior se torna chefe do partido conservador no período monárquico, cargo no qual se manteve quando da Proclamação da República (tornou-se chefe do partido republicano na região). É nesse período que, de acordo com Peixer (2002), se sedimenta a força política da família Ramos, solidificada a partir de uma base patrimonialista. Em 1902, Vidal José de Oliveira Ramos Júnior assume o governo do Estado de Santa Catarina dando início a uma sucessão de Ramos frente ao aparato estadual. Destaca-se que esse político governou o

Estado, que, num plano regional, o cenário da educação em Lages foi alterado em duas frentes. A primeira ocorreu em 1913, com a implantação do Grupo Escolar, que modificou, no âmbito do ensino público, o processo de escolarização primária. A segunda, em 1934, quando a criação da Escola Normal materializou a segunda instituição pública para a formação de professores primários no Estado¹². E é sobre a emergência desta segunda instituição pública para formar professores na cidade de Lages que se desenhará um dos itinerários desta investigação.

A história das instituições escolares para formar professores está relacionada ao período em que as reflexões a respeito da laicização e difusão do ensino público – ocorrida primeiro na Europa no final do século XVIII e no Brasil no final do século XIX e início do XX – ganhavam corpo nos discursos que tangenciavam a educação. Estas reflexões sinalizavam para a necessidade de definir o papel dos

Estado em duas gestões: 1902 a 1905 e entre 1910 e 1914, neste último mandato ocorreu a Reforma na Instrução Pública que reorganiza a Escola Normal na capital do Estado, criando os grupos escolares. Sobre a presença da família Ramos na política do Estado, destacam-se ainda os nomes de: Nereu Ramos – eleito em 1935 para o governo do Estado e nomeado Interventor em 1937, cargo que exerceu até 1945. Entre os anos de 1946 e 1951, este mesmo político foi eleito, pelo Congresso Nacional, vice-presidente do Brasil. Nereu Ramos ocupou durante 2 meses e 21 dias – de 11 de novembro de 1955 a 31 de janeiro de 1956 – o cargo de Presidente do Brasil. Outro nome forte da família Ramos no cenário político foi Aristiliano Laureano Ramos, nomeado, em 1933, Interventor do Estado pelo presidente Getúlio Vargas, cargo que ocupou até 1935. No governo do Estado estiveram ainda: Celso Ramos – governador do Estado entre 31 de janeiro de 1961 e 31 de janeiro de 1966 (PEIXER, 2002).

¹² Até 1934, o Estado de Santa Catarina contava com apenas uma instituição pública para formação de professores primários localizada na capital. Havia outras quatro instituições particulares equiparadas, destinadas à formação docente, sendo uma em Florianópolis, anexa ao Colégio Coração de Jesus, outra anexa ao Colégio Santos Anjos, em Porto União, a terceira, anexa ao Colégio Aurora, em Caçador, e a quarta, anexa ao Colégio Coração de Jesus, em Canoinhas (TRIDAPALLI, 2009).

protagonistas do processo de escolarização: o aluno e o professor. No centro destas reflexões o aluno se tornava, legitimamente, o sujeito que aprende, o professor, o sujeito que ensina, e a escola, o local onde se desenvolvem estratégias para que os sujeitos cumpram com suas funções. Assim, era necessário criar meios para formar o aluno e também o professor. Para a formação de professores, um desses meios foi a implantação da escola normal.

No Brasil, a primeira escola normal foi criada em 1835 na Província do Rio de Janeiro. Sobre o processo de implantação desta instituição, destaca-se o trabalho de Heloisa de Oliveira Santos Villela intitulado **A primeira Escola Normal do Brasil: uma contribuição à História da formação de professores**. De acordo com a autora, a proposta de criação dessa escola apresentava-se sob a perspectiva de modernização dos conteúdos, dos métodos e dos materiais pedagógicos, e propunha criar uma nova visão para a formação do professor. Tratava-se de uma visão que se distancia das características artesanais, legitimando a construção de um sentido profissional para a formação promovida pela Escola Normal (VILLELA, 1990).

Essa mesma concepção, possivelmente, esteve presente nas propostas de criação da primeira Escola Normal pública em Santa Catarina, que em 1880 passou a funcionar na capital do Estado. Sobre a implantação da primeira Escola Normal Pública em Santa Catarina, a pesquisadora Marlete dos Anjos Silva Schaffrath desenvolveu, junto ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, o estudo intitulado **A Escola Normal Catharinense: profissão e ornamento**¹³. Neste estudo, a autora, para além de discorrer sobre o período de 1892, momento que sinaliza como

¹³ SCHAFFRATH, Marlete dos Anjos Silva. **A Escola Normal Catharinense de 1892: profissão e ornamento**. 1999. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Florianópolis, 1999.

sendo o que melhor ofereceu condições de fazer com que o curso funcionasse no Estado, dado as circunstâncias e o contexto social vivido pela sociedade na época, mobiliza um conjunto de aspectos políticos, culturais e econômicos que permeavam as relações educacionais do período e possibilitaram compreender as razões pelas quais a Escola Normal fortaleceu-se na sociedade catarinense e constituiu-se em um espaço que se revezava entre a profissionalização dos docentes para o ensino público primário e a ornamentação de dotes culturais para as moças das elites (SCHAFFRATH, 1999).

A estrutura, regimental e curricular, prescrita para a Escola Normal da capital catarinense em 1892 permaneceu até a primeira década do século XX. Em 1911, sob a proposição de “conformar a mente dos professores e, por sua atuação pedagógica nas escolas, a da população” (CARDOSO, 1998, p.136), a Escola Normal da capital foi palco das primeiras ações da Reforma na Instrução Pública, engendrada no governo de Vidal Ramos e conduzida pelo professor paulista Orestes Guimarães¹⁴. Para efeito dessa proposição, a escola assumiria o papel de disseminadora de um ideário científico, uma vez que a ciência lastreava o projeto liberal de cunho urbano e científico presente nas concepções políticas e ideológicas do governo catarinense (CARDOSO, 1998).

É neste entremeio de proposições, que colocavam a escola normal como um espaço responsável por municiar os normalistas de conhecimentos e instrumentos científicos para exercerem a prática docente, que desponta no cenário da escolarização pública para formação de professores primários a Escola Normal na cidade de Lages. Criada pelo interventor

¹⁴ Sobre a atuação deste educador junto a educação em Santa Catarina, ver o trabalho de doutorado desenvolvido por Gladys Mary Ghizoni Teive, publicado sob o título **Uma vez Normalista, sempre Normalista: cultura escolar e produção de um *habitus* pedagógico** (Escola Normal Catarinense – 1911-1935). Florianópolis: Insular, 2008.

federal no Estado, esta instituição tinha como objetivo primeiro “formar professores normalistas para exercerem o magistério nas zonas rurais” (RAMOS, 1933).

A cidade de Lages, como já apresentado, localiza-se no interior da serra catarinense e configurava, na década de 1930, como um local estratégico para a política do Estado, uma vez que projetava para o espaço catarinense nomes influentes da política estadual como Vidal Ramos, Aristiliano Ramos e Nereu Ramos¹⁵. Em dezembro de 1933, o interventor federal autorizou o funcionamento do curso normal e mobilizou esforços para que a ação ganhasse materialidade. Assim, o curso normal iniciaria as atividades dividindo o espaço com o grupo escolar para, posteriormente, ocupar um novo espaço que seria destinado somente àquele tipo de escola. É relevante destacar que a construção de edifícios projetados e construídos especificamente para abrigar escolas no Brasil iniciou no final do século XIX, com o advento da República. Em Santa Catarina, esse movimento tem início nas primeiras décadas do século XX. Segundo Souza (1998, p. 122), “políticos [...] passaram a considerar indispensável a construção de espaços edificadas para o serviço escolar: o termo ‘escola’, além de se aplicar à instrução ministrada a um grupo de alunos, passa a

¹⁵ A cidade de Lages é o maior celeiro de mandatários do Estado desde a proclamação da República. Com a reeleição de Raimundo Colombo, em 2014, são sete os governadores nascidos no município. Como já mencionado, a tradição política de Lages está umbilicalmente ligada à ascensão da família Ramos. Desta família, foram cinco os governadores nascidos em Lages: Vidal Ramos, Aristiliano Ramos, Nereu Ramos, Celso Ramos e Candido de Oliveira Ramos. Um sexto membro da família, Aderbal Ramos da Silva, também governou Santa Catarina, mas não está na contabilidade de governadores oriundos de Lages – embora sua ligação com a cidade seja óbvia – por ter nascido em Florianópolis. O primeiro governador de Santa Catarina nascido em Lages foi Filipe Schmidt, que governou o Estado por duas vezes, de 28 de setembro de 1898 a 28 de setembro de 1902 e de 28 de setembro de 1914 a 28 de setembro de 1918. Disponível em: <<http://www.clmais.com.br/informacao/154292/?old>>. Acesso em 03 out. 2016.

referir-se a um espaço especializado com características apropriadas à sua função". O prédio escolar deveria exercer uma função educativa no meio social, estabelecendo a importância da escola e o espaço por ela ocupado.

A política de construção de edifícios escolares implantados nesse período, e posterior a ele, no Estado de Santa Catarina promoveu a materialização destes como símbolos da importância atribuída à educação, ao progresso e, sobretudo, às realizações do governo. Nessa chave,

[...] a arquitetura escolar pública nasceu imbuída do papel de propagar a ação de governos pela educação democrática. Como prédio público, devia divulgar a imagem de estabilidade e nobreza das administrações [...]. Um dos atributos que resultam desta busca é a monumentalidade, consequência de uma excessiva preocupação em serem as escolas públicas, edifícios muito evidentes, facilmente percebidos e identificados como espaços da esfera governamental. (WOLFF, 1992, p. 48).

A inserção de um novo prédio escolar tornou-se marco na paisagem urbana, uma vez que este edifício apresentava características próprias que o diferenciava de outros edifícios públicos e privados, representando um espaço específico e destinado à realização de atividades e de práticas educativas. A dimensão simbólica do edifício escolar também é apontada como fator de uma ação educativa no meio social, dentro e fora de seus contornos, pois

A arquitetura escolar é um elemento cultural e pedagógico não só pelos condicionamentos que suas estruturas induzem, [...] mas também pelo papel de simbolização que desempenha na vida social. [...]. A escola projetaria seu exemplo e influência geral sobre toda a sociedade, como um edifício estrategicamente situado e dotado

de uma inteligência invisível que informaria culturalmente o meio humano-social que o rodeia. (VIÑAO FRAGO, 1998, p. 33).

Desta forma, a arquitetura escolar pode ser considerada também como um programa educador, ou seja, um dos elementos do currículo. A localização da escola e suas relações com o entorno, a tipologia e o traçado arquitetônico do edifício, seus elementos simbólicos inerentes ou incorporados correspondem a padrões culturais e pedagógicos que podem influenciar a formação do aluno e, em extensão, da sociedade.

É importante destacar que a presença das escolas no contexto urbano vai além das feições marcantes da arquitetura, no entanto, para este estudo a construção de edifícios escolares e o que é traduzido na sua arquitetura configuram a materialização da contribuição do Estado e de seus propósitos na formação da sociedade.

O prédio escolar se confunde com o próprio serviço escolar e com o direito à educação. Embora colocado no rol dos itens secundários dos programas educativos, é o prédio escolar que estabelece, concretamente os limites e as características do atendimento. E é ainda esse objeto concreto que a população identifica e dá significado. (LIMA, 1995, p.75).

Na cidade de Lages, o prédio construído para o funcionamento da segunda escola pública para formar professores no Estado mobiliza, desde 2012, um processo judicial com o propósito de manter a estrutura física no contexto urbano. Desse processo, como já sinalizado, decorre a problemática que assinala a emergência de um campo de conflito sobre as políticas públicas de proteção à preservação do patrimônio escolar na cidade de Lages, bem como o conflito de interesses em torno das formas de uso, apropriação e ressignificação do edifício escolar, que é o objeto desta

investigação.

A palavra patrimônio, portadora de um regime de historicidade, adquiriu sentidos próprios no contexto de formação dos Estados Nacionais quando estes assumiram a proteção e a preservação dos bens capazes de representar simbolicamente a nação e, em consequência, de inculcar nos indivíduos sentimentos de pertencimento a uma comunidade idealizada. Nessa perspectiva, os Estados Nacionais se apoiaram numa linguagem monumental e na pompa de seus símbolos como instrumentos de propaganda nacional e de liturgia do poder.

No tempo presente, a categoria patrimônio abre-se para novas noções que a tornam abrangente e suficiente a fim de adaptar-se a certos traços do passado e à reapropriação de heranças diversas concernentes tanto ao material quanto ao ideal – o cultural e o natural. A categoria patrimônio diz respeito a bens históricos, culturais, arquitetônicos, etnográficos, artísticos, linguísticos, ecológicos e genéticos. Os patrimônios materiais, imateriais e intangíveis são aqueles que envolvem elementos de ordem simbólica e encontram-se ligados a alguma esfera social para que esta lhe conceda sentido dentro de um determinado tempo e um espaço (CHOAY, 2006). Entretanto, a mobilização da noção de patrimônio deve ser entendida como fenômeno social, patrimônio este sempre vinculado a um espaço e a um tempo específicos, nos quais é preciso compreender também, historicamente, as formas de sociabilidade que são extremamente variáveis. Assim, é fundamental explicitar que os conceitos, os sentidos e as práticas da vida privada e da vida pública – de espaços privado e público, de ações privada e pública – não são universais e nem estáveis, são sempre conflituosas.

Desde o final dos anos 80 do século XX, o mundo tem assistido a uma ampliação significativa dos processos de patrimonialização. A onda galopante pelo desejo de preservar os restos de um passado materializado ganhou proporções, sobretudo, a partir da queda do muro de Berlim, em 1989. Após a destituição deste marco simbólico, um dos fenômenos culturais e políticos mais surpreendentes foi a emergência da memória como uma das preocupações culturais e políticas centrais das sociedades ocidentais (HUYSSSEN, 2000). A crescente valorização da memória e do patrimônio é justificada pela transformação ocorrida na sociedade quanto à experiência e à sensibilidade temporal, onde há um deslocamento na percepção do tempo futuro-presente para passado-presente. Neste processo, a preocupação com o registro da memória, com a compulsão pelo arquivo e com a monumentalização do passado, tornou-se uma obsessão cultural de proporções significativas em todos os pontos do planeta. A onda memorialística, o desejo por tudo preservar, traduz-se na formação de uma “maquinaria patrimonial”, com excessivos processos de patrimonialização do passado na contemporaneidade e o aumento da comercialização de bens culturais (HUYSSSEN, 2000).

Neste novo cenário, no qual as relações com o tempo são alteradas, emergem os lugares onde a memória se cristaliza e se refugia (NORA, 1993). Nestes “lugares de memória”, a vontade dos homens ou a ação sobre o tempo faz do patrimônio um elemento simbólico de preservação da memória de uma sociedade ou de um grupo qualquer. A memória, seja ela individual ou coletiva, é sempre seletiva e por isso se torna vulnerável aos usos e manipulações. Em um mundo onde há excesso de memória se deve partir para a distinção dos passados usáveis dos passados dispensáveis (HUYSSSEN, 2000), ou seja, deve-se empreender uma seleção em relação às informações de memória.

Nessa perspectiva, é relevante destacar que os objetos culturais selecionados para compor o patrimônio não têm o mesmo poder de sentidos e de identificação para as diferentes sociedades nas diversas temporalidades. Os bens culturais são compreendidos e apropriados pelos grupos sociais de maneiras distintas, o que evidencia muito mais os conflitos e o embate entre esses grupos do que propriamente o seu reconhecimento e a sua integração. Assim, é assertivo de que a produção do patrimônio depende sempre da mediação de interesses e de acordos entre visões de mundo conflitantes, que precisam ser constantemente renovados, recriados e defendidos.

A “experiência do tempo” (ARAÚJO, 2008), vivenciada pelos grupos por conta da problemática envolvendo o prédio da escola normal em Lages, que coloca o edifício entre o preservar e o demolir, evoca diferentes representações que lhe impõem, no tempo presente, motivações e resistências para a conformação patrimonial desta instituição de ensino. Segundo Rosa Fátima de Souza (2013, p. 212),

[...] uma das principais justificativas para a preservação do patrimônio cultural é a sua relevância para a construção da identidade dos sujeitos e de suas relações com o tempo e o espaço e para a construção da memória. As justificativas para preservar o patrimônio escolar tendem a reiterar a importância da conservação da memória da escola, remetendo a seus vínculos com a formação da infância e da juventude e a espaço de transmissão de cultura e processos de construção de subjetividades e de identidades.

No texto “Preservação do patrimônio escolar no Brasil: notas para um debate¹⁶”, a pesquisadora da História da

¹⁶ SOUZA, Rosa Fátima de. Preservação do Patrimônio Histórico Escolar no Brasil: notas para um debate. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 14, n.

Educação citada acima propõe uma reflexão acerca dos desafios da preservação do patrimônio escolar no país. Neste artigo, a autora sinaliza que a historicização dos processos de preservação e tombamento do patrimônio escolar precisam deslocar-se da abordagem circunscrita ao valor histórico dos edifícios escolares para outras perspectivas que possibilitem “interrogar a noção de excepcionalidade pressuposta nas ações de preservação do patrimônio [...] cultural no Brasil, observando que o cuidado com outros domínios do patrimônio escolar é tão importante quanto a preservação dos edifícios” (SOUZA, 2013, p. 201).

Um dos aspectos abordados por Souza (2013), no artigo citado, diz respeito ao tombamento¹⁷. Para a autora o reconhecimento de uma instituição escolar em patrimônio cultural “é emblemático em vários sentidos e enseja uma reflexão sobre a preservação do patrimônio escolar e sobre a memória da educação no Brasil” (SOUZA, 2013, p. 201). O tombamento de uma instituição escolar, segundo a autora, “exemplifica como a ação do poder público é necessária e pode

26, jan./jun. 2013. p. 199 – 221. Disponível em: <<http://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/viewFile/1984723814262013199/2539>>. Acesso em: 06 jul. 2015.

¹⁷ O tombamento é o ato de reconhecimento do valor histórico de um bem, que o transforma em patrimônio oficial e institui regime jurídico especial de propriedade, levando em conta sua função social. Um bem histórico (de caráter material ou imaterial) é tombado quando passa a figurar na relação de bens culturais que tiveram sua importância histórica, artística ou cultural reconhecida por algum órgão que tem essa atribuição. Dentre os precedentes normativos dispostos na legislação brasileira acerca do tombamento e da proteção ao patrimônio histórico, artístico e cultural, destaca-se o Decreto – Lei n.º. 25 de 30 de novembro de 1937, que ordena a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (o capítulo II dessa Lei trata do Tombamento), e a Lei n.º. 3.924 de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os Monumentos Arqueológicos e Pré-Históricos. Adaptado do site da Secretaria de Estado da Cultura – Estado do Paraná. Disponível em: <<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=4>>. Acesso em: 02 jun. 2015.

ser inovadora e eficiente nesse campo no âmbito educativo” (Ibidem, p. 201). No caso da Escola Normal em Lages, ao contrário do processo de tombamento das 126 escolas do Estado paulista¹⁸, destacado no texto de Souza (2013), os poderes públicos em âmbito municipal e estadual têm sido um entrave, ou seja, agentes impeditivos e perniciosos à permanência do edifício que abrigou a escola normal no espaço cidadão. Distante do reconhecimento de um “significado cultural, histórico e arquitetônico, aliado ao caráter inovador e modelar” (SÃO PAULO, 2010 apud SOUZA, 2013, p. 201), a situação imposta à Escola Normal em Lages, no tempo presente, segue na contramão do fenômeno da patrimonialização que tem desencadeado no mundo contemporâneo o desejo pela constituição dos “lugares de memória” (NORA, 1993).

Na epígrafe que abre este texto, Glezer (2007, p. 24) afirma que “é sempre do momento vivido que surgem as questões para o conhecimento de determinado aspecto do passado”. Assim, partir do tempo presente, do destino incerto da edificação que abrigou por décadas a segunda escola pública para a formação de professores primários no estado catarinense, implica, ainda que modestamente, pensar o tempo.

¹⁸ Em 11 de novembro de 2010, o Diário Oficial do Estado de São Paulo publicou a resolução SC-60, de 21 de julho do mesmo ano. Nesta resolução ficou instituído o tombamento de um conjunto de 126 escolas construídas pelo governo no período de 1890 a 1930. Este conjunto arquitetônico abrigou as primeiras escolas normais de São Paulo e grande parte dos primeiros grupos escolares instalados na capital e no interior do Estado. O tombamento foi autorizado com base nos estudos efetuados pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico do Estado de São Paulo (Condephaat) e foi justificado tendo em vista “o significado cultural, histórico e arquitetônico, aliado ao caráter inovador e modelar expressos por esse conjunto de edificações escolares públicas” (SÃO PAULO, 2010 apud SOUZA, 2013, p. 201).

Sobretudo, pensar as formas como passado, presente e futuro¹⁹ se articulam na narrativa histórica.

As mudanças no tempo, na proposição de Hartog (2013), começam a ser percebidas de maneiras distintas a partir de 1989, quando as noções de tempo, que até então orientavam as pesquisas históricas, infundiram uma redefinição deste conceito (o de tempo) e das relações entre presente, passado e futuro. Até este período, as percepções acerca do futuro e sobre a marcha da humanidade para a realização de uma finalidade histórica impunham as leituras sobre o passado. A produção histórica, ou seja, a escrita da história, sob o magnetismo do futuro, aproximava passado, presente e futuro num fluxo temporal contínuo que convergia para uma única direção. O passado era uma espécie de *locus* onde se buscavam as evidências e as garantias da realização das promessas do futuro. O presente, nesta perspectiva, configurava um tempo-ponte, um tempo de passagem entre dois registros temporais, entre o que foi e o que estava por vir.

As mudanças que estremeceram o mundo colocaram em xeque a crença no futuro, provocando uma ruptura entre o passado e o presente. A escrita da história, sob o impacto destas mudanças, afastou-se das expectativas e das exigências do que estaria por vir. Sob este novo cenário, um questionamento torna-se pertinente no contexto da produção historiografia: qual o papel do passado, se o mesmo não projeta

¹⁹ Segundo François Hartog (2013), a queda do muro de Berlim, em 1989, é o ponto de partida de uma ruptura com as concepções de tempo vigentes até então. Segundo este historiador, este acontecimento altera a maneira como uma sociedade “trata o seu passado” ou a “modalidade de consciência de si de uma comunidade humana”. Para identificar estas alterações no tempo, o autor forjou a expressão “regime de historicidade”. Neste novo regime, denominado de presentismo, o patrimônio seria expressão de uma valorização do passado a partir do presente; um presente onipresente obcecado por si mesmo e que não tem outro horizonte de perspectiva em função da crise do regime moderno de historicidade, calcado no futuro (HARTOG, 2013).

mais uma expectativa de futuro? Com vista a construir possibilidades de respostas a este questionamento, o historiador francês François Hartog afirma que o estatuto do passado, como etapa necessária de uma teleologia, ruiu quando o muro de Berlim, símbolo de uma época, veio abaixo. Na proposição deste historiador, o passado começou a ser visto não mais como o lugar onde se encontrariam as evidências que confirmariam as previsões escatológicas. O passado tornou-se um lugar difuso, disperso, tão incerto quanto o novo futuro, mas, aberto a novas interrogações. Sem a previsibilidade atribuída pelas certezas do futuro, o passado deixou de ser o lugar do provável, do óbvio e despontou como um tempo a ser descoberto e perscrutado sem que se saiba, antecipadamente, o que vai ser encontrado.

Segundo Hartog (2013), a ruptura da linha que aproxima o passado e o futuro teve um efeito correlato e não menos importante sobre as formas de percepção do presente. O presente, até então relegado a um tempo de passagem, comprimido entre um passado exemplar e um futuro conhecido nas últimas décadas, expandiu-se e tornou-se próprio, assim, este mesmo presente deixou de ser o depositário do passado e adquiriu sua própria identidade. A ênfase crescente no presente como tal teve como efeito mais evidente uma valorização e um alargamento desta temporalidade (HARTOG, 2013). A afirmação, hoje, de uma história do tempo presente, é um indício deste alargamento. É o reconhecimento de que o presente não é nem o passado recente e nem o futuro próximo e previsível.

A pesquisa histórica, sob o movimento que coloca o presente em cena, propiciou novos influxos à produção do conhecimento histórico, o que impõe a mobilização de estratégias e elementos subjetivistas à narrativa. Acerca da proposição de que o passado é uma invenção do presente, o historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2007) afirma que o conhecimento histórico é a “invenção de uma cultura

particular, num determinado momento, que, embora se mantenha colado aos monumentos deixados pelo passado, à sua textualidade e à sua visibilidade, tem que lançar da imaginação para imprimir um novo significado a estes fragmentos” (JÚNIOR, 2007).

As transformações na percepção do tempo e dos sentidos do passado, do presente e do futuro, exigem que os caminhos de retorno ao passado sejam delineados. A volta ao passado, que nesta pesquisa é operada à luz das bases teóricas da História do Tempo Presente, tem nesta reorientação historiográfica a perspectiva de assumir o passado como uma invenção do presente. A proposta metodológica intenta produzir uma história do prédio da escola normal no presente voltando ao passado para compreender, nos vestígios, os indícios que auxiliem perseguir os objetivos propostos pela investigação. Os vestígios do passado, os que restam, servem para ensaiar uma aproximação com o objeto, são eles documentos como: conjunto de leis escolares, excertos publicados em jornais locais, fotografias, cartas, entrevistas realizadas com alunos da primeira turma da Escola Normal – cedidas pela pesquisadora Flávia Maria Machado Pinto –, objetos da cultura escolar – cadernos, livros de matrículas, entre outros objetos da cultura material da escola²⁰.

Os registros escritos em outras épocas, convertidos em documentos/fontes para a história, são os guias de uma viagem metafórica do historiador no tempo. Por meio deles, o pesquisador desloca-se para diferentes momentos do passado sem nunca abandonar o tempo presente. Ao deslocar-se no tempo, “o historiador sempre se movimenta em dois planos” (KOSELLECK, 2006, p. 305). No primeiro plano, o

²⁰ A primeira pesquisa sobre a escola normal implantada em Lages em 1933 foi desenvolvida pela pesquisadora Flávia Maria Machado Pinto. A pesquisa resultou na dissertação de mestrado intitulada “Escola Pública em Lages na década de 1930: Espaço de disputa política”, defendida em 2001 junto ao Programa de Pós-graduação em Educação da UFSC.

movimento consiste em uma aproximação do passado através da linguagem dos documentos/fontes, que abre, ao historiador, o acesso heurístico àquela realidade. O segundo plano é uma aproximação conceitual por meio das categorias científicas do presente que transporta o historiador para o passado.

O retorno no tempo, mais precisamente ao ano de 1933, quando surgem os primeiros indícios para a construção de uma escola normal em Lages, segue um roteiro que operará com três ajustes na lente e esta move-se sob o objeto da pesquisa. Trata-se da variação de escala, proposta neste estudo condizente com o que sinaliza Jacques Revel (1998). Para este historiador, é o princípio da variação [de escala] que conta e não a escolha de uma determinada escala, de modo que a dimensão ‘micro’ não seja a única privilegiada. Assim, a primeira variação da escala tem a lente reduzida para o tempo presente. Ou seja, o presente, no primeiro movimento da lente, é o ponto de partida desta investigação. O presente é a fresta por onde se espreita o passado. O segundo movimento amplia a escala para alcançar o período de emergência da Escola Normal em Lages. Assim, a lente se desloca do presente e vai, num único movimento, ao período que antecedeu à implantação da escola citada. O objetivo perseguido nesta larga variação da escala ancora-se na busca pelos indícios que levem à compreensão do porquê Lages foi selecionada no cenário catarinense para receber a segunda escola normal pública para a formação de professores. De dentro e de perto (MAGNANI, 2005), a lente se move sob os aspectos que dão materialidade a esta instituição escolar. O terceiro movimento tem a variação da escala orientada para o momento da implantação do curso normal. Nesta perspectiva, a lente se desloca por entre as estratégias que deram materialidade à escola em questão.

Nesse jogo de escalas (REVEL, 1998), urge discorrer sobre a delimitação temporal cujo marco final é o período que antecedeu à implantação da Escola Normal em Lages (1933) e o marco inicial o tempo presente (2015). O que se propõe, com

essa delimitação temporal, não é a construção de uma história reversa, mas uma aproximação com as novas necessidades de mediação com o passado. Mediações essas que ressoam na estruturação do título da tese: **lentes no presente (2015) e deslocamentos ao passado (1933)**. Cabe lembrar as ponderações do historiador francês François Hartog (2013) sobre um novo regime de historicidade no qual o presente não deixa o passado passar, ou seja, o passado permanece. Aqui, retomo novamente à epígrafe destacada no início do texto, na qual o autor afirma que o presente direciona a produção do conhecimento histórico. A escrita da História, na proposição do autor, é sempre uma construção sobre uma questão perturbadora do presente. Uma perturbação que busca no passado elementos para que o presente seja compreendido ou interpretado (GLEZER, 2007). A questão perturbadora desse presente reside no destino incerto do prédio que abrigou a Escola Normal em Lages.

Tratando da problemática dos documentos/fontes que darão acesso às experiências históricas do prédio em questão, os mesmos estão organizados em três frentes. A primeira diz respeito às fontes produzidas pelos sujeitos que vivenciaram a experiência de escolarização quando da instalação da Escola Normal em Lages, mais escassas e difíceis de localizar como: livros de matrículas, diários de classe, entre outros objetos da cultura escolar. A segunda organiza-se a partir dos documentos produzidos pelos órgãos do governo e de outras instituições como os jornais. A terceira frente está relacionada às fontes virtuais disponibilizadas em *sites* da internet. Assim, documentos de variados tipos como publicações em *blogs*, em páginas do *Facebook*, em jornais *on-line*, em páginas de revistas, entre outros repositórios virtuais, configuram significativos recursos que oportunizaram a construção de um cenário, colocando o prédio da antiga escola como objeto desta pesquisa.

Sobre os sujeitos que frequentaram a Escola Normal, restam os vestígios como cadernos escolares, fotografias, livros de matrículas, quadro de formaturas e registros de memórias. Estes documentos, na sua maioria, foram, como já mencionado, cedidos pela pesquisadora Flávia Maria Machado Pinto. Entretanto, o recurso grupos na rede social *Facebook* contribuiu para a localização de documentos e contatos com alunos da Escola Normal. A adesão ao grupo do *Facebook* Turmas de Lages propiciou aproximações com sujeitos que possuem objetos da cultura material desta instituição. No entanto, estes objetos, por opção, não foram mobilizados nessa investigação.

A maioria das fontes incide sobre os documentos produzidos para a Escola Normal. Assim, regulamentos, legislação escolar, programas de ensino, ofícios, entre outros dados se constituem em um corpus documental que será perscrutado como uma trilha difusa, imprecisa, cuja reconstituição toma o uso dos elementos necessários ao caminho da pesquisa: *faro*, golpe de vista e intuição (GINZBURG, 1989).

O primeiro destes três elementos é o *faro*, o qual aponta para os documentos escritos para a Escola Normal. Assim, documentos produzidos pelo Estado como regimentos escolares, ofícios, decretos, mensagens do governo, entre outros serão tomados como objetos fabricados para representar um ideal de instituição objetivando a formação de professores, tal ideal foi materializado na construção de um prédio para o exercício específico da atividade formativa.

Na esteira do paradigma indiciário sugerido por Carlo Ginsburg (1989), o segundo elemento, a *intuição*, lembra que a Escola Normal é tanto resultante de uma demanda do governo catarinense como uma demanda social e, por conta disso, constitui-se como uma unidade de ação onde um conjunto de indivíduos, com funções semelhantes e distintas, travam relações entre si e com a sociedade na qual estão inseridos.

Assim, outras fontes, como jornais e objetos da cultura material da escola (cadernos escolares, livros de matrícula), são consideradas importantes documentos para ampliar a compreensão das relações entre a Escola Normal, a sociedade e os sujeitos que circulavam naquele espaço. Fabricadas por diferentes sujeitos, internos e externos à Escola Normal, estes documentos/fontes auxiliarão na aproximação do contexto da emergência e da experiência desta instituição de ensino na cidade de Lages.

O *golpe de vista*, terceiro elemento mobilizado na busca pelos vestígios da Escola Normal e suas significações para a sociedade de Lages, lembra a necessidade de considerar os “indícios mínimos assumidos com elementos reveladores de fenômenos mais gerais” (GINZBURG, 1989, p. 178). Este elemento do paradigma indiciário possibilita ao pesquisador arriscar-se a propor novos olhares, novas questões para a investigação.

A leitura do referencial teórico, com significativa presença de teóricos da história e vinculados à historiografia do tempo presente, e dos documentos/fontes contribuíram para a organização do texto em cinco capítulos. O primeiro capítulo (**Introdução**) apresenta o caminho percorrido do presente estudo. Os capítulos posteriores perseguirão, num primeiro momento, a construção de uma narrativa aportada em conceitos, categorias de análise e documentos/fontes que lhes são próprias. No segundo momento, a escrita destes capítulos concorrerá para o objetivo desta investigação. Portanto, a pretensão de escrita do texto operará, como já mencionado, com o jogo de escalas, na perspectiva de Jacques Revel (1998), lançando mão de diferentes graus de visão que ora ampliará a lente, ora a reduzirá para ampliá-la novamente, movê-la e fechá-la sobre o objeto de pesquisa.

O segundo capítulo, intitulado **OS EMBATES SOBRE O PRÉDIO DA ESCOLA NORMAL: A INTERNET COMO ESPAÇO DE PROJEÇÃO DAS DISPUTAS,**

apresenta, a partir das fontes/documentos virtuais, o cenário das dissidências em torno do destino incerto do prédio da antiga escola no tempo presente.

No terceiro capítulo, **PRESERVAR OU DEMOLIR: DISPUTAS E CONFLITOS SOBRE O PRÉDIO DA ESCOLA NORMAL**, apresentam-se as representações construídas, no tempo presente, pelos diferentes grupos que disputam o destino do prédio. Compreender as motivações e as resistências que se colocam na conjuntura social acerca da conformação patrimonial do prédio da escola normal é o itinerário empreendido neste capítulo.

O quarto capítulo, **DO PATRIMÔNIO PRESERVADO: DESCOMPASSOS NO RECONHECIMENTO E NA SUA LEGITIMAÇÃO EM LAGES**, trata da formação do campo do patrimônio. Para tal a narrativa mobiliza três cenários desdobrados sob alguns aspectos, tais como: as ações de preservação de bens culturais, as tendências e o instrumental técnico-teórico utilizado no campo desde sua emergência. O primeiro cenário apresenta a emergência e a movimentação da categoria patrimônio. O segundo cenário mostra as questões de patrimônio em Santa Catarina e o terceiro cenário enquadra a cidade de Lages e as ações que configuram o patrimônio nessa cidade.

O quinto capítulo, **ENTRE O HORIZONTE DE EXPECTATIVAS E O ESPAÇO DE EXPERIÊNCIA: LENTES QUE SE DESLOCAM AO PASSADO DA ESCOLA NORMAL EM LAGES**, configura uma espécie de prequela²¹, na qual se situam aspectos que antecederam a implantação da escola normal em Lages. Nesse capítulo, a lente ajustada numa escala reduzida se movimenta por entre os

²¹ A prequela ou prequência é um termo utilizado para referir-se a uma obra narrativa que contém elementos ambientados no mesmo universo ficcional, cuja história antecede ao trabalho anterior, apresentando eventos que ocorreram antes da obra original. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Prequela>>. Acesso em: 25 set. 2016.

diferentes espaços de experiências de escolarização na Serra catarinense. O movimento nesta linha, passível de nuances e desvios, busca enxergar no horizonte de expectativas da população de escolares, em Lages e da região da Serra catarinense, as motivações e os desejos pela continuidade da escolarização no ensino secundário. Nesse mesmo capítulo, a lente se ajusta numa escala mais ampliada e passa a esquadrihar uma dimensão alargada do contexto catarinense. Neste cenário, a lente se desloca sobre as intenções do governo em trazer para a Serra catarinense a segunda escola pública para a formação de professores primários. Por fim, num terceiro movimento, a lente, ajustada novamente para uma escala mais reduzida, percorre o contexto regional, por entre os aspectos locais que culminaram na construção de uma nova escola em Lages. A segunda escola normal pública no Estado e a primeira fora da capital.

Por fim, reitero que o objetivo desta pesquisa é destacar a emergência de um campo de conflito nas representações acerca da presença do edifício da escola normal entre os diferentes grupos e indivíduos que, em alguns casos, partilham um mesmo espaço de sociabilidades, como é o exemplo da Câmara de Vereadores do Município, onde alguns representantes do Poder Legislativo posicionam-se favoráveis à demolição do prédio enquanto outros colocaram-se contrários à proposta. Tal campo de conflito expressa, portanto, a luta desses grupos pelo poder em decidir sobre a seleção dos bens culturais a serem preservados.

A problemática vivenciada no contexto estabelecido por causa do prédio desta escola em Lages coloca-se como uma questão dimensionada no campo da história da educação brasileira em sua interface com o patrimônio escolar, uma vez que a fertilidade dessa interface promove reflexões sobre a sensibilidade, o interesse crescente e as preocupações aflitivas em torno da memória da educação e da preservação dos patrimônios escolares (SOUZA, 2013).

2. OS EMBATES SOBRE O PRÉDIO DA ESCOLA NORMAL: A INTERNET COMO ESPAÇO DE PROJEÇÃO DAS DISPUTAS

2.1 PATRIMÔNIO, MEMÓRIA E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: APROXIMAÇÕES POSSÍVEIS

Do senso comum às políticas públicas existe concordância sobre a necessidade de preservação do passado. Mesmo os cultores do ‘novo’, os fiéis da religião do ‘moderno’, os militantes da mudança permanente não ousariam pronunciar-se a favor da destruição dos traços [...]. Uma necessidade identitária parece estar compondo a experiência coletiva dos homens e a identidade tem no passado o seu lugar de construção. (D’ALÉSSIO, 1993, p. 97).

A obsessão pela memória desencadeia, na sociedade contemporânea, o desejo de tudo preservar. As ações de preservação iniciadas na Europa, mais particularmente na França²², manifestaram, na sociedade, uma necessidade de “memória que se traduz em um gigantesco esforço de inventário, salvaguarda, conservação e valorização dos supostos indícios de seu próprio passado” (CANDAU, 2014, p. 158) a ponto de configurarem-se em motivações, estas levam o homem contemporâneo a criar “lugares de memória” (NORA,

²² A França foi o primeiro país europeu a criar leis específicas para a preservação do patrimônio histórico cultural. Em 1837, a Comissão dos Monumentos Históricos é criada com o objetivo de prescrever ações de salvaguarda aos bens considerados como patrimônio (CHOAY, 2006). O pioneirismo francês em salvaguardar o patrimônio histórico e cultural será tratado em outro momento desta pesquisa.

1993, p. 14) como modo de conservar o tempo e estabelecer uma mediação entre passado e presente, principalmente a partir do “desaparecimento das formas tradicionais de construção das memórias” (POSSAMAI, 2012, p. 112).

A expressão “lugares de memória”, atribuída a Pierre Nora, foi posta em circulação pelo empreendimento editorial de mesmo nome, que se dedicou a dar visibilidade à Memória Social na França²³. As proposições que envolvem os “lugares de memória” alicerçam-se na premissa de que onde existe o

²³ O projeto editorial “Lugares de Memória” é o primeiro empreendimento teórico e prático dedicado à Memória Social na França. O projeto resultou em textos reunidos em três tomos, num total de sete volumes, publicados entre 1984 e 1993. A obra introduz um novo olhar (sobre) a história francesa, abordando a memória do país como “República” (1984), “Nação” (1986) e, na última parte, o que o organizador chama de “As Franças” (1993). Participaram deste projeto, além de historiadores, antropólogos, sociólogos e memorialistas. No Brasil, somente a introdução, escrita pelo próprio Pierre Nora, pode ser encontrada traduzida para o português, o que limita o acesso ao conteúdo e torna-se desproporcional em relação à riqueza de elementos que ela oferece. Entretanto, esta limitação não é impedimento para a circulação desta categoria de pensamento na investigação histórica no Brasil. (NEVES, Margarida de Souza. Pierre Nora (1931). In: PARADA, Maurício (Org.). **Os Historiadores Clássicos da História**: de Ricoeur a Chartier. Petrópolis, RJ: Vozes: PUC-Rio, vol. 3, 2014, p. 214-215). Uma rápida pesquisa na rede mundial de computadores, utilizando como termo de busca <os lugares de memória – Pierre Nora> mostra, aproximadamente, 98.000 resultados (0,32 segundos). Esta profusão de textos apresenta distintas proposições de operação com a categoria histórica. Para verificar a informação, acessar o *link* disponível em: <https://www.google.com.br/?gfe_rd=cr&ei=i5iEVfqIoSCIQHmt4DgAg&gws_rd=ssl#q=os+lugares+de+mem%C3%B3ria+Pierre+Nora>. Acesso em: 19 jun. 2015. Nos estudos relacionados ao campo do patrimônio cultural, a noção de “lugares de memória” vem sendo, também, amplamente mobilizada. No artigo intitulado “Pierre Nora e o Tempo Presente: entre a memória e o patrimônio cultural”, publicado em 2012, a historiadora Janice Gonçalves faz uma análise da recepção, da apropriação e do uso dessa noção no campo do patrimônio. Disponível em: <<https://www.seer.furg.br/hist/article/view/3260/1937>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

humano é possível dizer que a memória se estabelece, produzindo os seus lugares. Jacques Le Goff (2003) destaca, a partir de uma passagem de Pierre Nora em *História e Memória*, “os lugares de memória” como

[...] os lugares topográficos, como os arquivos, as bibliotecas e os museus, lugares monumentais como cemitérios e arquiteturas, lugares simbólicos como as comemorações, as peregrinações, os aniversários ou os emblemas, lugares funcionais, como os manuais autobiográficos ou as associações. (LE GOFF, 2003, p. 467).

Nessa perspectiva, os lugares de memória não são necessariamente geográficos e aportam-se em três aspectos que coexistem sempre. Primeiro, sejam ou não lugares físicos e dotados de materialidade, os lugares de memória são tangíveis, ou seja, são apreensíveis sensorialmente. Segundo, os lugares de memória são funcionais, carregados desde sua concepção ou investidos posteriormente da função de construir uma memória. Por fim, são lugares simbólicos nos quais se adensam características emblemáticas de uma memória. Nesse trabalho, que aborda o processo de litígio em torno da edificação da escola normal de Lages, os lugares de memória são compreendidos como uma noção historiográfica²⁴ sugestiva, rica em possibilidades e que permitem abrir novas vias à multiplicação destes lugares nas práticas sociais. Uma destas vias é a instituição escolar.

²⁴ Diferente do conceito que tem a sua função operativa dentro de um determinado campo teórico, a noção afasta-se do rigor teórico e apresenta-se dotada de uma maior flexibilidade, dela espera-se uma função mais aproximativa que operativa (NEVES, 2014). Nessa condição, a noção de “lugares de memória” se apresenta como um recurso cognitivo, pois permite desenvolver novas perspectivas de análise para os que se ocupam das complexas relações entre memória e história.

No artigo “Preservação do patrimônio escolar no Brasil: notas para um debate”²⁵, a autora Rosa Fátima de Souza chama a atenção para “os sentidos decorrentes da escola convertida em ‘lugar de memória’” (SOUZA, 2013, p. 202). A onda memorialística que percorre a sociedade brasileira, no tempo presente, desperta uma sensibilidade para as ações de salvaguarda e preservação do patrimônio escolar. Ao mesmo tempo em que se apresenta como “inovadora e eficiente nesse campo” (Ibidem, p. 201), também se apresenta como problemática. No caso do prédio que abrigou a escola normal em Lages, as sensibilidades, os sentidos produzidos às ações de salvaguarda desta instituição, residem no âmbito da problemática que leva o destino desta edificação até a instância de uma Ação Civil, movida pelo Ministério Público de Santa Catarina. Uma problemática que divide a sociedade entre o preservar e o demolir o prédio da escola. Este prédio, por mais de setenta anos, compôs com outras instituições de ensino um espaço para a formação de professores e, também, de um contingente significativo da população da Serra catarinense, bem como de outras localidades do Estado, em outros níveis e modalidades de ensino. O prédio da escola normal, ao longo de seu funcionamento, abrigou outras experiências educativas como a escola técnica de enfermagem, os primeiros cursos de ensino superior e a educação básica.

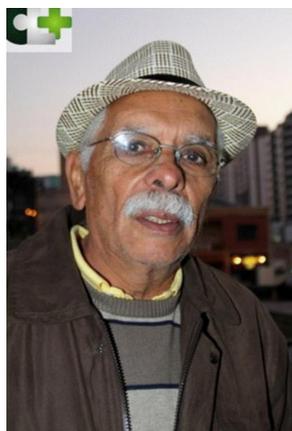
A cidade de Lages foi palco de diversas experiências educacionais, tais como o estabelecimento do grupo escolar na década de 1910, da Escola Normal na década de 1930, dos cursos técnicos nas décadas de 1940 e 1950, da Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC) em 1959, da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) em 1973 e de outras

²⁵ Disponível em:

<<http://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723814262013199/2539>>. Acesso em: 08 ago. 2015.

instituições de ensino. Tais experiências possibilitaram o deslocamento de escolares de outras regiões para frequentarem as instituições citadas. Em 11 de agosto de 2016, por ocasião da entrega do prédio do grupo escolar Vidal Ramos (Colégio Rosa), que foi restaurado pelo governo do Estado e é designado como o primeiro Centro Cultural do Estado em funcionamento com parceria da iniciativa privada (SESC), o jornal local **Correio Lageano** realizou entrevistas com moradores, abordando-os sobre suas memórias acerca da referida instituição de ensino. Em uma das entrevistas (Figura 2), publicada na edição *on-line*, é possível apreender um fragmento que rememora e evidencia o movimento de crianças e jovens de outras regiões da Serra catarinense para frequentarem as instituições de ensino em Lages.

Figura 2 - Uma memória do movimento de escolares na Serra catarinense



Juneval Calisto, aposentado, relembra época com a família. Meu irmão estudou aqui na década de 1940. Morávamos em São Joaquim e vínhamos visitá-lo*.

Fonte: Edição *on-line* do jornal **Correio Lageano** de 11 de agosto de 2016²⁶

²⁶ Centro Cultural Vidal Ramos: Público prestigiou a inauguração do prédio. Disponível em:

Na obra **Regimes de Historicidade: Presentismo e Experiências do Tempo**, o historiador francês François Hartog (2013), ao mesmo tempo em que problematiza o presentismo na sociedade contemporânea, aborda a persistente memorialização dos diversos lugares sociais, o que parece se firmar como um traço marcante nos últimos tempos. Esta onda memorialística, ou a intensificação do interesse pela memória e pelo passado, se faz em um momento no qual as bases da relação da sociedade com o tempo parecem ter mudado significativamente, gerando uma crise de relacionamento com o tempo. Segundo o autor, a transição para uma nova forma de relação com o tempo, ou um novo regime de historicidade, configurado na predominância do presente, é denominada de presentismo (HARTOG, 2013).

O historiador alemão Andréas Huyssen²⁷ faz uma constatação similar à de François Hartog quando descreve que,

<<http://www.clmais.com.br/variedades/98676/centro-cultural-vidal-ramos:-p%C3%BAblico-prestigiou-a-inaugura%C3%A7%C3%A3o-do-pr%C3%A9dio>>. Acesso em 12 ago. 2016.

²⁷ Na obra **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia**, o historiador alemão Andreas Huyssen sinaliza a emergência de uma cultura e de uma política de memória, bem como sua expansão global a partir da queda do muro de Berlim. As implicações da queda deste monumento, característico da História Contemporânea, ressoam também em estudos desenvolvidos por outros historiadores como, por exemplo, o historiador francês François Hartog, citado na introdução desta pesquisa. Numa proposição próxima a de Hartog (2013), Andreas Huyssen aponta que este acontecimento possibilitou uma nova relação com o tempo. Observando as transformações de Berlim, Huyssen explora as construções de cenários urbanos, espaços virtuais e novos sentidos da memória histórica. Os ensaios que compõem a obra sugerem que o imaginário urbano e as memórias traumáticas têm um papel fundamental na atual transformação, na nossa experiência de espaço e tempo e nos conduzem muito além do legado da modernidade e do colonialismo. Assim, a memória e o tempo são os temas ou categorias históricas mobilizadas na obra de autor (HUYSSSEN, 2000).

particularmente, após a queda do muro de Berlim, marco de um novo período mundial, um dos fenômenos culturais e políticos mais surpreendentes foi a “emergência da memória como uma das preocupações culturais e políticas centrais das sociedades ocidentais” (HUYSSSEN, 2000, p. 9). Isso é justificado pela transformação ocorrida na sociedade quanto à experiência e à sensibilidade temporal, quando ocorre um deslocamento na percepção do tempo futuro-presente para passado-presente.

Vê-se presente neste processo a preocupação com o registro da memória, com a compulsão pelo arquivo e com a monumentalização do passado. Huyssen (2000) associa a emergência da memória às mudanças da modernidade e da contemporaneidade, nas quais o avanço das tecnologias de mídia, a volatilidade do presente, a globalização e a perda da identidade em nome da igualdade caracterizam uma crescente instabilidade do tempo e uma fratura do espaço vivido.

Diante deste cenário, o autor argumenta sobre a necessidade da relação próxima da memória e da musealização para “construir uma proteção contra a obsolescência e o desaparecimento, para combater a profunda ansiedade com a velocidade da mudança e o contínuo encolhimento dos horizontes de tempo e espaço” (HUYSSSEN, 2000, p. 28). Na proposição do autor, existe, na sociedade contemporânea, a sensação de que o mundo está sendo musealizado, vive-se a era dos remakes originais. Em parte, esta sensação é criada pela indústria cultural, uma vez que o homem está sendo conduzido a buscar a recordação, ou seja, é induzido a alimentar um desejo constante de rememorar o passado no presente. A memória tornou-se uma obsessão cultural de proporções monumentais em diferentes partes do planeta

Esse consumo da memória, e em consequência as ações de preservação, são definidas a partir de padrões, de usos que se revelam de inúmeras formas: moda retrô, expansão da

“literatura memorialística e confessional”, “obsessiva automusealização através da câmera de vídeo”, aumento do número de programas e documentários na televisão, “controvérsias públicas sobre efemérides politicamente dolorosas, comemorações e memoriais”, “restauração historicizante de velhos centros urbanos, cidades-museus e paisagens inteiras”, enfim, é como se o objeto fosse conseguir a recordação total (HUYSSSEN, 2000, p. 14 – 15). Todas estas formas procuram revitalizar, rememorar algo vivenciado pela sociedade, buscando, na maioria das vezes, um efeito de congelamento do passado com a seleção de alguns acontecimentos considerados dignos de serem guardados na memória coletiva. Sobre esta seleção, Huyssen (2000) considera, ainda, que em um mundo onde há excesso de memória se deve partir para a distinção dos “passados usáveis dos passados dispensáveis” (Ibidem, p. 37), ou seja, deve-se empreender uma seleção produtiva em relação às informações de memória.

Numa perspectiva aproximada ao que sinaliza Huyssen (2000), Rosa Fátima de Souza (2013) chama a atenção para a “seleção dos bens educacionais a serem preservados” (SOUZA, 2013, p. 211). Para a autora, é necessário estabelecer, no campo do patrimônio escolar e em extensão ao campo da história da educação, “discussões aprofundadas” sobre “o que preservar, como, para que e para quem”. Ou seja, a quem compete preservar, “qual dever ser o critério de escolha: as escolas mais antigas? Aquelas consideradas de valor histórico por sua representatividade? [...] quem define a representatividade e o valor histórico?” (Ibidem, p. 211). A instalação destas discussões promove, segundo Souza (2013), uma nova produção de sentidos para as ações de salvaguarda da cultura material (com destaque para os prédios escolares) e imaterial escolar. “Nos atos de reunir, organizar, higienizar, inventariar e pesquisar o patrimônio no campo da educação deve haver mais que resistência ao esquecimento e reverência

pela escola do passado” (Ibidem, p. 216). Deve-se alinhar ao horizonte de expectativas do patrimônio escolar “a perspectivas da construção do futuro presente das escolas em nossa sociedade” (Ibidem, p. 2016).

As preocupações com as questões da preservação da memória têm favorecido o fenômeno da patrimonialização, tal fenômeno permite que artefatos antigos, imersos nas tramas sociais e políticas do presente, sejam ressignificados para cumprir novas funções que lhes são atribuídas. Nessa chave, o patrimônio cultural, fruto dessa onda patrimonializadora do passado, inscreve-se como objeto dotado de historicidade, passível da investigação em história e, em extensão, na história da educação. Acerca das aproximações entre um campo e outro, Possamai (2012) afirma haver uma pertinência no movimento da categoria patrimônio nas investigações em história da educação. Para tal, a autora esboça uma reflexão a partir de três considerações: o patrimônio como documento potencial à investigação histórica, a história da educação em interface com a história e a história da educação em interface com a educação.

Possamai (2012) considera que o deslocamento do uso preponderante da documentação escrita para outros tipos de documentos/fontes, como a cultura material e a cultura visual, ocorrido, sobretudo, a partir das abordagens da História Cultural, tem permitido a reconfiguração do campo historiográfico e fomentado significativas contribuições à produção historiográfica da educação, principalmente as que problematizam a materialidade do patrimônio histórico educativo. Assim, arquivos escolares, acervos e inventários documentais de escolas têm figurado como documento/fonte para a história da educação e se constituído como objetos essenciais para a preservação do patrimônio escolar, bem como para as experiências que se desdobram na criação de museus, centros e espaços de memória escolar. Como exemplo de local adotado para a memória, é possível citar o Instituto de

Documentação e Investigação em Ciências Humanas (IDCH), mantido, em Florianópolis (SC), pela FAED/UEDESC²⁸. Este espaço é um dos responsáveis pela preservação da memória e da cultura escolar do Estado de Santa Catarina.

No que diz respeito à pesquisa dos edifícios escolares, Possamai (2012) ressalta que a categoria patrimônio tem sido movimentada no sentido de compreender o “contexto de construção das edificações escolares, trazendo grande contribuição para o entendimento do lugar social” (p. 116-117). A autora chama a atenção para o deslocamento dessa abordagem, que naturaliza a escola como espaço edificado, para um outro enfoque, qual seja o de percebê-la em uma dimensão espacial mais ampla. Dimensão esta que reconheça a escola em sua historicidade e em seus múltiplos caminhos de apropriação social. Nessa perspectiva, os estudos acerca da instituição escolar, das antigas escolas normais em particular, que movimentam a categoria de patrimônio, devem tangenciar situações que a coloquem em contextos históricos mais recentes, que apresentem as políticas patrimoniais a configurá-lhe em um lugar de memória. As motivações para a conformação patrimonial e os excessos de memória desencadeiam o desejo de preservá-la (ou de não a preservar). Enfim, as proposições de Possamai (2012) vão ao encontro do sentido dado ao processo de patrimonialização da instituição escolar, onde a mesma, como patrimônio, se constitua como mediadora do passado e da memória no presente.

²⁸ O Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas (IDCH) está vinculado ao Centro de Ciências Humanas e da Educação (FAED), da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (UEDESC) e tem por objetivo, segundo o Art. 2º da Resolução Nº 030/2012 – CONSUNI –, ser um centro de documentação destinado a desenvolver pesquisas, receber, tratar e armazenar acervos e documentos em diversos suportes, estimulando a produção, a socialização e a estruturação. Para mais informações acessar o endereço eletrônico: <<http://www.faed.udesc.br/?id=1033>>. Acesso em 12 mar. 2016.

Em diálogo com os autores já citados – e no caso específico do chamado patrimônio escolar em uma aproximação às proposições de Possamai (2012) –, retoma-se o objetivo dessa pesquisa que é o de problematizar as rupturas e as permanências acerca do valor simbólico do prédio da escola normal, na cidade de Lages. As percepções sobre o valor simbólico desta instituição escolar configuram diferentes representações, as quais produzem sentidos distintos no imaginário social²⁹ sobre as formas de recepção e usos deste espaço. Os efeitos destes diferentes sentidos promovem, no contexto da sociedade em Lages – e por vezes se estendem a outros espaços como a Fundação Catarinense de Cultura, o Conselho Estadual de Cultura e o Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo –, tensões e conflitos de interesses que conformam ou não esta edificação em um patrimônio cultural.

²⁹ Intrinsecamente envolvido com a Nova História, o imaginário é uma categoria de análise que adentrou na produção historiográfica nas últimas décadas do século XX e tem possibilitado ao pesquisador aproximar-se das experiências vivenciadas por indivíduos e grupos sociais em épocas distintas. “Imaginário significa o conjunto de imagens guardadas no inconsciente coletivo de uma sociedade ou de um grupo social, é o depósito de imagens de memória e imaginação. Ele abarca [...] as representações de uma sociedade [...] a experiência humana, coletiva ou individual” (SILVA; SILVA, 2010, p. 213). As imagens, por sua vez, são construídas a partir da forma com que os indivíduos, em seus grupos sociais, apropriam-se, ressignificam e representam o cotidiano ao seu redor. Desta forma, o imaginário está diretamente relacionado ao conceito de representação proposto por Roger Chartier (1990). Para tratar de representação coletiva, Chartier toma emprestada as ideias de Mauss e Durkheim. A noção de representação coletiva articula-se em três princípios: o trabalho de classificação e recorte que produz configurações intelectuais múltiplas, através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos que compõem uma sociedade; práticas que visam tornar conhecida a identidade social e significar simbolicamente um estatuto e uma posição; as formas institucionalizadas e objetivadas, em virtude das quais representantes marcam de modo visível, perpetuam a existência do grupo, de comunidades ou de classe.

2.2 DOCUMENTOS/FONTES VIRTUAIS: UM RECURSO PARA A ESCRITA DA HISTÓRIA

As diferentes representações sobre o destino do prédio, que por sete décadas serviu aos propósitos da educação do estado catarinense, foram identificadas e coletadas nos excertos das publicações e dos comentários postados por cidadãos nas edições *on-line* do jornal **Correio Lageano**³⁰ (Figura 3) e em outros suportes de informação virtual, como: *blogs*, portais de revistas *on-line*, redes sociais, entre outros. A análise dos conteúdos destas publicações, para além de contribuir com a identificação das representações, auxiliou na construção do cenário de conflitos e embates acerca do destino desta edificação. Cenário este que será delineado no próximo capítulo desta pesquisa.

Figura 3 - Comentários na internet sobre o destino do prédio escolar

Fico muito envergonhado com essa situação, pois passei o 1º e 2º grau(antigo) nesse colégio e meus três filhos estudavam lá. Em um determinado momento foram retritados sob alegação de risco eminente, mas o prédio estava desta forma a algum tempo. Onde fica o nome do colégio que é de um cidadão ilustre e a importância dele no contexto educacional da cidade. É inadmissível sequer pensar em transformar o local em uma praça, pois este é um templo da educação. Primeira escola normal, referencia no curso Técnico e Auxiliar de Enfermagem, Fanfarra várias vezes campeã de concursos.....em fim é lastimável, também pelo fato de ter no governo alguém que confio e não vejo fazer nada pelo Colegio que amo

16/03/2013 - às 12:10:38

Gostaria de ver naquele local, algo que concilie a recuperação da história do colégio (um espaço) e algum empreendimento que gere algo de moderno à cidade.Nós já temos dois museus. Está sendo reformado outro lugar histórico(famoso colégio rosa).Agora é pensar pra frente!Sempre pensando em gerar renda e emprego!

18/03/2013 - às 21:43:26

Estudei no Colégio Aristiliano, mas logicamente não deve mais ser escola. Os pais lá do tributo ou Cidade alta põe os filhos no controle! Porque isso? Sem falar que as crianças gazeiam aulas para ficar entrando nas lojas, bares, lanchonetes, namorando nas galerias, correria nas calçadas etc. Precisamos de uma LAGES MODERNA. Precisamos de uma cidade atraente para o investimento, para indústria, tecnologia e turismo. Ass: [REDACTED]

12/03/2013 - às 16:56:11

Chega de Museu, vamos construir prédios novos, vamos inovar, crescer, chega de lembrar do passado...

Fonte: Edições *on-line* do jornal **Correio Lageano**.

³⁰ As informações sobre o destino do prédio da escola normal em Lages foram coletadas nas edições *on-line* do jornal **Correio Lageano**, entre os anos de 2011 e 2016.

O conceito de representação é tomado na perspectiva de Chartier (1990), pois este autor afirma que a representação é a forma como um grupo social vê e explica um elemento de sua sociedade, como resultado de uma prática. Entretanto, o autor alerta para o fato de que o olhar e a explicação são condicionados pela posição ocupada pelo indivíduo dentro do contexto social. Além disso, toda representação do mundo social é construída pelos interesses do grupo que a elaborou, sendo necessário observar as representações e os discursos a partir da posição social de quem os utiliza. Ainda segundo Chartier (1990), assim como existe luta econômica pela hegemonia da sociedade, existe também luta de representações, na qual cada grupo tenta impor seus valores aos outros. Nesse sentido, entende-se que não existe distinção entre a objetividade das estruturas e a subjetividade das representações (CHARTIER, 1990).

Numa perspectiva aproximada a de Chartier, Stuart Hall (1997) considera que as representações estão ligadas às relações de poder e ao lugar sócio-histórico de sua produção. Dessa forma, os significados não repousam sobre o patrimônio, mas são produzidos por grupos, que lhes atribuem (ou não) determinados valores e sentidos. Assim, as representações sobre o que é ou o que não é passível de ser convertido em patrimônio cultural devem ser analisadas como processo social, ou seja, devem ser examinadas a partir de seu contexto de produção e das relações de força entre os diferentes grupos que compõem uma dada sociedade. As relações de força empreendidas fazem do campo do patrimônio um território de embates, conflitos e tensões, onde estão em jogo representações que fixam determinados significados. Estes significados, pelos quais o passado, a memória e os seus desdobramentos – museus, centros de memória, patrimônios e memoriais –, são produzidos por relações sociais, as quais “envolvem uma disputa em que algumas ideias, estratégias e

sentidos são permitidos, enquanto outros são omitidos silenciados, ocultos ou manipulados” (MORAES, 2005, p. 96).

No entremeio do embate pelo valor simbólico, pelas representações, pelos conflitos de interesses e pelas tensões entre as posições, cada qual defendendo um destino para o antigo prédio da Escola Normal em Lages, que se constrói a narrativa desta pesquisa. Para tal, os documentos/fontes utilizados encontram-se em suportes físicos – impressos – como jornais locais e estaduais, documentos oficiais, como a Ação Civil Pública³¹ movida pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina contra o Município de Lages e o Estado de Santa Catarina. Nesta ação, encontram-se os registros das motivações que levam este órgão público a propor a salvaguarda do prédio escolar.

Outro significativo corpus de documentos/fontes auferidos na investigação foi identificado em documentos digitais disponíveis na internet. Sobre o uso da internet como uma nova categoria de fonte documental para a pesquisa em história, Almeida (2011) considera que, após o advento da internet, os pesquisadores, em especial, os do Tempo Presente, passaram a contar com um aporte quase inesgotável de outras fontes. Sobre essa questão, os historiadores Andréa Ferreira Delgado e Dilton Maynard também chamam a atenção para as

³¹ Em 8 maio de 2012, o Ministério Público do Estado de Santa Catarina, representado pelo Órgão de Execução titular do cargo da 13ª Promotoria de Justiça da Comarca de Lages, instaura o Inquérito Civil Público nº 06.2012.00002986-6 com o objetivo de apurar a existência de possíveis lesões ao prédio onde funciona a Escola de Educação Básica Aristiliano Ramos (escola normal), bem cultural protegido pela lei orgânica municipal. Os desdobramentos deste inquérito resultaram, em 2013, na Ação Civil Pública movida contra o município de Lages e contra o governo do Estado. A Ação Pública está disponibilizada no Foro de Lages, Vara da Fazenda Ac. Trabalho e Reg. sob o número padrão: 0014839-16.2013.824.0039, Classe: Ação Civil Pública/Lei Especial, assunto principal: Patrimônio Histórico/Tombamento. Os réus nesta ação são o Estado de Santa Catarina e o Município de Lages.

transformações promovidas pela chegada da internet no campo da pesquisa histórica. Segundo eles,

Se a internet invadiu as nossas vidas, se há duas décadas permeia mais intensamente o nosso cotidiano, afetando a forma como entendemos o mundo, é preciso refletir sobre como tais mudanças se manifestam no campo da história [...] é impossível desviar o olhar da grande rede e minimizá-la diante do dilúvio informacional, das novas formas de produção do conhecimento e de relações sociais que a contemporaneidade tem experimentado. (DELGADO, MAYNARD, 2015, p. 582).

Assim, para aqueles que se dedicam investigar as relações entre o passado e o presente, a chegada da *Web*³² marca um novo tempo. Neste novo tempo, as atividades culturais, as economias, as políticas governamentais, entre outras ações são pensadas a partir da sua introdução na *Web*. Consequentemente, não ter acesso ou estar ausente dessas redes é, segundo Manuel Castells (2003, p. 11), “uma das formas mais danosas de exclusão em nossa economia e em nossa cultura”. Da mesma forma, excluir o ciberespaço das nossas preocupações significa nos distanciarmos das práticas culturais contemporâneas, imprescindíveis ao ofício do historiador (DELGADO; MAYNARD, 2015, p. 583).

Entretanto, em meio à avalanche de registros disponibilizados na *Web*, autores como Almeida (2011)

³² De origem inglesa a palavra *Web* significa teia ou rede. O uso desta palavra intensificou-se com o aparecimento da internet, pois neste contexto a palavra é designada para identificar a rede que conecta computadores por todo mundo, a *World Wide Web* (WWW). As informações ligadas através desta hipermídia (hiperligações em forma de texto, vídeo, som e outras animações digitais) permitem ao usuário acessar uma infinidade de conteúdos através da internet (ALMEIDA, 2011).

sinalizam para a relutância dos historiadores em “aproveitar a rede como fonte de pesquisa, especialmente como fonte primária para as pesquisas históricas” (ALMEIDA, 2011, p.9). Esta resistência, segundo o autor, tem relação com a herança deixada pela Escola Metódica, dita Positivista, do final do século XIX, na qual o historiador deveria trabalhar com documentos oficiais, os quais eram, na sua maioria, textos registrados em papel. Outras formas de “registro das atividades humanas eram desprezadas ou relegadas às chamadas ‘ciências auxiliares’, como a Arqueologia e a Numismática” (Ibidem, p.10).

Reforçando esta ponderação, o autor sinaliza, ainda, que as ressonâncias³³ da dependência da pesquisa histórica no suporte de papel perpassam o cenário da investigação histórica contemporânea. Existe, segundo o autor, uma tradição historiográfica baseada nesse suporte específico, pois, até mesmo o estereótipo do historiador como ‘rato de arquivo’ não dispensa a alegoria de um cenário de penumbra, no qual um personagem com uma postura arqueada e os óculos na ponta do nariz analisa papéis amarelados em meio à poeira e ao mofo.

Ainda sobre o viés da resistência dos historiadores ao uso dos documentos digitais, o historiador francês Roger Chartier atribui que a recusa e o distanciamento se dão em função das alterações textuais eletrônicas sofridas pelas modalidades comumente utilizadas na produção do discurso histórico. Para este historiador, os

³³A noção de ressonância é mobilizada nesta pesquisa na perspectiva proposta pelo historiador estadunidense Stephen Greenblatt, para quem a ressonância está vinculada ao poder de um objeto exposto para atingir um universo mais amplo. Além de suas fronteiras formais, o poder de evocar no expectador as forças culturais complexas e dinâmicas das quais ele [o objeto] emergiu e das quais ele é, para o expectador, o representante (tradução livre). – GREENBLATT, S. *Resonance and Wonder*, p. 42-56. Disponível em: <<http://stephengreenblatt.com/sites/default/files/Karp-Levine.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2015.

[...] três dispositivos clássicos da prova da História (a nota, a referência, a citação) são muito modificados no mundo da textualidade digital a partir do momento em que o leitor é colocado em posição de poder ler, por sua vez, os livros que o historiador leu e consultar por si mesmo, diretamente, os documentos analisados de produção, organização e certificação dos discursos de saber mostram a importância da transformação das operações cognitivas que implica o recurso ao texto eletrônico. Aqui há uma mutação epistemológica fundamental que transforma profundamente as técnicas da prova e as modalidades de construção e validação dos discursos de saber. (CHARTIER, 2009, p. 60-61).

No entanto, a preponderância de investigações calcadas na documentação escrita vem ampliando-se, nas últimas décadas, para outros suportes como a cultura material e a cultura visual. Esta ampliação se deu, sobretudo, a partir da concepção histórica difundida pela Escola dos *Annales*, cuja proposta se alicerçava na ideia de que o conhecimento histórico deveria ser produzido pelo uso de documentos/fontes relacionados a uma variedade de manifestações do ser humano.

Lucien Febvre, citado por Jacques Le Goff em **História e Memória** (2003), considerava que

[...] a história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta das flores habituais. Logo, com palavras. Signos. Paisagens e telhas. Com as formas do campo e das ervas daninhas. Com os eclipses da lua e a atrelagem dos cavalos de tiro. Com os exames de pedras feitos pelos geólogos e com as

análises de metais feitas pelos químicos. Numa palavra, com tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem. Toda uma parte, e sem dúvida a mais apaixonante do nosso trabalho de historiadores, não consistirá num esforço constante para fazer falar as coisas mudas, para fazê-las dizer o que elas por si próprias não dizem sobre os homens, sobre as sociedades que as produziram, e para constituir, finalmente, entre elas, aquela vasta rede de solidariedade e de entreatada que supre a ausência do documento escrito? (FEBVRE, 1949 apud LE GOFF, 2003, p. 530).

Na mesma proposição de Febvre, outro fundador da Revista **Annales d'Histoire Économique et Sociale**, Marc Bloch, também citado por Le Goff (2003), afirmava que

Seria uma grande ilusão imaginar que cada problema histórico corresponde um tipo único de documentos, especializado para esse uso [...]. Que historiador das religiões se contentaria em consultar tratados de teologia ou recolhas de hinos? Ele sabe bem que sobre as crenças e as sensibilidades mortas, as imagens pintadas ou esculpidas nas paredes dos santuários, a disposição e o mobiliário das tumbas, têm pelo menos tanto para lhe dizer quanto muitos escritos. (BLOCH, 1949 apud LE GOFF, 2003, p. 531).

A insistência acerca da necessidade de ampliar a noção de documento, para além do documento escrito, incorporando outras manifestações humanas – como o ilustrado, o transmitido pelo som, a imagem, ou qualquer outra forma de manifestação humana apresentada pelos fundadores da Escola dos *Annales* –, auxilia na reflexão sobre os recursos digitais/virtuais convertidos pelo seu uso em

documentos/fontes virtuais³⁴ para a pesquisa histórica, na contemporaneidade e, em consequência, para esta investigação.

Sobre a relação entre a internet e a produção historiográfica, em 2010, o historiador italiano Carlo Ginzburg iniciou a conferência realizada no seminário internacional Fronteiras do Pensamento, ocorrida na cidade de Porto Alegre, com a seguinte menção:

Todos usam a internet. Eu também. Todos falam sobre a internet. Eu também. Em tal tópico, o risco de ser banal é grande demais. Eu resolvi correr este risco, porque a revolução tecnológica que está ocorrendo perante nossos olhos e que modificou profundamente nossa existência mesmo nos aspectos mais triviais do dia-a-dia deve ser analisada em suas implicações. (GINZBURG, 2010).

Intitulada “História na Era *Google*”, a conferência proferida por Ginzburg tratou sobre a relação entre Internet e História no século XXI³⁵. Nela o historiador apresentou os impactos desta revolução tecnológica sobre as práticas de armazenamento e disponibilização de acervos, a “hipertextualização” das enciclopédias, entre outras modificações na relação entre o historiador e a fonte. Nesta conferência, Ginzburg alertou também para as repentinas mudanças provocadas pela Internet e pelo *Google*. Segundo

³⁴ Para esta pesquisa o documento/fonte virtual é considerado como aquele documento/fonte de conteúdo tão variável quanto os registros das atividades humanas possam permitir. No entanto, este tipo de documento/fonte está codificado em dígitos binários, implicando na necessidade de uma máquina para intermediar o acesso às informações. Geralmente, esta máquina é um computador (ALMEIDA, 2011).

³⁵ A conferência, dividida em duas partes, está disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=QKdfsVBP20E>> e <<https://www.youtube.com/watch?v=xr0xOQ48Wzs>>. Acesso em 12 out. 2015.

ele, estas mudanças se desenvolvem num contexto histórico específico, em que a capacidade astronômica de indexação de informações do *Google* é uma sofisticação das práticas de indexamento existentes há séculos. O que se encontra na avaliação deste historiador é uma concepção desta transformação tecnológica extremamente relacionada às ferramentas de busca e às formas como estas ferramentas transpõem barreiras temporais e de espaço.

O uso significativo da internet³⁶ no mundo ocorre nos anos de 1990 e, a partir de então, tornou-se uma ferramenta de comunicação poderosa devido à facilidade de acesso e à ampliação de cobertura da nova tecnologia (ALMEIDA, 2011). O acesso à rede mundial de computadores vem criando um novo espaço de sociabilidades denominado por Pierre Lévy (1999) de ciberespaço. Para o autor:

O ciberespaço [...] é o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo. (LÉVY, 1999, p. 17).

Como um novo espaço de comunicação, a internet, segundo Lévy (1999), modifica a visão de mundo de seus

³⁶ A internet é uma rede de alcance global que interconecta milhões de equipamentos como PDAs (*Personal Digital Assistant* ou *Planmtop*), televisores, *notebooks*, telefones, *tablets*, celulares, câmera de vídeo, computadores de mesa, entre outros recursos tecnológicos através do mundo. Estes equipamentos conectados são considerados *hosts* que se comunicam por meio de *links* de comunicação que podem ser de vários tipos: cabos coaxiais, cabos de cobre, fibras óticas, ondas de rádio, entre outras formas. Os *hosts* acessam a rede (internet) através dos provedores de serviço de internet – ISPS (KUROSE, ROSS, 2005 apud ALMEIDA, 2011).

usuários³⁷ e promove a supressão dos limites territoriais geográficos no âmbito das comunicações, tornando possível uma rápida circulação de informações em escala mundial.

Um computador e uma conexão telefônica dão acesso a quase todas as informações do mundo, imediatamente ou recorrendo a rede de pessoas capazes de remeter a informação desejada [...]. Meditemos um instante sobre uma frase de Fernand Braudel: ‘medida pela velocidade dos transportes da época, a Borgonha de Luís XI é várias centenas de vezes a França inteira de hoje’ [...]. Cada dispositivo de transporte e de comunicação modifica o espaço prático, isto é, as proximidades efetivas. (LÉVY, 1999, p. 199).

Além da redução das distâncias no universo das comunicações mundiais, a internet possibilita a conexão entre blocos de informação (hipertextos)³⁸ por meio de vínculos eletrônicos denominados *links* (atalhos), os quais redirecionam o usuário para informações dentro do mesmo *site* ou para outros endereços eletrônicos. De acordo com Leão (2001), a conexão entre as informações tem caráter rizomático pois

[...] a construção da teia mundial envolve o trabalho de diversas mentes, distribuídas em diversas páginas. Seu crescimento e sua vitalidade não se encontram localizados em um

³⁷ A modificação da visão de mundo do usuário da internet é chamada de ‘cibercultura’. Este termo é proposto por Pierre Lévy com o propósito de definir um conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço (LÉVY, 1999).

³⁸ O processo de conexão entre os blocos de informações é chamado de hipertexto. Para Koch (2007), o hipertexto refere-se a uma forma de escrita que rompe com a linearidade e a estrutura sequencial de um texto impresso convencional. Além disso, para o hiperleitor, o acesso a outros textos e *sites* é possível através dos *hiperlinks* disponíveis no texto.

ponto central e específico. Ao contrário, é no caráter de autogeração e autopoiesis que a Internet se desenvolve. Sem dúvida alguma, o que faz da Web uma teia, uma rede na qual uma complexa malha de informações se interligam, é a própria tecnologia hipertextual que permite os elos entre os pontos diversos. Cada página, cada site, traz em si o potencial de se intercomunicar com todos os outros pontos da rede. [...] de um ponto da rede pode-se alcançar outros, que também possibilitam outros. (LEÃO, 2001, p. 24).

Os documentos digitais disponíveis na internet e perscrutados nesta pesquisa – como as edições *on-line* do jornal local **Correio Lageano**, as edições *on-line* do jornal estadual **Diário Catarinense**, os vídeos postados no *youtube*, informações presentes em *blogs* e redes sociais como o *Facebook*, os portais *on-line* de revistas como a **Revista Visão** e **Revista Expressiva**³⁹, os *websites*⁴⁰, entre outros recursos acessados na rede mundial de computadores – assumem o caráter rizomático proposto por Leão (2001), pois um ponto foi conectado a outro e, a partir destas conexões, foi possível desenhar um cenário de conflitos, embates e tensões entre os diferentes grupos sociais que disputam judicialmente o destino do prédio da escola normal em Lages.

³⁹ A **Revista Visão** e a **Revista Expressiva** são periódicos mensais que abrangem toda a Serra catarinense. As edições destas revistas e outras informações estão disponíveis também nos respectivos portais *on-line*:

<<http://portal.revistavisao.com.br/>> e

<<http://www.revistaexpressiva.com.br/sobre.php>>. Acesso em 15 jul. 2016.

⁴⁰ *Website* é uma palavra que resulta da justaposição das palavras inglesas *web* (rede) e *site* (sítio, lugar). No contexto das comunicações eletrônicas, *website* e *site* possuem o mesmo significado e são utilizadas para fazer referência a uma página ou a um agrupamento de páginas relacionadas entre si, acessíveis na internet através de um determinado endereço. O que é um website? Disponível em: <<http://www.significados.com.br/website/>>. Acesso em: 24 out. 2015.

Os documentos/fontes mobilizados neste capítulo foram produzidos entre os anos de 2011 a 2016. É deste período, deste tempo presente, que o objeto de estudo é problematizado. É deste tempo, também, que o olhar se desloca para buscar no passado indícios que permitam compreender a emergência de um campo de conflitos nas representações acerca da presença do edifício que abrigou a escola normal em Lages. Segundo Eric Hobsbawm, citado por Serge Berstein (1993), o tempo presente é o período durante o qual se produzem eventos, os quais pressionam o historiador a revisar a significação que ele dá ao passado, a rever as perspectivas, a redefinir as periodizações, isto é, o olhar, e a função do resultado de hoje para um passado que somente sob essa luz adquire significação.

2.3 O PRÉDIO DA ESCOLA NORMAL NA INTERNET: RESSONÂNCIAS, IDENTIFICAÇÕES, MOTIVAÇÕES E RESISTÊNCIAS

Como exposto, a internet oferece uma quantidade ilimitada de informações combinadas com uma facilidade de acesso. Para tal, basta digitar uma URL⁴¹ para que o navegador redirecione o usuário para um universo de textos e imagens

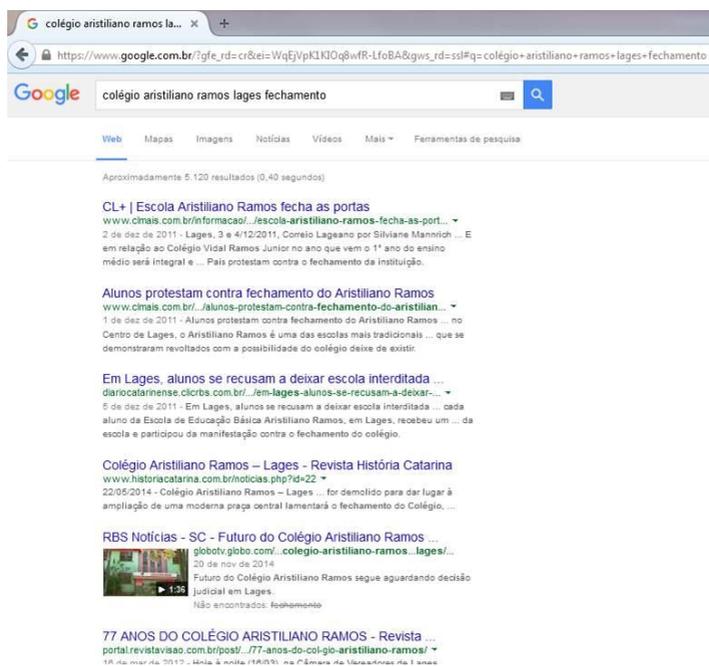
⁴¹ Uma URL (*Uniform Resource Locator*) é o endereço de um recurso disponível em uma rede, seja a Internet ou uma rede corporativa (Intranet). Uma URL tem a seguinte estrutura: <protocolo://máquina/caminho/recurso>. O protocolo poderá ser HTTP, FTP, entre outros. O campo “máquina” designa o servidor que disponibiliza o recurso designado. O “caminho” especifica o local onde se encontra o recurso dentro do servidor. No exemplo: <http://www.integralismo.org/textos/code_etica.html>, o protocolo é o HTTP, o servidor é designado por <www.integralismo.org>, o caminho especificado é a seção “textos” e o recurso, neste caso, o “Código de Ética do Estudante” elaborado por Plínio Salgado em 1947, que se encontra em “code_etica.html” (ALMEIDA, 2011, p. 29).

sobre os mais diversos assuntos (ALMEIDA, 2011), sendo possível, ainda, utilizar um mecanismo de busca⁴². Nesta investigação, o *Google* representou o primeiro ponto na teia das produções de sentidos, ao longo de múltiplas conexões entre blocos de informações e textos acerca da presença do prédio da escola normal em Lages, bem como sobre os embates travados no reconhecimento desta edificação como patrimônio cultural a ser preservado. Ao digitar neste *site* os termos <Colégio Aristiliano Ramos – Lages – Fechamento>, a ferramenta localizou, aproximadamente, 5.120 repositórios digitais, em uma busca que durou cerca de 0,40 segundos, conforme mostra o *print* da tela do computador⁴³. Estes repositórios apresentam algum tipo de informação ou alguma menção sobre os termos pesquisados.

⁴² Na internet, um mecanismo de busca, ou *site* de busca (*search engines*), varre as informações registradas em rede e as classifica por ordem de importância para termos informados pelo usuário/pesquisador. Os mecanismos de busca mais comuns são: *Google*, *Yahoo* e *Bing*.

⁴³ Os teclados dos computadores, na sua maioria, possuem a tecla *PrtSc SysRq* ou *Print Screen*. No sistema *Windows*, esta tecla quando pressionada permite ao usuário capturar a imagem de tudo o que está presente na tela do computador, copiando-a para uma área de transferência da onde pode ser direcionada a partir das escolhas do usuário. Neste capítulo, este recurso foi utilizado com o objetivo de trazer informações que são problematizadas ao longo do texto. A captura das telas do computador é identificada como figura e representada como imagem.

Figura 4 - Resultados da busca aos termos <Colégio Aristiliano Ramos>



Fonte: *Site do Google*⁴⁴.

Sobre o uso de textos, imagens, entre outras informações acessadas através dos mecanismos de busca na internet, Almeida (2011) chama a atenção para que, apesar da facilidade em encontra-las, “grande parte do material existente [...] não possui qualidade [...]. Em outros casos, apesar de apresentarem-se como trabalho de especialistas, os textos encontrados na rede refletem [muitas vezes] apenas a opinião [...] ideológica de seus autores” (Ibidem, p. 18). Tal

⁴⁴Disponível

em:

<https://www.Google.com.br/?gfe_rd=cr&ei=WqEjVpK1KIOq8wFR-LfoBA&gws_rd=ssl#q=col%C3%A9gio+aristiliano+ramos+lages+fechamento>. Acesso em: 18 out. 2015.

característica, segundo o autor, implica na adoção de critérios para a seleção e verificação dos documentos digitais disponibilizados na internet a serem utilizados em uma pesquisa científica. “É necessário perceber se o conteúdo de um determinado *site* corresponde a uma fonte integral, ou se foi retirado parcialmente de outra fonte. A precisão das informações contidas em determinado *site* deve ser testada comparando-as com outras fontes” (ALMEIDA, 2011, p.18).

Nesta mesma proposição, Chartier (2002) alerta que o computador desempenha a função de investigar e distribuir textos e discursos, até então disponíveis somente em material impresso. Diante do volume de textos e discursos que circulam na rede, uma das preocupações apontadas por este historiador diz respeito à seleção e à distinção das fontes de informação disponíveis nesse novo suporte tecnológico para a pesquisa histórica (CHARTIER, 2002).

Antes de discorrer acerca do conjunto de informações selecionadas na internet, que possibilitou perceber as ressonâncias, as identificações, as motivações e as resistências no reconhecimento do prédio da escola normal com bem patrimonializável, é importante responder ao seguinte questionamento: as informações consultadas, na rede mundial de computadores, sem relação com instituições de pesquisa como universidades, fundações de fomento do conhecimento científico, entre outros podem ser tomadas como documentos/fontes para a investigação histórica? O questionamento é pertinente, uma vez que uma significativa quantidade de informações consultadas nesta pesquisa e mobilizadas na construção desta narrativa foram localizadas e selecionadas em *blogs*, *sites* diversos, portais de revistas *on-line*, redes sociais e edições de jornais *on-line*, como o **Correio Lageano** (jornal local) e o **Diário Catarinense** (de abrangência estadual), veículos de informações distantes do rigor científico.

Quando se trata de uma pesquisa envolvendo a internet, o pesquisador precisa considerar que a ação promove o contato com registros digitais de naturezas distintas – anúncios, comentários postados em redes sociais, entre outros –, uma vez que, como observou Juan Andrés Bresciano (2008), “o aparecimento da internet enquanto rede de escala planetária engendra diversas classes de fontes, que potencializam o trabalho heurístico do historiador a um grau superlativo⁴⁵”. Desta forma, como pode o pesquisador lidar com um repertório tão diversificado de registros? Como construir estratégias para pesquisar em um oceano de informações efêmeras, uma característica peculiar à *Web*? Como o historiador lida com uma cultura da abundância promovida pelos milhares de canais produtores de informações disponibilizados pela internet? (MAYNARD, 2011).

As indagações são adequadas, uma vez que é urgente problematizar a frágil ilusão de dominar este novo lócus de produção e distribuição de fontes. Lidamos com um objeto de capacidade e mutação talvez inédita. Exatamente por isso, precisamos ter em conta que as pesquisas não têm como esgotar as fontes de informação disponíveis, pois, como afirmou Manuel Castells (2003, p. 11), a rede “se desenvolve e muda muito mais depressa que o sujeito”, ou seja, que o seu pesquisador.

Almeida (2011) considera que a historiografia não pode se isolar da realidade que pretende estudar. Por isso, a História do Tempo Presente, em especial, deve adaptar-se às novas

⁴⁵ Tradução livre, no original lê-se: “la aparición de Internet em cuanto red de escala planetaria, engendra diversas clases de fuentes, que potencian la labor heurística del historiador en un grado superlativo”.

BRESCIANO, Juan Andrés. **El historiador y las fuentes electrónicas**: Nuevos horizontes para la crítica heurística en siglo XXI. 2008. Disponível em:

<[\[debate.com/Spanish/seminario/2008/bresciano/bresciano_texto.htm\]\(http://www.h-debate.com/Spanish/seminario/2008/bresciano/bresciano_texto.htm\)>.](http://www.h-</p></div><div data-bbox=)

Acesso em: 18 out. 2015.

tecnologias da informação. Para este campo de estudo da História, a incorporação de documentos digitais no campo da investigação não deve apenas aproveitar as facilidades técnicas proporcionadas pela internet. Para os historiadores que buscam compreender o presente, desconsiderar os documentos/fontes digitais e a internet significa fechar os olhos para um novo conjunto de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que vêm se desenvolvendo na sociedade contemporânea (ALMEIDA, 2011).

Sobre o uso da internet na pesquisa histórica, Delgado e Maynard sinalizam, ainda, que “desde o seu aparecimento e popularização, a internet lançou desafios inéditos a prática de pesquisa na sociedade contemporânea” (DELGADO; MAYNARD, 2015, p. 583), uma vez que tem possibilitado o acesso à “produção ininterrupta de novos vestígios do fazer humano no tempo presente por meio de diferentes agenciamentos das tecnologias digitais realizados por homens e mulheres, de diferentes gerações, em todo o mundo” (Ibidem, p. 583 – 584).

As considerações tecidas por estes autores permitem responder como assertivo o uso de documentos/fontes digitais sem relação com instituições de pesquisa na investigação histórica, uma vez que o não uso incorre em negligenciar um período importante da História do Tempo Presente. Ao disponibilizar uma diversidade de documentos e a sua troca, ao facilitar o tráfego de informações em formato digital e, ao mesmo tempo, produzir incessantemente mais registros, a internet promove, também, uma quebra de hierarquia (MAYNARD, 2011). Uma quebra que altera a organização espaço-temporal da vida social, o que, portanto, toca diretamente nas maneiras com que lida o historiador em seu ofício. Consequentemente, hoje é possível fazer pesquisa sem, por exemplo, deslocar-se até os arquivos físicos localizados em museus, centros de memória, entre outros espaços. Essa alteração no *modus operandi* do ofício do historiador foi

experienciada na construção deste capítulo e da pesquisa como um todo, uma vez que uma significativa quantidade de documentos/fontes, como já mencionado, foi localizada na internet. Os vestígios presentes nesses documentos possibilitaram entrever os diferentes sentidos construídos no imaginário social sobre o prédio desta escola normal no contexto social contemporâneo. Sentidos estes ampliados e reduzidos, sentidos que representam as permanências e as rupturas da memória produzida por esta edificação escolar na conjuntura político-social da cidade de Lages a partir de seus diferentes usos. Sentidos, portanto, que mobilizam ações em prol da patrimonialização desta edificação instituição e que buscam apagá-la da memória social.

Ainda sobre o uso dos documentos/fontes localizados na internet é relevante lembrar que a interconexão das informações virtuais amplia o *golpe de vista* do historiador na proposição sinalizada pelo historiador italiano Carlo Ginzburg⁴⁶, para quem o golpe de vista, terceiro elemento do paradigma indiciário, é um movimento atento aos detalhes reveladores e à busca de conexões mais ampla, deslocando-se na dupla dimensão da forma inerente ao objeto estudado e à sua temporalidade (GINZBURG, 1989). A notícia publicada na edição *on-line* do jornal **Diário Catarinense** em 05 de dezembro de 2011, intitulada “Em Lages, alunos se recusam a deixar escola interditada⁴⁷”, é um exemplo desta interconectividade promovida pelo uso dos documentos/fontes digitais. O acesso a esta notícia permite ao pesquisador acessar outras informações publicadas também em edições *on-line* do

⁴⁶GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In:_____. **Mitos, emblemas, sinais:** Morfologia e História. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

⁴⁷Jornal *on-line* Diário Catarinense, 05/12/2011. Disponível em: <<http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2011/12/em-lages-alunos-se-recusam-a-deixar-escola-interditada-3585789.html>>. Acesso em: 29 set. 2014.

jornal **Diário Catarinense** (Figura 5) sobre a problemática vivenciada pelo prédio da escola normal em Lages.

Figura 5 – Comunicado de fechamento da Escola de Educação Básica Aristiliano Ramos



Fonte: Edição *on-line* do jornal **Diário Catarinense** de 05/12/2011⁴⁸.

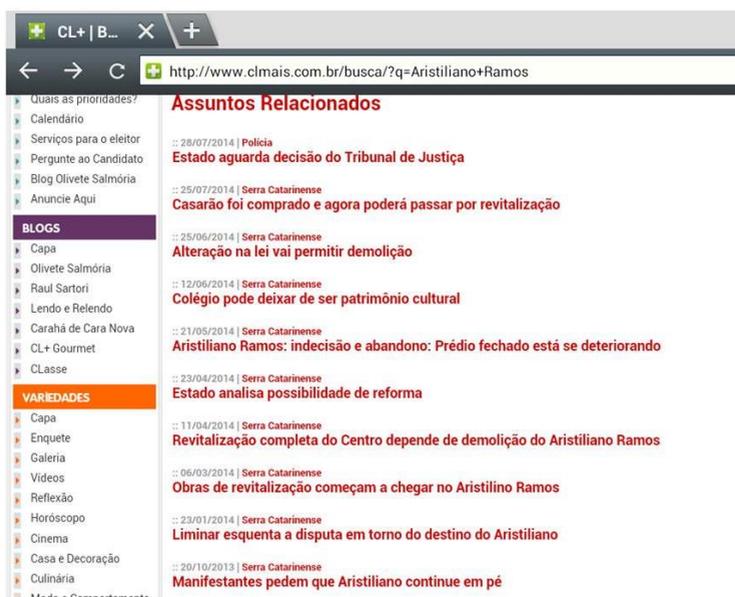
Outro exemplo de interconectividade, que possibilitou a construção de uma teia de informações sobre o prédio da escola normal em Lages, utilizada nesta pesquisa, foi promovida pelas

⁴⁸ Disponível em:

<<http://diariocatarinense.clicrbs.com.br/sc/noticia/2011/12/em-lages-alunos-se-recusam-a-deixar-escola-interditada-3585789.html>>. Acesso em 29 set. 2014.

edições *on-line* do jornal local **Correio Lageano** (CL+) (Figura 6).

Figura 6 – Fechamento da Escola de Educação Básica Aristiliano Ramos na internet



Fonte: Edição *on-line* do jornal **Correio Lageano**⁴⁹.

Para além da hipertextualização, ou seja, da interconectividade das informações, as edições dos jornais *on-line* promovem também a interatividade do leitor com o suporte de leitura. Esta interação se dá na forma de comentários postados na página *on-line* que divulga a notícia.

⁴⁹ Disponível em: <<http://clmais.com.br/busca/?q=Aristiliano+Ramos>>. Acesso em: 29 set. 2014.

A figura 3, intitulada “Comentários sobre o destino do prédio escolar”, localizada na página 70, mostra esta nova prática do leitor se relacionar com a informação. Relação essa que serviu como um indicador da existência das diferentes representações sobre o destino do prédio escolar, representações estas que têm dividido opiniões em Lages.

Outro recurso virtual visitado e mobilizado na identificação dos indícios, que permitiram entrever as motivações, as resistências e os conflitos envolvendo o prédio da escola normal, foi a rede social *Facebook*. De maneira geral, as redes sociais fazem parte da história da humanidade. A interação social é uma condição humana dada a necessidade do homem em compartilhar, criar laços sociais norteados, na sua maioria, por afinidades. Nesse sentido, uma rede social é uma estrutura que envolve indivíduos, estes partilham interesses comuns, gostos, credos, ideias, entre outros e está presente em diferentes instituições como na escola, na igreja, no trabalho, nos clubes, entre outros espaços que agreguem grupos com interesses afins.

No mundo contemporâneo, com a difusão da internet, as redes sociais passaram a existir em ambientes virtuais e têm fomentado o crescimento da interação entre pessoas no mundo todo. As redes sociais na internet são

[...] serviços estabelecidos na rede mundial que permitem que indivíduos (1) construam um perfil público ou semi-público dentro das fronteiras do sistema, (2) articular uma lista de usuários com os quais eles compartilham uma conexão, e (3) ver e percorrer a sua lista de conexões e aquelas feitas por outros incluídos no sistema⁵⁰. (BOYD & ELLISON, 2007, p. 2).

⁵⁰ Tradução livre, no original lê-se: “We define social network sites as web-based services that allow individuals to (1) construct a public or semi-public profile within a bounded system, (2) articulate a list of other users with whom they share a connection, and (3) view and traverse their list of

As redes sociais virtuais configuram espaços dinâmicos, com participação na produção e disseminação de informação, de incentivo à participação, todavia, assim como os ambientes não virtuais, as redes sociais na internet também podem ser espaços de conflitos de interesses, uma vez que

[...] estar em rede significa ser capaz de fazer uso da capacidade de ser sujeito (ativo e responsável), sugerir mudanças, administrar complexidades e incentivar a articulação, o fortalecimento e, se necessário, a (re)construção contínua das redes. (ROCHA, 2005, p. 3).

No Brasil, atualmente, segundo informações divulgadas pelo *Social Bakers*⁵¹, o *Facebook* é a plataforma de comunicação mais utilizada entre a população. Lançada em 2004, esta plataforma virtual oferece recursos que possibilitam a criação de perfil pessoal, o envio de mensagens privadas entre usuários, a criação de páginas e grupos, a postagem de informações, além de recursos como “curtir”, “comentar” e “compartilhar”. Estas opções, chamadas de *plugins* sociais, têm na sua essência o objetivo de reunir pessoas e propiciar a interação entre elas dentro da ideia do diagrama social. O diagrama social tem como princípio o compartilhamento e a ampliação de informações, uma vez que, ao conectar-se na rede social, um usuário distribui para outros usuários (amigos) todo o tipo de informação (KIRKPATRICK, 2011).

connections and those made by others within the system. The nature and nomenclature of these connections may vary from site to site”.

⁵¹ Segundo o *site* do *Social Bakers*, o Brasil ocupa a segunda posição na contagem de usuários conectados na rede social *Facebook*. O *Social Bakers* é uma empresa que oferece ferramentas de monitoramento de dados para análise de uso das redes sociais. Disponível em: <<http://www.socialbakers.com/>>. Acesso em: 08 set. 2015.

Na última década, o uso da internet provocou alterações na forma de lidar com as informações e sua disponibilização. No campo da história, a utilização da internet configura uma nova prática historiográfica, ganhando outras perspectivas, na medida em que o historiador aprende a lidar com esses documentos, os quais lhe possibilitarão novos olhares sobre o passado. Contudo, é relevante destacar que tal aspecto não significa uma alteração definitiva, tampouco elimina a relevância do documento/fonte alocado em outros suportes (fotografias, documentos oficiais, registros escritos, impressos, entre outros) e localizados em espaços físicos como museus, arquivos, etc. Historiadores como Roger Chartier ponderam que, longe de substituir a cultura escrita, a cultura digital oferece outros modos de produzir e divulgar o texto.

O estudo, até aqui, se propôs a produzir, por meio dos documentos divulgados na internet, um cenário no qual o prédio da escola normal de Lages é colocado como protagonista de uma história que, até então, permanece sem desfecho. Um cenário no qual o protagonismo do prédio não está parado, imóvel, mas existe no tempo e encontra-se ligado a conflitos, a negociações e a apropriações pessoais e institucionais, disponíveis à interpretação em diferentes suportes. É nesse cenário que se desenvolve a narrativa do próximo capítulo.

3. PRESERVAR OU DEMOLIR: DISPUTAS E CONFLITOS SOBRE O PRÉDIO DA ESCOLA NORMAL

[...] a cidade é lida diferentemente por seus observadores e o passado não é algo fixo, congelado e suscetível às manipulações, apesar das reiteradas tentativas das políticas culturais hegemônicas. (NONNENMACHER, 2007, p.58).

Um processo de patrimonialização compreende que as referências materiais e imateriais do passado sejam reelaboradas e ganhem novos arranjos destinados a balizar as identificações locais, regionais e nacionais. O prédio construído para abrigar a Escola Normal em Lages, interior do Estado de Santa Catarina, na década de 1930 do século XX, configura, no tempo presente, um espaço de disputas e tensões entre os interesses mobilizados por diferentes grupos sociais. Acerca do conceito de espaço, Michel de Certeau (1994) propõe que espaço é sempre um lugar praticado resultado do cruzamento de móveis.

Um lugar é a ordem (seja qual for) segundo o qual se distribuem elementos nas relações de coexistência [...] um lugar é, portanto uma configuração instantânea de posições. Implica uma indicação de estabilidade [...]. Existe espaço sempre que se tomam em conta vetores de direção, quantidades de velocidade e a variável tempo (CERTEAU, 1994, p. 201).

Na proposição deste autor, um lugar só se torna espaço quando os indivíduos exercem dinâmicas de movimento através do uso que fazem dele e, assim, o potencializam e o atualizam. O prédio da escola normal de Lages modifica a sua

condição de lugar fisicamente imóvel para a condição de espaço de disputas a partir dos usos que os grupos sociais, motivados por diferentes interesses, buscam impor à sociedade local. Chartier (1990) faz uma constatação próxima a de Michel de Certeau (1994) quando afirma que a realidade é contraditoriamente construída pelos diversos grupos que compõem uma sociedade. Os grupos sociais, segundo o autor, fabricam práticas visando dar visibilidade à identidade social deste grupo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição, ou seja, formas institucionalizadas e objetivadas em virtude das quais representantes marcam e perpetuam a existência de grupos, de comunidades ou de classes. Assim, as práticas fabricadas por um determinado grupo social fazem do lugar onde essas práticas ocorrem o próprio lugar do grupo.

Ainda sobre a relação entre grupos sociais e usos dos espaços, destaca-se a contribuição do sociólogo francês Pierre Bourdieu (2007; 2007a), para quem o espaço social configura uma espécie de arena, onde grupos sociais negociam significados e formam-se disputas simbólicas por distinção e legitimidade cultural. Exercem o domínio aqueles que detêm o monopólio da violência simbólica legítima, o poder específico de construir, reproduzir e manipular a verdade e impô-la a seus pares.

É neste sentido que a realidade social pode ser compreendida como relacional, isto é, não existe uma realidade social objetiva, mas sim, apreensões e percepções imbuídas de juízos e de valores, os quais não são naturais e, sim, negociadas. Uma realidade na qual os sujeitos pertencentes a um dado grupo social exercem seus conhecimentos de maneiras criativas quanto aos esquemas de percepção adquiridos. Nessa perspectiva, os objetos culturais selecionados para compor o patrimônio não têm o mesmo poder de sentidos e de identificação para os diferentes grupos sociais. Os bens culturais são compreendidos e apropriados por estes grupos de maneiras distintas e desiguais, o que evidencia muito mais os

conflitos e os embates entre os mesmos, do que propriamente o seu reconhecimento e a sua integração. Assim, é assertivo que a produção do patrimônio depende sempre da mediação de interesses e de acordos entre visões de mundo conflitantes, as quais precisam ser constantemente renovadas, recriadas e defendidas.

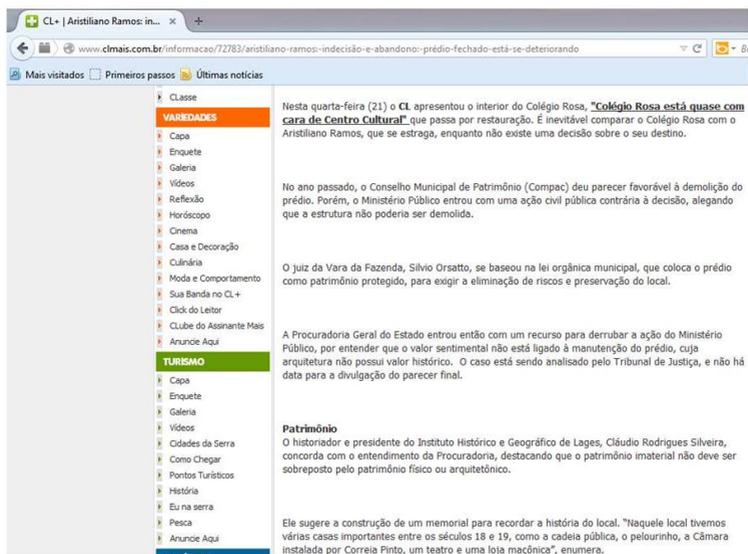
O patrimônio, entendido como acontecimento social, configura-se, sobretudo, como um “campo” (Bourdieu, 2004), isto é, como um espaço de disputa material e simbólica onde os grupos sociais lutam pelos poderes de definição, nomeação e classificação da herança cultural⁵². No campo do patrimônio, localizam-se as disputas tanto pela consagração quanto pela rejeição dos bens simbólicos do passado. Mais do que isso, está em jogo, neste espaço, a hegemonia e o monopólio do direito de dizer o que é ou o que não é um patrimônio. O embate das representações do que é ou não um patrimônio expressa os diferentes interesses em jogo no processo de seleção e defesa do passado.

Na cidade de Lages, as diferentes opiniões sobre o destino do prédio da escola normal fizeram surgir, no espaço social, grupos distintos com pretensões de produzir e impor, cada qual, uma crença, uma representação sobre o valor simbólico desta edificação para a sociedade. A constituição e a pretensão destes grupos são percebidas nos excertos das edições *on-line* do jornal local **Correio Lageano** (Figura 7), reproduzida da captura da tela que divulga a matéria intitulada “Aristiliano Ramos: indecisão e abandono – prédio fechado está se deteriorando”. A matéria mostra a formação de dois

⁵² Na obra **O Poder simbólico**, Pierre Bourdieu define que “compreender a gênese social de um campo, e aprender a necessidade específica da crença que o sustenta, o jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram, é explicar, *tornar necessário*, subtrair o absurdo do arbitrário e do não – motivado os actos dos produtores e as obras por eles produzidas e não, como geralmente se julga, reduzir ou destruir”. (BOURDIEU, 2004).

grupos com representações distintas a disputarem os usos deste espaço, situação também já delineada em exemplos no capítulo anterior.

Figura 7 - Formação dos grupos sociais que disputam o espaço da escola normal em Lages



Fonte: Edição *on-line* do jornal **Correio Lageano**⁵³.

Compondo o grupo favorável à demolição da estrutura física da instituição de ensino, encontra-se: o poder estadual e municipal, identificados no excerto do jornal pelo Conselho Municipal do Patrimônio Cultural (COMPAC), pela Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) e pela Procuradoria Geral do Estado. Associados a este grupo encontram-se ainda

⁵³ Disponível em: <<http://www.clmais.com.br/informacao/72783/aristiliano-ramos:-indecisao-e-abandono:-predio-fechado-esta-se-deteriorando>>. Acesso em: 18 out. 2015.

entidades como a Fundação Cultural de Lages, o Instituto Histórico e Geográfico de Lages e outras instituições simpatizantes à retirada do prédio.

Do outro lado, encontram-se grupos da sociedade civil, formados por professores da rede pública estadual e outros interessados, além do Ministério Público, que em 2013 entrou com uma Ação Civil Pública⁵⁴ contrária à decisão de retirada do prédio, alegando que a estrutura não poderia ser demolida e, sim, restaurada, preservada e devolvida à sociedade local. Este uso proposto para o espaço que abrigou a escola normal é reforçado pela manifestação do promotor do Meio Ambiente e autor da referida Ação Civil Pública, que em nota ao jornal **Correio Lageano**, em 03 de outubro de 2013, declara ser “totalmente contra a demolição de um bem de valor histórico e cultural do município”⁵⁵.

Anterior à Ação Civil movida pelo Ministério Público, outros grupos, formados por professores, alunos, pais de alunos e comunidade, sensibilizados com o destino do antigo prédio da escola, fechada desde 05 de dezembro de 2011, organizaram movimentos para discutir o destino do edifício. Um destes movimentos levou a Câmara de Vereadores do Município a convocar, em 16 de março de 2012, uma sessão especial para discutir o destino do colégio. A proposição do encontro era a de “ouvir do Executivo Estadual um posicionamento sobre a situação da escola e sugerir ideias de aproveitamento e remodelação do espaço” (CORREIO LAGEANO, 17/03/2012). Para tal, a Câmara de Vereadores convidou para a plenária o Secretário da Defesa Civil do Município, o Secretário de

⁵⁴ A decisão do Ministério Público está fundamentada na Lei Orgânica Municipal (Lei 200), que coloca o prédio como um bem que constitui o patrimônio municipal e, em consequência, protegido pela Lei Municipal.

⁵⁵ Conselho aprova demolição, mas promotor diz que é contra. 02/10/2013. Disponível em: <<http://www.clmais.com.br/informacao/62615/conselho-aprova-demoli%C3%A7%C3%A3o-mas-promotor-diz-que-%C3%A9-contra>>. Acesso em: 12 mai. 2015.

Desenvolvimento Regional, o Secretário Estadual de Educação, a Gerente Regional de Educação e representantes da Câmara Legislativa Estadual para que apresentassem os argumentos em favor da demolição do prédio.

Ao buscar, na internet, informações sobre os desdobramentos desta sessão, deparou-se com uma publicação disponibilizada na *homepage*⁵⁶ da Câmara do Município de Lages, na qual o Legislativo municipal destacava os aspectos abordados na sessão (Figura 8). Entre eles, chama a atenção a ausência dos representantes dos órgãos públicos convidados. Sobre o não comparecimento destes representantes, a edição *on-line* do jornal **Correio Lageano**, de 17 de maio de 2015, divulgou que, “de acordo com a Assessoria de Comunicação da SDR, [...] [a mesma] prefere não se manifestar sobre a sessão. Mas diz que, uma sessão dessa natureza não pesa sobre a decisão final”⁵⁷.

Sobre a ausência do grupo de representantes, os quais deliberam e respondem pelo fechamento da escola, em reuniões cujo objetivo era discutir o destino da mesma, torna-se relevante destacar que o não comparecimento é algo recorrente. Um exemplo foi o que ocorreu na reunião realizada, em 01 de

⁵⁶ A *homepage* é a página inicial de um *site* da internet e compreende a apresentação do conteúdo contido neste *site*. Usualmente, na *homepage* estão localizadas as ferramentas de busca do *site* e os *links* que possibilitarão ao usuário navegar no mesmo. Em relação à *homepage* da Câmara de Vereadores, o endereço da página é acessado no protocolo <<http://www.camaralages.sc.gov.br/home/index>> e as informações referentes à sessão citada no texto estão disponíveis em:

<<http://www.camaralages.sc.gov.br/noticias/index/?id=1874>>, sob a indicação 17/03/2012 – Legislativo apoia a reestruturação do Aristiliano Ramos. A consulta a estas informações, na proposição tomada por este texto, dispensou a consulta nas atas físicas desta sessão. Vale destacar que a consulta a documentos disponibilizados na rede tem modificado a relação do historiador com suas fontes.

⁵⁷ O que será feito com o Aristiliano? 17/03/2012. Disponível em:

<<http://www.clmais.com.br/informacao/33029/o-que-ser%C3%A1-feito-com-o-aristiliano?>>. Acesso em: 12 mai. 2015.

dezembro de 2011, com pais, alunos, funcionários e outros interessados com a finalidade de esclarecer os motivos que levaram ao fechamento da escola. Para justificar tal fato, a direção da escola solicitou ao Secretário de Desenvolvimento Regional e à Gerente Regional de Educação que conduzissem a pauta da reunião. Nenhum dos convidados compareceu. A ausência destes representantes, no encontro citado, “gerou uma revolta entre os presentes. Cadê o secretário regional? Quando o bicho pega, eles não podem vir”⁵⁸.

Ao observar a figura a seguir (Figura 8), é possível identificar, ainda, outros desdobramentos resultantes da sessão especial convocada pela Câmara de Vereadores para discutir o destino do prédio da escola normal. Um desses desdobramentos é o posicionamento do grupo de vereadores da cidade que, de acordo com o texto publicado, mostrara-se, naquele momento, favorável à permanência e à preservação daquele espaço importante para a memória da educação em Lages.

⁵⁸ Escola Aristilino fecha as portas. Disponível em: <<http://www.clmais.com.br/informacao/28315/escola-aristiliano-ramos-fecha-as-portas>>. Acesso em 12 mai. 2015.

Figura 8 - homepage da Câmara do Município de Lages

Câmara...

http://www.camaralages.sc.gov.br/noticias/index/?id=1874

acarreou em gastos extras com transporte e uniforme escolar. Representante da Associação de Pais e Professores, Rosângela Rosa se disse angustiada por voltar para casa sem uma resposta oficial do estado, mas ela afirma que a luta vai continuar.

DEMAIS LEGISLADORES SÃO FAVORÁVEIS À CAUSA

Além de Marcus Machado, estiveram presentes na sessão os vereadores Eli Bassin, Neusa Zanfeli, Sirlei Bordin (todos do PP) e Toni Duarte (PPS). Eli lamentou a ausência de representantes do governo estadual. “É muito triste que a secretaria que teria que zelar pela região não está aqui para dar esclarecimentos. Mas vamos continuar a pedir ajuda ao governo porque precisamos desta resposta”.

Membro da Comissão de Educação do Legislativo Lageano, **Nossa promessa ser a porta-voz do movimento para com o governo do estado. Estamos aqui para ajudá-los. Esta causa nos emociona e a educação não pode ser desprezada.** Sirlei se mostrou preocupada com o emocional das pessoas diretamente afetadas por tal decisão. **Sabemos que muitos alunos vinham para a escola e depois retornavam para casa, acompanhados dos pais que trabalham no centro. Vamos lutar por estas pessoas e pela preservação deste patrimônio histórico.**

oni Duarte acredita na derrubada de uma escola tradicional de Lages justamente no governo de um lageano. Ele destacou ainda que o Legislativo vai fazer valer o clamor da comunidade escolar. Esta é a porta aberta que o povo tem para falar e ainda queremos nos enforquecer, mas isso vai acontecer, pois vamos continuar a dar voz para as solicitações da população.

O diretor da Companhia de Habitação de Santa Catarina (Coheb-SC), Sergio Godinho, também compareceu à sessão. Ele visitou recentemente as instalações de Aristilano Ramos e registrou imagens da estrutura do colégio. “Conheci a realidade desta escola, ela precisa ser restaurada como foi feita com a Catedral, não podemos deixá-la ser demolida nem na situação do Mercado Público Municipal que está abandonado pela Prefeitura, assim como o Colégio Rosa”. Para Godinho, o governo estadual precisa conversar com professores, pais e alunos para discutir o que deve ser feito, em uma audiência entre todos os envolvidos.

Fotos: Elisandra Pandini

Everton Gregório
Comunicação - Câmara de Vereadores de Lages
everton@camaralages.sc.gov.br
Fone: 3251-5416

Fonte: *site* da Câmara do Município de Lages⁵⁹. (Grifo meu).

Entretanto, se nesse momento a posição dos políticos apresentava-se como positiva à permanência e à preservação da estrutura física da escola, conforme mostram os destaques na figura 8, capturada da tela do site da Câmara de Vereadores, no atual contexto essa lógica se inverte. Políticos como Toni Duarte, que demonstrava naquele momento não acreditar “na derrubada de uma escola tradicional de Lages justamente no governo de um lageano”⁶⁰ e que se propunha a “fazer valer o clamor da comunidade escolar”, no tempo presente tem a sua

⁵⁹ Disponível em: <<http://www.camaralages.sc.gov.br>>. Acesso em 15 set. de 2014. Os destaques sinalizam o posicionamento de alguns políticos favoráveis à permanência da escola no cenário local.

⁶⁰ Como já destacado no texto, o Governador do Estado, Raimundo Colombo, é lageano.

percepção distanciada desse propósito. Na matéria publicada no portal da Revista Visão em 31 de março de 2015, intitulada “Colégio Aristiliano Ramos – Prefeitura e Gov. do Estado querem demolição – Ministério Público quer preservação – E agora, José?”⁶¹, o mesmo político afirma que a revitalização completa do centro da cidade depende da modificação da praça João Costa e, para isso, conforme previsto no projeto da obra, a melhor solução seria a remoção do prédio e de toda a sua estrutura do local. O edifício da escola normal, como já informado, ocupa um lugar nobre no centro da cidade (Figura 9).

Figura 9 - Prédio da Escola Normal



Fonte: Acervo da **Revista Visão** [out. 2015].

⁶¹ Disponível em: <<http://portal.revistavisao.com.br/post/20844/colégio-aristiliano-ramos-prefeitura-e-gov-do-estado-querem-demolicao-ministerio-publico-quer-preservacao-e-agora-jose/>>. Acesso em: 18 out. 2015.

A mudança de posicionamento do político Toni Duarte e de outros membros do grupo acima citado, os quais, no período de fechamento do prédio da escola, posicionavam-se contrários à sua exclusão do centro da cidade, corrobora com a proposta de Huyssen (2000) acerca da percepção de que a memória é sempre transitória, não confiável e passível de esquecimento, ou seja, humana e social. Sobre a transição da memória, o mesmo autor pondera que, “quanto mais o capitalismo de consumo avançado prevalece sobre o passado e o futuro, sugando-os num espaço sincrônico em expansão, menos a estabilidade ou a identidade que proporciona aos assuntos contemporâneos” (HUYSSSEN, 2000, p. 29). Num sentido aproximado ao de Huyssen, Ulpiano Bezerra de Menezes (2006) alerta para o fato de que a cidade deve ser percebida como uma realidade complexa e dinâmica, capaz de ser entendida como um bem cultural a partir de três dimensões a interagirem entre si, são elas: as dimensões do artefato, do campo de forças e das representações. A dimensão do artefato trata a cidade como algo fabricado, socialmente adequado e sobre o qual emergem significados. A cidade como artefato é resultado das relações humanas que se desenvolvem num campo de forças e tensões, interesses e conflitos. As práticas dão sentido à cidade e, em extensão, à sua materialidade simbólica, que é então entendida como representação (MENEZES, 2006).

Na perspectiva destacada por Huyssen (2000) e Menezes (2006), as novas representações do prédio da escola normal, evocadas pelo grupo político que inicialmente defendia a manutenção do mesmo no espaço urbano, bem como o reconhecimento deste como patrimônio histórico, parecem ajustar-se à “notória tendência de nossa cultura à amnésia, sob o signo do lucro imediato e da política de curto prazo” (HUYSSSEN, 2000, p. 76). Esta política de curto prazo materializou-se na retirada do prédio da antiga escola da lista

dos imóveis protegidos pela Lei do Tombamento Municipal⁶². Em junho de 2014, a pedido do Secretário da SDR, a Câmara do Município de Lages apresentou o projeto para a emenda supressiva (nº 003/2014) à Lei Orgânica do Município, no qual indicava a retirada do prédio da escola normal do rol das edificações protegidas como bem cultural. Para que a emenda entrasse em vigor, o projeto precisava da aprovação de pelo menos 2/3 dos vereadores. A votação deveria ocorrer em dois turnos, com interstício de 10 dias entre elas. Assim, em 24 de junho de 2014, na primeira sessão para votar o projeto de supressão, 18 vereadores votaram a favor da exclusão do prédio da lista de bens preservados. Em entrevista ao jornal **Correio Lageano**, o presidente da Câmara de Vereadores informou que a medida “Foi uma iniciativa da mesa diretora” e, além disso, para atender a legislação, outra votação deveria ocorrer em 10 dias, segundo o vereador “A próxima votação ocorrerá no dia 7 de julho e, com certeza, os 18 vereadores irão votar novamente a favor” (CORREIO LAGEANO de 26/06/2014).

Dos 19 vereadores que compõem o quadro do Poder Legislativo do Município, apenas um deles votou contra a retirada do prédio da antiga escola da lista de bens culturais protegidos pela Lei Orgânica do Município. No período entre a 1ª e a 2ª votação, esse mesmo vereador organizou um requerimento solicitando à Câmara de Vereadores uma audiência pública para ouvir a população sobre a permanência ou não do prédio da escola normal no centro da cidade. O requerimento foi rejeitado pelo voto de 12 vereadores que, grosso modo, excluíram a população de participar da seleção de seus bens patrimonializáveis, entre outras questões que tangenciam o direito ao exercício da cidadania⁶³.

⁶² As questões sobre o patrimônio cultural do Município de Lages serão tratadas no próximo capítulo.

⁶³ As Sessões Ordinárias, nas quais constam o voto de um vereador contra a exclusão do prédio da escola normal da lista de patrimônios protegidos pela

Em 07 de julho, como já havia antecipado o Presidente da Câmara de Vereadores, o resultado da nova votação manteve-se igual ao da primeira sessão e o prédio da escola normal, que não era tombado pelos órgãos competentes, foi suprimido da lista dos bens que constituem o patrimônio cultural em Lages (Figura 10).

Figura 10 - Lei Orgânica do Município de Lages

Art. 200 - Constituem patrimônio cultural lageano, os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente, ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços, destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, no Município, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação;

§ 2º A lei estabelecerá incentivos, para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais;

§ 3º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei;

§ 4º Constituem o patrimônio histórico municipal, além de outros, que a lei definir:

- a) a catedral diocesana;
- b) o mercado municipal;
- c) o colégio Vidal Ramos;
- d) o colégio Aristiliano Ramos;
- e) (suprimido);
- f) o fórum Nereu Ramos;
- g) o prédio da prefeitura municipal;
- h) a igreja São José;
- i) o prédio da fazenda experimental de Lages (EMPASC);
- j) a igreja presbiteriana;
- k) a cacimba;
- l) a antiga cúria diocesana.

§ 6º O patrimônio cultural material, de que trata o Art. 200, não será modificado, destruído ou restaurado, sem o prévio parecer do conselho municipal de cultura.

Fonte: *Site* da Câmara do Município de Lages⁶⁴.

Lei Orgânica do Município, podem ser assistidas nos seguintes endereços: <<https://www.youtube.com/watch?v=-UpJtnR5yo8&feature=youtu.be>> e <<https://www.youtube.com/watch?v=iA-D4PoI6qg&spfreload=10>>. Acesso em: 12 out. 20115.

⁶⁴ Disponível em: <<http://www.camaralages.sc.gov.br/leiorganica>>. Acesso em: 15 set. de 2014.

Diante desse fato, problematiza-se: na cidade de Lages, quem tem o poder de definir a herança cultural? O Legislativo que aprova uma medida de supressão (Anexo II) e tira um imóvel até então protegido pela lei de preservação do município ou o COMPAC, que, legitimamente, é o órgão responsável pelas questões de patrimônio no município?

No início deste capítulo fez-se um movimento de aproximação entre os estudos de patrimônio cultural e o conceito de campo da teoria sociológica de Pierre Bourdieu com o propósito de ampliar a noção de que um espaço social é uma arena na qual os grupos negociam significados e exercem uma violência simbólica sobre outros grupos a fim de cooptá-los. No caso que envolve o litígio do prédio da escola normal, os agentes dos diferentes grupos da sociedade disputam, por meios oficiais ou não, as representações sobre o patrimônio, oferecendo uma força criativa ao campo. Essa força, que é também coercitiva, movimenta-se nessa arena e vai dando novos tons a quem dita o patrimônio.

Com “o papel de [...] dar um parecer acerca do valor histórico e cultural do prédio e, a partir daí, o Estado [poder] definir o que fazer da estrutura” (CORREIO LAGEANO de 23 de março de 2013)⁶⁵, em 12 de dezembro de 2012, o prefeito do município de Lages reativou o COMPAC. Este órgão, criado pela Lei Complementar nº 022 de 21 de setembro de 1995 com a função de responder pelas questões de proteção ao patrimônio natural e cultural do Município de Lages, teve uma atuação nos processos de tombamento e proteção dos bens culturais até o ano de 2003, quando por questões políticas e “envoltas nas tramas da especulação imobiliária, na hierarquização dos espaços, na proteção incontestada

⁶⁵ Aristiliano depende de decisão do COMPAC. Disponível em <<http://www.clmais.com.br/informacao/52128>>. Acesso em: 21 nov. 2015.

propriedade privada” (PEIXER, 2002, p. 251), entrou em inatividade⁶⁶.

As primeiras manifestações deste órgão foram favoráveis à manutenção do edifício no espaço urbano. Na ata da segunda reunião do conselho, realizada em 18 de dezembro de 2012 (Anexo III), o mesmo, respondendo à solicitação de um parecer da SDR sobre o destino do prédio da escola normal, manifesta-se a favor da permanência do edifício e recomenda a realização de reparos e manutenção. Entretanto, se nesse primeiro momento a posição era favorável à permanência do prédio da antiga escola, após inúmeras discussões com representantes do Governo do Estado, o COMPAC iniciou um reposicionamento sobre a permanência do edifício no centro da cidade. O reposicionamento deste órgão encontra ressonância nos documentos produzidos pelo mesmo como, por exemplo, a Ata da Reunião extraordinária realizada no 12 do mês de março do ano de 2013⁶⁷. A convocação desta reunião extraordinária, marcada em caráter de urgência, se deu por força do recebimento do ofício nº 092/2013 da Secretária de Desenvolvimento Regional. No referido ofício a SDR solicitava “uma posição do COMPAC sobre o Colégio Aristiliano Ramos”. Ao longo do registro identifica-se uma

⁶⁶ Sobre as ações de proteção ao patrimônio se destaca a reativação do COMPAC (Conselho Municipal de Patrimônio Cultural), que [...] retoma em 2012 o papel de protagonista nas deliberações sobre o patrimônio no município. O COMPAC teve papel fundamental para a elaboração do Concurso de Requalificação do Mercado Público de Lages, nas discussões sobre o destino do Colégio Aristiliano Ramos e, recentemente, sobre a possível realocação do monumento em homenagem a Getúlio Vargas e o decreto de normatização das demolições no Centro de Lages. Informações disponíveis em <<http://www.olivetesalmoria.com.br/inicio/7047-fundacao-se-posiciona-sobre-os-predios-e-monumentos.html>>. Acesso em 21 nov. 2015.

⁶⁷ Disponível em:

<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/arquivosbd/atos/0.955638001367867973_ata_n%BA_05_compac_dom.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2015

tendência favorável à demolição da edificação, a exemplo do excerto extraído do referido documento:

[...] diz que acha muito mais fácil construir uma praça do que [restaurar] uma obra, e a questão em que esse parecer se justifica é a econômica para o Estado, [...] acha que no momento o Colégio ali esteticamente para a cidade não é o mais belo, mas a questão histórica deveria ser resgatada, inclusive num projeto de paisagismo da praça como contrapartida ao município, e sugere que este Conselho sugira a reforma de todo o calçadão, considera que se deve pedir uma contrapartida maior do Estado, pois a cidade estaria dispondo de uma questão histórica e cultural, um bem cultural. (COMPAC, ATA nº 05, 2012, p. 3).

Em setembro de 2013, por meio da Resolução nº 002, o COMPAC determinou que o prédio da escola fosse retirado do centro da cidade. A justificativa do COMPAC concorda com o posicionamento do Governo do Estado que considera que a reforma do prédio seria economicamente inviável. Segundo o superintendente da Fundação Cultural de Lages, mesmo reconhecendo o “valor histórico e cultural do Aristiliano Ramos, [o COMPAC entende] que o projeto de revitalização do Centro justifica a nossa posição” (CORREIO LAGEANO, de 03 de outubro de 2013)⁶⁸. O representante do COMPAC afirma, ainda, que a decisão pela remoção do prédio não foi somente “da prefeitura, mas também da sociedade” (Ibidem), uma vez que o COMPAC é composto por representantes da sociedade civil⁶⁹. Entre os membros do COMPAC que

⁶⁸ Disponível em: <<http://www.clmais.com.br/informacao/62615/conselho-aprova-demoli%C3%A7%C3%A3o-mas-promotor-diz-que-%C3%A9-contra>>. Acesso em: 21 nov. 2015.

⁶⁹ O Conselho Municipal do Patrimônio Cultural (COMPAC) é composto por 14 membros nomeados pelo Prefeito Municipal. Dos 14 integrantes, 7

representam a sociedade civil destaca-se o representante da ACIL (Associação Empresarial de Lages), este, por ocasião da reunião extraordinária convocada em 12 de março de 2013, informou ao Conselho que cerca de “51% da entidade ACIL são a favor da demolição”. O apoio do grupo empresarial do município à retirada do antigo prédio do centro da cidade também é reforçado pela vice-presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), que em declaração ao jornal **Correio Lageano**, em 06 de setembro de 2013, afirmava que “Os empresários estão motivados a mudar o cenário do Centro [...]. É uma necessidade há muito tempo. A maioria dos lojistas abraçou essa iniciativa e estão dispostos a melhorar o aspecto físico”⁷⁰.

Na mesma via das manifestações que propõem a exclusão do prédio da escola do cenário urbano, destaca-se a posição do Presidente do Instituto Histórico Geográfico de Lages (IHGL) pois, em resposta à petição do Poder Judiciário de Santa Catarina, considera que

Do ponto de vista histórico, toda aquela grande área abrigou muito mais do que a história do contemporâneo educandário laico, erguido na década de 30 do século XX, pelo interventor estadual Aristiliano Ramos. O espaço – não o prédio – é um verdadeiro patrimônio histórico das origens dos cidadãos lageanos por ter abrigado, muito antes da construção desta escola, o Pelourinho, no século XVIII, a Câmara Municipal, a Cadeia Pública, um

deles estão vinculados diretamente ao Poder Público e os outros 7 membros são representantes de órgãos não-governamentais. A estruturação do COMPAC e sua atuação no Município de Lages será tratada no próximo capítulo.

⁷⁰ Jornal **Correio Lageano**, 04/10/ 2013. Disponível em:

<<http://www.clmais.com.br/informacao/62760/prefeitura-apresenta-terceiro-modelo-para-a-revitaliza%C3%A7%C3%A3o-do-centro-de-lages>>. Acesso em 02 fev. 2015.

Teatro e uma Loja Maçônica. No patrimônio memorial que o espaço, a área do terreno inspira, há campo para estudo e entendimento das práticas e representações culturais bem como o entendimento das representações de poder associadas a um determinado imaginário político de domínio governamental, desde o século XVIII.

De uma forma ou de outra aquele espaço que, como patrimônio histórico imaterial – imaterial por existir nas memórias que evoca – deve ser consideradas em qualquer das hipóteses de utilização futura daquele sítio.

A área, como Patrimônio Histórico da sociedade lageana, precisa ser viabilizada materialmente por meio de um **memorial apropriado** que inscreva definitivamente, na história deste município, os diferentes usos, já mencionados, daquele espaço comunitário nos três séculos passados: o Pelourinho, a Câmara Municipal, a Cadeia Pública, o Teatro, a Loja Maçônica e o Colégio Aristiliano Ramos [escola normal] (SILVEIRA In: Ação Civil Pública/Poder Judiciário de Santa Catarina, 2013, folha 46, grifo meu).

As considerações sobre a supressão do edifício da antiga escola, apresentadas pelo Presidente do IHGL, são fundamentadas, sobretudo, pela irrelevância do valor histórico do prédio e pelo “resgate” da memória histórica da educação. São considerações sustentadas por meio da construção de um memorial que emule, não somente a memória da escola, mas, também, a memória dos outros espaços suprimidos quando da construção desta – o pelourinho, a Câmara Municipal, a Cadeia Pública, o Teatro e a Loja Maçônica –, ou seja, são exposições que têm sido incorporadas por outros discursos. Estas constituem-se em uma espécie de clichê para justificar a exclusão desse edifício do rol dos patrimônios protegidos em

Lages. O excerto da entrevista concedida ao jornal **Correio Lageano** pelo Presidente do Instituto de Arquitetura do Brasil (IAB), núcleo de Lages, reforça o uso deste argumento para justificar a exclusão do prédio, no qual lê-se: “embora exista um sentimento, o prédio não tem valor arquitetônico. Uma ideia é montar uma estrutura que lembre ao cidadão a época em que aquele espaço abrigava o colégio” (CORREIO LAGEANO, 11 de setembro de 2013)⁷¹.

Erguer um memorial, um monumento em memória aos diferentes usos daquele espaço comunitário nos quase três séculos passados⁷² e, conseqüentemente, às experiências socioculturais que este espaço representa pode estar incutido numa reflexão tardia sobre o valor histórico desse espaço para a sociedade de Lages. No entanto, como pondera Françoise Choay, a edificação de monumentos comemorativos, erigidos com fins de rememoração, está em desuso na sociedade atual mediante as muitas técnicas mnemônicas desenvolvidas, inclusive, mais eficientes (CHOAY, 2006). Esta historiadora, ao movimentar-se no campo das teorias e das formas urbanas e arquitetônicas, lembra ainda que, por sua capacidade de manter e preservar a identidade de uma determinada comunidade, o monumento significa

[...] para aqueles que edificam, assim como para os destinatários das lembranças que veiculam, [...] é uma defesa contra o traumatismo da existência, um dispositivo de segurança, que assegura calma [...] e dissipa a inquietação gerada pela incerteza dos começos (CHOAY, 2006, p. 11- 30).

⁷¹ Disponível em: <http://www.clmais.com.br/informacao/61479/?/?__>. Acesso em: 02 fev. 2015.

⁷² A cidade de Lages completará, em 22 de novembro de 2016, 250 anos de fundação.

Entretanto, o sentido original do monumento, que na sua gênese está vinculado à ação de lembrar⁷³, sofreu transformações, adquirindo outros significados nas sociedades ocidentais. No tempo presente, além de servir à memória, o monumento está também associado ao prazer provocado pela beleza da edificação. Essa perspectiva, sinalizada por Choay (2006), também é compartilhada por outros autores que discorrem sobre o medo do “esquecimento” provenientes das transformações do espaço urbano, como o antropólogo argentino Nestor García Canclini e o filósofo francês Paul Ricoeur.

A proposta de montar uma estrutura, um memorial ou um monumento que remeta à condição histórica do espaço e justifique a demolição do prédio da antiga escola, presentes nas argumentações do Presidente do IHGL e do Presidente do IAB, pode ser lida, por exemplo, na perspectiva de Canclini (1994), como uma tentativa do grupo que se posiciona pela modernização do centro da cidade de Lages em legitimar a sua hegemonia. Ao problematizar a ligação da modernidade com o passado em sua obra “Culturas Híbridas”, o antropólogo refere-se à necessidade imposta aos promovedores de projetos modernizadores de convencer a sociedade que, simultaneamente ao processo de transformação dos espaços, “compartilham-se tradições”, uma vez que necessitam do aval das frações tradicionais para efetivar seus planos de transformação. Ao discutir, no capítulo quatro, intitulado “O porvir do passado”, sobre a influência do patrimônio cultural na constituição de uma identidade nacional, o autor destaca o comportamento social diante dos bens históricos, vistos enquanto “dons” do passado que devem ser reverenciados sem questionamentos. Sobre isso, Canclini (1994) afirma que, como “força política”, os bens históricos são utilizados para

⁷³ A palavra monumento vem do latim *monumentum*, esta, por sua vez, deriva de *monere* e significa advertir, lembrar, ou seja, aquilo que pode trazer algo à lembrança (CHOAY, 2006).

“legitimação” dos intentos dos projetos modernizadores, expondo-os de forma “teatralizada” em comemorações, monumentos e museus para denotarem, junto aos conservadores, um rito de perpetuação da ordem, num esforço de simular uma origem, na qual se deveria atuar. Assim, a argumentação presente na petição produzida pelo presidente do IHGL apropria-se de uma orientação que intenta reabilitar referenciais até então silenciados na história da cidade de Lages (o pelourinho, a Câmara Municipal, a Cadeia Pública, o Teatro e a Loja Maçônica) e manipulá-los diante do temor do esquecimento. Um esquecimento que não contempla a estrutura física do prédio da antiga escola, mas, somente, a sua evocação como instituição que ocupou um lugar naquele espaço histórico.

Na contramão da desqualificação do prédio da escola normal como um patrimônio a ser preservado, tal como prescreveu o presidente do IHGL, a Fundação Catarinense de Cultura (FCC), por meio da Diretoria de Patrimônio Cultural, emitiu, em 18 de abril de 2013, um primeiro parecer técnico circunstanciado atestando o valor da edificação para a história da região da Serra catarinense⁷⁴. No parecer a FCC relata-se que:

A edificação que por décadas abrigou a escola normal, um dos mais tradicionais estabelecimentos de ensino da cidade de Lages, de fato consiste numa sólida construção de alvenaria auto-portante de tijolos, representando em tipo de arquitetura institucional que marcou a primeira metade do século XX [...] Implantado no coração de Lages

⁷⁴ O ofício nº 0382/2013/13PJ/LAG, enviado pelo Ministério Público à Diretoria de Patrimônio Cultural da Fundação Catarinense de Cultura, solicitava o fornecimento de um parecer técnico sobre o valor histórico cultural do prédio onde funcionava a Escola de Educação Básica Aristiliano Ramos (prédio da escola normal). O parecer está disponível na Ação Civil Pública já mencionada nesta tese.

[...] o importante edifício de dois pavimentos com caráter racionalista e moderno representou a chegada em Lages da vanguarda em se tratando de edifícios educacionais.

Sua posição destacada [...], no ponto de encontro das principais ruas da cidade, reforçada pelo eixo de simetria proporcionada pela centralização do acesso principal e circulação vertical junto à praça, fez do prédio [...] cartão-postal que divulgava o início de um novo desenvolvimento.

As fachadas de linhas retas e completamente despidas de ornamentos, rasgadas por amplas janelas metálicas, como até hoje se mantém, contrastavam inicialmente com o casarão primitivo de poucos sobrados que ainda predominava em Lages na década de 1930 [...]. Foram essas características, de indiscutível qualidade arquitetônica, somadas ao significado histórico e cultural do bem, marco da educação em Santa Catarina que levaram ao seu reconhecimento como Patrimônio Histórico Municipal, tendo sido inscrito na lista de imóveis sob proteção da Lei Orgânica Municipal (PTE, FCC, in: AÇÃO CIVIL, folha 264, 2013).

Entre 2013 e meados de 2015, a avaliação técnica do FCC, bem como o posicionamento dos membros desta fundação representaram ações de resistência à demolição do prédio da escola normal. No entanto, em 29 de junho de 2015, a edição *on-line* do jornal **Correio Lageano** divulgou a seguinte publicação “Fundação muda parecer e se torna favorável à demolição”⁷⁵. Segundo a notícia, o FCC passou a afirmar, então, que a estrutura não possuía elementos que

⁷⁵ Disponível em:

<<http://www.clmais.com.br/informacao/87809/funda%C3%A7%C3%A3o-muda-parecer-e-se-torna-favor%C3%A1vel-%C3%A0-demoli%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: 02 fev. 2015.

justificassem o tombamento, mas sinalizava a necessidade da implantação de um memorial no mesmo espaço.

O novo posicionamento da FCC se deu num contexto avaliado pelo arquiteto Ulisses Munarim (2015), ao que se assemelha a “Uma rasteira política. Os dedos nos olhos proibidos em qualquer luta honrada”⁷⁶. A menção diz respeito à criação de uma Comissão de Pareceres Técnicos, dentro da FCC, que foi ocupada por servidores comissionados (nomeados politicamente) e servidores detentores de cargos de confiança. A Comissão criada em 09 de junho de 2015 pelo Governo do Estado de Santa Catarina, por meio da Portaria nº21/2015, aprovou, por maioria, um parecer técnico desqualificando o Colégio Aristiliano Ramos. Esse parecer removeu um dos obstáculos à demolição do prédio da escola normal em Lages.

Num movimento que critica a ação conduzida pela FCC, o Conselho Estadual de Cultura (CEC) registrou, na ata da Sessão Extraordinária realizada em 13/07/2015, a compreensão da gravidade do fato

[...] de uma Comissão da FCC, modificar reiterados pareceres técnicos, elaborados por técnicos especializados, que embasam e justificam a importância histórica e cultural do Colégio Aristiliano Ramos. Sobretudo porque neste caso, salvo melhor juízo, o parecer resultante e que desqualifica o Colégio, é assinado apenas por pessoas que detêm cargos de confiança, sem a inclusão de servidores de carreira especializados, ou seja, concursados e efetivos.

Lembrar que o parecer técnico anterior foi objeto de endosso deste Conselho, que deliberou pelo tombamento estadual do Colégio. Enfatizar que a FCC não deu

⁷⁶ Golpe baixo no Patrimônio Cultural. Disponível em: <https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=384650598395520&id=218854488308466&substory_index=0>. Acesso em: 15 ago. 2015.

seguimento ao rito processual de tombamento e mais sério ainda, alterou a decisão anterior, ignorando as deliberações deste Conselho.

Ressaltar que a Constituição Federal no seu art. 216 § 1º estabelece que ‘*o Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, **tombamento** e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.*’ Portanto, é dever do Estado proteger os bens patrimoniais com relevância e expressividade, como é o caso do Colégio. É dever constitucional.

Lembrar que o Colégio é de propriedade do Estado de Santa Catarina, portanto dos seus cidadãos. Que preservá-lo significa garantir a memória da modernização da educação em Santa Catarina, materializada no seu edifício, o primeiro do gênero no interior do estado.

Que o Estado, através das suas ações precisa dar o exemplo: de proteger e tomba os imóveis de sua propriedade, quando revestidos de significado. Trata-se de uma política pública de Estado e não de governo. (CEC, ATA 07/2015, p.4, grifos no original)⁷⁷.

O CEC constituiu, também, um dos grupos que “comprou a briga”⁷⁸ com o Governo do Estado pela preservação do prédio da escola normal. Reincidente na produção de pareceres favoráveis à permanência do prédio, o último documento enviado, em julho de 2015, ao Governo do Estado reafirmava a importância do prédio como um marco da história de Lages e da modernização do ensino em Santa

⁷⁷ O documento está disponível em: <<http://conselho.cultura.sc/wp-content/blogs.dir/9/files/Ata-07-13-07-15.pdf>>. Acesso em 24 out. 2015.

⁷⁸ O termo “comprou a briga” foi utilizado por um dos conselheiros do CEC numa mensagem trocada, via *in box* do *Facebook*, entre a pesquisadora e o conselheiro. “o CEC comprou a briga do Colégio Aristiliano Ramos” (16/07/2015).

Catarina. A nota requeria do governo a imediata suspensão de qualquer iniciativa para derrubar a estrutura física e sugeria a projeção de novos usos para o espaço. Como consequência da resistência do governo e de outras instituições envolvidas, o CEC propôs uma visita ao prédio do Colégio, bem como reuniões com autoridades locais e demais interessados no destino do prédio da antiga escola.

Assim, em 12 de agosto de 2015, com o objetivo de conhecer melhor a estrutura que abrigou a escola normal, o seu entorno e obter informações sobre o projeto de revitalização do centro da cidade, projeto este que propõe a supressão da estrutura física da escola, uma comitiva formada por membros do CEC se desloca até Lages. Neste mesmo dia, a comitiva participou de encontros com as lideranças políticas da cidade e outras instituições envolvidas nos embates pelo destino desta edificação, como a ACIL, o CDL e o IHGL. A figura a seguir mostra o encontro da comitiva do CEC com as lideranças políticas e outros interessados no destino do prédio escolar.

Figura 11 – Lideranças políticas e conselheiros do CEC em Lages



Fonte: *Site* da Prefeitura Municipal de Lages⁷⁹.

Com o intuito de saber sobre o sentimento da população quanto ao valor simbólico, o significado histórico (ou não) do prédio e, ainda, sobre a melhor decisão acerca do seu destino, os representantes do CEC conversaram com diferentes pessoas que passaram, naquela ocasião, em frente ao prédio da escola.

O conselheiro [...] relatou que, em frente ao colégio, conversou com os lageanos sobre o imóvel e todos se manifestaram contra sua preservação, pois, além de ter se tornado um pombal, ocupava um local inapropriado. (CEC, ATA 10, 2015, p. 3).

⁷⁹ Disponível em: <<http://www.lages.sc.gov.br/novo/noticias/6927>>. Acesso em: 24 de out. 2015.

Após detalhada avaliação de tudo o que lhes foi apresentado nos encontros com as entidades representativas, bem como das manifestações da população local, os membros da comitiva do CEC elaboraram um novo parecer. Neste novo parecer, o CEC posiciona-se contrário às suas três manifestações anteriores, ou seja, de órgão favorável à permanência do edifício, o CEC passa agora a recomendar a demolição do mesmo. Em 17 de agosto de 2015, o Conselho Estadual de Cultura “submete o parecer à aprovação da plenária, que resultou em treze votos favoráveis e três contrários” (ATA 10/2015)⁸⁰.

O escopo do documento resultante da Sessão Extraordinária do CEC, realizada em 17/08/2015, recomenda o não tombamento do imóvel

[...].pelos mesmos fundamentos do parecer exarado pela Comissão de Emissão de Pareceres Técnicos da Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural, criada pela Portaria 21/2015, de 09 de Junho de 2015, datada de 17 de Junho de 2015 acerca da solicitação de re-análise do anterior Parecer sobre o ex-Colégio Aristiliano Ramos, solicitada pela Fundação Cultural de Lages através do Ofício nº 097/2015, que em sua parte final afirma: “sendo assim, esta Comissão, tomando em consideração os novos fatos acima referidos, entende que não subsistem elementos que justifiquem a ação de tombamento do E.E.B. Aristiliano Ramos. (CEC, ATA 10, 2015, p. 13).

O reposicionamento do CEC, assim como o de outros grupos, como a Câmara de Vereadores, o COMPAC e a FCC,

⁸⁰ Disponível em: <<http://conselho.cultura.sc/wp-content/blogs.dir/9/files/Ata-10-17-08-2015.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2015.

os quais num primeiro momento manifestaram-se sensíveis à permanência e à preservação do prédio, reforçam as ponderações de Pierre Bourdieu acerca do patrimônio como campo. Para este autor, como já sinalizado neste texto, o patrimônio como campo é um espaço de disputas no qual os agentes dos diferentes grupos da sociedade competem, por meios oficiais ou não, o poder de definição do que é ou não um patrimônio. Bourdieu (2004) aponta que todo campo é definido por uma relação de forças a instalar-se por uma luta de poder. Esta noção não descarta nem oculta o conflito, pelo contrário, as forças estão sempre em jogo e lutando para manter suas posições ou se reposicionar. Desta forma, os ritos no ato de instituir determinado estado de coisas lhes garantem um atributo de consagração. Ao consagrar o valor de um bem, por exemplo, a não identificação ou o não reconhecimento do prédio da escola normal como bem tombado, é atribuído a ele um valor simbólico para uma coletividade.

Nos embates que se estabelecem pelo destino do prédio da escola normal, a luta pelo poder de definir, de legitimar o que é ou não patrimônio na cidade de Lages ganhou visibilidade no processo que retirou o prédio do rol dos bens protegidos pela Lei Municipal. Segundo Bourdieu (1996), cabe às instituições que promovem os ritos lidar com a crença nos valores atribuídos a determinados bens. Para este autor a crença remete ao “trabalho de socialização necessária para produzir agentes dotados de esquemas de percepção e de avaliação que farão perceber as injunções inscritas em uma situação, ou em um discurso, e obedecê-las” (BOURDIEU, 1996, p. 171). A eficácia do ato simbólico depende da produção de disposições a ele favoráveis e, conseqüentemente, envolve a crença. A ação do grupo que representa o interesse do Estado, ou seja, a Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) configurou uma força criativa que reflete a dinâmica das negociações entre os agentes dos diferentes grupos como, por exemplo, a relação

entre o COMPAC e a SDR evidenciada nos documentos que registram os encontros do Conselho.

As táticas de abordagem empreendidas pela SDR possibilitaram a construção de um significado autorizado sobre o destino do antigo prédio da escola normal. A construção desse significado autorizado representa a estruturação de um campo no qual os seus agentes, organizados nos grupos sociais, defendem uma crença produzida e reproduzida no campo, assim como o monopólio da violência simbólica, que é o poder simbólico específico de manipular uma verdade imposta, tanto para os sujeitos do grupo como para sujeitos pertencentes a outros grupos. Ou seja, se no espaço social surgem grupos com pretensões de produzir e impor outra crença ou outra verdade, logo se estabelecem as negociações pelos significados desse campo. Desse modo, iniciam-se as negociações que culminarão na projeção deste grupo como detentor do poder simbólico, na absorção do mesmo ao campo já estruturado ou à sua aniquilação. De modo geral, o poder simbólico tem lastro no poder político.

A FCC e o CEC iniciaram, num primeiro momento, com os seus pareceres emitidos, as suas publicações e as manifestações favoráveis à preservação do antigo prédio da escola normal, um movimento com pretensões de produzir outro significado para o destino da edificação. Esse outro significado, por exemplo, é identificado nas publicações postadas por membros do CEC na página de Mobilização dos Servidores da FCC, alocada na rede social *Facebook* sob a identificação da comunidade virtual “Quanto vale a Cultura?”.

Figura 12 – Comunidade no Facebook “Quanto vale a Cultura?”

Quanto vale a Cultura?
10 de julho · 🌐

Golpe baixo no patrimônio cultural (por Ulisses Munarin)

Recentemente, fez alarde na imprensa a agressão – física e verbal – a um técnico da Fundação Catarinense de Cultura por parte do prefeito de Urussanga, descontente com um parecer desfavorável assinado pelo profissional (quem quiser saber mais: <http://wip.clicrbs.com.br/.../arquitectos-da-fcc-denunciam-ag.../>)...

Continuar lendo

Curtir · Comentar · Compartilhar

curtiram isso. outras 37 pessoas Principais comentários · 47 compartilhamentos

demais defensores do Colégio Aristiliano Ramos. Tivemos uma primeira e única sessão do CEC, na terça-feira última, dia seguinte à posse dos novos conselheiros, e esta questão, com a urgência e a firmeza de posicionamentos que requer. j... Ver mais
Curtir · Responder · 6 · 11 de julho às 01:27

2 Respostas:

caros conselheiros, este texto do munarin é o que sinto, o que na gestão passada conseguimos reverter, inclusive no MP, agora estes parvoescos e "comissionados" tentam de vez denubar o patrimônio histórico, contamos com a força de voos para q... Ver mais
Curtir · Responder · 6 · 10 de julho às 23:43 · Editado

continuaremos lutando pela preservação do Colégio! Não faz sentido, uma edificação de propriedade do Estado de Santa Catarina não ser protegida por tombamento estadual, em vista de sua importância e relevância histórica e cultural. Aliás, nossa missão como conselheiros estaduais é garantir que as políticas públicas sejam de Estado e não de governo.
Curtir · Responder · 4 · 12 de julho às 18:48

Informações preciosas, e elucidativas, em tempos de equívocos trágicos na gestão pública!! Parece até uma epidemia nacional, e que SC está induzida! Onde está o brilho e orgulho de sua história, sua identidade Cidadão Catarinense? Episódios lamentáveis!!
Curtir · Responder · 4 · 10 de julho às 14:27

Obrigado pelo texto elucidativo Ulisses, uma aula de história. Infelizmente a politização estúpida, sobrepõe ao que verdadeiramente interessa, a preservação do patrimônio.
Curtir · Responder · 4 · 10 de julho às 14:12

Muito triste isso!! Infelizmente falta mesmo ao nosso país anos luz de "cultura ainda".
Curtir · Responder · 12 de julho às 21:47

Os próximos da lista provavelmente são os nossos teatros Adolpho Mallo e TAC...
Curtir · Responder · 2 · 10 de julho às 14:18

parabenizar o Ulisses pelo brilhante texto e pela foto que mostra a importância do Colégio Aristiliano Ramos. E dizer que, já na gestão passada do CEC lutamos pela preservação deste marco da educação pública e laica, primeiro do interior de estad... Ver mais

Fonte: Página do Facebook - comunidade Quanto vale a Cultura?⁸¹. A autoria dos comentários foi preservada.

As negociações com o poder público, municipal e estadual, culminaram, como já apresentado, na absorção destes grupos. Desta forma, o campo do patrimônio em Lages alcança uma heteronomia relativa na sociedade onde esse grupo difunde uma verdade que o coloca como definidor dos preceitos que balizam o mundo social, obtendo, assim, poder para impor e inculcar instrumentos de conhecimento e de expressão da realidade (BOURDIEU, 2007b). Nesse campo de

⁸¹ Disponível em: <<https://www.facebook.com/Quanto-vale-a-Cultura-218854488308466/timeline>>. Acesso em: 26 out. 2016.

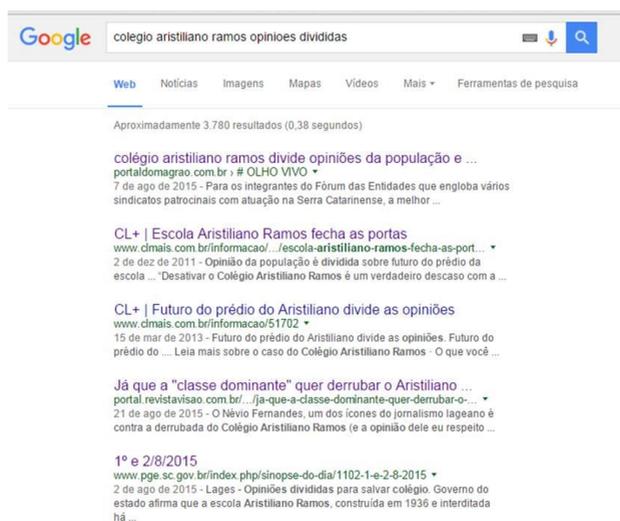
disputas e conflitos, uma a uma as resistências são minadas pelo interesse de demolir o prédio da escola normal a fim de construir no local um memorial que contenha a referência abrangente a todos as efemérides históricas da formação da cidade de Lages, a saber: Praça do Pelourinho, Casa da Câmara e Cadeia, Teatro e Casa Maçônica e Colégio Aristiliano Ramos. No entanto, segue firme a posição do Ministério Público, defendendo a preservação da estrutura física do colégio.

3.1 MOVIMENTOS PELA PRESERVAÇÃO DO PRÉDIO DA ESCOLA NORMAL

Na reunião realizada com a comitiva do CEC, na cidade de Lages em 12/08/2015, o arquiteto Antônio Rogério de Macedo, convidado pelo Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Lages para participar do encontro, apresentou aos membros do conselho a informação de que “95% dos lageanos não querem ‘um pombal’ e sim um aparelho que melhore o centro da cidade através de um Memorial, que valorize a história do local e área livre que permita à população reunir-se nas horas festivas, de lazer e de conagraçamento” (CEC, ATA 10/2015, p. 11). Esta informação, acrescida pelas manifestações de pessoas do povo, colhidas nas conversas entre a população local e a comitiva do CEC durante a visita deste órgão à cidade de Lages, quando “todos se manifestaram contra sua preservação, pois, além de ter se tornado um pombal, ocupava um local inapropriado” (CEC, ATA 10/2015, p. 3), configurou os subsídios para que o CEC produzisse um novo parecer. Neste, um dos indicadores para a recomendação da demolição do prédio da escola normal se fundamenta na justificativa de que a população é contra o tombamento porque não reconhece a edificação com características de valor histórico (CEC, ATA 10/2015, p.3).

A fundamentação baseada neste indicador é frágil se levada em conta as manifestações contra o fechamento e a demolição do prédio da escola presentes em suportes como *sites*, comentários publicados nos jornais, entrevistas, entre outros. A pesquisa aos indicadores <colégio aristiliano ramos opiniões divididas> no *site* de busca do *Google*, por exemplo, mostra, conforme a figura 13, a existência de informações relacionadas à divisão das opiniões sobre o destino dessa edificação.

Figura 13 – Notícias sobre o destino do Colégio Aristiliano Ramos



Fonte: *Site do Google*⁸².

⁸² Disponível em:

<<https://www.google.com.br/#q=colégio+aristiliano+ramos+opinioes+dividas>>. Acesso em: 15 set. 2015.

A opinião da população sobre o destino do prédio foi um dos aspectos abordados pela Comitativa do CEC na reunião, ocorrida em agosto de 2015, com as lideranças políticas de Lages e outros interessados no destino do prédio escolar. Ao questionar o Prefeito do Município sobre as razões de não ter sido realizado um amplo debate público para resolver a demanda, seguido de uma consulta popular por meio de plebiscito, os membros do CEC obtiveram deste a resposta de que já havia recebido “o processo em andamento, que havia se posicionado, como Vereador, pela preservação do imóvel, enquanto estabelecimento de ensino. Entretanto ao conhecer melhor os laudos e pareceres sobre o assunto alterou seu entendimento” (CEC, ATA 10/2015, p. 9). É relevante destacar que quando a proposta foi apresentada à Câmara de Vereadores, por meio de um requerimento solicitando a organização de uma audiência pública para ouvir a população sobre a condição desta escola, conforme já abordado nesse texto, a mesma foi rejeitada pelo poder legislativo. Esta condição indica que as manifestações contra a demolição, quando ocorridas, se deram por outras vias como, por exemplo, através da página da comunidade virtual alocada na rede social *Facebook* (Figura 14) ou por meio de “um abaixo-assinado, com mais de 3 mil assinaturas, pedindo para que o colégio não seja demolido” (REVISTA VISÃO, 2015, p. 18).

Figura 14 - Grupo do Facebook “Movimento Pró Escola



Fonte: Página do *Facebook* - Grupo “Movimento Pró Escola Aristiliano Ramos Lages/SC - Movimento Volta pra casa Aristiliano!!”⁸³.

Como detalhado no capítulo anterior, as redes sociais incitam à participação e se configuram como espaços dinâmicos. Criada pelo vereador Marcius Machado, possivelmente com o propósito de disseminar informações e incentivar as manifestações contrárias ao fechamento do Colégio Aristiliano Ramos, a comunidade virtual do *Facebook*, “Movimento Pró Escola Aristiliano Ramos Lages/SC - Movimento Volta pra casa Aristiliano!!”, não se configura como um espaço de fomento aos possíveis propósitos. O volume de postagens e interações nesta comunidade é ínfimo se comparado, por exemplo, com o volume de postagens

⁸³ Disponível em: <<https://www.facebook.com/Movimento-Pr%C3%B3-Escola-Aristiliano-Ramos-LagesSC-Movimento-Volta-para-Casa-Aristilianos-175488952569176/?fref=ts>>. Acesso em: 15 set. 2015.

presentes na figura 12, que apresenta a comunidade virtual “Quanto vale a cultura?”. O volume de postagens é identificado e quantificado pelo *plugins* sociais: “curtir”, “comentar” e “compartilhar”. A publicação com o maior número desses *plugins* ocorreu em 13 de março de 2012 e contou com 7 curtidas, 6 compartilhamentos e 8 comentários (Figura 15).

Figura 15 - Comentários postados na comunidade “Movimento Pró Escola Aristiliano Ramos Lages/SC



Fonte: Página do *Facebook*. A identificação dos usuários foi ocultada⁸⁴.

⁸⁴ Disponível em: <<https://www.facebook.com/Movimento-Pr%C3%B3-Escola-Aristiliano-Ramos-LagesSC-Movimento-Volta-pra-Casa-Aristilianos-175488952569176/?fref=ts>>. Acesso em: 15 set. 2015.

Mesmo não se constituindo como um espaço que estimula as discussões acerca da preservação e da patrimonialização do prédio da escola normal, a comunidade formada no *Facebook* é um indicativo da existência de oposição à demolição do edifício.

Ainda sobre a manifestação da opinião pública, o Secretário de Planejamento informou à comitiva do CEC, em agosto de 2015, que o “jornal Correio Lageano e a rede de TV/RBS local fizeram enquetes⁸⁵ e colheram resultados altamente favoráveis ao não tombamento do imóvel e a revitalização do centro histórico da cidade” (CEC. ATA n° 10/2015, p. 9-10)⁸⁶. A primeira enquete, organizada pelo jornal **Correio Lageano** foi disponibilizada na página *on-line* do jornal e ficou ativa no período de 28/12/2011 a 02/01/2012. Nesta enquete, o participante responderia à pergunta: O que dever ser feito com o prédio do Colégio Aristiliano Ramos? Para responder ao questionamento o participante deveria escolher uma entre as três opções de respostas disponibilizadas pelo jornal. Num universo de 156.727 habitantes⁸⁷ da cidade de Lages, 30.682 pessoas puderam se posicionar acerca do destino do edifício (Tabela 1).

⁸⁵ A enquete *on-line* é um espaço virtual organizado com o propósito de colher informações de pessoas sobre um determinado assunto.

⁸⁶ Disponível em: <<http://conselho.cultura.sc/wp-content/blogs.dir/9/files/Ata-10-17-08-2015.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2015.

⁸⁷ Segundo informações do IBGE. Disponíveis em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=420930>>. Acesso em: 25 jul. 2016.

Tabela 1- Dados numéricos da participação na enquete sobre o destino do prédio da escola Aristiliano Ramos

OPÇÃO	TOTAL DE VOTOS	PORCENTAGEM DE INTERESSE DOS VOTANTES
Voltar a ser teatro ou um centro de cultura	20.557	67%
Demolição	10.080	32,85%
Instalar o setor administrativo da Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR).	45	0,15%

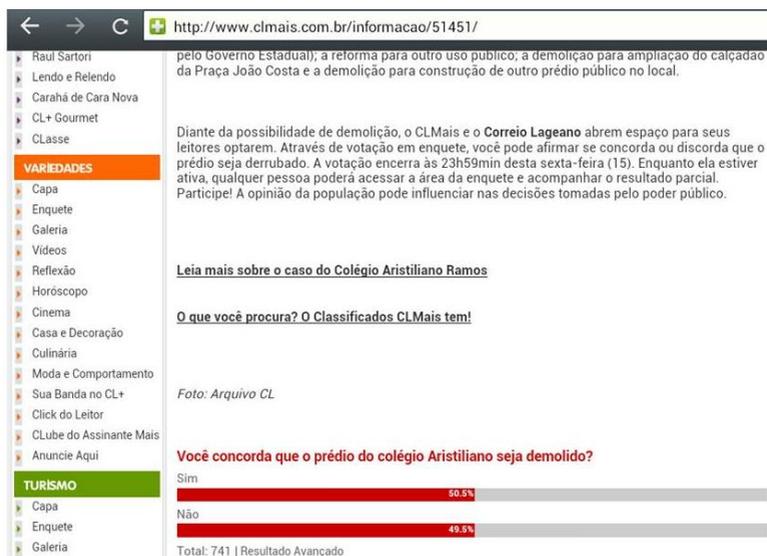
Fonte: Extraído da edição *on-line* do jornal **Correio Lageano**⁸⁸.

O impasse acerca do destino do prédio levou o jornal **Correio Lageano** a organizar outra enquete para saber a opinião da população em Lages. Essa nova enquete, disponível no período entre 12 e 15 de março de 2013, já apresentava na estrutura do questionamento a possível ameaça de demolição do prédio “Você concorda que prédio do colégio Aristiliano Ramos seja demolido”. O resultado da enquete mostra cidadãos divididos entre o preservar e o demolir a estrutura do antigo edifício (Figura 16).

⁸⁸ Disponível em:

<<http://www.clnmais.com.br/informacao/28301/pol%C3%AAmica-do-col%C3%A9gio-aristiliano-ramos-divide-opini%C3%B5es>>. Acesso em: 23 nov. 2015.

Figura 16 – Resultado da enquete “Você concorda que prédio do colégio Aristiliano Ramos seja demolido?”



Fonte: Edição *on-line* do jornal **Correio Lageano**⁸⁹.

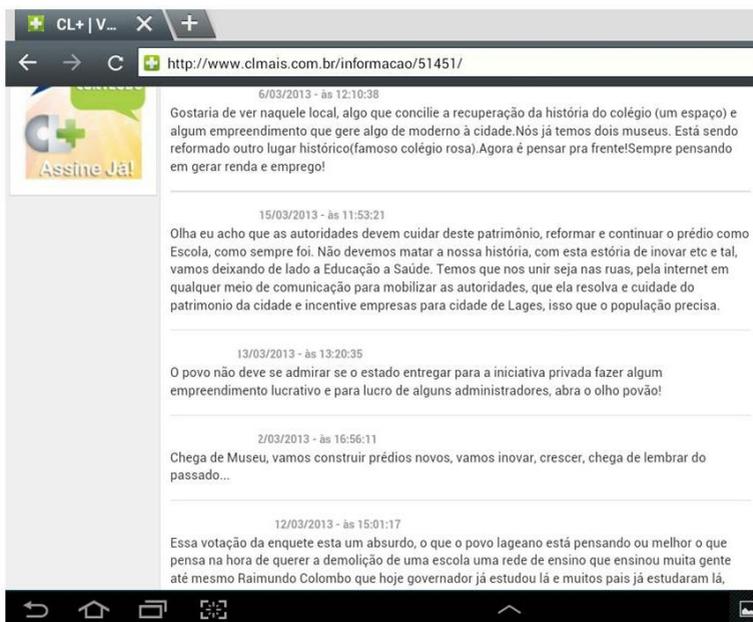
Como diferencial na relação do público com a formação da opinião pública, a enquete promovida pelo jornal **Correio Lageano** abriu para o participante, além do voto, a possibilidade de produzir uma argumentação que justificasse o seu posicionamento acerca da situação do prédio da escola normal. A figura a seguir apresenta alguns dos registros produzidos pelos participantes da enquete, nos quais os conteúdos publicados sinalizam a constituição de um cenário cujo destino encontra-se dividido entre o preservar e o demolir.

⁸⁹ Disponível em:

<<http://www.clmais.com.br/informacao/51451/voc%C3%AA-concorda-que-o-pr%C3%A9dio-do-col%C3%A9gio-aristiliano-seja-demolido?>>.

Acesso em: 23 de nov. 2015.

Figura 17 – Comentários da enquete



Fonte: Edição *on-line* do jornal **Correio Lageano** de 12 de março de 2013. A identificação das autorias foi preservada ⁹⁰.

Os comentários publicados e o resultado da enquete são indícios que promovem a percepção de que a sociedade local produz representações distintas no imaginário social. Estas representações, como já mencionado, dividem-se entre a permanência e a ruptura com as práticas de memória desta instituição e estão identificadas na opinião pública não considerada pelas lideranças políticas. Assim, outros grupos deliberam sobre o patrimônio, uma opinião pública que, de

⁹⁰ Disponível em:

<<http://www.clnmais.com.br/informacao/51451/voc%C3%AA-concorda-que-o-pr%C3%A9dio-do-col%C3%A9gio-aristiliano-seja-demolido?>>. Acesso em: 23 nov. 2015.

certo modo, como ponderou o sociólogo francês Pierre Bourdieu, não existe.

No texto, “A opinião pública não existe”⁹¹, Bourdieu (1973) faz uma análise do funcionamento e da função da pesquisa de opinião. Para o autor, este tipo de pesquisa é um espaço democrático fundamentado na ideia de que qualquer pessoa pode manifestar a sua opinião e que essa opinião conforma um valor. Todavia, se a manifestação é livre e a opinião tem valor, a interpretação e a divulgação dos resultados nem sempre respondem ao que se propõem. O autor sinaliza que as problemáticas propostas pelas pesquisas de opinião são sempre subordinadas aos interesses políticos. Uma vez subordinada, é este campo – o político – que orienta a interpretação e o uso que se faz do resultado de uma pesquisa de opinião. As ponderações de Bourdieu são percebidas e parecem ressoar na afirmação feita pelo Secretário de Planejamento do município aos membros do CEC, em Lages (SC). Nesta afirmação, os resultados das enquetes, que indicam um cenário dividido entre o preservar e o demolir, são substituídos pelo indicativo de que estas pesquisas de opinião constataam a aprovação do não tombamento e da revitalização do espaço ocupado pelo prédio da antiga escola.

3.2 – QUAIS PROPOSTAS? O PRÉDIO DA ESCOLA NORMAL E O CENTRO DA CIDADE

Fixadas no ambiente e no imaginário das cidades, as praças são, desde a constituição dos primeiros núcleos urbanos, espaços de sociabilidade nos quais os cidadãos circulam, se encontram, convivem, debatem, entre outras atividades. Sobre a

⁹¹ BOURDIEU, P. A opinião pública não existe. Disponível em: <[http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/50619/mod_resource/content/1/A_Opini%C3%A3o_P%C3%ABblica_N%C3%A3o_Existe_\(Pierre_Bourdieu\).pdf](http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/50619/mod_resource/content/1/A_Opini%C3%A3o_P%C3%ABblica_N%C3%A3o_Existe_(Pierre_Bourdieu).pdf)>. Acesso em: 25 nov. 2015.

função destes espaços na contemporaneidade, Caldeira (1998), num trabalho sobre o papel das praças na formação das cidades, a partir do estudo de caso da Praça da Liberdade, em Belo Horizonte (MG), afirma que:

Os espaços públicos estão atualmente no centro das preocupações urbanas. A voga pela reconquista do direito à cidade, através de uma nova política urbana de preservação e restauração patrimonial, propondo uma requalificação dos espaços públicos, introduz um novo medicamento – o ‘reenervamento’ – e rediscute o tema da praça. Esta tentativa de melhoria da qualidade de vida cidadina perpassa a retomada do espaço da praça, através de novas práticas de sociabilidade. (CALDEIRA, 1998, p. 58).

Na pauta das discussões sobre o destino do prédio da escola normal em Lages, uma das opções, já detalhada nesta tese, propõe a demolição da edificação para a revitalização e a requalificação da Praça João Costa visando torná-la um novo espaço de sociabilidades, um espaço onde se construam “áreas de playground, lazer, cafeterias, banca de jornal e revistas e áreas verdes, além de um espaço amplo para realização de eventos, com um palco fixo” (CORREIO LAGEANO, 06/09/2013)⁹².

O projeto de revitalização da Praça João Costa, que ocupa uma parte significativa do centro da cidade, proposta pela Prefeitura Municipal em parceria com o Governo do Estado, encontra-se fixada em uma das paredes externas do prédio da escola normal desde meados de 2013 (Figura 18).

⁹² Disponível em: <<http://www.clmais.com.br/informacao/61249/proposta-prev%C3%AA-centro-de-cara-nova>>. Acesso em: 02 out. 2014.

Figura 18 - Revitalização do centro da cidade de Lages



Fonte: Secretaria Municipal do Planejamento – SEPLAN. Proposta de Revitalização do Centro da Cidade.

A fixação da proposta de Revitalização do Centro de Lages, anterior à decisão judicial, produz sentidos que podem ser mobilizados em duas direções. A primeira diz respeito à demarcação de uma ação já concretizada, ou seja, uma decisão sobre o destino do espaço já planejado e, em vias de efetivação. A segunda sinaliza uma possível ressonância sobre o imaginário social, uma vez que a imagem do projeto de revitalização produz diferentes motivações na população local. O projeto de revitalização do centro de Lages está disponível aos diferentes transeuntes que circulam nas imediações (Figura 19).

Figura 19 - Revitalização da Praça João Costa



Fonte: Edição *on-line* do jornal **Correio Lageano**⁹³.

Um exemplo desta possível ressonância pode ser apreendido a partir do comentário de um cidadão publicado no jornal **Correio Lageano**⁹⁴.

Que bom que decidiram pela demolição! Sou a favor de patrimônio histórico com arquitetura única, que não é o caso deste prédio. Já pensou se tudo o que está construído hoje no centro de Lages não possa ser demolido porque será patrimônio histórico daqui a cem anos? Lages precisa de novos ares, novos empreendimentos, novas praças! (CORREIO LAGEANO, 01/10/2013).

⁹³ Disponível em: <<http://www.clmais.com.br/informacao/61249/proposta-prev%C3%AA-centro-de-cara-nova>>. Acesso em: 03 out. 2014.

⁹⁴ Disponível em: <<http://www.clmais.com.br/informacao/62548/aprovada-demoli%C3%A7%C3%A3o-do-aristiliano-ramos>>. Acesso em: 03 out. 2014.

A revitalização de uma área, segundo Duarte (2005), ainda que a expressão seja criticável do ponto de vista etimológico, remete à imagem, ou seja, à representação de algo que “enche de vida”. As produções de sentidos fabricadas (CERTEAU, 1994) a partir da proposta de revitalização para o centro da cidade de Lages, pinçadas em diferentes edições *on-line* do jornal **Correio Lageano** modelam um discurso que preconiza a modernidade, ou seja, um discurso cujo objetivo é constituir uma cultura de modernização da sociedade. Este discurso promove a valorização do econômico, do social, do cultural e da mobilidade social.

A ideia de fabricação, entendida neste texto, está em consonância com as proposições tecidas por Michel de Certeau (1994). Na introdução da obra **A Invenção do Cotidiano**, o autor desenvolve uma análise das representações do que a televisão produz, do tempo que os indivíduos despendem em frente ao aparelho e daquilo que surge a partir destas ocasiões, ou seja, a “fabricação” com ares poéticos desenvolvida com o que é apreendido nas horas de consumo. No texto “O uso ou o consumo”, Certeau (1994) propõe que o consumo pode ser estendido para as apropriações do espaço urbano, da aquisição dos produtos no supermercado e as informações lidas nos jornais. O autor afirma que os sistemas da “produção”, sobretudo televisiva, urbanística e comercial, indicam que para a racionalizada e barulhenta produção existe outra possibilidade de produção, esta é silenciosa, bastante velada e corresponde às maneiras de empregar os produtos.

Nos excertos das publicações *on-line* do jornal **Correio Lageano** encontram-se diferentes tipos de fabricações. Algumas silenciosas, veladas, outras mais visíveis, explícitas. Isso porque, na medida em que são ressignificadas/lidas pelos consumidores delineiam uma nova representação na memória social sobre o prédio da escola normal. No comentário abaixo, extraído de uma das edições *on-line* do jornal **Correio Lageano**, por exemplo, podem ser apreendidas evidências que

permitem entrever uma fabricação para o apagamento desta instituição do cenário urbano.

Com certeza os lageanos só têm a ganhar com a revitalização da praça e mudanças são necessárias para o bem estar de todos nós, temos de deixar de lado velhos hábitos e comodismos e adquirirmos um pouco mais de cultura e conhecimento. Eu apoio e fico feliz em ver que nossa cidade não vive somente de passado e sim que se espelha nele para dar continuidade ao futuro. (CORREIO LAGEANO, 06/09/2013)⁹⁵.

A indicação do abandono a “velhos hábitos”, expressa no excerto, possivelmente refere-se à retirada do prédio da antiga escola do espaço central da cidade, assim como a expressão “continuidade ao futuro” pode estar associada à proposta de revitalização do centro da cidade. Trata-se da fabricação de um novo horizonte de expectativas colocando-se para a sociedade lageana.

Por outro lado, é pertinente pensar que, possivelmente, no momento da emergência deste prédio no cenário urbano, a expectativa pela sua construção e pela função que exerceria – abrigar a segunda escola pública para formar professores primários no Estado – também tenha despertado/evocado representações semelhantes a de uma de continuidade, à ideia de futuro. As expectativas acerca da emergência dessa escola em Lages serão problematizadas no próximo capítulo desta tese.

O projeto de revitalização apresentado à sociedade lageana é fruto de uma parceria entre a Prefeitura e o Governo do Estado. Para o desenvolvimento deste projeto, a Secretaria Municipal de Planejamento (SEPLAN) contratou uma

⁹⁵ Disponível em: <<http://www.clmais.com.br/informacao/61249/proposta-prev%C3%AA-centro-de-cara-nova>>. Acesso em 03 out. 2014.

consultoria internacional representada pela empresa espanhola IDP Engenharia, Meio Ambiente e Arquitetura⁹⁶. A contratação desta consultoria, segundo o prefeito do Município, se deu em função de

[...] um trabalho que visa, entre outras coisas, resgatar a qualidade de vida da comunidade e também melhorar nosso cenário dentro de novos parâmetros sustentáveis. Estamos trazendo tecnologia internacional através da empresa IDP (de Barcelona, Espanha), que o governo do Estado nos facilitou o acesso, e assim podemos fazer com que o projeto atinja parâmetros nunca pensados para Lages. (MATTOS, 2015)⁹⁷.

O acesso facilitado ao trabalho da empresa IDP, mencionado pelo prefeito de Lages, se dá em função de o Governo do Estado também fazer uso do trabalho desta empresa. Ao consultar o *site* da empresa IDP na internet, a fim de buscar informações sobre o trabalho proposto para a cidade de Lages, deparou-se com o registro de projetos desenvolvidos para o Governo de Santa Catarina e para outros municípios do Estado como, por exemplo, os projetos de arquitetura e engenharia de 12 Centros de Inovação que a Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável do Governo do Estado de Santa Catarina planeja construir em 12 diferentes

⁹⁶ Com sede na Catalunha, Espanha, a empresa IDP Engenharia, Meio Ambiente e Arquitetura projeta-se no cenário brasileiro pelas propostas de reorganização dos espaços urbanos, denominando-os de cidades inteligentes. Em 2013, esta empresa inaugurou uma filial na cidade de Florianópolis. Esta filial, por sua vez, tem orientado o projeto de Revitalização do Centro da cidade de Lages.

⁹⁷ Prefeitura apresenta Projeto de Revitalização do Centro de Lages a lojistas. Disponível em:

<<http://portal.revistavisao.com.br/post/16965/prefeitura-apresenta-projeto-de-revitalizacao-do-centro-de-lages-a-lojistas/>>. Acesso em: 12 dez. 2015.

cidades do Estado. No site da IDP as cidades listadas para receber os Centros de Inovação são: Joinville, Florianópolis, Blumenau, Criciúma, Chapecó, Itajaí, Jaraguá do Sul, Tubarão, São Bento do Sul, Joaçaba, Brusque e Rio do Sul⁹⁸.

A proposta do governo previa, inicialmente, a execução de 12 Centros de Inovação, entretanto, por questões que não serão exploradas nesta pesquisa – estas questões configuram uma direção a fim de pensar e problematizar as condições para a implantação da segunda escola normal em Lages –, o Governo do Estado acrescentou a construção de mais um Centro de Inovação a ser executado na cidade de Lages.

O Órion [é] uma mega estrutura da indústria limpa, produtora de conhecimento e [é] a **primeira** de um total de 13 centros tecnológicos proposto pelo governo catarinense. Lages é o único que está em

⁹⁸ O projeto desenvolvido pela empresa IDP para o Governo de Santa Catarina prevê a produção dos projetos de arquitetura e engenharia dos 12 Centros de Inovação que a Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável do Governo do Estado de Santa Catarina planeja construir em 12 diferentes cidades do Estado. Os Centros de Inovação terão uma área construída que variará entre 2.000 e 4.100 metros quadrados, onde serão projetados edifícios com um desenho flexível, racional, funcional e inovador no uso de tecnologias e instalações. O objetivo é que estes Centros atuem como polos de inovação para os municípios e seu entorno. Especificamente os Centros de Inovação serão localizados nas seguintes cidades: Joinville (515.250 habitantes), Florianópolis (421.203 habitantes), Blumenau (309.2014 habitantes), Criciúma (192.308 habitantes), Chapecó (185.000 habitantes), Itajaí (184.000 habitantes), Jaraguá do Sul (128.237 habitantes), Tubarão (97.281 habitantes), São Bento do Sul (75.543 habitantes), Joaçaba (24.850 habitantes), Brusque (119.719 habitantes) e Rio do Sul (61.198 habitantes). Disponível em:

<[http://www.idp.es/proyecto-ingenieria-arquitectura.php?idp=331&idc=54¢ros_de_inovac%C3%A3o_do_esta_do_de_santa_catarina_\(brasil\)#.VmyAr0orLIU](http://www.idp.es/proyecto-ingenieria-arquitectura.php?idp=331&idc=54¢ros_de_inovac%C3%A3o_do_esta_do_de_santa_catarina_(brasil)#.VmyAr0orLIU)>. Acesso em 12/12/2015.

estágio final e que será entregue esse ano. (REVISTA VISÃO, 2016, grifo meu)⁹⁹.

Com custos aos cofres públicos de R\$ 9 milhões, o último centro de inovação acrescido ao projeto do governo foi o primeiro do gênero a ser construído no Estado. Inaugurado em 24 de julho de 2016, o Centro de Inovação, nominado de Órion Parque Tecnológico, coloca Lages na vanguarda de implantação dos projetos governamentais.

No escopo do trabalho contratado para a revitalização do centro da cidade de Lages, a empresa IDP apresenta a premissa de que este projeto configura uma ação de modernização do centro e define as ações que serão implementadas. A figura abaixo mostra o escopo dos serviços contratados pelo Governo de Santa Catarina.

⁹⁹ SIEGA, L. Centro de Inovação do Orion Parque Tecnológico de Lages será inaugurado no dia 24 de julho. Disponível em: <<http://portal.revistavisao.com.br/post/24579/centro-de-inovacao-do-orion-parque-tecnologico-de-lages-sera-inaugurado-no-dia-24-de-junho/>>. Acesso em: 29 de jul. 2016.

Figura 20 - Proposta de Desenvolvimento Urbano para a cidade de Lages

PROJETOS - DESENVOLVIMENTO URBANO

Modernização do centro da cidade de Lages (Brasil)
2013

Projeto de modernização do centro da cidade de Lages, a fim de obter um espaço mais amigável para os cidadãos, onde estes tenham prioridade em relação aos veículos.

O objetivo do projeto é modernizar o centro da cidade, a fim de obter um espaço mais amigável para os cidadãos, onde estes tenham prioridade em relação aos veículos, além de soterrar a rede elétrica e de comunicações, atualmente aérea e reformar três praças públicas criando áreas de playgrounds, de lazer e áreas verdes com espécies nativas.

A área delimitada pelo projeto é:

- Ao norte pela rua Serafim de Moura.
- No leste pela rua Presidente Nereu Ramos.
- Ao sul pela rua Lauro Muller.
- No oeste pela rua Coronel Córdova.

Serviços contratados:

- Anteprojeto urbano:
 - Propostas de alternativas.
 - Desenho final.
- Projeto de urbanização:
 - Projeto geométrico.
 - Projeto de drenagem.
 - Projeto de pavimentação.
 - Projeto de sinalização (obras complementares).
 - Projeto de iluminação pública.
 - Projeto de fornecimento de energia elétrica.
 - Projeto de telecomunicação.
 - Projeto de abastecimento de água e esgoto sanitário.
 - Projeto de fornecimento de gás.
 - Projeto de prevenção de incêndios.

Fonte: *Site* da empresa IDP¹⁰⁰.

A empresa de engenharia e arquitetura espanhola apresentou dois anteprojetos que foram rejeitados e, posteriormente, alinhados com os *Stakeholders* – grupos interessados no projeto de revitalização (CDL, ACIL e Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE). Esses alinhamentos resultaram na proposta de um terceiro projeto de revitalização do centro da cidade, o qual foi apresentado à sociedade lageana pelo Secretário de Planejamento no evento de comemoração do aniversário da cidade de Lages, em 22 de novembro de 2013. A partir de então, o projeto tem sido

¹⁰⁰Disponível em:

<<http://www.idp.es/proyectos-ingenieria-arquitectura.php?pag=2&idc=52#.Vmx8fkorLIU>>. Acesso em: 12 dez. 2015.

apresentado a outros segmentos sociais como universidades, conselhos locais, empresas, entre outros. De acordo com o coordenador do SEBRAE, que representa os apoiadores do projeto, o mesmo

[...] está sendo muito bem aceito. Estivemos visitando pessoalmente cerca de cem empresas e a ampla maioria é favorável a uma revitalização completa. As pessoas estão muito esperançosas para que inicie logo, pois temos a oportunidade de transformar a área central e termos um espaço mais adequado para toda a população para, pelo menos, os próximos 30 anos. (AGOSTINI, 2015)¹⁰¹.

A estratégia produzida pela SEPLAN e pelos grupos apoiadores do projeto de revitalização do centro de Lages – disseminar o projeto para outros segmentos da sociedade local e para além dela, como ocorreu, por exemplo, com a FCC e com CEC, que alteraram os seus pareceres sobre o valor histórico e a preservação do prédio após conhecerem o projeto de revitalização proposto para o centro de Lages – alinha-se aos termos propostos por Chartier (1990) quando trata sobre os embates das representações sociais, nos quais cada grupo fabrica táticas para impor seus valores aos outros. Por sua vez, as noções de estratégia e tática mobilizadas por Chartier (1990), para afirmar a constituição das diferentes representações produzidas e consumidas pelos grupos sociais, estão em consonância com a proposta de Michel de Certeau (1994). Na obra **A Invenção do Cotidiano**, o autor propõe alternativas para a implacabilidade do poder. Ao buscar os artifícios que o homem comum utiliza diante dos mecanismos

¹⁰¹ Prefeitura apresenta Projeto de Revitalização do Centro de Lages a lojistas. Disponível em:

<<http://portal.revistavisao.com.br/post/16965/prefeitura-apresenta-projeto-de-revitalizacao-do-centro-de-lages-a-lojistas/>>. Acesso em: 12 dez. 2015.

que tentam domesticá-los, Certeau (1994) promove um deslocamento na historiografia. Este deslocamento é movimentado pelas noções de estratégia e tática. Na proposição do autor, os homens utilizam táticas – jogando com as regras que normalmente os disciplinam, acabam anulando ou minimizando os seus efeitos – e estratégias – ações calculadas das relações de força que postulam um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e com uma exterioridade de alvos –, afastando, assim, o foco exclusivo do conteúdo dos objetos culturais para direcioná-lo às práticas de apropriação.

Se no cenário das disputas pelas representações do prédio da escola normal assume-se que as ações promovidas pela SEPLAN e pelos grupos apoiadores configuram a estratégia, que quando mobilizada altera as práticas de apropriação de uma dada realidade, ou seja, uma realidade a impor à sociedade a cultura do novo (representado pelo projeto de revitalização do centro) sobre o velho (o prédio da antiga escola que não teria mais uso), o que configuraria a tática? O que neste cenário constitui-se como ação astuta capaz de minimizar ou até mesmo anular os efeitos provocados no imaginário social por conta das estratégias fabricadas pelos grupos, os quais tentam suprimir do espaço central da cidade o prédio escolar?

As representações evocadas por indivíduos da sociedade e manifestadas em espaços como as redes sociais, os *blogs* e os fóruns dos jornais *on-line*, apresentadas nos capítulos anteriores desta pesquisa, constroem algumas suposições acerca da permanência do edifício escolar. Entretanto, a leitura desses registros indica que não há uma compreensão clara acerca desta permanência. Não há um consenso ou um discurso articulado sobre qual seria a justificativa para preservar a edificação: se por suas características arquitetônicas ou pela representatividade da escola para a história do ensino público. Há até representações

que evocam o fato de personalidades locais, como o Governador do Estado Raimundo Colombo, terem estudado na escola. Dentre as justificativas, destacam-se as que evocam a experiência do sujeito com a instituição de ensino. Estas experiências, das quais os sujeitos, na condição de alunos, evocam memórias, contribuem para o reconhecimento da experiência temporal desta escola no contexto social. Os excertos extraídos de diferentes edições *on-line* do jornal **Correio Lageano**¹⁰² apresentam vestígios que permitem visualizar a conformação de uma memória de retrospectão a partir do reconhecimento, da aproximação com as relações sociais vividas pelos sujeitos na escola. Isto é, os sujeitos se reconhecem, se identificam com este espaço de experiência e produzem, segundo Koseleck (2006), um horizonte de expectativas.

Na obra **Futuro Passado: contribuições à semântica dos tempos históricos**, Reinhart Koselleck (2006) propõe uma mudança conceitual na história. Esta mudança articula um espaço de experiência marcado pela ruptura entre passado e futuro, experiência e expectativa. Para o autor, a “experiência” e a “expectativa” são categorias históricas que “entrelaçam passado e futuro” (KOSELLECK, 2006, p. 308).

O “espaço de experiência”, na proposição deste historiador, é definido como Passado Presente e diz respeito ao passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. Na experiência se fundem tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamento, as quais não estão mais e não precisam estar mais presentes no conhecimento. Além disso, na experiência de cada um, transmitida por gerações e instituições, sempre está contida e é preservada por uma experiência alheia. Neste sentido, também a história é desde sempre concebida

¹⁰² Jornal **Correio Lageano** *on-line* 01/10/2011; Jornal **Correio Lageano** *on-line* de 02/10/2013; Jornal **Correio Lageano** *on-line* de 21/10/2013; Jornal **Correio Lageano** *on-line* de 12/03//2013.

como conhecimento de experiências alheias (KOSELLECK, 2006, p. 309-310). Assim, o espaço de experiência pertence ao passado que se concretiza no presente e é perpetuado de diferentes maneiras: através da memória, dos indícios, dos vestígios, das permanências ou através do que os historiadores definem como documentos/fontes históricas.

Por sua vez, o “horizonte de expectativas”, proposto por Koselleck (2006), se realiza no hoje, é futuro presente e corresponde a um universo de sensações e antecipações (o que o sujeito espera), ao não experimentado, para o que apenas pode ser previsto, pode ser desejado. As estratégias dos grupos que defendem a demolição do prédio da antiga escola fabricam um horizonte de expectativas, uma vez que a essência da proposta preconiza um novo futuro para a cidade, um novo futuro para a praça João Costa.

Ainda segundo Koselleck (2006), tudo o que aponta para o futuro, tudo o que é esperado, faz parte deste “horizonte de expectativas”. As expectativas não são apenas constituídas pelas formas de sensibilidade com relação ao futuro. São também a análise racional, a visão receptiva ou a curiosidade e configuram um futuro presente (KOSELLECK, 2006, p. 313). É importante destacar que, para este historiador, essas duas categorias não existem separadamente, não existe experiência sem expectativas, conhecimentos, recordações ou vivências do passado que não sejam informadas por uma visão de futuro ou vice-versa. Entretanto, o autor expõe a tensão entre estas duas categorias, uma tensão que é própria da elaboração do conhecimento historiográfico e mesmo das múltiplas leituras sobre o fenômeno da temporalidade, as quais vão surgindo em cada época, incluindo o nível das pessoas que vivenciaram os padrões disponíveis de sensibilidade diante do tempo que lhes são oferecidos no momento em que vivem (Ibidem, 2006).

Nos excertos extraídos de diferentes edições *on-line* do jornal **Correio Lageano** é possível entrever como os sujeitos que vivenciaram o espaço da escola normal, como um “espaço

de experiência”, entrelaçam Passado Presente dos quais interpretam o processo histórico, reelaborando a partir de suas experiências espaço-temporal uma forma de ver o passado, ao mesmo tempo em que formam um *continuum* histórico circunscrito por um horizonte de expectativas comum. Um horizonte que tende a preservar e manter esta escola no contexto social, criando e recriando diferentes representações desta instituição, uma vez que a mesma escola se encontra, ainda, na relação com o tempo vivido e com a memória dos habitantes. Nos dois primeiros excertos, as representações são constituídas a partir das experiências vivenciadas na e com a instituição escolar, seja na condição de aluno ou na condição de pai de aluno que frequentou a escola.

Desativar o Colégio Aristiliano Ramos é um verdadeiro descaso com a educação, pois, este é um dos colégios mais tradicionais de Lages. **Estudei** na década de 80 neste estabelecimento de ensino e o mesmo oferecia educação pública de qualidade. As autoridades competentes deveriam buscar recursos financeiros para promover as devidas reformas e **manter** este estabelecimento funcionando adequadamente (CORREIO LAGEANO, 01/12/2011, grifo meu)¹⁰³.

É muito bom ver que há pessoas sensatas e que respeitam a história de nossa gente. Infelizmente quem teria o poder de fazer, ainda não se deu conta do mal que fará a Lages perder este local. **Estudei nesse colégio e meus filhos também estudaram** desde o pré e fico com muita tristeza ao passar em frente e ver o descaso. As pessoas que aprovaram a

¹⁰³ Disponível em:

<<http://www.clmais.com.br/informacao/28134/estrutura-do-col%C3%A9gio-aristiliano-ramos-oferece-risco-aos-usu%C3%A1rios->>. Acesso em: 02 out. 2014.

demolição imagino que nem saibam quem foi Aristiliano Ramos...disseram que estava caindo, pois até agora não caiu nada. Quero ser consultado quando **minha história** estiver em jogo, pois este prédio é nosso e não aceito que passem por cima das coisas que passei...mas sozinho não consigo nada [...] (CORREIO LAEGANO, 21/10/2013, grifo meu)¹⁰⁴.

Nos dois outros excertos as representações são construídas a partir do descaso do governo com a escola.

Fico muito desapontado, pois este local representa muito para minha cidade, mas ninguém deu a mínima importância. O Governador deixou isso acontecer em sua terra natal e a população faz de conta que não vê. Quantas pessoas se qualificaram como Técnicos em Enfermagem, educação básica, ensino médio. Quanto de história há nesse prédio.....um povo que não preserva sua história não é digno das conquistas. Mais um motivo de por que Lages não se desenvolve, pois há pessoas que fazem o que querem e o povo só acata. Demolir uma instituição de Ensino para construir uma praça.....coisas de Lages!! (CORREIO LAGEANO, 02/10/2013)¹⁰⁵.

o que o povo lageano está pensando ou melhor o que pensa na hora de querer a demolição de uma escola uma rede de ensino que ensinou muita gente até mesmo Raimundo Colombo que hoje governador já estudou lá e muitos pais já estudaram lá, hora essa mas o Brasil está

¹⁰⁴ Disponível em:

<<http://www.clmais.com.br/informacao/63556/manifestantes-pedem-que-aristiliano-continue-em-p%C3%A9>>. Acesso em: 02 out. 2014.

¹⁰⁵ Disponível em: <<http://www.clmais.com.br/informacao/62548/aprovada-demoli%C3%A7%C3%A3o-do-aristiliano-ramos>>. Acesso em: 02 out. 2014.

assim ultimamente vivendo na ignorância preferem fechar uma escola hoje para inaugurar um presídio amanhã infelizmente essa é nossa realidade, quem sabe em um futuro próximo possamos mudar isso (CORREIO LAGEANO, 12/03/2013, sic)¹⁰⁶.

Esse descaso também é apontado por um dos conselheiros do CEC na ata da reunião extraordinária de 17 de agosto de 2015 como uma ação intencional do governo para que o prédio da escola se tornasse o que é hoje e “causasse uma impressão negativa sobre as pessoas, devido seu estado de abandono” (CEC, ATA 10/2015, p. 2). O estado de abandono da estrutura física do prédio pode ser observado na figura abaixo.

Figura 21 – Fachada do prédio da escola Aristiliano Ramos



Fonte: Acervo da autora. Junho de 2016.

¹⁰⁶ Disponível em:

<<http://www.clmais.com.br/informacao/51451/voc%C3%AA-concorda-que-o-pr%C3%A9dio-do-col%C3%A9gio-aristiliano-seja-demolido?/>>. Acesso em 02 out. 2014.

Apesar das diferentes manifestações – publicações em redes sociais, resultados das pesquisas de opinião, comentários registrados nos fóruns dos jornais *on-line*, entre outras ações em prol da permanência do edifício escolar no espaço citadino –, compreende-se que as mesmas não constituíram (constituem) uma resistência criativa capaz de provocar um desequilíbrio na estratégia. Esta impossibilidade é percebida no registro da ata da reunião dos membros do CEC com as autoridades, lideranças locais e demais interessados no destino do prédio da escola normal, ocorrida em Lages no dia 12 de agosto de 2015, quando o Procurador do Município,

[...] solicitou aos representantes do Movimento Pró-Aristiliano que se posicionassem sobre as utilizações que prevêm para o prédio, justificando sua posição pró-manutenção. Diante do silêncio dos representantes, que não apontaram opções de uso do imóvel caso recuperado, informou não terem sido oferecidas ideias quanto à sua utilização. Esclareceu que o prédio e o terreno pertencem ao Estado, que o município não gere o espaço e que, portanto, não é responsável pelo Aristiliano Ramos, o que visivelmente surpreendeu os representantes do movimento preservacionista. Disse ainda que ao próprio Ministério Público foi oferecido o imóvel, o que não foi aceito, possivelmente por ser necessário investir uma grande quantia em sua recuperação. Questionou a todos sobre a utilização do prédio, caso mantido, ficando a pergunta no ar. Finalizou referindo-se quanto a destinação para uso cultural que está sendo dado ao Colégio Rosa (Colégio Vidal Ramos). (CEC, ATA 10/2015, p. 10).

A ausência de um argumento que posicione a permanência do edifício da escola normal denota que as disputas pelas representações deste prédio, as quais, num primeiro momento, configuraram um campo de tensões e

conflitos com forças equilibradas, foram adequando-se a um conjunto de valores simbólicos acomodados aos interesses dos grupos que projetam a supressão do referido prédio. Nesse cenário, torna-se claro que a conformação patrimonial do edifício em Lages movimenta-se na contramão daquilo que pondera D'Aléssio (1992), citada na epígrafe que abre o capítulo 2, ou seja, no contexto da sociedade em Lages, do senso comum às políticas públicas, não existem concordâncias sobre a necessidade de preservação do passado desta escola. O que ainda garante a permanência deste edifício escolar é a ação cautelar movida pelo Ministério Público.

Enquanto as decisões não convergem para um ponto comum, preservar ou demolir, esta pesquisa segue para a construção do próximo capítulo que intenta refletir sobre a formação do campo do patrimônio.

4. DO PATRIMÔNIO PRESERVADO: DESCOMPASSOS NO RECONHECIMENTO E NA SUA LEGITIMAÇÃO EM LAGES

O patrimônio seria, portanto, o lugar em que agentes estatais especialmente treinados coletariam fragmentos de tradições culturais diversas para reuni-los em um conjunto artificialmente criado voltado para representar a ideia de uma totalidade cultural artificialmente criada expressa pela ideia de nação. (CHAGAS, 2006, p.8)

Os processos de patrimonialização dos bens culturais tornaram-se, nas últimas décadas, um fenômeno frequente nas sociedades contemporâneas. A patrimonialização galopante dos anos de 1990 (HARTOG, 2006) é característica de um novo regime de historicidade que tem como premissa interrogar como em “cada presente, as dimensões temporais do passado e do futuro são postas em relação” (KOSSELECK, 1990, p. 307-329 apud HARTOG, 2006). O regime de historicidade pode ser mobilizado em dois sentidos. O primeiro sentido parte de uma acepção restrita e diz respeito ao como uma sociedade trata seu passado (HARTOG, 2006, p. 263). O segundo configura uma ideia ampla na qual o regime de historicidade designa “a modalidade de consciência de si e de uma comunidade humana”, ou seja, a categoria auxilia e pode ser movimentada na compreensão dos modos de relação da sociedade com as experiências temporais vividas.

Na relação que estabelece com a sociedade em Lages, o prédio da escola normal encontra-se transversalizado em duas experiências temporais distintas. De um lado, uma experiência que tende a apagá-lo do presente, uma vez que “não se pode ao mesmo tempo construir uma sociedade nova e reconstruir os

prédios antigos” (HARTOG, 2006, p. 264) e, do outro, uma experiência que intenta constituí-lo como um patrimônio, salvaguardá-lo em prol de uma memória institucional, esta memória marca a história da educação em Lages e no Estado, uma vez que esse prédio, como já mencionado neste trabalho, foi construído para receber a segunda escola pública em Santa Catarina para formar professores. A apelação¹⁰⁷ encaminhada ao Ministério Público do Estado, em 05 de outubro de 2015, fundamentada no primeiro parecer técnico expedido pela Fundação Catarinense de Cultura, reitera e requer o reconhecimento do valor do antigo prédio como um patrimônio histórico a ser preservado e mantido no espaço urbano.

Observou-se tratar-se de um *patrimônio cultural incorporado no bem*, pois, na forma preconizada pela Constituição Federal de 1988, os bens de valor histórico-cultural assim são considerados em virtude de sua *representatividade*, e não apenas de sua *excepcionalidade*. Sua dimensão cultural é caracterizada na sua representatividade e “dentro desta perspectiva que se fundamenta o reconhecimento do valor cultural [...], que transita entre a excepcionalidade e a representatividade do fato arquitetônico”. (APELAÇÃO, 2015, p. 05. Grifos no original).

O recurso encaminhado pela 13ª Promotoria de Justiça de Lages contra a sentença proferida pelo juiz da Vara da Fazenda de Lages, que considerou improcedente o pedido para manter de pé a edificação e revogou a liminar que impedia a demolição do prédio, mobiliza, também, questionamentos

¹⁰⁷ A apelação do direito processual civil brasileiro é o recurso interposto contra a sentença proferida por juiz de primeiro grau que encerra processo com ou sem solução de mérito (art. 513 do Código de Processo Civil – CPC Brasileiro). Busca a reforma ou a invalidação da sentença.

acerca do nível de conhecimento dos sujeitos responsáveis pela definição do que é ou não um patrimônio.

As perguntas a serem feitas a partir do *decisum* são: de qual estudo técnico fundamentado a autoridade judicial retirou a afirmação “verificando-se a desnecessidade da manutenção do prédio [...] posto não ser atualmente mais considerado patrimônio municipal? Será que a Câmara Municipal de Vereadores, ou qualquer outro órgão legislativo, tem o condão de “dizer” se um determinado bem é ou não é patrimônio histórico-cultural? (APELAÇÃO, 2015, p. 6).

O que preservar e como preservar são questões chaves para a atuação no campo do patrimônio. Suas respostas dependem das condições de contorno que o conceito toma, bem como da relação com o contexto na qual este se insere.

No processo de identificação, seleção e legitimação do patrimônio residem questões fundamentais nas quais são interpostas visões distintas e às vezes antagônicas daquilo que é ou não um bem patrimonializável. São nestas questões que se estabelecem a continuidade do conceito de patrimônio e lhe permite, ao mesmo tempo em que requer atualização, permanecer válido até a contemporaneidade¹⁰⁸.

Na França revolucionária, por exemplo, o conceito de patrimônio foi moldado em meio a duas visões a operarem com o mesmo propósito, mas com entendimentos opostos: um preconizava a destruição de tudo o que lembrasse o regime

¹⁰⁸ Nesta pesquisa, compreende-se que os indicadores e os valores para a preservação do patrimônio no século XXI, possivelmente, não sejam os mesmos do século XVII, ou seja, na contemporaneidade não se preserva o patrimônio pelas mesmas razões que no século XVIII. Nem os objetos do patrimônio são os mesmos, nem os motivos para a preservação possuem os mesmos fundamentos.

anterior e a outra visão considerava a impossibilidade de apagar o passado, entendendo os valores contidos numa dada obra de arte, objeto ou monumento, mesmo que criado sob a tutela do Antigo Regime, como ultrapassados aos fatos políticos e, por isso, constituíam-se como o patrimônio do Estado-nação. Cabe, diante disso, refletir qual visão guiou a formação do campo do patrimônio no Brasil contemporâneo? Quais critérios permearam a identificação, a seleção e a legitimação de um patrimônio? Na cidade de Lages, o que deve ser ou não ser preservado? A quem é dado o “condão de dizer” o que é ou não um patrimônio cultural?

No intento de responder aos questionamentos acima e compreender a formação do campo do patrimônio, este capítulo se propõe a apresentar as ações que deram os contornos para esse campo. Para tal, estruturam-se três cenários desdobrados com vinculações entre si sob alguns aspectos como as ações de preservação de bens culturais, as tendências e o instrumental técnico-teórico utilizado no campo desde sua concepção como tal desde o século XVIII. O primeiro cenário apresenta a movimentação da categoria patrimônio em temporalidades distintas. O segundo mostra as questões de patrimônio em Santa Catarina e o terceiro cenário enquadra a cidade de Lages e as ações que configuram o patrimônio nesta cidade. Dessa forma, espera-se esclarecer e acompanhar, de forma cronológica, as ações que vão dando contornos à formação do campo do patrimônio.

4.1 PRIMEIRO CENÁRIO: PATRIMÔNIO CULTURAL E SEUS USOS EM TEMPORALIDADES DISTINTAS

No artigo intitulado “Tempo e Patrimônio”, o historiador francês François Hartog considera que “o patrimônio se impôs como categoria dominante, englobante, senão devorante, em todo caso evidente, da vida cultural e das

políticas públicas” (HARTOG, 2006, p. 265). Entretanto, para considerá-lo como uma categoria ou um conceito inserido em contextos históricos, sobre os quais são aplicados valores patrimoniais, é preciso verificar a movimentação e a própria validade deste conceito. Para tal, faz-se necessário situar, brevemente, os contornos que a palavra tomou ao longo da história a sua aplicação contemporânea, uma vez que são muito variados os usos da noção de patrimônio, sendo tomado e adaptado aos diversos contextos históricos, sociais, econômicos e geográficos. A permanência e a validade desse conceito dependem, também, da permanente atualização e adaptação, sem o que o mesmo conceito perderia o sentido, tornando-se inútil ou irremediavelmente anacrônico.

A palavra patrimônio, de origem latina (*patri* = pai + *monium* = recebido) começou a ser empregada, para fins de proteção do que passou a ser compreendido como “patrimônio histórico”, no período da Revolução Francesa, especialmente após a promulgação dos decretos que transferiram à nação todos os bens do clero, da coroa e dos nobres. Assim, o uso da palavra patrimônio e a implementação de políticas de preservação de monumentos históricos, obras de arte e artefatos, posteriormente deslocados para bens culturais, remete, no mundo ocidental, à experiência francesa. (SANT’ANNA, 2009).

O medo da perda, da obliteração da memória, da destruição de movimentos e dos vestígios de uma história passada, instalados pela revolução Francesa, fez com que a noção de patrimônio como um bem coletivo surgisse com o propósito de salvaguardar os bens “antes pertencentes ao clero e a nobreza, que foram transformados em propriedades do Estado” (SANT’ANNA, 2009, p.50). De acordo com a autora, o anseio pelas práticas de salvaguardar os bens, que resultou na noção de patrimônio, “nasceu de um embate de forças no qual o apoio do conhecimento dos eruditos fabricou um discurso de sentimento nacional que atendessem às conveniências

econômicas da época” (Ibidem). Marc Guillaume¹⁰⁹, citado por Jöel Candau na obra **Memória e Identidade** (2014), apresenta uma constatação similar quando afirma que o patrimônio funciona como um “aparelho ideológico da memória: a conservação sistemática dos vestígios, relíquias, testemunhos, impressões e traços serve de reservatório para alimentar as ficções da história que se constrói a respeito do passado” (JEUDY, 1995 apud CANDAU, 2014, p. 158-159). Esta construção do passado permite aos grupos fabricar narrativas de si. Os elementos discursivos que compõem a narrativa destes grupos são vestígios das atividades desenvolvidas por eles mesmos e possibilitam ao pesquisador retomar aspectos das experiências vividas nas sociedades onde estão inseridos.

Na França, a noção de patrimônio era fundamentada pelo desígnio de “monumento histórico”, constituído por uma variedade de bens móveis (obras de arte, documentos, joias, instrumentos, artefatos, etc.) e imóveis. Pelos decretos, uma quantidade incomensurável de bens e objetos havia passado a ser propriedade da nação francesa. A significativa quantidade de “patrimônios” exigiu do novo regime político instaurado na França a responsabilidade de ordenar, inventariar, catalogar, classificar e, sobretudo, definir o destino desse espólio. Para tal, o governo francês criou, em 1837 – com o objetivo de decidir, a partir de critérios de valoração, o que deveria passar a fazer parte do patrimônio comum da nação e preservado para o usufruto das gerações futuras e do que poderia ser descartado (vendido, destruído, etc.) –, a primeira Comissão dos Monumentos Históricos¹¹⁰. Nesse período, foram nove os

¹⁰⁹ GUILLAUME, Marc. Intervention et Strategies du patrimoine. In: JEUDY, H. P. Patrimoines em folie. 1995. Apud: CANDAU, Joël. **Memória e Identidade**. Tradução Maria Leticia Ferreira. 1. Ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2014.

¹¹⁰ A Comissão dos Monumentos Históricos prescrevia três grandes categorias de monumentos históricos. Estas categorias contemplavam os

critérios de valoração considerados pela Comissão para identificar e reconhecer o valor de um bem e salvaguardá-lo da destruição a que tinha sido condenado¹¹¹. Para a aplicação destes critérios eram necessários conhecimentos que possibilitassem a seleção dos bens a partir da identificação, do reconhecimento ou da atribuição de valores que os fariam se destacar dos demais. Neste caso, o valor estético se sobrepunha aos outros, em especial aos valores econômico e histórico (CHOAY, 2006).

remanescentes da Antiguidade, os edifícios religiosos da Idade Média e alguns castelos (CHOAY, 2006).

¹¹¹ Os nove critérios de valoração para considerar o que é um patrimônio na França Revolucionária do século XVIII eram: “1º - Quando o preço atual da mão de obra ultrapassar ou apenas igualar o valor do material, o monumento não será fundido; 2º - Todo monumento anterior ao ano de 1300 será conservado, de acordo com os costumes (muitas vezes as datas dos autos que acompanham as relíquias ajudarão a determinar a idade dos cofres e dos relicários); 3º - Todo monumento valioso pela beleza do trabalho será conservado; 4º - Os monumentos que, não sendo valiosos pela beleza do trabalho, trouxeram informações sobre a história e os períodos da arte, serão conservados; 5º - Se, entre os monumentos históricos que não merecerem ser conservados, se encontrarem alguns com detalhes interessantes para a história ou para a arte, eles serão desenhados antes da fundição; 6º - Todo monumento que tiver interesse para a história, para os costumes e para os usos será conservado; 7º - Quando um monumento tiver uma inscrição ou uma legenda interessante para a história da arte, ela deve ser retirada para conservação, mencionando-se o monumento onde se encontrava [...]; 8º - Extrair-se-ão, sem as danificar, as pedras preciosas e as pedras gravadas, as medalhas, os baixos-relevos incrustados nas peças de ourivesaria [...]; 9º - Quando as relíquias estiverem colocadas em estofos ou tecidos que possam esclarecer sobre as manufaturas, ter-se-á o cuidado de pô-las à parte para serem examinadas. Se merecerem ser conservadas, pedir-se-á ao padre encarregado do transporte das relíquias que delas separe esses tecidos e esses estofos com a precaução exigida pela decência. (CHOAY, 2006. p. 107).

Para a historiadora francesa Françoise Choay, a aplicação destes critérios denotava uma espécie de “vandalismo ideológico [...] ordenado pelo Estado revolucionário” (CHOAY, 2006, p.106), uma vez que é paradoxal o fato de que as ações de preservação e destruição, opostas entre si, se originem do mesmo aparelho revolucionário do qual o vandalismo ideológico era um derivativo. Essas contradições não seriam, segundo a autora, nem produtos de má-fé nem de deriva reacionária, mas uma elaboração conceitual, pois, ao final, conclui que “indivíduos e sociedades não podem preservar e desenvolver sua identidade senão pela duração e pela memória” (Ibidem, p. 112-113). Além disso, tratava-se de uma interpretação ideológica simplista a pregar a destruição de tudo o que simbolizava o Antigo Regime e não estava à altura do projeto de constituição de uma nação, conforme divulgado pelo novo regime político.

Nessa perspectiva, o conceito de patrimônio nasce diretamente relacionado à ideia de Estado-nação e estreitamente ligado ao conceito de monumento, este, por sua vez, com o conceito de documento (LE GOFF, 1990). Neste caso, o monumento seria uma espécie de materialização da história e se manteria para as gerações como algo a ser herdado, como prova incontestável dos feitos dos seus antepassados. Assim, o conceito de patrimônio estava também vinculado diretamente à ideia de história fundamental para construção de uma narrativa que atestasse a validade do projeto de construção do Estado-nação. Uma história (contada ou comprovada pela materialização dos monumentos), que traz consigo, ainda, a noção de tradição, é o que permite a humanidade ter a noção de tempo, ou, segundo Hannah Arendt (2014), a consciência deste, sem a qual não seria possível ter nem passado nem futuro¹¹².

¹¹² “sem tradição – que se selecione e nomeie, que transmita e preserve, que indique onde estão os tesouros e que o seu valor – parece não haver nenhuma continuidade consciente no tempo, e portanto, humanamente

Irradiado para outros países, o conceito de patrimônio atravessou diversas fases da história mundial/ocidental. Entre 1820 e 1960 aconteceu na França a consagração do monumento histórico. Logo após a Segunda Guerra Mundial, o número de bens inventariados ampliou-se, mantendo inicialmente a mesma natureza, ou seja, valorizavam essencialmente bens relacionados à arqueologia e à arquitetura erudita. Posteriormente, todas as formas da arte de construir, assim, todas as categorias de edifícios foram anexadas. Isso culminou na inclusão de aglomerados urbanos, aldeias, conjuntos arquitetônicos e até cidades inteiras. Estas transformações demandaram novos desafios para o campo do patrimônio cultural, apontando para a criação de políticas específicas de proteção (CHOAY, 2006, p. 12-15).

No século XX, ampliaram-se os interesses pelos problemas relativos à proteção de bens culturais, em especial e com mais intensidade após as duas grandes guerras. Neste período, constituíram-se ações para fortalecer o entendimento da tutela jurídica a fim de permitir o acesso aos bens culturais e à ampliação do dever da sociedade de proteção ao patrimônio cultural. Estas transformações sinalizam para duas características fundamentais deste período: a revalorização dos vestígios do passado e o aumento dos discursos sobre tradição, preservação e identidade.

Os irreparáveis danos causados pelas duas grandes guerras promoveram, conforme já sinalizado por Andreas Huyssen (2000) nesta pesquisa, uma “emergência da memória como uma das preocupações culturais e políticas centrais das sociedades ocidentais. [...] a memória se tornou uma obsessão cultural de proporções monumentais em todos os pontos do planeta”. Em 1954, dirigentes da política mundial e outros interessados reuniram-se na cidade de Haia, na Holanda, para

falando, nem passado nem futuro, mas tão-somente a sempiterna mudança do mundo e o ciclo biológico das criaturas que nele vivem”. (ARENDDT, 2014, p. 31).

deliberar e instituir ações sobre a proteção da memória vinculada ao patrimônio. No evento, conhecido como Convenção para a Proteção de Bens Culturais em Caso de Conflito Armado, ficou instituído que cada Estado se tornava fiduciário de toda a humanidade com relação ao patrimônio cultural¹¹³. Desta forma, a proteção do patrimônio legitimou-se como uma função pública e uma atribuição do Estado, evidenciando a dimensão política das ações de preservação. O modelo francês de proteção ao patrimônio inspirou outros países no desenvolvimento de políticas públicas para o setor, incluindo, nesse movimento, o Brasil.

As políticas de preservação de bens culturais, no Brasil, foram implantadas na década de 1930 com a criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN (atual IPHAN)¹¹⁴. A concepção de patrimônio prescrita por este órgão, ou seja, o conceito oficial de política de patrimônio, limitava-se aos monumentos arquitetônicos e às obras de arte erudita associados ao passado arquitetônico elitista (CHUVA, 2009). O contexto político-cultural da criação do SPHAN coincide com a formação do Estado Novo, quando o objetivo

¹¹³ As disposições gerais sobre a proteção dos bens culturais, especificadas na Conferência de Haia em 1954, estão disponíveis em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-%C3%A0-Cultura-e-a-Liberdade-de-Associa%C3%A7%C3%A3o-de-Infirma%C3%A7%C3%A3o/convencao-para-a-protecao-dos-bens-culturais-em-caso-de-conflito-armado-convencao-de-haia.html>>. Acesso em: 25 jun. 2016. No Brasil, a adoção dessas disposições passou a vigorar em 1958 pelo Decreto nº 44.851 de 11 de novembro e estão disponíveis em: <http://www.unesco.org/culture/natlaws/media/pdf/bresil/brazil_decreto_44851_11_11_1958_por_orof.pdf>. Acesso em 25 jun. 2016.

¹¹⁴ Segundo Chuva (2009, p. 54), o antigo SPHAN “foi criado pela lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937. Em 30 de novembro do mesmo ano, sua ação de proteção foi regulamentada pelo decreto lei nº 25”. O órgão surge dentro de um contexto de ‘invenção’ da nação brasileira e funciona como um instrumento de busca de uma ancestralidade da nação que seria construída através da preservação de suportes materiais capazes de fazer circular, divulgar e vulgarizar as imagens da nação brasileira (CHUVA, 2009).

do governo se voltava para a construção de uma identidade nacional, tendo como fundo a efervescência do Movimento Moderno na arquitetura e nas artes brasileiras. Em consequência, na busca de uma identidade nacional da arquitetura, começou-se a supervalorizar a arquitetura do período colonial brasileiro. Desta forma, as políticas de preservação eram, na maioria, voltadas ao restauro e à conservação do patrimônio material, desconsiderando os aspectos imateriais deste patrimônio.

Maria Cecília Londres Fonseca (2003), no texto “Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural”, cita como exemplo desta política de patrimônio nacionalista, circunscrita no monumento arquitetônico, a Praça XV, localizada no centro da cidade do Rio de Janeiro. Neste local, onde viveu no período imperial uma significativa parte da Corte portuguesa, encontram-se construções majestosas como o Paço Imperial, sede da Corte e a Igreja de Nossa Senhora do Carmo, antiga catedral. A presença destas edificações torna este espaço uma referência do patrimônio histórico. Entretanto, para a autora, esses monumentos são testemunhos materiais imponentes da ocupação e da permanência no espaço da cidade, mas refletem apenas os padrões estéticos hegemônicos, valorizados como expressão de cultura à época do tombamento desses bens pelo SPHAN. A política de preservação prescrita por este órgão não considerou, no processo de conformação patrimonial destes espaços, os grupos sociais vistos pela historiografia tradicional como à margem da História. No caso da Praça XV, os grupos invisibilizados foram os africanos e afrodescendentes. Os testemunhos materiais dos não pertencentes às elites foram esquecidos, uma vez que não se enquadravam nos padrões determinados pela legislação patrimonial (FONSECA, 2003).

Diante deste cenário, Fonseca (2003) chama a atenção para a elaboração de estratégias de preservação dos patrimônios culturais que os coloquem em relação com seus

produtores e consumidores. Estratégias estas que impliquem num

[...] processo de interpretação da cultura como produção não apenas material, mas também simbólica, portadora, no caso dos patrimônios nacionais, de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade. (BRASIL, 2003, p. 146 apud FONSECA, 2003, p.67).

Assim, no Brasil, pode-se notar que a concepção de patrimônio voltada para as ações de restauração e conservação dos bens materiais permaneceu enraizada no cenário das políticas de patrimônio até meados da década de 1970. Entretanto, antes de delinear o cenário que, paulatinamente, alterou as políticas patrimoniais no Brasil, é importante destacar as iniciativas de dois importantes nomes que estiveram à frente do SPHAN, são eles Mário de Andrade e Rodrigo Melo Franco de Andrade.

No início da década de 1930, Mário de Andrade propôs a inserção de outras formas de manifestações culturais no patrimônio brasileiro. As expressões culturais destacadas por Andrade – como falares, cantos, lendas, medicina, culinária indígena, entre outras – aproximam-se daquilo considerada hoje, pela Lei do Patrimônio, como patrimônio imaterial ou patrimônio intangível¹¹⁵.

Em 1937, sob a direção de Rodrigo Melo Franco de Andrade, o SPHAN criou o primeiro Decreto Lei sobre as políticas patrimoniais¹¹⁶ no país, que normatizou e prescreveu sobre o Tombamento dos bens culturais. Segundo Oliveira (2008), a expressão “Tombamento” é originária do direito português, no qual o verbo “tombar” significava “inventariar” ou “inscrever” nos arquivos do reino, guardados na Torre do

¹¹⁵ Decreto Lei nº 3551, de 04 de agosto de 2000.

¹¹⁶ O Decreto Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 – DL nº 25/37.

Tombo. Estes arquivos, em Portugal, eram constituídos por quatro livros do Tombo: Livro de Belas Artes; Livro Histórico; Livro Arqueológico e Etnográfico e Livro Paisagístico.

No Brasil, o artigo 4º do Decreto Lei nº 25/37 instituiu na política do Patrimônio que a forma de registro mantivesse uma configuração semelhante à portuguesa. Assim, este Decreto cumpriu a função de oficializar um órgão específico para a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional (SPHAN) e normatizar a primeira medida legal para sua efetivação: o tombamento – dispositivo por meio do qual se efetiva, até hoje, a preservação dos bens culturais da nação brasileira. Esta ação da política de proteção passou a ser a principal medida para efetivação da prática preservacionista e para a construção da memória social (CHUVA, 2009). Em sua dimensão simbólica, o tombamento atribuiu novos sentidos e significados aos bens culturais, possibilitando a construção de uma narrativa para a história nacional, desempenhando, ainda, uma função sócio-política importante na produção e na legitimação de sentidos e significados.

Através do tombamento fica proibido, legalmente, qualquer ato que enseje à destruição total ou parcial do bem. Todavia, faz-se necessário destacar que, apesar de o tombamento ser o mais consolidado instrumento de proteção de bens culturais, existem outros meios não relacionados diretamente aos direitos do patrimônio que foram e são utilizados como forma de proteção. Reisewitz (2004, p. 105), ao tratar das formas de proteção jurídica do patrimônio cultural brasileiro, aponta que existem outros instrumentos de tutela sobre estes bens, os quais podem ser administrativos ou jurisdicionais, disponíveis para a tutela do meio ambiente. Os instrumentos administrativos configuram-se como: política cultural, inventários, registros, vigilância, tombamento, zoneamento ambiental. Já os jurisdicionais tratam de: Ação Civil Pública e Ação Popular, mandato de segurança coletivo e mandato de injunção. No que tange à situação do prédio que

abrigou a escola normal em Lages, é importante lembrar que a Ação Civil Pública, movida pela 13ª Promotoria de Justiça de Lages – Regional do Meio Ambiente –, assegura a existência física desse edifício no cenário urbano.

Prevista na Lei 7.347/85, a Ação Civil Pública¹¹⁷ rege as ações de responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados ao meio ambiente e a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, além de qualquer outro interesse difuso ou coletivo; por infração da ordem econômica e à ordem urbanística (Art. 1º). Este tipo de ação é um instrumento judicial destinado “a proteger os interesses difusos ou coletivos, responsabilizando quem comete danos contra os bens tutelados” (MIRANDA; ASKAR, 2009, p. 157). A Ação Civil Pública (Figura 22), ajuizada pelo Ministério Público de Santa Catarina, coloca o Município de Lages e o Estado de Santa Catarina na condição de réus e os responsabiliza a promover “obras necessárias para a eliminação de riscos de preservação do local, sob pena de multa diária de R\$ 5.000,00”. (APELAÇÃO, 2015, p. 3). A decisão inicial foi contestada por ambos os réus que, além da inviabilidade econômica para a preservação do local, alegaram, ainda, a inexistência de valor verdadeiramente histórico do prédio.

¹¹⁷ A Ação Civil Pública pode ser proposta pela União, por Estados, Municípios, autarquias, empresas públicas, fundações, sociedades de economia mista, Ministério Público e associações que estejam constituídas há pelo menos um ano e tenham, entre suas atividades, a proteção ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico. Os acusados podem ser condenados à obrigação de fazer ou deixar de fazer o ato pelo qual forem indiciados e em casos de descumprimento da decisão judicial, serão impostas multas ao infrator (MIRANDA; ASKAR, 2009, p. 157).

Figura 22– Protocolo da Ação Civil Pública

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO

Foro de Lages
Vara da Fazenda Ac.
Trabalho e Reg.

059 13.014839-1

Número Padrão 0014839-16.2013.824.0039
Classe Ação Civil Pública / Lei Especial
Classe unificada Ação Civil Pública
Assunto principal Patrimônio Histórico / Tombamento
Volumes 1/3
Valor R\$ 1 000 000,00
Autor Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Interesado Escola de Educação Básica Aristiliano Ramos
Ré Estado de Santa Catarina
Réu Município de Lages - SC

Distribuído por sorteio em 27/08/2013 16:43:45

DOCUMENTOS

Espaço reservado para colar a etiqueta de autuação

Fonte: Foro de Lages. Vara da Fazenda.

Retomando, conforme anunciado anteriormente, a explicitação deste primeiro cenário das políticas de preservação do patrimônio, as atividades do SPHAN, após a instituição do Decreto Lei nº 25/37, dedicaram-se a desenvolver “pesquisas, viagens, tombamento e restauração” (OLIVEIRA, 2008, p. 120). A tendência patrimonialística, neste período, concentrou-se “majoritariamente na [identificação da] arte e na arquitetura barroca” (Ibidem, p. 121) e aquelas com características “lusas”. A sobreposição do barroco a outros estilos permaneceu na política do patrimônio até a década de 1960. Após esse período,

[...] os tombamentos [passam a enfrentar] uma nova elite, mais identificada com outras culturas estrangeiras, não mais com a matriz portuguesa, e as populações das cidades históricas passaram a considerar a arte barroca e seus objetos como ‘velharias’ passíveis de garantir no máximo algum dinheiro com sua

venda. Com isso cresceu a oposição à imobilização que o tombamento garantia (OLIVEIRA, 2008, p. 124).

A resistência ao estilo barroco também está associada ao contexto político e econômico, pois, na década de 1950 e início dos anos 1960, havia a predominância de uma política modernizadora que “escolheu como representação, como expressão de si própria, a arquitetura moderna” (Ibidem, p. 124). Entretanto, este ritmo modernizante foi freado pelo golpe político de 1964, este instituiu uma nova forma de governo no Brasil, a Ditadura Militar. Este novo regime de governo alterou o cenário das políticas de cultura no país e, em extensão, uma nova concepção de patrimônio emerge na conjuntura social.

Oliveira (2008) destaca que o governo militar considerou a política do IPHAN “inadequada aos novos tempos. Intelectuais [...] consideravam o IPHAN elitista, pouco representativo da pluralidade, enfim, alienado em relação aos problemas fundamentais do desenvolvimento” (OLIVEIRA, 2008, p. 125). A partir dessa perspectiva, o governo militar deu início à reorganização da esfera cultural. Como medida dessa reorganização foi criado o Programa de Cidades Históricas (CPCH) para viabilizar iniciativas no campo da preservação do patrimônio de cidades nordestinas, principalmente aquelas que apresentassem elementos materiais relacionados aos ciclos da cana-de-açúcar, do couro e do algodão. Esta proposição do governo militar afasta das cidades do Estado de Minas Gerais a hegemonia dos patrimônios tombados no país.

A inserção de outras regiões nos processos de patrimonialização teve como característica o mapeamento, a documentação e a compreensão da diversidade cultural. “As referências da dinâmica cultural brasileira seriam então, incorporadas e articuladas em bancos de dados – realidades virtuais – para depois serem devolvidas às comunidades” (OLIVEIRA, 2008, p. 125). Nesta proposição, os projetos viabilizados no período deste governo “tinham pouca ou

nenhuma relação com o patrimônio, no sentido de autenticidade ou tradição, como era entendido [na primeira fase] do SPHAN; valorizavam a capacidade de invenção [...]. A proposta era realizar o inventário de um saber-fazer” (Ibidem, p. 126).

À frente desta proposta de política patrimonial encontrava-se Aloísio Magalhães, para quem, até então, no campo do patrimônio, só havia “sido valorizado os bens móveis e imóveis impregnados de valor histórico, mas que representavam bens de criação individual” (OLIVEIRA, 2008, p. 127). Para ele, ficara de fora “o fazer popular, inserido no cotidiano e que expressava os bens culturais vivos” (Ibidem, p. 127). A concepção de patrimônio cultural idealizada por Aloísio Magalhães, que sinalizava para a inserção de outras expressões culturais, aproximava-se das proposições tecidas, já década de 1930, por Mário de Andrade. As ponderações destes dois nomes, destacados no cenário das políticas públicas para a preservação do patrimônio, configuram indícios que, posteriormente, alteraram o conceito de patrimônio cultural no Brasil.

No percurso da história da preservação ocorreram mudanças de concepção e de abrangência do que deveria ser considerado patrimônio e digno de ser legado às futuras gerações. Nascido em meados do século XVIII, o conceito de patrimônio passou por transformações e adaptações até chegar ao tempo presente. Uma das mais significativas mudanças foi a “redefinição” do que vinha sendo chamado de patrimônio cultural. Esta redefinição é pautada na superposição das noções de bem patrimonial e bem cultural, esta superposição considera que todo bem cultural passa a ser objeto de preservação se tornando um patrimônio cultural. A viabilidade dessa redefinição foi impulsionada pelos meios de comunicação de massa, pelos quais o conceito de patrimônio é “reconceitualizado” por movimentos propostos, prioritariamente, nas ciências sociais. Destes movimentos, duas

constatações são possíveis. Uma afirma que o patrimônio não inclui só a herança cultural, mas um patrimônio “visível e invisível” ligado à vivência atual e apropriado através da indústria cultural. A outra, por sua vez, reafirma a importância do não privilégio da seleção dos bens culturais das classes hegemônicas e o reconhecimento do patrimônio das culturas populares (ALTHOFF, 2008). Dessas considerações reverbera o que Néstor García Canclini denomina de “capital cultural”¹¹⁸, que “como o outro capital, se acumula, se renova, produz rendimentos de que os diversos setores se apropriam de forma desigual” (CANCLINI, 1994, p. 97).

No livro **Memórias do Social**, o filósofo sociólogo francês Henri Pierre Jeudy (1990), também pesquisador dos problemas relativos à gestão e à preservação de patrimônios culturais, analisa a grande onda “retro” de preservação cultural que tomou conta do mundo ocidental. No livro, o autor critica a forma como a preservação cultural dos objetos e costumes no ocidente vem sendo conduzida. Segundo Jeudy, não sendo mais suficiente somente o monumento, agora é imprescindível preservar também os traços de um passado recente. Os “novos patrimônios”, como ele define o que não é o “monumento” historicamente consagrado, constituem atualmente a principal preocupação de técnicos e gestores. Jeudy (1990) considera “novos patrimônios” aqueles bens ligados à memória coletiva, à identidade de certos grupos sociais e suas práticas cotidianas de natureza material e imaterial, com manifestações ainda vivas e vividas, algumas em vias de desaparecimento. Anterior a essa nova tendência, os bens culturais estavam ligados a

¹¹⁸ O conceito de capital cultural empregado por Néstor García Canclini para indicar a existência de modos de apropriação cultural diferentes no patrimônio é calcado do conceito de capital cultural de Pierre Bourdieu, mesmo que este autor não o tenha empregado especificamente para o patrimônio. Ou seja, Canclini mobiliza e ressignifica um conceito para compreendê-lo em uma nova aplicação.

[...] castelos, igrejas, obras de arte [...], e, doravante, há também prédios industriais, fundições, curtumes, cafés e lavatórios e uma quantidade infinita de objetos artesanais, industriais e agrícolas. E os modos de vida, de pensamento, de comunicação vêm completar as novas representações do patrimônio. (JEUDY, 1990, p. 7).

No mundo ocidental contemporâneo, tudo pode e deve ser preservado, não basta somente “preservar ou salvaguardar”, mas sim “restituir, reabilitar ou reapropriar-se”. A ideia de reapropriar-se deve ser aplicada no sentido de viver novamente o tempo passado, agarrando-se a ele como se só daquela forma fosse possível viver, com o agravante perigo da perda dos traços ainda atuais (JEUDY, 1990).

No Brasil, segundo Oliveira (2008, p. 131), esta “nova face da política de patrimônio” é apresentada somente na Constituição Federal de 1988. Os artigos 215 e 216 do documento Federal definem as categorias patrimoniais e instituem a denominação “Patrimônio Cultural Brasileiro”, no qual foram englobados os bens materiais e os imateriais, tombados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (Art. 216).

Assim, na esteira dos “novos patrimônios”, conforme ponderado por Jeudy, não se pode deixar de aludir à legitimação da inserção de outras expressões culturais como patrimônio. O reconhecimento institucional foi dado, há poucos anos, ao “patrimônio imaterial” no Brasil – ou, conforme Canclini (1994), patrimônio invisível, ou denominado, ainda, de “patrimônio intangível” –, constituído este pelas manifestações culturais de toda ordem: lugares, festas, religiões, o saber fazer, formas de medicina popular, música, dança, culinária, rituais e crenças, entre outras manifestações.

A ação de inventariar produz indicadores, os quais determinam o que uma dada sociedade pretende salvaguardar como bem cultural. O registro evidencia/mostra/indica o reconhecimento do valor das expressões culturais, o reconhecimento de que fazem parte do patrimônio cultural brasileiro. Estabelece, também, para o Estado, o compromisso de garantir sua salvaguarda mediante sua documentação, acompanhamento e apoio (OLIVEIRA, 2008).

Ao longo de sua história, o órgão destinado à proteção do patrimônio nacional passou por mudanças de ordem estrutural e de nomeação: em 1946 o SPHAN foi transformado em Diretoria do Patrimônio Nacional (DPHAN); em 1970 passou a ser designado como Instituto (IPHAN); em 1979, o órgão foi dividido em duas frentes de atuação – a Secretaria, que tinha a função normativa, passando a adotar novamente a sigla SPHAN e a Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM), esta tinha a condição de órgão executivo; em 1981, o órgão tornou-se Subsecretaria, mantendo a mesma sigla; em 1990, SPHAN e FNPM foram extintas e deram lugar ao Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural (IBPC); em 1994 voltou a denominar-se Instituto do Patrimônio Histórico de Artístico Nacional (IPHAN) através da Medida Provisória nº 752, designação adotada até os dias de hoje (CUNHA, 2010).

Vinculada ao Ministério da Cultura, a função do IPHAN é identificar, preservar, fiscalizar, revitalizar, restaurar, proteger e promover os bens culturais e o acervo patrimonial tangível e intangível do Brasil, contemplados pelos artigos 215 e 216 da Constituição da República Federativa do Brasil. O instituto divide-se atualmente em 27 Escritórios Técnicos, quatro Unidades Especiais, além das 27 Superintendências que atuam em cada unidade federativa do país¹¹⁹.

¹¹⁹ A estrutura e o organograma, bem como outras atividades do IPHAN estão disponíveis em: <<http://portal.iphan.gov.br/>>. Acesso em: 12 jun. 2016.

As formas ou os instrumentos de preservação que dão materialidade e institucionalizam a atuação do IPHAN são o tombamento, as regulamentações, os registros e os inventários. Com base na aplicação desses instrumentos e o apoio das comunidades, dos governos municipais e estaduais, do Ministério Público e de instituições públicas e privadas, o IPHAN realiza ações de preservação do patrimônio cultural brasileiro e a cada dois anos publica o Relatório de Atividades do IPHAN. As ações deste órgão estão fundamentadas em direcionadores institucionais representadas no Referencial Estratégico da instituição. Esses direcionadores (Missão, Visão e Valores) englobam a qualidade de vida, as memórias e identidades, o acesso ao patrimônio cultural, a valorização da diversidade, ao desenvolvimento sustentável, a cidadania cultural, a descentralização, a regionalização e o desconcentração e a inclusão social (IPHAN, 2016)¹²⁰.

Em Santa Catarina, a 11ª Superintendência do IPHAN tem sua sede instalada na capital do Estado em uma edificação localizada na Praça Getúlio Vargas, no centro da cidade¹²¹. A atuação desse órgão no Estado teve início em 1938. Os primeiros bens a receber a proteção legal foram quatro fortificações localizadas na Ilha de Santa Catarina, unidades militares da estratégia de defesa do território do Brasil

¹²⁰ O Mapa Estratégico do IPHAN 2013-2015 está disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Mapa%20atual-1.pdf>>. Acesso em 12 jun. 2016.

¹²¹ As ações de proteção ao patrimônio no Estado ficaram subordinadas “administrativamente ao 4º Distrito do DPHAN com sede em São Paulo, até 1978, quando foi criada a Representação Regional com jurisdição sobre o Rio Grande do Sul e Santa Catarina”. Em 1983 foi criado o Escritório Técnico do IPHAN em Santa Catarina, instalado em Florianópolis, mas vinculado à 10ª Diretoria Regional com sede em Porto Alegre. Somente em 1989 o IPHAN criou a 12ª Diretoria Regional no Estado que, em 1990, recebeu a denominação de 11ª Coordenação Regional. Em 2009, a Coordenação foi transformada na Superintendência Estadual (IPHAN, 2016).

meridional no século XVIII. Nas décadas posteriores, outros bens isolados foram protegidos como a casa natal de Victor Meirelles em Florianópolis (1950), o conjunto arquitetônico e paisagístico da Vila de São Miguel (1969) em Biguaçu, a casa na Praça da Bandeira – Museu Anita Garibaldi (1953) – em Laguna e Palácio dos Príncipes (1938), Cemitério Protestante (1962), Parque na Rua Marechal Deodoro (1965) em Joinville. As ações do IPHAN, pautadas no Decreto-Lei nº 25/37, instituíam que os bens preservados deveriam estar vinculados “a fatos memoráveis da história do Brasil” ou apresentar “excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.” (IPHAN, 2006, p. 99). O caráter de excepcionalidade e a dimensão nacional privilegiavam, até então, a herança arquitetônica da dominação portuguesa em combinação com o esplendor barroco. Nestes termos, o Estado de Santa Catarina não foi considerado possuidor de acervo significativo, ou seja, em decorrência da interpretação dada ao Decreto-Lei por parte do órgão federal, bem como das noções de história e da leitura da história do Brasil que conformaram tal interpretação, pouquíssimos bens foram tombados em Santa Catarina. Entre os anos de 1938 e 1974, apenas 11 imóveis incorporaram a Lista dos Bens Tombados em Santa Catarina (GONÇALVES, 2011).

As atividades do IPHAN no Estado, até a década 1970, reduziam-se à tutela e à conservação das fortificações, ao trabalho com o Museu Victor Meirelles (criado em 1952) e ao inventário das jazidas arqueológicas (ALTHOFF, 2008). As características da política federal de preservação implantada na década de 1930 – centralizadora e nacionalista – excluía as manifestações culturais das diferentes etnias que compunham a população catarinense, distribuídas nos diferentes municípios. O patrimônio cultural da imigração não se enquadrava nos critérios estabelecidos pelo órgão federal, pois destoava da intenção de construção de uma identidade para a nação brasileira, baseada na herança lusitana e manifestada,

principalmente, na Campanha de Nacionalização estabelecida pelo governo de Getúlio Vargas durante o Estado Novo.

A necessidade de ampliar o acervo do patrimônio estadual e dar significado à contribuição das diversas etnias iniciaram, na década de 1970, um movimento de articulações para a implementação de um órgão estadual que protegesse o patrimônio histórico e artístico catarinense. Assim, no final da década de 1970 iniciou-se a formação de um campo autônomo no Estado para lidar com as questões relativas ao seu patrimônio. É sob a constituição e o movimento desse campo que o texto a seguir se organiza, conforme já indicado, como um segundo cenário.

4.2 SEGUNDO CENÁRIO: AÇÕES DO PATRIMÔNIO CULTURAL EM SANTA CATARINA

Anterior à instalação do IPHAN, no final da década de 1930, já existiam movimentos culturais em Santa Catarina, entidades e personalidades que se propunham a defender uma política pública de cultura para o Estado, bem como para a criação de instituições que preservassem o patrimônio cultural catarinense. A criação do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina – IHGSC – em 1896 e as proposições apresentadas no Primeiro Congresso de História Catarinense em 1948, a partir de então foi constituída a Comissão Catarinense de Folclore, são indícios das preocupações para institucionalizar uma área cultural no Estado. No entanto, somente na década de 1950 houve as primeiras iniciativas de criação de uma política cultural para o Estado de Santa Catarina com a criação da Diretoria de Cultura, vinculada à Secretaria de Educação e Cultura. Segundo Betina Adams (2002), a estrutura deste órgão era deficitária para atender a demanda que se pretendia para o setor e, no que diz respeito às

questões do patrimônio cultural, isto ficava ainda mais evidente, pois o órgão não possuía quadros técnicos para atuar nesta área, além de não existir um instrumento regulatório de intervenção. Apesar desta iniciativa, com exceção da área museológica, a proteção dos bens edificados em Santa Catarina continuou a cargo do IPHAN, atuando principalmente na região litorânea (ADAMS, 2002). Em 1961, a Lei nº 2.975 substituiu a Diretoria de Cultura pelo Departamento de Cultura e o vinculou à Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e Cultura. A partir de então, esse órgão estadual assumiria a responsabilidade de “promover atividades culturais relativas às Ciências, Letras e Artes [...] e proteger obras e documentos de valor artístico, literário e histórico” (Art. 6º). Nesse mesmo ano, foi proposta a criação do primeiro Conselho de Cultura, entretanto, a estruturação e a legitimação do órgão somente ocorreriam em 1968.

Com a efetivação do Conselho de Cultura, em 1968, como órgão diretamente responsável pela preservação do patrimônio cultural do Estado, iniciam-se os primeiros investimentos do governo na elaboração de uma legislação específica para o patrimônio em Santa Catarina. Duas iniciativas marcaram estas intenções: a nomeação de uma comissão para a criação do “Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Paisagístico de Santa Catarina” e a elaboração de um projeto de lei que definia os objetivos do Conselho e normatizava sua atuação sobre os bens culturais tombados. Contudo, as propostas não chegaram a ser implantadas devido a troca de governo no nível estadual (ADAMS, 2002, p. 45; GONÇALVES, 2011, p. 04).

Assim, foi somente no início da década de 1970 que o governo catarinense pode estruturar a primeira lei de preservação do patrimônio no Estado. Inspirada na legislação federal, sobretudo no que diz respeito ao instrumento de proteção ao patrimônio – o tombamento – e à noção de monumentalidade e excepcionalidade, a Lei nº 5.056/1974

instituía no seu artigo 2º quais seriam os bens considerados de valor histórico ou artístico no Estado:

Os bens móveis ou imóveis (obras, monumentos e documentos) cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a atos memoráveis da história do Estado ou do País, quer por seu excepcional valor arqueológico, etnográfico, bibliográfico, artístico ou religioso (SANTA CATARINA, 1974).

A identificação de bens ou imóveis e a promoção desses a condição de patrimônio tombado foram atribuídas à Secretaria de Governo, que os realizaria através da Diretoria de Cultura e em conjunto com o Conselho Estadual de Cultura – CEC. Os recursos sobre os tombamentos poderiam acontecer de duas formas: através de reconsideração, quando o despacho final fosse realizado pelo Governador, ou ordinário, para o Governador, quando o despacho fosse do Secretário do Governo (Art. 3º, §3º). Segundo Gonçalves (2011), a criação da lei estadual de preservação do patrimônio, bem como a criação de uma instância estadual de proteção de bens culturais não garantiram, ao menos nesse período, a autonomia do Estado sobre os processos de patrimonialização. A autora chama atenção para a forte influência do IPHAN sobre a instância estadual, sobretudo no que tange ao desenvolvimento de atividades para o cumprimento da nova lei estadual, a formação de pessoal especializado e o controle do comércio de obras antigas. Essa influência foi legitimada pela própria lei estadual que, através do Art. 17, alíneas a, b e c, instituía a articulação e a ação conjunta entre os dois órgãos nos casos destacados (GONÇALVES, 2011).

Sob a vigência da Lei nº 5.056 foram realizadas algumas ações como projetos de restauro de edificações, no entanto, a respeito do tombamento, essa lei não apresentou

resultados significativos. A falta de efetivação na promoção do patrimônio fez com que o governo iniciasse, no final da década de 1970, um processo de revisão da Lei nº 5.056 que culminou com a promulgação de uma nova lei em 1980 (Lei nº 5.846 de 22 de dezembro de 1980)¹²². Esta nova lei, segundo Althoff (2008), não apresentou alterações significativas em relação à anterior, mas tornou-se mais efetiva, uma vez que no ano anterior o governo do Estado havia criado uma nova uma instância responsável por sua aplicação – a Fundação Catarinense de Cultura.

A Fundação Catarinense de Cultura (FCC) foi criada no final do governo de Konder Reis pelo Decreto Estadual nº 7.439, de 24 de abril de 1979. Esta fundação foi constituída com o objetivo de executar a política de desenvolvimento cultural de Santa Catarina e, independentemente dos vários setores que vieram a fazer parte da sua estrutura organizacional, a instituição sempre teve suas ações voltadas para duas áreas: o apoio à criação e difusão das artes; e a preservação do patrimônio cultural. Pelo mesmo decreto, a entidade tornar-se-ia responsável pela administração de importantes espaços culturais do Estado, são eles: Museu Histórico de Santa Catarina – MHSC; Museu de Arte de Santa Catarina – MASC; Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina – BPSC; Museu Etnográfico – Casa dos Açores; e Teatro Álvaro de Carvalho – TAC¹²³.

¹²² Disponível em:

<<http://www.fcc.sc.gov.br/patrimoniocultural/pagina/4402/leidotombamentoeestadual>>. Acesso em 14 jul. 2016.

¹²³ A FCC é vinculada à Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte e tem como missão valorizar a cultura por meio de ações que estimule, promova e preserve a memória e a produção artística catarinense. A FCC é responsável, ainda, para além dos espaços já citados no texto, pela administração do Centro Integrado de Cultura – CIC –, Casa da Alfândega/Galeria de Artesanato de Florianópolis, Museu da Imagem e do Som – MIS –, Teatro Ademar Rosa – TAR –, Casa de Campo do

O tombamento manteve-se como instrumento de proteção legal do patrimônio. O artigo 6º identificava as modalidades de tombamento previstas na lei, seguindo o que já existia na anterior: "*ex-offício*", com notificação à entidade interessada quando os bens pertencerem ao Poder Público ou estiverem sob a guarda deste; voluntário, a pedido do proprietário, ou quando notificado o proprietário, este anuir, por escrito, à inscrição; compulsório, quando o proprietário se recusar à inscrição após processo regular. O tombamento deveria ser aplicado pelo FCC com o aval do CEC e homologado pelo governador do Estado, tanto no caso de bens imóveis – pelo titular responsável pelos negócios de cultura – como no de bens móveis.

Ao longo da década de 1980 poucos imóveis foram protegidos pela lei estadual. Apenas alguns exemplares isolados foram selecionados, apresentando como principal característica a monumentalidade e o vínculo com a história política do Estado (ALTHOFF, 2008, p. 87; GONÇALVES, 2011, p. 07). Dos poucos imóveis protegidos, nesse período, dois deles estão localizados na cidade de Lages: o Grupo Escolar Vidal Ramos e o Conventinho Frei Rogério¹²⁴.

Em 1983, em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina e prefeituras municipais, o FCC e o IPHAN iniciaram o mapeamento e o inventário das edificações representativas do processo imigratório no Estado. O projeto,

Governador Hercílio Luz (Rancho Queimado/SC) e Museu Nacional do Mar (São Francisco do Sul/SC). Disponível em:

<<http://www.fcc.sc.gov.br>>. Acesso em 16 jul. 2016.

¹²⁴ Os outros imóveis protegidos pela lei estadual na década de 1980 foram: o Palácio Cruz e Sousa, o Acervo Arqueológico Padre João Alfredo Rohr, a Estação de Elevação da CASAN; o Teatro Álvaro de Carvalho e as Igrejas Nossa Sra. do Rosário e São Benedito, todos localizados em Florianópolis. No município de Rancho Queimado, o imóvel protegido pela lei estadual foi a Casa de Campo do Governador Hercílio Luz e, em São José foi, o Solar Ferreira de Mello. Sobre os imóveis tombados na cidade de Lages será discorrido adiante no texto.

designado como Inventário das Correntes Migratórias, propunha-se identificar, em dois municípios representantes, cada uma das três etnias majoritárias que ocuparam o Estado: luso-brasileira, Laguna e São Francisco do Sul; teuto-brasileira, Joinville e São Bento do Sul; e ítalo-brasileira, Urussanga e Nova Veneza. Os objetivos deste projeto eram os seguintes: inventariar bens imóveis de valor histórico, artístico, cultural e ambiental nos municípios designados; articular os vários segmentos da sociedade através dos seus representantes para que se comprometam com a conservação cultural de seu município; fazer do inventário um instrumento da preservação cultural; divulgar o material registrado e compilado entre instituições ligadas direta ou indiretamente às ações de preservação cultural; registrar as características físicas e históricas do bem inventariado, arrolando seus bens móveis e atividades vinculadas às raízes culturais do local; e analisar os bens inventariados e propor formas de proteção (FCC, 1983 a).

Segundo dados do IPHAN, os trabalhos resultantes do Inventário das Correntes Migratórias identificaram cerca de 400 edificações nos municípios citados. Foi a partir desse levantamento que foi possível conhecer e, mais tarde, estabelecer uma proteção efetiva dos núcleos urbanos e das unidades rurais no Estado (ALTHOFF, 2008).

Em 1985, a FCC se integra ao Projeto Caminho das Tropas¹²⁵, que tinha como objetivo a recuperação, a preservação e a valorização dos aspectos referentes ao ciclo do tropeirismo, iniciado na primeira metade do século XVIII a partir de São Paulo, a estender-se para os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O projeto consistia no levantamento de bens culturais do período do ciclo do gado e das estruturas de transportes e arquitetônicas criadas por este

¹²⁵ O Projeto Caminho das Tropas foi uma iniciativa dos órgãos responsáveis pela preservação do patrimônio dos Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul em conjunto com o IPHAN. Em 1985, os Estados do Paraná e de Santa Catarina passaram a integrar o projeto.

ciclo. As atividades do projeto em Santa Catarina concentraram-se na cidade de Lages e em municípios vizinhos (Capão Alto, Campo Belo do Sul, Paineira e a região da Coxilha Rica), seguindo os seguintes critérios: ter sido durante muito tempo o ponto de ligação, no Planalto Catarinense, entre o Sul e as demais regiões do país; ser polo irradiador sob o ponto de vista econômico e político de toda a região do Planalto do Estado de Santa Catarina; ser o centro efetivo de manutenção de uma estrutura social bastante ligada ao tropeirismo e sua influência (ALTHOFF, 2008).

A partir do levantamento realizado nos municípios da Serra catarinense, resultou a constituição de um rico acervo de entrevistas com proprietários e moradores de algumas fazendas, a seleção arquitetônica das mesmas, um registro fotográfico riquíssimo da arquitetura, dos caminhos e das paisagens, além de utensílios e equipamentos da atividade com o gado. Entre as fazendas identificadas como bens culturais do período do ciclo do tropeirismo, está a Fazenda Cajuru, localizada na região da Coxilha Rica, a qual incorporará, em 2005, a pedido do proprietário, a lista dos bens tombados em Santa Catarina. Em 2007, o IPHAN deu início aos processos de tombamento dos Caminhos das Tropas.

No ano de 1988, a FCC propõe o projeto Roteiros Culturais Sul. O escopo desse projeto teve como base a área de imigração italiana, localizada no sul do Estado. Movido pela gradativa perda do patrimônio cultural, precipitado pelo abandono das áreas rurais e pela falta de alternativa econômica dessas localidades, a FCC, em conjunto com as associações de turismo dos municípios, propõe uma alternativa de atividade turística de baixo impacto, que teria por base o patrimônio cultural em todas as suas dimensões. A atividade se daria por meio de cinco roteiros turísticos-culturais, os quais representavam o processo histórico de ocupação da região pelos imigrantes. Esses roteiros percorreriam as áreas rurais e as áreas urbanas do Município de Urussanga e região. A

maioria destes percursos era pontuada por edificações de interesse histórico-arquitetônico, que já haviam sido cadastradas no Inventário das Correntes Migratórias. Foram levantados também os tipos de produção existente em cada roteiro, pois a comercialização destes produtos seria um atrativo a mais para o visitante e uma fonte de renda local. Foi também iniciado um trabalho de dinamização dos museus. As unidades arquitetônicas, identificadas nos vários percursos, foram classificadas em grau de importância de acordo com o contexto regional, local ou apenas de composição da paisagem. Estes caminhos deveriam receber um sistema de comunicação visual que ia desde a identificação rodoviária até a sinalização interpretativa da região e dos monumentos. Mesmo com toda a dinâmica idealizada pela FCC e por órgãos municipais interessados, o projeto foi muito pouco implementado (ALTHOFF, 2008).

Mesmo com toda a dinâmica em desenvolver projetos que identificassem bens culturais em Santa Catarina, as ações da FCC, no nível do tombamento, foram poucas. Até 1994 somente nove bens culturais foram tombados pelo Estado, a maioria de propriedade do poder público. De acordo com Althoff (2008, p. 88), “a descontinuidade e o desequilíbrio numérico das ações de tombamento no Estado, são atribuídos [...] a existência de governos [...] demasiadamente comprometidos com a política partidária e receosos em contrariar os interesses de suas bases”.

Em 1991, assume a Diretoria de Patrimônio Cultural da FCC o arquiteto Dalmo Vieira Filho, que havia participado da elaboração do plano de governo de Wilson Kleinubing, eleito em 1990. Dentre os objetivos de sua gestão estavam a realização de uma grande ação de tombamento e a criação do Museu do Mar – Embarcações Brasileiras – em São Francisco do Sul. Durante a administração do governador Wilson Kleinubing (1991-1994) foi desenvolvido o Programa Turismo Cultural, no qual as ações de preservação do patrimônio

estavam submetidas às áreas de Comércio e Turismo (ALTHOFF, 2008, p. 88). Com base neste programa, a Diretoria de Patrimônio Cultural da FCC estruturou e executou três projetos: Identidade das Cidades Catarinenses, Roteiros Culturais da Imigração e Arquitetura Religiosa de Santa Catarina. O primeiro valorizava os conjuntos urbanos das principais cidades catarinenses; o segundo priorizava alguns bens isolados em diferentes municípios, porém com alguma semelhança entre eles, em especial, relacionada ao patrimônio de imigração italiana e alemã; e, por fim, o projeto Arquitetura Religiosa de Santa Catarina priorizou as edificações religiosas remanescentes do povoamento luso-brasileiro no litoral do Estado (COTEATE, 1995b, p. 43). Posteriormente, estes projetos auxiliaram nas justificativas dos tombamentos realizados neste período.

Durante os três primeiros anos do governo Kleinubing, foi realizado um levantamento para identificar imóveis de interesse histórico-arquitetônico nos centros urbanos de municípios que não haviam sido incluídos nos inventários realizados na década de 1980. Esse levantamento percorreu as regiões do Meio Oeste e do Vale do Rio do Peixe. Segundo Althoff (2008), a ação de levantamento de bens arquitetônicos, conduzida pelos técnicos da FCC, não redundou em nenhuma ação efetiva para as novas regiões percorridas, principalmente, para a região do Meio Oeste catarinense.

Em dezembro de 1994 foi realizada uma grande ação de proteção ao patrimônio, na qual foram instaurados 211 processos de tombamento de edificações urbanas em 26 municípios catarinenses (COTEATE, 1995b, p. 43). Os critérios para a proteção estavam fundamentados na representação que estas unidades tinham para o desenvolvimento econômico e urbano das principais cidades catarinenses e privilegiava o legado da colonização europeia no Estado, com destaque para Blumenau, Joinville, Itajaí, Tijucas, Urussanga, São Bento do Sul, Lages e Florianópolis.

As notificações de tombamento, enviadas aos proprietários de bens tombados e prefeitos municipais no final de dezembro, geraram uma série de contestações que só puderam ser retomadas no início da gestão do novo governo¹²⁶. Diante das reclamações e interveniências políticas de proprietários insatisfeitos com a medida, o novo governador do Estado ordenou a suspensão provisória das notificações de tombamento. O documento comunicava ainda que os tombamentos seriam analisados individualmente por uma comissão técnica designada pela FCC e finalizava reiterando o pedido para que os proprietários continuassem “a preservar seu bem imóvel que é de significativo valor histórico-cultural, e que foi incluído como exemplar do acervo arquitetônico do Estado” (FCC, PTE 120/2000, fl. 05).

Com a finalidade de realizar a revisão dos 211 processos de tombamento instaurados no governo anterior, o novo governo instalou, em maio de 1995, a Comissão Técnica Extraordinária de Análise dos Tombamentos Estaduais – COTEATE. Esta comissão era formada por representantes da FCC, do IPHAN, do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis – IPUF –, do IAB, da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC – e dos municípios interessados. Segundo Althoff (2008), a análise das atas das reuniões aponta as dificuldades enfrentadas pelos agentes envolvidos em estabelecer critérios a fim de manter ou descartar imóveis que haviam sido indicados para tombamento em 1994.

Em 09 de maio de 1995, a COTEATE realizou a primeira reunião para delinear o plano de ação que reavaliaria os 211 processos de tombamento impostos pelo governo. Neste plano, a comissão definiu que as ações dos processos necessitavam de acompanhamento jurídico especializado para auxiliar nas demandas judiciais e de uma aproximação

¹²⁶ Para o exercício de 1995 a 1999 foi eleito para governador do Estado de Santa Catarina o político Paulo Afonso Evangelista Vieira.

institucional mais efetiva com os governos municipais das cidades afetadas pela lei.

Na segunda reunião da COTEATE, ocorrida em 18 de maio de 1995, a comissão definiu a metodologia que direcionaria a análise dos 211 processos de tombamento. Os parâmetros orientadores foram estruturados a partir das seguintes questões:

- 1) Mecanismos adequados para a ação de proteção/valorização dos conjuntos, frente ao acelerado processo de transformação urbana: o tombamento como instrumento de preservação;
- 2) Critérios gerais para escolha do acervo a ser preservado: *correntes étnicas* Qualidade de ambiência urbana. (COTEATE, 1995a, fl. 03/04).

A essência dessas questões elencadas pela COTEATE evidencia uma preocupação com a valorização do patrimônio relacionado às correntes migratórias em Santa Catarina e a preservação da ambiência urbana das cidades catarinenses. Nessa sessão, ficou definido, ainda, que os técnicos da FCC analisariam os processos individualmente e os encaminhariam à comissão para ratificação e dúvidas (FONSECA, 2014). Para a análise dos processos, a equipe de técnicos da FCC visitou os municípios e reuniu-se com representantes municipais. É importante destacar que a comissão enfrentou diferentes situações na efetivação dos tombamentos estaduais nos municípios envolvidos. Em Lages, por exemplo, a FCC precisou realizar duas reuniões. A primeira foi apenas para uma discussão preliminar da situação dos tombamentos no município onde os técnicos da FCC destacaram “a grande heterogeneidade de tipologias e o fato de os mesmos não caracterizarem conjuntos” (COTEATE, 1995a, fl. 16).

A seleção dos imóveis tombados em Lages era representada pelas edificações que remetiam aos momentos distintos da evolução urbana da cidade, com destaque para

aquelas de uso institucional ou religioso. Entre as de uso institucional destaca-se o prédio do Colégio Santa Rosa de Lima (Figura 23). No período do levantamento realizado pela FCC, o antigo prédio da Escola Normal não foi avaliado como um possível imóvel a ser preservado ou compor a lista de bens tombados pelo Estado. O prédio dessa antiga instituição comporá, posteriormente, a relação dos imóveis protegidos pela lei orgânica do município.

Figura 23 – Fachada frontal do Colégio Santa Rosa de Lima



Fonte: Página do *Facebook* do Colégio Santa Rosa de Lima¹²⁷.

¹²⁷ Disponível em:

<<https://www.facebook.com/colegiosantarosaoficial/photos>>. Acesso em 05 out. 2016.

A principal característica para a seleção dos bens em Lages foi o estilo arquitetônico *art-déco* e alguns exemplares do período colonial. No estilo colonial, apenas o sobrado “Belisário Ramos”¹²⁸ atendia o critério de seleção da FCC, as demais edificações foram consideradas “demasiadamente alteradas ou em mau estado de conservação” (COTEATE, 1995a, fl. 16). Na segunda reunião, em 31 de outubro de 1995, a FCC e os representantes do município definiram quais processos seriam mantidos. Ao todo 16 edificações urbanas comporiam o patrimônio tombado pelo Estado. Destacaram-se, no caso do município de Lages, as edificações em *Art-déco*, a valorização do estilo eclético, a não homogeneidade do conjunto e a importância dada aos imóveis que haviam sofrido algumas alterações (FONSECA, 2014).

¹²⁸ Localizado na Rua Presidente Nereu Ramos, em Lages, o sobrado foi residência do coronel Belisário Ramos, prefeito que mais tempo ocupou o cargo na cidade, entre os anos de 1902-1922. Posteriormente, o sobrado foi residência de seu filho, Aristiliano Ramos, que foi interventor federal em Santa Catarina entre 1933 e 1935. O sobrado Ramos era uma residência do final do século XIX que conservava as características originais, representando um belo exemplar da arquitetura e do estilo de moradia da elite local.

Em 1994, o imóvel foi adquirido por Ângelo Stocco, este tinha o propósito de demoli-lo para construir um novo prédio no terreno. A aquisição foi realizada na mesma época em que foi iniciado o processo de tombamento. Em reportagem ao jornal **Correio Lageano**, de 23 de maio de 2009, a viúva do proprietário, Sra. Noemia Stocco, informou que desconhecia o processo de tombamento, afirmando que, se soubesse da situação, não teria adquirido o imóvel. Em 2000, a edificação desabou e a Promotoria do Meio Ambiente entrou com uma ação contra os responsáveis pela queda do sobrado. A sentença do processo condenou a Fundação Catarinense de Cultura, a Fundação Cultural de Lages e o espólio do Sr. Ângelo Stocco, representado por sua esposa, ao pagamento de multa no valor de R\$ 125.000,00 para cada uma das instituições públicas e R\$ 250.000,00 para os proprietários. Estes recursos, segundo a sentença, seriam destinados a um fundo criado para a restauração de outros imóveis em Lages. Disponível em:

<<http://www.clmais.com.br/informacao/23074/>>. Acesso em: 17 jul. 2016.

Em 19 de dezembro de 1995, a COTEATE apresentou o documento produzido para a reavaliação dos processos de tombamento. Este documento, intitulado “Revisão Técnica dos Tombamentos Estaduais – Dezembro/1994” –, traz uma breve apresentação das atividades conduzidas pela comissão e apresenta os “referenciais teóricos que permearam as discussões e o contexto histórico regional no qual estes bens se originaram e continuam a figurar” (COTEATE, 1995b, p. 03). Os trabalhos da comissão foram baseados nos princípios descritos no documento “Patrimônio Cultural e Desenvolvimento: Plano de Ação Integrado”, o qual orientava que:

Os critérios utilizados para os tombamentos estaduais, baseiam-se na seleção da essência de cada sítio analisado considerando tipologia arquitetônica, implantação urbana e composição de conjuntos que representem a identidade étnica local, através do seu legado edificado. (COTEATE, 1995b, p. 05).

Diante dessa orientação, pondera-se que a comissão ancorou as decisões tomadas para a reavaliação dos processos de tombamentos em critérios arquitetônicos, urbanísticos e históricos, vinculados à identidade étnica expressa nas edificações de cada região, como, por exemplo, a arquitetura enxaimel nas regiões de colonização alemã¹²⁹. Foram

¹²⁹ O Enxaimel, ou *Fachwerk*, é uma antiga técnica construtiva, na qual a estrutura (paredes) é montada com hastes de madeiras encaixadas entre si em posições horizontais, verticais ou inclinadas. Os vãos entre esses encaixes são preenchidos com tijolos ou pedras. Ainda que normalmente se faça uma ligação natural entre esta técnica e a Alemanha, a sua origem é ainda muito discutida. Estudiosos da arquitetura afirmam que ela está presente em regiões da Itália, da Inglaterra, entre outras regiões da Europa. Disponível em:

<<http://www.colegiodearquitectos.com.br/dicionario/2009/02/o-que-e-enxaimel/>>. Acesso em: 17 jul. 2016.

priorizados também os conjuntos com importância regional ou unidades individuais, caracterizados pela singularidade e “notoriedade histórica de fatos importantes que marcaram o processo de ocupação do Estado” (COTEATE, 1995b, p. 05) ou, ainda, os que representaram um processo de transformação urbana, como no caso da cidade de Lages, onde os imóveis selecionados para o tombamento estavam diretamente vinculados à evolução urbana, sendo o maior conjunto o que representava o estilo *Art-déco*.

O documento produzido pela COTEATE ratificou, também, o tombamento dos imóveis que já haviam sido designados pelo projeto “Identidade das Cidades Catarinenses” como bens culturais. Os imóveis destacados por esse projeto eram, em grande número, imóveis privados. A decisão gerou resistência por parte dos proprietários, uma vez que estes, diferentemente da justificativa construída para o tombamento – a de que o imóvel em questão era uma edificação representativa do desenvolvimento econômico da cidade –, não viam no seu imóvel a representação almejada para que o mesmo se tornasse um bem cultural tombado pelo Estado.

Outra questão apontada no relatório dizia respeito às recomendações necessárias ao bom andamento do processo, entre elas: a execução de planos diretores com área de preservação histórica em municípios que ainda não possuísem; a conscientização das comunidades sobre a importância da preservação e da proteção legal em suas cidades; a concessão de incentivos estaduais e municipais com o objetivo de apoiar os proprietários na manutenção de imóveis tombados; a deflagração de uma política de proteção e valorização dos acervos de importância municipal, através de tombamentos municipais; a apreciação pelo IPHAN dos conjuntos arquitetônicos e paisagísticos de características teuto-brasileiras com o objetivo de obter proteção federal; a designação por parte da FCC de um assessor jurídico

permanente para o acompanhamento dos processos de tombamentos estaduais (FONSECA, 2014).

Para finalizar, a COTEATE apresentou a Relação das Edificações que deveriam permanecer em processo de tombamento, bem como aquelas que deveriam ser excluídas da listagem. Dos 211 processos reavaliados, foram retirados 31 imóveis, mantidos 180 e outros 12 foram indicados como bens culturais e inseridos na lista enviada ao Governador para homologação dos tombamentos. O quadro abaixo apresenta a relação dos imóveis tombados pelo Estado¹³⁰. Para a indicação do período, considerou-se o ano em que foi expedida a notificação, ou seja, o ano de início do processo de tombamento.

Quadro 1 - Relação de Tombamentos estaduais no período de 1994

Ano	Quantidade	Denominação	Cidade	Categoria
1994	1	Capela de Santo Amaro - Barra do Camboriú	Balneário Camboriú	
	1	Casarão Born	Biguaçu	
	47	Edificações urbanas	Blumenau	
	1	Edificação rural	Dona Emma	
	8	Edificações religiosas	Florianópolis	
	1	Igr. de São Joaquim de Garopaba	Garopaba	
	1	Edificação rural	Guabiruba	
	1	Igr. de Sant'Ana de Vila Nova	Imbituba	
	1	Edificação rural	Indaial	
	12	Edificações urbanas	Itajaí	
	3	Edificações urbanas	Jaraguá do Sul	Material-

¹³⁰ A relação dos bens tombados em Santa Catarina pode ser identificada, entre as páginas 85 e 90, na Lista de Bens Materiais Tombados e Processos em Andamento (1938 a 2015) disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista%20Bens%20Tombados%20Dez%202015.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2016.

2	Edificação rural		imóvel
34	Edificações urbanas	Joinville	
6	Edificações rurais		
1	Ponte coberta na área rural		
16	Edificações urbanas	Lages	
1	Igr. do Bom Jesus do Socorro - Pescaria Brava	Laguna	
1	Igr. de N ^a S ^a do Rosário - Enseada do Brito	Palhoça	
13	Edificações rurais	Pomerode	
1	Edificação urbana		
1	Igreja Senhor Bom Jesus dos Aflitos	Porto Belo	
3	Edificações rurais	São Bento do Sul	
3	Edificações urbanas	Tijucas	
7	Edificações rurais	Timbó	
3	Edificações urbanas		
18	Edificações urbanas	Urussanga	

Fonte: adaptado de ALTHOFF, 2008 p. 92.

As novas notificações, homologadas pelo governo após a reavaliação da COTEATE, somente foram enviadas aos proprietários dos imóveis tombados em dezembro de 1998, por meio de um ofício circular no qual o Governo do Estado comunicava que o respectivo imóvel permanecia em processo de tombamento por ser “de reconhecido valor histórico-cultural para o Estado de Santa Catarina.” (FCC, PTE 120/2000, fl. s/n). O processo do tombamento dos bens avaliados pela COETATE foi finalizado em 2000.

As ações desenvolvidas no Estado, ocorridas antes mesmo da implantação do IPHAN na década de 1930 e materializadas com a criação de uma instância estadual para preservação dos bens culturais – a FCC –, são indícios dos movimentos que modificaram o cenário do patrimônio e possibilitaram a formação do campo do patrimônio em Santa Catarina. A estruturação e a legitimação desse campo

ganharam novas condições de contorno na medida em que a FCC legitimou-se como instituição responsável pelos tombamentos no Estado e passou a influenciar e promover novos olhares para o patrimônio no Estado. Um exemplo possível dado por essa nova condição de contorno e que modificou o campo do patrimônio no Estado, foi a criação de órgãos para a proteção do patrimônio nos municípios, conforme havia orientado o relatório de revisão técnica dos tombamentos estaduais apresentado em dezembro de 1995 pelo COTEATE.

Um dos municípios que atendeu à recomendação da comissão, para instituir uma política de proteção e valorização dos acervos de importância municipal, foi o Município de Lages. Em 21 de dezembro de 1995, foi realizada, nas dependências da Fundação Cultural de Lages¹³¹, a primeira reunião do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural (COMPAC). É sobre as ações dos órgãos criados para atuar no campo do patrimônio em Lages que o próximo cenário se estrutura.

4.3 TERCEIRO CENÁRIO: O RECONHECIMENTO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO, A FORMAÇÃO DO CAMPO DO PATRIMÔNIO E AS POLÍTICAS CULTURAIS NO MUNICÍPIO DE LAGES

No tempo presente, quem caminha pela cidade de Lages, por suas ruas, calçadas e praças talvez não perceba os

¹³¹ Criado pela Lei Complementar nº 24 de 27/10/1995, a Fundação Cultural de Lages é uma entidade artístico-cultural, dotada de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com estatuto próprio registrado em conformidade com o Código Civil e tem por finalidade executar a política municipal de apoio à cultura, além de formular, coordenar, estimular e apoiar atividades nas áreas de literatura, fotografia, artes plásticas, teatro, folclore, música, dança e demais ações de cunho artístico e cultural. Disponível em: <<http://cultura.lages.sc.gov.br/institucional>>. Acesso em: 12 ago. 2016.

vestígios e os símbolos das várias cidades passadas, vestígios estes presentes na cidade atual. Talvez não perceba os resquícios de modos de vida, de trabalho e de sonhos presentes na cidade que passa apagada na imagem cotidiana dos trajetos que se fazem. Talvez, não perceba os recortes da memória local, sobretudo, de uma memória política na constituição do espaço urbano. Algumas dessas referências fazem parte dessa paisagem e estão presentes ainda nas fachadas, nas casas, nas ruas, nos prédios. Outras só existem na memória de poucos e lentamente vem sendo “destruídas pela voracidade de uma perspectiva de progresso que se faz pela destruição sumária do que não é novo e da memória social” (PEIXER, 2002, p. 239).

As primeiras referências patrimoniais do município foram identificadas, selecionadas e legitimadas ainda sob a noção/tendência da monumentalidade e da excepcionalidade prescrita na Lei nº 5.056/1974, a qual indicava que um bem móvel ou imóvel cuja conservação fosse de interesse público deveria ter vinculação a fatos memoráveis da história do Estado ou do País. Sob esta prescrição, o primeiro imóvel tombado pela Lei do tombamento estadual em Lages foi o prédio do Grupo Escolar Vidal Ramos (Figura 24). Após o tombamento, oficializado pelo Decreto nº 21.327 de 26 de janeiro de 1984, o prédio continuou funcionando como escola até 29 de julho de 2011. Após esse período, os estudantes e o corpo docente e técnico foram transferidos para uma nova instalação, no qual mantiveram a mesma nomenclatura da antiga escola e, por extensão, continuou destacando o nome do político que idealizou a primeira grande reforma do ensino público no Estado – Vidal Ramos. A reforma citada culminou com a construção de grupos escolares espalhados pelas diferentes cidades de Santa Catarina (DALLABRIDA e TEIVE, 2011; CORDOVA, 2008; GASPAR DA SILVA, 2006).

Fechado desde julho de 2011, o prédio aguardou até 2013 o início das obras. Em 07 de fevereiro de 2013, o

governador Raimundo Colombo assinou a ordem de serviço, orçada em R\$ 5,9 milhões para a restauração do edifício que abrigou o 4º grupo escolar construído no Estado. A entrega deste patrimônio à população lageana foi realizada no dia 11 de agosto de 2016 e custou aos cofres públicos, no final da obra, o valor de R\$ 6,5 milhões. A obra, considerada o primeiro Centro Cultural de Santa Catarina em parceria com a iniciativa privada (Figura 25), será administrada pelo SESC e contará com recursos diferenciados para atender a população¹³².

Figura 24- Prédio do antigo Grupo Escolar Vidal Ramos



Fonte: *site* da Fundação Cultural de Lages¹³³.

¹³² No Centro Cultural Vidal Ramos serão oferecidas diversas atividades culturais como: aulas de dança, música, teatro, desenho, pintura e cinema. Além de aulas, cursos e oficinas, o espaço será reservado para apresentações culturais, exposições de artes, biblioteca com livros sobre a arte e história da Serra Catarinense, acervo de DVDs de produções regionais, cinema, lanchonete e um espaço para a realização do tradicional fogo de chão. No centro funcionará também a primeira escola de gaiteiros da região. O espaço atenderá o público durante os sete dias da semana. Disponível em: <<http://www.clmais.com.br/variedades/98641/escola-ser%C3%A1-o-primeiro-centro-cultural-de-santa-catarina>>. Acesso em: 13 ago. 2016.

¹³³ Disponível em: <http://cultura.lages.sc.gov.br/bens_tombados>. Acesso em: 13 ago. 2016.

Figura 25 - Centro Cultural de Santa Catarina



Fonte: Edição *on-line* do jornal **Correio Lageano** de 10/08/2016¹³⁴

A celebração da entrega de um novo uso para um antigo espaço escolar (prédio do antigo grupo escolar) e a iminente ameaça de demolição imposta a outro prédio, o qual por décadas abrigou outra importante escola na região (prédio da Escola normal), além de também homenagear em sua nomenclatura outro ilustre político lageano com feitos políticos no âmbito estadual – Aristiliano Ramos – apresenta-se como um descompasso no campo do patrimônio em Lages. Um descompasso que, segundo Peixer (2002), é motivado pelos interesses de lucratividade do capital.

No Brasil, a política de preservação de bens culturais e históricos trabalha num campo de conflitos e tensões entre os interesses do capital imobiliário e financeiro, os quais veem nas propostas de preservação patrimonial uma ingerência sobre o que consideram seus direitos privados ou públicos. Tal discurso fica evidente quando há resistências, embates e questões judiciais que interferem no tombamento, ou até

¹³⁴ Disponível em: <<http://www.clmais.com.br/variedades/98641/escolaser%C3%A1-o-primeiro-centro-cultural-de-santa-catarina>>. Acesso em: 13 ago. 2016.

mesmo no reconhecimento de um imóvel como bem patrimonializável, como ocorre com o prédio da escola normal¹³⁵. É o capital financeiro e imobiliário controlando a cidade, dividindo-a e manipulando-a em detrimento dos interesses coletivos (PEIXER, 2002).

Em Lages, a primeira iniciativa de preservação legal do patrimônio edificado data da década de 1980 com o tombamento do prédio do antigo grupo escolar Vidal Ramos. Na esteira desse tombamento e sob a tendência/noção da monumentalidade e da excepcionalidade, outros bens foram tombados pela FCC. Entre os anos de 1984 e 2005, 18 imóveis foram protegidos pela lei do tombamento estadual, conforme mostra o quadro 2. No conjunto destes imóveis, a maioria são edificações localizadas no centro e representam momentos históricos distintos vivenciados pela cidade. A principal característica destes imóveis é o estilo arquitetônico *Art-déco*, sendo alguns exemplares representantes do período colonial.

Quadro 2: Relação de imóveis Tombados em Lages entre 1984 e 2005 (continua)

BEM TOMBADO	LOCALIZAÇÃO	PARECER TÉCNICO	DECRETO
Grupo Escolar Vidal Ramos	Rua Vidal Ramos Jr, 153	Nº 003/84	Nº 21.327 de 26 de janeiro de 1984
Conventinho – Casa Frei Rogério	Centro	Nº 005/84	Nº 25.116 de 29 de março de 1985
Catedral Diocesana	Praça João Ribeiro	Nº 271/2000	Nº 3.462 de 23 de novembro de 2001
Casarão da Praça João Ribeiro	Praça João Ribeiro, nº 16	Nº 272/2000	Nº 3.462 de 23 de novembro de 2001

¹³⁵ Os embates pelo reconhecimento do prédio da escola normal como um patrimônio cultural foram apresentados nos capítulos 2 e 3 desta pesquisa.

Quadro 2: Relação de imóveis Tombados em Lages entre 1984 e 2005
(continua)

BEM TOMBADO	LOCALIZAÇÃO	PARECER TÉCNICO	DECRETO
Casarão da Praça João Ribeiro	Praça João Ribeiro, nº 40	Nº 273/2000	Nº 3.462 de 23 de novembro de 2001
Casarão da Praça João Ribeiro	Praça João Ribeiro, nº 28	Nº 274/2000	Nº 3.462 de 23 de novembro de 2001
Prédio da Prefeitura Municipal	Praça João Ribeiro, nº 13 – esquina com a Rua Benjamin Constant	Nº 275/2000	Nº 3.462 de 23 de novembro de 2001
Casarão Juca Antunes	Rua Benjamin Constant, nº 96, 96J e 98	Nº 276/2000	Nº 3.462 de 23 de novembro de 2001
Antigo Fórum Nereu	Rua Benjamin Constant, s/n, esquina com a Rua Hercílio Luz	Nº 277/2000	Nº 3.462 de 23 de novembro de 2001
Casarão da Rua Correia Pinto	Rua Correia Pinto, nº 49	Nº 278/2000	Nº 3.462 de 23 de novembro de 2001
Cine Teatro Tamoio	Rua Marechal Deodoro, nº 170	Nº 279/2000	Nº 3.462 de 23 de novembro de 2001
Palacete Gamborgi	Rua Marechal Deodoro, nº 135 – esquina com a Rua Hercílio Luz	Nº 280/2000	Nº 3.462 de 23 de novembro de 2001
Escola Evangélica e Igreja Presbiteriana	Rua Coronel Fausto de Souza, nº 349	Nº 281/2000	Nº 3.462 de 23 de novembro de 2001
Igreja e Convento Franciscano	Rua Lauro Muller, nº 298	Nº 282/2000	Nº 3.462 de 23 de novembro de 2001

Quadro 2: Relação de imóveis Tombados em Lages entre 1984 e 2005 (conclusão)

BEM TOMBADO	LOCALIZAÇÃO	PARECER TÉCNICO	DECRETO
Colégio Santa Rosa de Lima	Rua Lauro Muller, nº 44 – esquina com a Rua Frei Gabriel	Nº 283/2000	Nº 3.462 de 23 de novembro de 2001
Casa União	Rua Coronel Córdova, nº 25 – esquina com a Rua Quintino Bocaiuva	Nº 284/2000	Nº 3.462 de 23 de novembro de 2001
Casarão da Rua Nereu Ramos	Rua Nereu Ramos, nº 148	Nº 286/2000	Notificação nº 122/94 – 179/98 Em processo
Fazenda Cajurú	Localidade de Coxilha Rica	Nº 294/2005	Nº 3.288 de 04 de julho de 2005

Fonte: *site* da Fundação Catarinense de Cultura¹³⁶.

No poder municipal, em Lages, o trabalho na área de patrimônio cultural teve suas primeiras iniciativas em 1994 com a criação de um núcleo de pesquisa sobre o processo de urbanização da cidade. Em 1995, com a criação da Fundação Cultural de Lages, foi instituído o Departamento de Memória e Patrimônio Cultural, ao qual estavam vinculados os trabalhos de valorização e preservação do patrimônio cultural. Na perspectiva da preservação do patrimônio, as ações no campo iniciaram, efetivamente, com a criação e aprovação da Lei de Tombamento Municipal. A partir da instauração dessa lei o Departamento de Memória e Patrimônio Cultural procurou desenvolver ações no sentido de que a preservação do patrimônio histórico/cultural/arquitetônico não fosse uma

¹³⁶ Disponível em:

<<http://www.fcc.sc.gov.br/patrimoniocultural/pagina/4365/lages>>. Acesso em: 13 ago. 2016.

execução na vida e na gestão da cidade, mas que fizesse parte do planejamento e da gestão urbana e, mais ainda, que a população reconhecesse o seu direito à memória, à participação, à preservação e à valorização de seu patrimônio (PEIXER, 2002).

Para isso, o Departamento de Memória e Patrimônio Cultural definiu três campos de atuação: processo de tombamento, educação patrimonial e revitalização do centro histórico (as ações que envolveram este último campo, por questões políticas, nunca saíram do papel). Os campos definidos pelo novo Departamento eram norteados pelo princípio básico que orienta só ser possível preservar com a participação efetiva da população. Todavia, segundo Peixer (2002), o envolvimento da população nos processos de tombamento, nos anos de 1990, foi pouco significativo. A ausência de uma participação efetiva da comunidade nos processos que envolvem a preservação do patrimônio é também apontada como um entrave às questões do campo do patrimônio no tempo presente. Em entrevista ao jornal **Correio Lageano** em novembro de 2013, o historiador Carlos Alberto Bertaiolli aponta que o maior problema enfrentado no campo do patrimônio em Lages é a pouca participação da comunidade nos processos de reconhecimento e de legitimação dos bens patrimonializáveis. “O grande problema que temos hoje é que a iniciativa da preservação do patrimônio sempre tem sido do poder público, o que revela a pouca participação da comunidade. [...] a ausência do conhecimento da população prejudica a preservação do bem” (CORREIO LAGEANO, 22/11/2013)¹³⁷.

¹³⁷ Lages 247 anos: um raio X dos imóveis tombados na cidade. Disponível em: <<http://www.clmais.com.br/informacao/65090/lages-247-anos:-um-raio-x-dos-im%C3%B3veis-tombados-na-cidade>>. Acesso em: 12 ago. 2016.

Contrária às ponderações feitas por Bertaiolli, a gestora cultural, Iáscara Almeida Varela, também em entrevista ao jornal **Correio Lageano** em julho de 2016, apontou que em Lages “a população reconhece bem a importância de imóveis tombados”. A gestora cita como exemplo a comoção em torno da possível demolição do prédio que abrigava o Colégio Aristiliano Ramos. Segundo Varela, “essas edificações fazem parte do imaginário de todos nós que nascemos e vivemos aqui. A população reconhece esta importância, o que existe é a ausência de política pública de preservação do patrimônio cultural” (CORREIO LAGEANO, 2 e 3 de julho de 2016, p. 19). A dualidade nas percepções tecidas pelo historiador e a gestora cultural revelam, portanto, os descompassos no campo do patrimônio em Lages.

A Constituição Federal de 1988 atribuiu aos municípios um importante papel na definição de políticas e ações de preservação do patrimônio histórico-cultural e arquitetônico. Na esteira desta atribuição e motivado pelos desdobramentos do movimento de revisão dos tombamentos estaduais conduzidos pela COTEATE – que colocou técnicos da FCC e outros especialistas em patrimônio em contato com os responsáveis pela preservação patrimonial nos diferentes municípios do Estado, em especial na cidade de Lages –, o prefeito deste município sancionou, em 21 de setembro de 1995, a Lei Complementar Municipal nº 022¹³⁸. Essa Lei, conhecida localmente como a Lei do tombamento, legisla sobre a preservação do patrimônio material e imaterial do município e cria o Conselho Municipal de Patrimônio Cultural – COMPAC. Este conselho foi instituído como órgão

¹³⁸ Disponível em:

<<https://leismunicipais.com.br/a/sc/l/lages/lei-complementar/1995/3/22/lei-complementar-n-22-1995-dispoe-sobre-a-preservacao-do-patrimonio-natural-e-cultural-do-municipio-de-lages-cria-o-conselho-municipal-do-patrimonio-cultural-e-institui-o-fundo-de-protecao-do-patrimonio-cultural-de-lages>>. Acesso em: 12 ago. 2016.

responsável pela preservação e com poderes de tomar bens considerados como relevantes ao patrimônio do município. O COMPAC é composto por 14 membros nomeados pelo Prefeito Municipal. Dos 14 integrantes, 7 estão vinculados diretamente ao Poder Público e os outros 7 são representantes de órgãos não-governamentais¹³⁹. Em 21 de dezembro de 1995, o primeiro conselho tomou posse e as primeiras reuniões dirigiram-se para a estruturação do regimento interno. O quadro 3 organiza as atividades (ocorrências, deliberações, resoluções, decisões, entre outras ações) ocorridas nas reuniões do COMPAC entre os anos de 1995 e 2003. Após esse período, por questões políticas e “atendendo às pressões explícitas dos setores contrários às políticas de preservação do patrimônio” (PEIXER, 2002, p. 242), o órgão entrou em inatividade, sendo reativado em 2012.

Quadro 3 – ATAS das Reuniões do COMPAC – (continua)

DOCUMENTO	DATA	LOCAL	ATIVIDADES
ATA nº 1	21/12/1995	Museu Malinverni Filho	Posse da Primeira Diretoria do COMPAC conforme portaria nº7540 de 20/12/1995.
ATA nº 2	21/12/1996	FCL	Primeira Reunião do COMPAC. Instituição do Regimento Interno do COMPAC.
ATA nº 3	23/05/1996	FCL	Reunião extraordinária na qual o Departamento de Cultura entregou para o COMPAC o processo nº 001/91 de Tombamento do Parque Jonas Ramos – Tanque.

¹³⁹ Outras informações sobre o COMPAC estão disponíveis em: <<http://cultura.lages.sc.gov.br/pdf/legislacao/compac.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2016.

Quadro 3 – ATAS das Reuniões do COMPAC – (continua)

DOCUMENTO	DATA	LOCAL	ATIVIDADES
ATA nº 4	04/09/ 1996	FCL	Reunião para discutir o processo de Tombamento do Parque Jonas Ramos – Tanque. Essa reunião teve outra edição em 16/09/1996.
ATA nº 5	18/09/ 1996	FCL	Assembleia de julgamento do processo de Tombamento do Parque Jonas Ramos – Tanque.
ATA nº 6	09/10/ 1996	FCL	Entrega para análise dos conselheiros o processo nº 002/96 – Tombamento do sobrado que pertenceu ao Coronel Belisário Ramos. Envio do ofício ao Secretário do meio Ambiente para que este priorize a plantação de araucárias em praças públicas.
ATA nº 7	06/11/ 1996	FCL	Abertura da Comissão para a restauração da Catedral. Aprovação do COMPAC para a restauração da Catedral. Decisão do COMPAC para que a proposta de restauração da Catedral seja enviada para análise da FCC.

Quadro 3 – ATAS das Reuniões do COMPAC – (continua)

DOCUMENTO	DATA	LOCAL	ATIVIDADES
ATA nº 8	11/12/ 1996	FCL	Exposição da análise realizada pela FCC sobre a restauração da Catedral. Decisão de envio de um ofício à Comissão de restauração solicitando a abertura de um edital para novas propostas. Transferência da análise do processo de Tombamento do sobrado do cel. Belisário Ramos para próxima reunião do conselho.
ATA nº 9	19/02/ 1997	FCL	Posse dos novos conselheiros. Relato das problemáticas na restauração da casa Frei Rogério (Conventinho), bem tombado pelo Estado. Decisão sobre o envio de documentos solicitando uma posição sobre a restauração do imóvel citado à FCC e Procuradoria do Estado. Decisão de envio de ofício ao Frei Gunther solicitando a reconstrução das partes excluídas no Conventinho. Análise do processo de Tombamento do sobrado que pertenceu ao coronel Belisário Ramos. Solicitação aos conselheiros de sugestões de bens a serem preservados.

Quadro 3 – ATAS das Reuniões do COMPAC – (continua)

DOCUMENTO	DATA	LOCAL	ATIVIDADES
ATA nº 10	02/04/ 1997	FCL	Relato sobre o projeto da Lei Complementar nº 005/97 (Proposta de alteração da Lei do Tombamento). A alteração incide na retirada do poder de decisão final sobre o tombamento municipal do COMPAC passando para a Câmara de Vereadores.
ATA nº 11	06/05/ 1997	FCL	Relato sobre o projeto de alteração da Lei de Tombamento Municipal. Relato do processo judicial com relação a casa Frei Rogério. Discussão sobre a necessidade de uma política de preservação cultural para a cidade
ATA nº 12	11/06/ 1997	FCL	Relato da audiência sobre a restauração da casa Frei Rogério. Discussão sobre o projeto de uma política de preservação, onde se decidiu pela implementação de uma campanha publicitária de sensibilização para a preservação e revitalização do centro da cidade.

Quadro 3 – ATAS das Reuniões do COMPAC – (continua)

DOCUMENTO	DATA	LOCAL	ATIVIDADES
ATA nº 13	13/08/1997	FCL	Reunião Extraordinária para a construção de um documento, conforme Lei Complementar nº 22/95 – artigo 21, solicitando providencias da FCL e da FCC sobre a situação do sobrado que pertenceu ao coronel Belisário Ramos.
ATA nº 14	10/09/1997	FCL	Análise do processo de Tombamento do Cine Marajoara. Apresentação da proposta de revitalização do centro da cidade.
ATA nº 15	15/10/1997	FCL	Apresentação do projeto de restauração da antiga Cúria Diocesana. Discussão sobre o processo de Tombamento do Cine Marajoara.
ATA nº 16	19/11/1997	FCL	Leitura do parecer sobre o processo de Tombamento do Cine Marajoara. Aprovação do Tombamento do Cine Marajoara. Discussão sobre o projeto de restauração da antiga Cúria Diocesana.
ATA nº 17	10/12/1997	FCL	Posse da nova diretoria do COMPAC, conforme portaria nº 9461 de 09/12/1997. Análise do projeto de restauração do antigo prédio da GAPLAN.

Quadro 3 – ATAS das Reuniões do COMPAC – (continua)

DOCUMENTO	DATA	LOCAL	ATIVIDADES
ATA nº 18	04/03/1998	FCL	Votação dos projetos a serem submetidos à lei de apoio a cultura. Análise do projeto de restauração da Igreja Presbiteriana. Votação do projeto de restauração da antiga Cúria Diocesana.
ATA nº 19	11/03/1998	FCL	Leitura do parecer sobre o projeto de conservação e restauração da Igreja Presbiteriana. Discussão sobre a naturalidade de Anita Garibaldi. Aprovação do parecer e do projeto de restauração da Igreja Presbiteriana.
ATA nº 20	01/04/1998	FCL	Relato da reunião ocorrida em 31/03/1998 na FCC – sobre a restauração da Catedral. Revisão do processo de imóveis tombados pelo Estado. Apresentação do projeto do Memorial Nereu Ramos.
ATA nº 21	06/05/1998	FCL	Discussão sobre a ausência do projeto para a intervenção física do prédio da prefeitura. Discussão sobre a restauração da casa Frei Rogério. Proposta de um seminário sobre patrimônio para conscientizar a população. Envio do projeto da Igreja Presbiteriana para o Fundo Nacional de Apoio à Cultura.

Quadro 3 – ATAS das Reuniões do COMPAC – (continua)

DOCUMENTO	DATA	LOCAL	ATIVIDADES
ATA nº 22	01/07/ 1998	FCL	Relato da reunião com o pastor da Igreja Universal, proprietário do Cine Marajoara, representantes do COMPAC e imprensa local, em 07/05/1998. Análise do processo de tombamento do Cine Marajoara.
ATA nº 23	29/07/ 1998	FCL	Reunião Extraordinária: Leitura do ofício enviado à FCL pela APRORESC – Associação Pro Restauração da Catedral. Análise do projeto proposto pela APRORESC. Decisão de envio do projeto para a FCC, para que essa emita parecer técnico.
ATA nº 24	02/09/ 1998	FCL	Aprovação do Projeto de Restauração da antiga Cúria Diocesana. Relato da reunião com a gerente de patrimônio da FCC sobre o parecer nº 007/92 – projeto de restauração da Catedral de Lages. Discussão sobre a necessidade de o COMPAC selecionar e indicar os bens a serem preservados.

Quadro 3 – ATAS das Reuniões do COMPAC – (continua)

DOCUMENTO	DATA	LOCAL	ATIVIDADES
ATA nº 25	29/10/1998	FCL	Reunião Extraordinária convocada pelo prefeito do município para discutir a instalação do brilho de natal no prédio da Catedral.
ATA nº 26	04/11/1998	FCL	Relato da reunião com o prefeito e a APRORESC para a discussão da decoração natalina no prédio da Catedral.
ATA nº 27	02/12/1998	FCL	Relato sobre a restauração da Catedral. Discussão sobre a atuação do COMPAC no município.
ATA nº 28	12/01/1999	FCL	Reunião Extraordinária para apresentação e análise do relatório da FCC sobre a vistoria realizada no interior da catedral. Decisão do COMPAC pela paralização nas obras da Catedral.
ATA nº 29	03/03/1999	FCL	Eleição do vice-presidente do COMPAC. Relato da reunião que tratou das obras de restauração interna da Catedral, com o promotor de justiça e curador do meio ambiente.

Quadro 3 – ATAS das Reuniões do COMPAC – (continua)

DOCUMENTO	DATA	LOCAL	ATIVIDADES
ATA nº 30	10/03/ 1999	FCL	Reunião Extraordinária para tratar do processo de restauração da Catedral e definir que todas as ações sejam avaliadas, a partir de então, por uma comissão interinstitucional composta por membros da FCC, FCL, IPHAN, COMPAC, APRORESC. Definição da fiscalização semanal nas obras da Catedral e da casa Frei Rogério. Elaboração de um ofício para comunicar o Bispo sobre a decisão.
ATA nº 31	05/04/ 1999	FCL	Reunião Extraordinária para a apresentação e deliberação sobre o parecer da FCC a respeito das obras na Catedral (Leitura do relatório técnico nº 001/99 e do parecer técnico nº 003/99).
ATA nº 32	07/04/ 1999	FCL	Discussão sobre o embargo nas obras da Catedral. Leitura dos ofícios encaminhados ao IPHAN, APRORESC e FCC. Decisão pela publicação do parecer expedido pela FCC.

Quadro 3– ATAS das Reuniões do COMPAC – (continua)

DOCUMENTO	DATA	LOCAL	ATIVIDADES
ATA nº 33	30/05/1999	FCL	Reunião da equipe interinstitucional sobre os encaminhamentos a serem dados as obras de restauração da Catedral.
ATA nº 34	09/08/1999	FCL	Discussão sobre o processo de restauração da Catedral. Discussão sobre a suspensão do embargo extrajudicial. Discussão sobre o processo de tombamento do Cine Marajoara.
ATA nº 35	24/08/1999	FCL	Reunião Extraordinária para a apresentação do projeto de adequação do Teatro Marajoara.
ATA nº 36	21/09/1999	FCL	Apresentação do relatório das obras da restauração da Catedral. Projeto para a instalação da decoração natalina no prédio da Catedral. Discussão sobre o início das obras de adequação do Teatro Marajoara. Discussão sobre a depredação do patrimônio na Coxilha Rica.
ATA nº 37	16/11/1999	Sala do conselho da Prefeitura	Reunião Extraordinária para tratar da mudança da Escola Vidal Ramos e do projeto para a restauração do prédio dessa mesma escola (antigo prédio do Grupo Escolar).

Quadro 4 – ATAS das Reuniões do COMPAC – (continua)

DOCUMENTO	DATA	LOCAL	ATIVIDADES
ATA nº 38	08/12/1999	FCL	Reunião Extraordinária para tratar do reinício das obras de restauração da Catedral. Término do mandato do atual conselho.
ATA nº 39	13/06/2000	FCL	Reunião de posse do novo conselho.
ATA nº 40	14/09/2000	FCL	Reunião Extraordinária para tratar do desmoraamento da edificação do sobrado que pertenceu ao coronel Belisário Ramos. Análise e condução do COMPAC sobre a situação do imóvel e definição das prioridades a serem tomadas sobre os patrimônios tombados no município.
ATA nº 41	20/09/2000	FCL	Apresentação da relação e da situação dos bens tombados e em processo de tombamento aos novos conselheiros. Relato da reunião com o IAB – Instituto de Arquitetos do Brasil. Proposta de elaboração de um seminário com debates sobre leis de tombamento.

Quadro 3 – ATAS das Reuniões do COMPAC – (continua)

DOCUMENTO	DATA	LOCAL	ATIVIDADES
ATA nº 42	09/05/ 2002	Sala de reuniões do gabinete do prefeito	Posse dos novos membros do COMPAC, conforme Decreto nº 6660 de 08/04/2002. Leitura da documentação que legitima o COMPAC (Lei Complementar nº 022 de 21/09/1995 e Regimento Interno do COMPAC). Apresentação da relação dos bens tombados no município. Análise da situação de restauro da Catedral. Análise da situação do sobrado que pertenceu ao coronel Belisário Ramos.
ATA nº 43	10/06/ 2002	FCL	Relato das pesquisas sobre a situação do Carvalho (árvore centenária localizada no centro da cidade e tombada pela Lei Orgânica). Solicitação de análise da Lei do Tombamento. Proposição para parcerias com instituições locais interessadas na preservação do patrimônio. Proposta da elaboração de um simpósio sobre patrimônio.

Quadro 3 – ATAS das Reuniões do COMPAC – (conclusão)

DOCUMENTO	DATA	LOCAL	ATIVIDADES
ATA nº 44	06/11/ 2002	Sala de reuniões do gabinete do prefeito	Decisão de envio à FCC relatando a situação e solicitando providências acerca de um imóvel tombado pelo Estado. Relato sobre a situação do Carvalho e providências para a retirada do mesmo. Discussão sobre a reforma do prédio da Biblioteca Pública. Discussão sobre a reforma do telhado da Igreja Presbiteriana. Discussão sobre a reinauguração da Catedral em 07/12/2002. Apresentação do projeto de reforma do prédio da prefeitura.
ATA nº 45	14/05/ 2003	FCL	Discussão acerca da abertura de um terreno na praça da Cacimba. Apresentação do projeto de tombamento de uma residência na Coxilha Rica. Discussão sobre a isenção de impostos para proprietários de imóveis tombados.

Fonte: Livro de ATAS do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural – COMPAC. Dados sistematizados pela autora. (conclusão).

As informações organizadas no quadro mostram que o COMPAC, no período entre os anos de 1995 e 2003, não teve uma atuação regular e efetiva no que se refere à proteção dos bens culturais. No primeiro período de atuação do COMPAC foram realizados três processos de tombamento em Lages. O primeiro processo (nº 001/96) foi o Parque Jonas Ramos – Tanque. O segundo processo de tombamento (nº 002/96), concluído em 19/02/1997, colocou o sobrado que pertenceu ao coronel Belisário Ramos no rol do patrimônio preservado pelo Estado. O terceiro imóvel tombado pelo COMPAC foi o Cine Teatro Marajoara, o processo de tombamento deste imóvel percorreu um caminho semelhante ao que percorre, no tempo presente, o reconhecimento do antigo prédio da escola normal, apesar deste edifício não estar em processo de tombamento, questão essa que causa questionamentos, os quais serão tratados em outro momento desta pesquisa.

No processo de tombamento do Cine Teatro Marajoara, o conflito entre os diferentes grupos de interesse também se deslocou para o Legislativo, onde um dos vereadores apresentou um projeto de lei propondo a alteração da lei de tombamento municipal, passando, desta forma, a responsabilidade de decidir sobre o tombamento de imóveis para o Poder Legislativo.

Essa ação deixou “óbvia a tentativa de mudar o espaço político de luta, bem como retirar a autonomia do Conselho” (PEIXER, 2002, p. 249). No embate pelo reconhecimento do prédio da escola normal como patrimônio cultural, a alteração do do espaço de luta, assim como no caso do Cine Teatro Marajoara na década de 1990, também se deslocou para o Legislativo. Entretanto, diferentemente do caso do Marajoara, onde o Legislativo foi favorável à proteção do imóvel, no do prédio da antiga escola o Legislativo, como já apresentado no texto, foi favorável à exclusão deste imóvel do rol de bens protegidos pela Lei Orgânica. A exclusão desse imóvel da lista de bens protegidos, por meio da medida de supressão do 4º

parágrafo do Artigo 200 da Lei Orgânica Municipal, deixou vulnerável o prédio da escola normal, deixando-o passível para a demolição.

O projeto recomendado pelo vereador, diferente do que ocorreu com o projeto de supressão do prédio da escola normal, não passou pelo Legislativo por ser considerado inconstitucional. Além disso, o edifício do Cine Teatro Marajoara (Figura 26) foi inserido na lista dos patrimônios protegidos pelo Município de Lages, não podendo, a partir de então, ser mais restaurado, modificado ou destruído sem a autorização da FCL e do COMPAC.

Figura 26 - Cine Teatro Marajoara



Fonte: *site* da Fundação Cultural de Lages¹⁴⁰

¹⁴⁰ Disponível em: <http://cultura.lages.sc.gov.br/bens_tombados>. Acesso em: 12 ago. 2016.

O caso do Cine Teatro Marajoara foi uma espécie de estopim para o início das contestações sobre a Lei do Tombamento Municipal e as ações do COMPAC. Os jornais locais foram utilizados como suporte pelos grupos contrários à preservação do patrimônio para deflagrar um trabalho de opinião pública que tinha como objetivo expor a necessidade de revisão dos critérios do COMPAC para a aplicação da Lei do Tombamento. “A preocupação com a preservação das antigas edificações de Lages veio tarde demais, pois poucas são as casas e sobrados realmente antigos que continuam de pé” (CORREIO LAGEANO, 07/11/1998). A matéria trazia, ainda, a lista de diversas edificações/casas pertencentes a famílias da elite local que já haviam sido demolidas “sem que ninguém protestasse” e que hoje o “Conselho do Patrimônio Histórico tenta conter o avanço das construtoras do centro da cidade, mas, se questiona os critérios que vêm utilizando na escolha dos bens a serem tombados” (CORREIO LAGEANO, 07/11/1998).

A leitura das atas das reuniões do COMPAC permite entrever que os questionamentos sobre os critérios utilizados na seleção dos bens não era algo resolvido entre os conselheiros. Na reunião realizada em 19/02/1997, por exemplo, foi “solicitado aos conselheiros sugestões de bens a serem preservados. Sugeriu-se que os conselheiros fizessem uma visita orientada na cidade, para definir estes bens” (ATA nº 9, p.17). Uma situação semelhante ocorreu na reunião em setembro de 1998 onde um

[...] conselheiro [...] pede a palavra para falar de um sentimento de insatisfação em relação ao conselho [...] precisamos tomar providências, corremos o risco de sermos traídos pelo tempo e estamos marcando passo. [concordando com as colocações outro conselheiro sugere] voltar à sugestão de andar pelas ruas da cidade para ver os pontos interessantes do ponto de vista da

preservação. [...] lembra que precisamos dividir a responsabilidade e garantir os imóveis que estão em processo de tombamento pelo Estado (ATA nº 24, 09/09/1998, p. 37).

O §4º do artigo 200 da Lei Orgânica Municipal de Lages lista os bens protegidos por esta lei (Quadro 4), no qual já consta a supressão do prédio da escola normal.

Quadro 4 – Relação de bens culturais protegidos pela Lei Orgânica Municipal (continua)

BEM PROTEGIDO	LOCALIZAÇÃO
Catedral Diocesana*	Rua Benjamin Constant
Mercado Público Municipal	Rua Manoel da Silva Ramos
Colégio Vidal Ramos*	Rua Vidal Ramos Júnior
Colégio Aristiliano Ramos (Escola normal) Suprimido pela Emenda à Lei Orgânica nº 45/2014	Praça João costa
Prédio do antigo Fórum Nereu Ramos*	Rua Benjamin Constant
Prédio da Prefeitura Municipal*	Praça João Ribeiro
Igreja São José*	Rua Lauro Muller
Cacimba	Rua Carlos Jofre do Amaral
Prédio da antiga Fazenda Experimental de Lages	Rua João José Godinho, s/n

Quadro 4 – Relação de bens culturais protegidos pela Lei Orgânica Municipal (conclusão)

BEM PROTEGIDO	LOCALIZAÇÃO
Antiga Cúria Diocesana	Praça João Ribeiro
Igreja Presbiteriana*	Rua Coronel Fausto de Souza

Fonte: Lei Orgânica do Município de Lages¹⁴¹. Os bens destacados encontram-se, também, na lista dos bens tombados pelo Estado.

A preservação, bem como a deliberação sobre qualquer ação aos bens culturais em Lages é de responsabilidade do COMPAC. Reativado em 2012, por questões políticas e, especificamente, para produzir um parecer sobre a situação do antigo prédio da escola normal¹⁴², o COMPAC tem se reunido para discutir e atuar, quando possível, sobre outros processos de patrimônio no Município como, por exemplo, os três casos destacados, entre julho e agosto de 2016, pelo jornal local **Correio Lageano**.

O primeiro caso é referente ao Casarão que pertenceu ao coronel Juca Antunes. Localizado no cruzamento entre as ruas Coronel Córdova e Benjamin Constant (Figura 27), esse imóvel, construído pelo fazendeiro e influente líder político da região por volta de 1870, em estilo colonial português, é tombado pela FCC e configura “o único exemplar de

¹⁴¹ Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/lei-organica-lages-sc>>. Acesso em 12 ago. 2016.

¹⁴² Informações sobre a reativação do COMPAC estão disponíveis em: <<http://www.clmais.com.br/variedades/44054/conselho-de-cultura-%C3%A9-reativado-em-lages>>; <<http://portal.revistavisao.com.br/post/13851/conselho-municipal-de-patrimonio-cultural-sera-reativado/>>. Acesso em 06 set. 2016.

arquitetura lusitana ainda de pé em Lages” (CORREIO LAGEANO, 23/01/2013).

Figura 27 – Casarão do Coronel Juca Antunes



Fonte: Portal da Revista Visão¹⁴³.

O imóvel foi adquirido pela família Vieira, esta intentava demoli-lo e construir no seu lugar um prédio de apartamentos residenciais, o que não ocorreu, pois, o imóvel fora tombado pela FCC. Em entrevista ao jornal **Correio Lageano**, a proprietária do imóvel afirma que, na época do tombamento, foi emitido um parecer para a FCC alertando para a precariedade do prédio, “aquilo foi tombado em estado já de

¹⁴³ Disponível em: <<http://portal.revistavisao.com.br/post/24226/defesa-civil-interdita-parte-da-calcada-em-volta-de-casarao-historico/>>. Acesso em 06 set. 2016.

demolição” (VIEIRA, 2013)¹⁴⁴. Segundo a mesma, o alerta foi ignorado pela FCC, que manteve o tombamento.

Em 2011, a empresa Triunfo Rio Canoas, com o propósito de construir a hidrelétrica São Roque, acordou com o Ministério Público um Termo de Ajuste de Conduta¹⁴⁵ no qual se responsabilizaria pela restauração do imóvel, seguindo os critérios técnicos de restauro e conservação a serem determinados pela FCC. Neste termo ficou definido, ainda, que o poder público, representado pelo Estado, se responsabilizaria em ressarcir “os custos de indenização em desapropriação do Casarão Juca Antunes”, o que não foi efetivado até a presente data.

Devido à falta de restauração e manutenção físico-estrutural, o imóvel apresenta riscos de desabamento e encontra-se interditado desde 2012. A atuação do COMPAC, nesse caso, é o de elaborar relatórios técnicos, que identifiquem os problemas que ameaçam e podem provocar o desabamento do casarão, e encaminhá-los à FCC. Além disso, deve orientar a proprietária para a substituição do escoramento de madeira que impede que o telhado desabe, entre outras ações, uma vez que o COMPAC não tem jurisdição sob esse patrimônio para poder intervir diretamente.

A preocupação do Conselho é de que se permanecer como está, [...] a edificação desabe de vez e depois não se tenha mais nada a se preservar. Por uma questão de jurisdição, nesse momento foi esse o caminho tomado, mas se

¹⁴⁴ Disponível em: <<http://www.clmais.com.br/informacao/59888/fechado-h%C3%A1-mais-de-oito-meses-e-sem-previs%C3%A3o-para-restaura%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: 06 set. 2016.

¹⁴⁵ A lei estabelece que qualquer empreendimento impactante, como a construção de uma hidrelétrica, precisa investir 5% do valor do negócio em compensações sociais.

não houver uma resposta rápida, será então seguida a via judicial. (OLIVEIRA, 2016)¹⁴⁶.

A restauração desse imóvel foi solicitada pelos vereadores que aprovaram, no início de fevereiro de 2016, a moção legislativa nº 009/16. Entretanto, enquanto a restauração não ocorre, o casarão Juca Antunes, assim como o prédio da escola normal, tem seu futuro incerto e preso às decisões que envolvem os poderes públicos.

Outra edificação histórica que ganha visibilidade nas páginas dos jornais locais e que aguarda o apoio do governo estadual para voltar a funcionar é o Mercado Público Municipal (Figura 28).

Figura 28 – Mercado Público de Lages



Fonte: *Site* Edson Varela Sobre Lages e Serra de SC¹⁴⁷.

¹⁴⁶ Disponível em: <<http://www.olivetesalmoria.com.br/inicio/12220-conselho-pede-que-a-fundacao-catarinense-de-cultura-autorize-intervencao-na-casa-tombada.html>>. Acesso em 07 set. 2016.

¹⁴⁷ Disponível em: <<http://edsonvarela.com.br/index.php/2016/08/29/ha-40-meses-mercado-publico-era-interditado/>>. Acesso em 07 set. 2016.

Interditado em março de 2013 por causa de um parecer expedido pela Defesa Civil e ratificado pelo COMPAC e por apresentar riscos de desabamento, a edificação, construída no espaço onde, por mais de 90 anos, serviu como local de venda e revenda de mercadorias, foi objeto de um concurso promovido pela prefeitura do município em parceria com o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB). O projeto selecionado (Figura 29) prevê uma estrutura sustentável, que sugere o uso de iluminação natural e reutilização de água da chuva. A proposta prevê, também, que a estrutura ofereça maior possibilidade de serviços, como bares e locais para apresentações culturais. No projeto, pretende-se manter parte da estrutura já existente, preservando, desse modo, as características originais do prédio, que foi construído em 1924. Entretanto, para a execução do projeto, a Prefeitura busca recursos e, entre esses, o do Governo do Estado. “Em visita ao gabinete [...], para apresentar o projeto de revitalização do centro, [...] encontrou o projeto do Mercado Público pronto para ser analisado. [...] o governador destacou a qualidade do projeto e mostrou interesse em ajudar na obra” (CORREIO LAGEANO, 28/08/2016).

Figura 29 – Revitalização do Mercado Público de Lages



Fonte: *Site* do portal e revista eletrônica de concursos de arquitetura e urbanismo¹⁴⁸.

A situação de outra edificação, considerada histórica em Lages, tem gerado polêmica e mobilizações, ocupado as páginas dos jornais locais e exigido a atuação do COMPAC. No final de agosto, os proprietários do edifício Doutor Accácio, a fim de consertar desgastes estruturais que estariam colocando a segurança da edificação em risco, iniciaram uma obra de reforma. A obra gerou protestos entre a população e, sobretudo, entre instituições como o SEBRAE, a CDL e o IAB. Esta última declarou, em sua página do *Facebook*, que se pode “chamar de uma violência contra a cultura e patrimônio o que está acontecendo com o Ed. Dr. Acaccio [...], no centro de Lages. A descaracterização da fachada, com o intuito único de

¹⁴⁸ Disponível em: <<https://concursosdeprojeto.org/2014/10/18/premiados-concurso-nacional-de-arquitetura-mercado-publico-de-lages-sc/>>. Acesso em 07 set. 2016.

evitar o tombamento dessas edificações”¹⁴⁹. No dia 19 de agosto, as instituições mencionadas, juntamente com alunos das universidades locais e outros interessados, realizaram um protesto contra as obras iniciadas no edifício.

Os proprietários do edifício Doutor Accácio, em nota fornecida ao jornal **Correio Lageano**, afirmam estarem surpresos com a situação, pois o imóvel foi por eles construído “há muitos anos e, como proprietários, no exercício pleno da nossa propriedade e na busca de, dentro de nossas possibilidades, melhorarmos sempre nosso patrimônio, [...] como proprietários do imóvel [...] resolvemos agora solucionar alguns problemas e promover algumas melhorias, [...] principalmente no que diz respeito à segurança” (CORREIO LAGEANO, 24/08/2016).

A polêmica em torno do edifício ocorre pelo fato de o mesmo ser um patrimônio privado e os proprietários não terem solicitado à Secretaria de Planejamento as licenças para a execução da obra. Tal obra, sem as devidas autorizações, pode descaracterizar a tipologia arquitetônica. As instituições interessadas realizaram uma denúncia formal ao Ministério Público, o que resultou no embargo da obra através da emissão de uma Ação Pública que restringe a descaracterização do prédio, pois na tutela provisória de urgência cautelar para impedir a continuidade da reforma da estrutura, a obra só poderá continuar com a autorização e a fiscalização do município. A fiscalização será conduzida pelo COMPAC, que também iniciará as discussões sobre a possibilidade de tombamento dessa edificação, uma vez que a mesma não é tombada pelo Estado e, por isso, não está protegida pela Lei Orgânica Municipal.

O edifício Doutor Accácio (Figura 30), localizado no centro, à esquerda na figura e, concidentemente, em frente ao

¹⁴⁹ Disponível em:

<<https://www.facebook.com/IabscInstitutoDeArquitetosDoBrasilNucleoLages/>>. Acesso em: 07 set. 2016.

prédio da escola normal, foi o primeiro prédio com apartamentos construído na cidade. A sua construção é da década de 1940 e o seu designer arquitetônico seguiu a tipologia do *Art Déco*, que foi o estilo de construção predominante nas décadas de 1930 a 1960. O *Art Déco* é uma tipologia arquitetônica representativa do processo de modernização lento, conduzido sem grandes rupturas, com e pela elite política tradicional, ancorada na fazenda, mas que projeta na cidade sua perspectiva de modernização (PEIXER, 2002). Segundo a presidente da CDL, “a sua estrutura faz parte da história da cidade e o projeto de revitalização do centro defende a manutenção desses prédios. Temos imóveis especiais, que são de extrema importância e fazem parte da nossa história” (CORREIO LAGEANO, edição *on-line*, 23/08/2016). É relevante destacar que a mesma presidente da CDL defender a manutenção deste prédio, no entanto, foi contrária à preservação do prédio da escola normal, pois entende que a edificação impede a melhoria do aspecto físico do centro da cidade¹⁵⁰.

¹⁵⁰ O posicionamento da presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Lages (CDL) foi apresentado no capítulo 2 desta pesquisa.

Figura 30 – Localização do edifício Dr. Accácio



Fonte: Site Edson Varela Sobre Lages e Serra de SC¹⁵¹.

É relevante, também, destacar que a presidente da CDL participou, junto com outros interessados no projeto de revitalização do centro de Lages e o prefeito do município – Tony Duarte –, em novembro de 2015, de uma missão empresarial internacional promovida pelo SEBRAE e pela CDL. O destino do grupo foi a cidade de Miami, nos Estados Unidos. O objetivo da missão era conhecer uma região de Miami que apresenta características arquitetônicas próximas as da parte central de Lages, com prédios em estilo *Art Déco*. Segundo o coordenador do SEBRAE de Lages, para além de conhecer a região, o objetivo da viagem era o de oportunizar aos empresários lageanos a troca de “experiências com o poder público e empresários locais”, para que os mesmos pudessem se apropriar das formas como os norte-americanos “conciliam a preservação dos prédios com valor

¹⁵¹ Disponível em: <<http://edsonvarela.com.br/index.php/2016/08/25/sobre-polemica-nos-predios-historicos-do-centro-de-lages/>>. Acesso em: 07 set. 2016.

histórico/cultural e o faturamento das empresas com esse mote turístico” (AGOSTINI, 2015)¹⁵².

A experiência vivenciada pelos participantes da missão em Miami lhes propiciou, como pode ser percebido no posicionamento da presidente da CDL, uma espécie de empoderamento para inferir sobre a importância dos bens culturais em Lages e, em consequência, apontar o que é ou não passível de ser preservado. O movimento sobre o edifício Doutor Accácio tira-o da condição de imóvel privado para colocá-lo na condição de imóvel passível em tornar-se um bem tombado. A condução, nesse processo, indica possíveis caminhos para compreender os descompassos no reconhecimento e na legitimação do patrimônio em Lages. Trata-se de um descompasso marcado pela ausência de pessoas que qualifiquem e identifiquem a potencialidade de um dado imóvel para constituí-lo ou não em um bem passível de patrimonialização.

A cidade de Lages apresenta um significativo patrimônio cultural edificado, representado, principalmente, pelos imóveis construídos no estilo *Art Déco*. Todavia, além dos prédios nesse estilo, a cidade possui outros exemplares do ecletismo historicista, ou seja, prédios com outras tendências arquitetônicas, mas, nem por isso deixam de ter sua importância na definição do tecido urbano. Um desses prédios é o da escola normal que, desde 2013, aguarda, judicialmente, a decisão pelo seu destino: preservar ou demolir.

Enquanto as decisões sobre o destino do prédio não convergem para um ponto comum, esta pesquisa segue para a construção do próximo capítulo no intento de identificar, entre os vestígios deixados por esta escola no seu processo de instalação na década de 1930, indícios para a compreensão dos

¹⁵² Disponível em: < <http://www.lages.sc.gov.br/noticia/6533/toni-e-grupo-de-empresarios-irao-a-miami/> >. Acesso em: 07 set. 2016.

aspectos que a aprisionam em duas experiências temporais distintas.

5. ENTRE O HORIZONTE DE EXPECTATIVAS E O ESPAÇO DE EXPERIÊNCIA: LENTES QUE SE DESLOCAM AO PASSADO DA ESCOLA NORMAL EM LAGES

Então ele [Aristiliano Ramos] criou a Escola Normal que muito nos beneficiou, porque não sei se então nós teríamos estudado mais alguma coisa. Eu tinha na cabeça, eu tinha comigo, que iria estudar em Porto Alegre que naquele tempo era moda, mesmo que para isso tivesse que brigar com meu pai. Nós já vínhamos discutindo isso e, meu pai disse que não ia deixar. Mas os pais não deixavam mesmo, ir de jeito nenhum. Aí criaram a Escola Normal e nós estudamos aqui e pronto. (ISOLINA GAMBORGI, 2000).

A memória produzida por Isolina Gamborgi, registrada pela pesquisadora Flávia Maria Pinto¹⁵³, evoca recordações, esperanças e indícios de um tempo que a leva à Escola Normal. O testemunho da normalista, produzido com o propósito de contar sobre a sua experiência na Escola Normal, rememora e mobiliza recordações de um período da sua infância, uma infância contada agora pelo olhar do adulto. Um adulto que ao longo da sua vivência agregou uma diversidade de novas

¹⁵³ Em 2000 a pesquisadora Flávia Maria Machado Pinto entrevistou a senhora Isolina Gamborgi, aluna da Escola Normal. A entrevista se deu em função da pesquisa para a escrita da dissertação de mestrado intitulada **Escola Pública em Lages na década de 1930: Espaço de disputa política**, defendida em 2001 junto ao Programa de Pós-graduação em Educação da UFSC. A entrevista de Isolina Gamborgi e de outros alunos da Escola Normal de Lages, como Danilo Thiago de Castro e Susana Scóz, além de documentos/fontes como fotografias e cadernos escolares foram disponibilizados por Flávia Maria Machado Pinto.

experiências e estas, possivelmente, produziram novos sentidos ao objeto rememorado.

Para o sociólogo francês Maurice Halbwachs, “se o que vemos hoje toma lugar no quadro de referências de nossas lembranças antigas, inversamente essas lembranças se adaptam ao conjunto de nossas percepções presentes” (HALBWACHS, 2006, p. 29). Esta ponderação aponta para a produção de testemunhos não neutros. São testemunhos que integram o presente ao passado, tanto na perspectiva de que se inventa um passado adequado ao presente, quanto ao contrário (NUNES, 2003).

No relato de Isolina, as percepções acerca da emergência da Escola Normal são construídas no presente por uma depoente/aluna que rememora sua infância, evocando nesta lembrança a criança que um dia fora, uma criança, conforme a tensão de seu relato, se mostra determinada a avançar no processo de escolarização¹⁵⁴.

Na pesquisa histórica, a memória tem sido considerada como objeto e como fonte de pesquisa que possibilita a construção de referenciais sobre o passado e o presente de diferentes indivíduos e grupos sociais, ancorados nas tradições e intimamente associados às mudanças culturais. Entretanto, como lembra Clarice Nunes no texto “Memória e História da Educação: entre práticas e representações”, ao submeter a memória à história surgem problemas com relação a como considerar a memória para a construção de uma interpretação histórica. Para a autora, “o mais curioso deles é a sutil desconfiança que se faz acompanhar pela desvalorização epistemológica da memória” (NUNES, 2003, p.10), pois o pesquisador “coloca os narradores sob suspeição, apesar do investimento que realiza para registrar sua experiência e sua

¹⁵⁴ Nascida em 24/02/1921, por ocasião da entrevista concedida a Flávia Maria Machado Pinto, Isolina Gamborgi contava com 79 anos de idade.

voz, até então ausentes dos documentos escritos” (Ibidem, p.11).

Mesmo sem haver uma resposta definitiva a essas problemáticas, pesquisadores têm buscado alternativas para a mobilização da memória na pesquisa histórica. Ao tomar autores que movimentam a memória em suas investigações é possível considerar duas frentes de trabalho. A primeira busca compreender o processo pelo qual a memória é construída. Assim, a memória e seus diferentes suportes, ou seja, as formas de registro da memória – entrevistas, diários, autobiografias, textos memorialísticos – tornam-se objetos para a pesquisa histórica, nestes o interesse está mais voltado para a análise “de como os fatos sociais se tornam coisas, como e porque eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade” (POLLACK, 1989, p. 4), do que para a problematização das tensões entre o presente que evoca e o passado que é evocado. Nesta frente, inscrevem-se os estudos de Pierre Nora (1993, op.cit), Jean-Pierre Rioux (1998)¹⁵⁵ e Jacques Revel (2010)¹⁵⁶, entre outros historiadores que têm se ocupado do processo de construção da memória.

No campo da História, a concepção da memória, como fonte para a compreensão de que as percepções sobre o passado e seus significados são lugares fecundos para a captura das ações humanas, tem movimentado uma segunda frente ou uma segunda alternativa de uso da memória. Esta variação, que deliberadamente é a opção pela qual os excertos de memória, extraídos das entrevistas com alunos da Escola Normal em Lages, realizadas pela pesquisadora Flávia Maria Machado

¹⁵⁵ RIOUX, Jean-Pierre. A memória coletiva. In: _____; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998, p. 307 – 334.

¹⁵⁶ REVEL, J. O fardo da memória. In: _____. **História e Historiografia: exercícios críticos**. Curitiba: Editora da UFPR, 2010, p. 249 – 264.

Pinto em 2000¹⁵⁷, são operacionalizados nesta pesquisa, compreende que a memória e seus suportes são documentos/fontes que possibilitam o acesso às experiências rememoradas. No entanto, o investimento na operação da memória, à luz da operação historiográfica proposta por Michel de Certeau (2000), compreende que a memória como documento/fonte para a História e em extensão para História da Educação é produzida pela ação humana e, como produto da ação do homem, essa fonte precisa ser problematizada, confrontada com outros documentos contemporâneos à experiência que relata.

O entrecruzamento da memória não apenas para compará-la, mas para colocá-la em diálogo com outros documentos/fontes, permite ao pesquisador, atento aos vestígios que se materializam nos registros de memória, reencontrar o lugar que as evidências mediadas pela memória no presente ocuparam no passado. No ensaio “Memória”¹⁵⁸, o historiador polonês Krzysztof Pomian afirma que “toda a memória é, em primeiro lugar, uma faculdade de conservar os vestígios do que pertence, já em si, a uma época passada” (POMIAN, 2000, p. 507). Para este historiador, a memória é ainda o único aspecto que permite a um “ser vivo remontar no tempo, relacionar-se, sempre se mantendo no presente com o passado [pois] entre o presente e o passado interpõem-se sinais e vestígios mediante os quais – e só deste modo – se pode compreender o passado” (Ibidem, p. 508). Assim, são esses vestígios, esses sinais materializados nos suportes de

¹⁵⁷ Como já citado neste texto, em 2000 a pesquisadora Flávia Maria Machado Pinto realizou entrevistas com ex-alunos da primeira turma da Escola Normal de Lages. As entrevistas foram transcritas para o suporte papel e compõem o acervo da pesquisadora que o disponibilizou para a construção desta pesquisa.

¹⁵⁸ POMIAN, Krzysztof. Memória: Atlas, Coleção, Documento/monumento, Fóssil, Memória, Ruína/restauro. In: GIL, Fernando (Coord.). **Sistemática**. [Porto]: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 2000. p.507-516. (Enciclopédia Einaudi, v. 42).

memórias, como as entrevistas concedidas pelos alunos da Escola Normal de Lages, que contém os indícios, os quais, quando colocados em relação, confrontados com outros documentos/fontes produzidos no mesmo período do qual fala a memória, permitem ao historiador, à luz do *modus operandi* proposto por Carlo Ginzburg (1989) no texto “Sinais: raízes de um paradigma indiciário”, decifrar os sentidos e construir os fatos históricos que se deseja compreender e interpretar.

Foi neste entrecruzamento da memória com outras fontes que, por exemplo, o historiador britânico Edward Palmer Thompson desenvolveu, na década de 1960, a sua obra **A formação da classe operária inglesa**¹⁵⁹. Ao longo das três partes que compõem a obra, Thompson analisa as experiências

¹⁵⁹ Na obra **The Making of The English Working Class**, traduzido no Brasil sob o título **A formação da classe operária inglesa**, lançada em 1963, o historiador britânico Edward Palmer Thompson analisa o processo de formação dessa classe, no período de 1780 a 1832. A obra é organizada em três volumes, no primeiro, intitulado “A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade”, o autor busca recuperar e compreender o sentido das tradições populares vigentes no século XVIII, que, longe de parecerem experiências desconectadas, guardam relações determinantes para a organização das agitações jacobinas dos anos de 1790. No Volume II, sob o título “A formação da classe operária: A maldição de Adão”, Thompson apresenta, com detalhes, a experiência da mudança de vida de alguns grupos de trabalhadores a partir da presença ameaçadora da fábrica em plena Revolução Industrial e destaca a expressão cultural e política da consciência de classe operária, advinda dessas experiências. No terceiro volume, “A formação da classe operária inglesa: a força dos trabalhadores”, o autor, a partir da análise das fontes, apresenta a força dos trabalhadores, os quais, mediante a imposição do silêncio, da censura e a repressão das classes dominantes, tecem na clandestinidade suas experiências, produzindo a história do radicalismo plebeu até o momento heróico de manifestação de uma tentativa de revolução democrática. Cada um desses acontecimentos, amplamente separados no tempo e no espaço, parecendo “histórias” separadas, revela uma experiência unitária que mantém regularidades que se podem definir como o processo histórico. O trabalho com o conceito de experiência e a análise das fontes são as características mais marcantes dessa obra (CAVALCANTE, 2010).

construídas pelos grupos de trabalhadores durante a Revolução Industrial a partir dos vestígios de memória presentes nos diários escritos por líderes da classe operária, como “Thomas Hardy” (THOMPSON, 2010, p.15) e “John Wesley” (Ibidem, p. 35). A memória, na obra deste autor, é esquadrihada nas petições de alguns trabalhadores e nas Atas das reuniões da Sociedade Londrina de Correspondência. Os indícios de memória contidos nestes diferentes suportes, tensionados com outras fontes históricas produzidas no mesmo período, possibilitaram a retomada da escrita de uma história de sujeitos, seus ofícios, suas tradições, seus ideais e suas aspirações em tempos de forte perturbação social.

Na mesma abordagem, que mobiliza a memória como fonte, a historiadora norte-americana Natalie Zemon Davis (1997), historiciza as experiências de vida de três mulheres do século XVII¹⁶⁰. Ao cruzar os indícios presentes em cartas e em relatos autobiográficos com outras fontes produzidas na mesma época, sobretudo as de caráter religioso, a autora deu voz às experiências destas mulheres, movendo-as das “margens” da história para um espaço no qual as mesmas se configuram como protagonistas, como sujeitos de história.

Na história da educação, os vestígios da memória presentes em autobiografias, diários, cartas, entrevistas, entre outros suportes

[...] têm constituído documentos singulares e decisivos para a [...] [construção] de aspectos dos processos educativos de outras épocas históricas, com ricos testemunhos sobre os modos de educação familiar, escolar e ambiental de determinadas gerações ou certos grupos sociais, aspectos concretos de vivências do trabalho e cultura escolar (uso dos espaços e tempos escolares, percepção que os professores

¹⁶⁰ DAVIS, Natalie Zemon. **Nas Margens**. Três mulheres do século XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

têm de si mesmos como grupo profissional, processos de aquisição de leitura e escrita, seus usos e efeitos, a formação de comunidades de leitores). (NUNES, 2003, p. 12).

No texto *Memória e autobiografia: Formação de mulheres e formação de professoras*¹⁶¹, as autoras buscaram, nos registros das memórias individuais, vestígios das experiências de vida de mulheres professoras. A retomada de alguns aspectos vividos pelo grupo destas mulheres, quando tensionadas com outros documentos/fontes, possibilitou a localização de fragmentos de episódios significativos ao longo da história da vida escolar, os quais, por sua vez, enunciaram algumas novas possibilidades acerca das relações pedagógicas, dos processos de formação escolar e da formação docente.

A proposição de trabalhos como o de Thompson (2010), Souza (1996), Davis (1997) e Nunes (2003) sustentam o investimento na mobilização da memória como documento/fonte para a pesquisa histórica. Entretanto, cabe reforçar que, como todo documento/fonte, a memória é fabricada a partir de uma geração de lembranças, esta, por sua vez, precisa ser confrontada com outros documentos/fontes, pois é neste confronto que se confirma o que vale para toda a fonte histórica e o que não difere para a memória, esta é sempre relativa, é uma fresta para entrever a realidade sempre complexa e que, por mais bem documentada que seja, será sempre inapreensível em sua totalidade.

Nos registros das memórias de alunos da primeira turma da Escola Normal de Lages, encontram-se vestígios de

¹⁶¹ SOUZA, Cynthia Pereira et al. Memória e autobiografia: formação de mulheres e formação de professoras. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, (2): 61-76, mai/jun/jul./ago. 1996. Disponível em <<http://educa.fcc.org.br/pdf/rbedu/n02/n02a06.pdf>>. Acesso em 25 abr.2015.

experiências vividas nesta instituição de ensino. Nestes excertos de memória encontram-se, ainda, as tentativas de interação que o presente faz com as experiências vividas no passado. São a partir desses vestígios, transformados em documentos/fontes, entrecruzados e tensionados com outros vestígios, que, neste capítulo, se recua no tempo em busca de indícios a fim de auxiliarem na construção de sentidos e significados para a emergência dessa escola no cenário urbano, sentidos estes, ameaçados a não reverberarem mais no tempo presente. Assim, os vestígios de memória dos normalistas Isolina Gamborgi, Danilo Thiago de Castro e Susana Scóz são frestas para entrever a relação do passado com o tempo presente.

Em meio às grandes e médias estruturas e conjunturas da história, na qual as instituições escolares e as cidades comumente estão inseridas, optar pela curta duração ou pelo “tempo da vida do indivíduo” (BRAUDEL, 1995, p.25) e concentrar a atenção nas experiências desses normalistas, não para deter-se em suas trajetórias, mas para analisá-las como possibilidades de apreender outros movimentos bem menos perceptíveis na agitação do tempo – ao qual Farge (1999, p. 93) define como “barulho por baixo da história” –, é uma condição para compreender as condições histórico-políticas que levaram a cidade de Lages a receber a segunda escola pública para formar professores no Estado de Santa Catarina. Compreender, por exemplo, as experiências de Isolina Gambori, filha de um pequeno proprietário de terras e comerciante de madeiras. Esta normalista não pertencia à elite econômica e política lageana, mas à classe média que ascendia, sobretudo, pelo comércio madeireiro na região. As experiências vivenciadas por esta aluna e presentes nos seus registros de memória mobilizam informações que vão desde o seu desejo de avançar nos níveis de escolarização, passando pelo seu ingresso, e vão até a conclusão do curso normal. As experiências rememoradas configuram, neste capítulo, uma fonte que possibilita traçar um

percurso investigativo para compreender as relações estabelecidas entre esta instituição de ensino e a sociedade local, bem como as motivações políticas que levaram à implantação desta escola na região da Serra catarinense.

A cidade de Lages, local onde se desenrola esta investigação histórica, foi fundada em 1766 pelo bandeirante paulista Antônio Correia Pinto de Macedo. A vila de Lages teve como função primeira servir como ponto de defesa do território, frente a possível expansão espanhola. Situada entre a Província do Rio Grande do Sul e a Província de São Paulo, aos poucos a vila foi se tornando um ponto de apoio e de ligação para o comércio de gado, que se estabelecia entre estas duas províncias. Ao longo do tempo, as atividades ligadas à agropecuária foram ganhando proporções e impulsionando a atividade econômica da região, mantendo-se como principal fonte financeira da região até meados da década de 40 do século XX (COSTA, 1982).

No entanto, as atividades agropecuárias não colocavam a cidade de Lages no *ranking* dos centros urbanos com desenvolvimento econômico projetáveis no cenário estadual¹⁶². Esta situação somente será alterada em meados da década de 1940, quando se amplia, na região da Serra catarinense, as atividades ligadas à extração da madeira. A intensificação dessa atividade colocou Lages como um dos municípios economicamente mais importantes do Estado. Neste período, a cidade ficou conhecida sob o **epíteto** “Princesa da Serra”.

No fim da década de 1940, a indústria madeireira tomou grande impulso em todo o município com a inauguração de serrarias movidas a vapor fornecendo madeira para o Rio Grande do Sul e diversas cidades catarinenses. A partir de meados dessa década, a indústria

¹⁶² Neste período, as cidades com maior participação econômica no Estado eram as cidades de Joinville, Blumenau, entre outras, localizadas no Oeste e Extremo Oeste catarinense.

madeira passou a ter maior significação econômica do que a pecuária. [...]. A abertura da BR2, atual BR 116, ligando a região a Porto Alegre, Curitiba, São Paulo e Rio de Janeiro, foi o fator decisivo para a expansão do mercado madeireiro de Lages [...]. A exportação para países da Europa (Inglaterra, Alemanha e Espanha), ganhou impulso. (COSTA, 1982, p. 913).

Segundo Derengoski (2011), na década de 1950 Santa Catarina concorria com 64% da madeira exportada pelo Brasil e a maior parte cabia à cidade de Lages, que deteve, por anos, o primeiro lugar no país como produtora de madeira, sobretudo de madeira extraída da araucária (pinheiro nativo da região do planalto serrano). A partir da década de 1970 o setor madeireiro entrou em declínio e a situação econômica da região ajustou-se a outras variações econômicas (comércio e indústria papeleira). Atualmente, uma das perspectivas econômicas para a região da Serra catarinense é o investimento no setor de turismo. Investir neste setor significa desenvolver estratégias necessárias para a identificação, a visibilidade e a valorização das potencialidades ambientais, históricas e culturais da cidade e da região.

As informações sobre a trajetória econômica da cidade de Lages, nas primeiras décadas do século XX, embora mostradas aqui de forma singular, abrem uma frente para problematizar a emergência da Escola Normal, uma vez que, no período da criação desta instituição, o município não oferecia para o Estado catarinense uma condição econômica que justificasse o investimento financeiro na construção deste estabelecimento de ensino. Frente a este cenário, pergunta-se: **Porque a cidade de Lages foi a opção do governo para a implantação da segunda escola pública para a formação de professores primários?** Responder a esta questão significa, para além de compreender aspectos sobre a construção e a função desta instituição de ensino num dado momento histórico

– o da implantação –, também construir sentidos para os aspectos que envolvem esta instituição no tempo presente, tempo de um “futuro incerto para o Aristiliano Ramos”¹⁶³ (CORREIO LAGEANO, jornal *online*, 04/02/2015).

A resposta a este questionamento somente é obtida quando Leis, Decretos, relatórios, registros de memórias, excertos de jornais, entre outros documentos são estudados considerando-se o contexto no qual foram produzidos, pois uma vez que, segundo Bloch (2001, p.60), “nunca se explica plenamente um fenômeno histórico fora do estudo do seu momento. Isso é verdade para todas as etapas da evolução. Tanto daquela que vivemos, como das outras”.

Nesse sentido, historicizar a construção da Escola Normal em Lages significa colocá-la em meio às condições sociais, políticas, econômicas e culturais, entendendo-a, também, nas relações que estabelece com o contexto no qual está inserida. Para tal, é necessário construir um percurso investigativo de análise dos documentos/fontes que opere como num “jogo de escalas” (REVEL, 1998), no qual a lente, ao perscrutar o objeto, lança mão de diferentes ajustes na tentativa de enxergá-lo por entre os vestígios, que ao longo da história foram se acumulando ao seu em torno. Para o historiador francês, Jacques Revel, a estrutura folheada do social encontra na variação das escalas um recurso de excepcional fecundidade, possibilitando a construção de objetos complexos compatíveis com a descontinuidade dos patamares em que se protagoniza a vida social (REVEL, 1998, p.14).

Nesta investigação, a lente, acertada em três variações de escala, avança sobre diferentes cenários. O deslocamento da

¹⁶³ Nos anos de 1970, o prédio da Escola Normal de Lages passou a abrigar a Escola de Educação Básica Aristiliano Ramos. A notícia pode ser lida na íntegra no endereço eletrônico:

<<http://www.clmais.com.br/informacao/82932/futuro-incerto-para-o-aristiliano-ramos>>.

lente, iniciado neste capítulo, avança para o capítulo posterior buscando identificar indícios que contribuam para explicar os movimentos e as motivações ocorridas no passado, os quais levaram à implantação da Escola Normal em Lages. A implantação dessa escola demandou a construção de um novo prédio no espaço urbano, um prédio que ocupou o “coração da praça João Costa”, localizada no centro da cidade. Um espaço que, no tempo presente, encontra-se em litígio e divide a opinião da população entre o preservar e o demolir a sua estrutura.

No primeiro movimento, a lente se ajusta sobre o contexto local e percorre o cenário urbano. O intento desse percurso é identificar indícios que contribuam para explicar movimentos e motivações ocorridos no passado, os quais levaram à implantação da Escola Normal na década de 1930. Movimentar a lente por entre este cenário possibilitou enxergar, nas dimensões materiais e simbólicas do contexto educacional, experiências de escolarização que produziram no imaginário social um horizonte de expectativas acerca da escolarização secundária.

No segundo ajuste, a lente é acertada para um ângulo mais amplo e passa a se mover por entre as articulações do governo catarinense. Neste percurso, os aspectos normativos, as formas de gerenciamento da instrução pública, as decisões e os ajustes políticos, bem como os discursos sobre a educação, os documentos oficiais e os relatórios da instrução pública são caminhos que levam a presença da Escola Normal em Lages.

O terceiro ajuste, que avança na extensão deste capítulo e tem seu desfecho apresentado no capítulo posterior, reduz a escala e aproxima a lente para a instalação da escola normal no espaço cidadão. De dentro e de perto (MAGNANI, 2005), a lente acompanha os aspectos que dão materialidade à Escola Normal. Assim, a constituição do espaço físico, a seleção de professores, o exame de admissão para a primeira turma, o

programa de ensino, entre outros aspectos tornam-se o percurso que dá mobilidade à lente. Começamos a movê-la...

5.1 PRIMEIRO MOVIMENTO: INICIATIVAS DE ESCOLARIZAÇÃO QUE MOBILIZARAM A IMPLANTAÇÃO DE UMA ESCOLA NORMAL NA SERRA CATARINENSE

Na região da Serra catarinense, até os primeiros anos da década de 1910, as formas de escolarização¹⁶⁴ ocorriam sob a seguinte configuração: aulas de fazenda, aulas públicas, aulas particulares e aulas confessionais (COSTA, 1982).

A conformação geográfica da Serra catarinense, até a década de 50 do século XX, era representada por grandes extensões de terras pertencentes a um único proprietário. Na história do Brasil, esta conformação territorial é denominada de latifúndio e apresenta-se articulada ao processo de ocupação das terras coloniais com a formação das capitânicas hereditárias. Esse sistema de divisão territorial, que perdurou por um longo tempo na história, gerou poderes e desigualdades sociais. Na Serra catarinense as desigualdades ressoavam, também, nas formas de escolarização. O excerto publicado no jornal local permite entrever como a escolarização, no final do século XIX, era acessada na região da Serra de Santa Catarina.

A instrução primária [...] é dada em sua maior parte por professores particulares, que vão ensinar pela campanha os filhos dos ricos

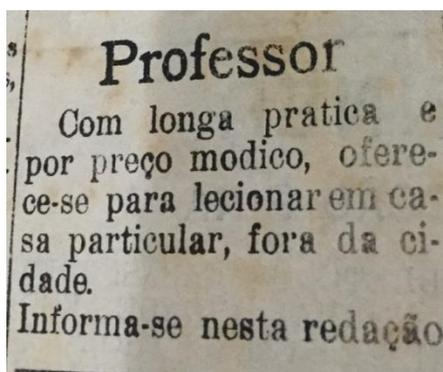
¹⁶⁴ A concepção de escolarização é compreendida na perspectiva delineada por Faria Filho (2007), para quem o processo de escolarização é constituído por um conjunto de normas e práticas que visam a aquisição de conhecimentos e a incorporação de comportamentos.

proprietários. A pobreza nada pode aproveitar com este ensino, dado somente [...] as famílias dos fazendeiros abastados (O LAGEANO, 14 de julho de 1883).

A prática de contratar um professor para cuidar da educação das crianças é uma ação, segundo Araújo (2000), copiada do tradicional costume da nobreza europeia na educação de seus filhos. Segundo a autora, a presença de professores lecionando nas casas das famílias pode ter distintas interpretações que vão das condições geográficas (locais distantes e de difícil acesso), passam pela ausência de instituições de ensino e chegam até a distinção social, uma vez que a frequência à escola, sobretudo à escola pública, colocava em contato crianças e jovens de condições sociais diferentes. No estudo sobre a educação doméstica no Rio de Janeiro durante o oitocentos, Maria Celi Chaves Vasconcelos, ao investigar a instrução elementar ministrada nas casas, sinaliza que este tipo de escolarização, para além de concorrer num modelo de disputa com a escola, fortalecia um diferencial social. Este diferencial, por sua vez, estava representado não somente na forma da aquisição do ler, do escrever e do contar, mas na maneira como esta educação conseguia “estabelecer princípios morais, desenvolver, formar e instruir os sujeitos a partir dos conhecimentos acumulados pela humanidade, preparando-os para seus devidos papéis sociais” (VASCONCELOS, 2005, p. 205).

Na Serra catarinense, esta prática surgiu por volta de 1860 (COSTA, 1982) e avançou até as primeiras décadas do século XX. A maneira mais usual para a contratação deste tipo de aula acontecia por meio dos anúncios publicados nos jornais da região, nos quais famílias solicitavam o trabalho de um professor ou o próprio professor colocava o serviço à disposição de alguma família interessada em educar seus filhos, conforme mostra a figura a seguir.

Figura 31- Anúncio de serviço de educação



Fonte: Jornal A Época, 05 de abril de 1936.

A duração dessa forma de ensino era variada. O próprio professor atestava quando o aluno já estava apto a prestar os exames de admissão para uma instituição formal de ensino. Em outros casos, a família decidia quando era chegada a hora de dispensar os serviços do professor, como fez o ex-governador do Estado Vidal Ramos¹⁶⁵ quando, em 1918, abriu mão do

¹⁶⁵ Vidal José de Oliveira Ramos Júnior foi um político que se projetou no cenário do poder Executivo do Estado de Santa Catarina. Iniciou a sua vida política na cidade de Lages, onde ocupou os cargos públicos de vereador e prefeito. Foi Deputado Provincial, Estadual, Federal e Senador, ocupou também a função de governador do Estado em dois mandatos. O primeiro entre 1902 e 1905 e o segundo em 1910, quando foi eleito em sucessão a Gustavo Richard, representante das oligarquias joinvilenses, permaneceu no cargo até junho de 1914. A inserção de Vidal Ramos como governador do Estado possibilitou a projeção da Serra catarinense no cenário político estadual. No mesmo ano em que foi eleito, Vidal Ramos sancionará a primeira grande reforma da instrução pública catarinense. Este político, assim como uma significativa parcela de seus familiares, possuía grandes extensões de terras na região da Serra catarinense (PEIXER, 2002).

trabalho de um professor de fazenda para enviar seu neto, Lauro Ramos, para o Grupo Escolar. Nas palavras do próprio Lauro: “entrei no segundo ano. As aulas que tive na fazenda do meu avô, me ajudaram nesta admissão” (RAMOS, 2004, p. 29).

Citados na legislação da educação catarinense desde os primeiros anos do século XX, foi somente a partir de 1911, com a reestruturação na instrução pública, conduzida pelo professor paulista Orestes Guimarães, que os Grupos Escolares se materializaram no cenário da escolarização primária em Santa Catarina (TEIVE; DALLABRIDA, 2011; GASPAR DA SILVA, 2006).

Este tipo de escola tinha como proposta diferenciar-se das formas de escolarização presentes no cenário brasileiro até a proclamação da República. Os estudos produzidos sobre os grupos escolares no Brasil (CARVALHO, 2003; SOUZA, 1998; FARIA FILHO, 2000; BENCOSTTA, 2005; GASPAR DA SILVA, 2006; TEIVE e DALLABRIDA, 2011) sinalizam que os mesmos constituíram um modelo de escola, este modelo atendeu ao projeto que vislumbra a educação como mecanismo para o desenvolvimento intelectual e moral, condições importantes para alcançar o progresso nacional. Os estudos citados afirmam, ainda, que este novo tipo de escola criou no imaginário social, pela finalidade, pela proposta educacional e pelo projeto arquitetônico, uma distinção favorável à República em detrimento do antigo regime político – a monarquia.

Em Santa Catarina, com a implantação dos grupos escolares também seguiu a retórica do “convencer, educar, dar-se a ver” (SOUZA, 1998, p. 123). Os primeiros grupos construídos entre 1911 a 1913¹⁶⁶, nos diferentes municípios do

¹⁶⁶ No período entre 1911 e 1913 foram instalados sete grupos escolares no Estado: Grupo Escolar Conselheiro Mafra, localizado no município de

Estado, seguiram a lógica arquitetônica que intentava mostrar a distinção entre aquilo que se colocava como o novo e aquilo a ser substituído por ser considerado o velho em educação.

A organização dos grupos escolares em Santa Catarina representou, nas primeiras décadas do século XX, o símbolo de modernização, inovação e renovação no ensino. Nos discursos políticos, esse tipo de escola passou a ser enaltecido como força propulsora do progresso do país, que deveria formar o cidadão republicano. As fontes consultadas, especialmente os jornais do período, veiculavam a ideia de uma nova instituição escolar que romperia com os ‘arcaicos métodos de ensino’ que mantinham o ensino primário no Estado ‘circunscrito à fórmula carunchada e gasta do ler, escrever e contar’. (CORDOVA, 2008, p. 124).

Em Lages, até a inauguração do Grupo Escolar, em 20 de maio de 1913, o cenário da escolarização primária pública no espaço urbano era constituído por escolas confessionais, escolas particulares de caráter laico¹⁶⁷ e escolas públicas unidocentes. Estas últimas, também denominadas de escolas isoladas ou aulas públicas eram de responsabilidade de um

Joinville, instalado em 15/11/1911; Grupo Escolar Jeronymo Coelho, inaugurado em 10/12/1912 em Laguna; Grupo Escolar Lauro Muller, localizado em Florianópolis, iniciou suas atividades em 24/12/1912; Grupo Escolar Vidal Ramos, implantado no Município de Lages em 20/05/1913; Grupo Escolar Silveira de Souza, localizado em Florianópolis, iniciou as atividades escolares em 28/09/1913; Grupo Escolar Victor Meirelles, implantado em 04/12/1913 no Município de Itajaí; Grupo Escolar Luiz Delfino, localizado em Blumenau, iniciou as atividades escolares em 30/12/1913, posteriormente, outras instituições foram sendo criadas no Estado catarinense (CORDOVA, 2008).

¹⁶⁷ Esse tipo aula, bastante parecido com o modelo das aulas públicas, diferenciava-se deste, sobretudo, pelo pagamento das aulas e pela ausência de vínculo com o Estado.

único professor, que se tornava o dono da cadeira¹⁶⁸. Os professores que lecionavam nestas aulas eram reconhecidos ou nomeados como tais pelo órgão do governo responsável pela instrução pública no Estado. As classes eram heterogêneas e organizavam-se, em sua maioria, em locais improvisados ou na própria residência do professor.

Nas primeiras décadas do século XX, funcionavam na cidade de Lages três aulas públicas (duas para meninos e uma para meninas). Com a implantação do grupo escolar, estas aulas foram fechadas e os professores foram incorporados à equipe docente desta instituição¹⁶⁹. O excerto abaixo, recortado do ofício de fechamento da escola pública para meninas, apresenta a abordagem do governo para o fechamento das aulas públicas.

Exma. Sra. D. Sophia J. Moritz de Carvalho

A bem do ensino e no uso das atribuições que me são conferidas pelo Art. 6º das Disposições Transitórias do regulamento em vigor, recomendo-vos que, a contar do dia 25 do corrente mês.

Compareças a este Grupo, cessando, portanto, o funcionamento da vossa escola, por ter sido a mesma anexada ao Grupo escolar “Vidal Ramos”. O material de vossa escola será recolhido a este estabelecimento, para o que deveis fazer uma relação, que antecipadamente me enviareis.

¹⁶⁸ Segundo Faria Filho (2000, p. 28-29), a cadeira era a forma jurídico-institucional de existência de uma turma de ensino primário. Materializava-se numa turma de alunos, geralmente, de idade bastante variada [...] podia ser subdividida em classes de acordo com o adiantamento daqueles que a frequentavam, ou seja, os alunos poderiam pertencer a diferentes anos do ensino primário.

¹⁶⁹ A Lei nº 846, de 11 de outubro de 1910, propunha que os professores das aulas públicas suprimidas no espaço urbano poderiam ter seus serviços aproveitados no Grupo Escolar.

Orestes Guimarães
(Ofício n. 422, Museu Thiago de
Castro)

Se no âmbito da escolarização pública primária o grupo escolar alterou esta forma escolarização, ao suprimir as aulas públicas como a aula da professora Sophia Moritz de Carvalho, que funcionava na cidade desde 1851¹⁷⁰, no campo do ensino privado esta nova instituição não proporcionou significativas alterações. As escolas particulares, sobretudo as confessionais, continuaram atendendo a população escolar. Essa assertiva encontra materialidade nas publicações encontradas nos excertos dos jornais locais, como o que se apresenta a seguir:

Escola Particular Santa Teresinha

Elvira Batista Dias, diplomada pela Escola Complementar de Lages, tendo frequentado o Curso Normal do Colégio Sagrado Coração de Jesus e o último ano da Escola Normal Catarinense, já com 8 anos de prática no ensino de alunos, comunica aos interessados que vai abrir uma escola particular em sua residência das 9 as 2 ensinando pelo programa adotado nos grupos escolares.

Fornecerá aos pais dos alunos boletins mensais contendo as notas de aproveitamento, marcando as faltas e as notas das sabatinas mensais, garantindo aos alunos estudiosos analfabetos 4 anos preliminares em 1 ano de estudo.

¹⁷⁰ As atividades da aula pública para meninas iniciaram-se em 1851. Atuaram como docentes nesta aula: Clemência Antônia de Medeiros, Anna Antônia de Oliveira Carvalho e Sophia Moritz de Carvalho. Esta aula foi fechada em 19 de abril de 1913 por consequência da instalação do grupo escolar na cidade.

Esta escola também recebe crianças de 3 a 6 anos preparando-as por meios de noções práticas de português, de civilidade, moral, religião, de brinquedos apropriados as suas idades para o curso preliminar, facilitando-lhes o estudo do mesmo. (A ÉPOCA, 11 de setembro de 1927).

Se por um lado o anúncio da professora Elvira Batista Dias, no jornal local **A Época**, contribui para reforçar que, mesmo com a instalação do grupo escolar, a prática de escolarização privada não perdeu força na região, ao menos até o final da década de 1920, por outro, as informações deste anúncio são “achados” que impelem o golpe de vista (GINZBURG, 1989) na busca por indícios que permitam problematizar a criação da própria Escola Normal em Lages. Sobre o achado na pesquisa histórica, Carlo Ginzburg escreve em seus trabalhos¹⁷¹ que o procedimento ou o princípio construtivo de uma investigação é, também, guiado por um “achado”, proveniente das margens de investigações inteiramente diversas. Esses “achados”, segundo o autor, “são frutos do acaso e não da curiosidade deliberada. Surge em algum momento da pesquisa onde a sensação é de ter encontrado uma pista relevante e ao mesmo tempo a consciência aguda da ignorância sobre o que é ou significa” (GINZBURG, 2004, p. 11).

Concorda-se com Ginzburg que a investigação histórica deve valer-se, também, dos achados e a partir deles ater-se aos detalhes aparentemente insignificantes (pistas, indícios, sinais)

¹⁷¹ Dos trabalhos de Carlo Ginzburg que operam nesta proposição destacam-se: **Sinais: raízes de um paradigma indiciário**. In: **Mitos, Emblemas e Sinais: morfologia e história** (1989); **Olhos de Madeira: nove reflexões sobre a distância** (2001); **Relações de força** (2002); **Nenhuma Ilha é uma Ilha: quatro visões da literatura inglesa** (2004).

para que a realidade complexa, não observável diretamente, possa ser ressignificada. Desse modo, o autor destaca que o método subjacente, denominado por ele de *paradigma indiciário*, é uma forma de saber, este opera tendencialmente com indícios mudos, os quais não se prestam a formalizações, são imponderáveis (GINZBURG, 2004). Neste método, o faro, o golpe de vista e a intuição são instrumentos que auxiliarão o historiador a “penetrar em coisas concretas e ocultas através de elementos pouco notados ou despercebidos, dos detritos ou ‘refugos’ da nossa observação” (FREUD apud GINZBURG, 1989, p. 147).

A leitura do anúncio sobre a aula da professora Elvira Batista Dias desperta a intuição – terceiro instrumento do paradigma indiciário – de que esta publicação pode dizer bem mais nesta investigação do que apenas sobre a permanência da prática de escolarização privada. Ao inquirir a fonte, diferentes frentes de problematizações se abrem, no entanto, atendo-me àquela que parece ser mais promissora para a condução da investigação: Qual o tipo de experiências pode ser problematizado a partir deste documento/fonte que possibilita mobilizar interpretações voltadas para compreensão de singularidades, permanências e ausências historicamente produzidas com relação ao objeto deste estudo – a Escola Normal?

Ginzburg (1989) lembra que a *realidade*, em alguns aspectos, se apresenta opaca, mas sempre existem pontos – os indícios. Quando os indícios são ligados, urdidos em uma tessitura, tornam possível a fabricação do fato histórico que o historiador deseja compreender e interpretar. Quais pontos neste anúncio, que vende o trabalho da professora para quem possa se interessar, podem ser ligados à conjuntura que leva à Escola Normal em Lages? A intuição, latente, de que esta fonte configura um itinerário para problematizar a presença da Escola Normal e a relação desta instituição com a sociedade em Lages mobiliza o faro – o primeiro elemento do paradigma

indiciário. Este, por sua vez, ao perseguir os indícios presentes na fonte, mostra que um ponto de ligação entre o tipo de experiência apreendida no documento/fonte, a criação da Escola Normal em Lages e as relações que esta instituição estabeleceu com a sociedade local pode ter construído um processo de escolarização vivenciado por pela professora. Assim, um pequeno anúncio de jornal publicado em 1927, mesmo já problematizado em outra pesquisa¹⁷², permite rastrear aspectos da escolarização em Lages e da própria trajetória escolar de Elvira Batista Dias, diplomada pela Escola Complementar de Lages. A frequência desta professora no Curso Normal do Colégio Sagrado Coração de Jesus e na Escola Normal Catarinense permitem, ainda, que esta pesquisa possa investigar um percurso que culminará na presença e construção de uma Escola Normal em Lages. É a partir destas nuances que a lente em movimento por entre as iniciativas de escolarização estabelece um novo foco. Este novo foco tem a escola complementar em Lages como um novo espaço de experiência na Serra catarinense.

O sistema educacional, criado no início da Primeira República, instituiu a implantação de estabelecimentos de ensino primário, nos quais o curso teria a duração de oito anos de estudo. Os quatro primeiros anos eram denominados de “primário preliminar” e os quatro últimos anos eram denominados de “primário complementar”. Neste novo modelo, instituído pela República, o primeiro tipo de ensino primário deveria ser ofertado nas escolas isoladas, nos grupos escolares e nas escolas modelos – anexas à Escola Normal. O primário complementar seria cursado somente nas escolas

¹⁷² O excerto do jornal **A Época**, que apresenta o anúncio da Escola Particular Santa Teresinha, compõe o conjunto das fontes utilizadas na pesquisa da dissertação intitulada **O novo compõe com o velho**: o lugar do grupo escolar no cenário do ensino público primário na cidade de Lages, no estado de Santa Catarina (1904-1928). Dissertação defendida junto ao PPGE da UFPR em 2008.

complementares, criadas, na sua maioria, junto aos grupos escolares.

No Estado de Santa Catarina, a configuração proposta pelo novo sistema educacional só ganhará contornos e materialidade nos primeiros anos da década de 1910, quando o governo de Santa Catarina inicia uma série de ações que alterarão o cenário da escolarização pública. Sob a premissa de construir o “novo papel do Estado – Estado Educador” (TEIVE, 2008, p. 96), o governo, no período conduzido por Vidal Ramos, inaugurou novas formas de escolarização, as quais permitiram, para além da integração ideológica e política das classes populares, a instituição de novos modos de intervenção do Estado na gestão escolar. Assim, ao lado de formas escolares já existentes como as escolas isoladas e a Escola Normal, foram criadas novas configurações escolares como o grupo escolar, as escolas reunidas e a escola complementar. Esta configuração foi autorizada pela Reforma da Instrução Pública, iniciada em 1911 pelo professor paulista Orestes Guimarães (Ibidem, 2008).

Na proposição do governo catarinense, a Escola Complementar, criada pelo Decreto nº 604 de 11 de julho de 1911, com duração de três anos de curso¹⁷³, tinha como finalidade “consolidar e desdobrar os ensinamentos recebidos nos vários cursos a que [estava] subordinando o ensino ministrado no Grupo Escolar” (Decreto nº 604). No entanto, as demandas por escolarização no Estado colocaram para esta forma escolar um novo escopo vinculado à formação de professores. Este novo escopo é reforçado pela mensagem do governo do Estado à Câmara Legislativa, cujo teor era o

¹⁷³ Segundo Tanuri (1998), nem todos os estados brasileiros seguiram a lógica europeia de instituir os quatro anos que compunham a escola primária complementar. Alguns Estados implantaram este curso com dois ou três anos de duração. Em Santa Catarina, o Decreto nº 604, de 11 de julho de 1911, estabelecia que o curso primário complementar fosse ministrado em três anos.

seguinte: “Como o Estado, os municípios lutam pela falta de professores idôneos. Espero que a criação das Escolas Complementares concorrerá poderosamente para obviar este mal” (RAMOS, 1911, p. 36).

Organizado em três anos de curso, como já mencionado, o programa de ensino da Escola Complementar seguia a mesma organização curricular e conteudista dos dois primeiros anos da Escola Normal, com exceção da disciplina de psicologia. O público e destas escolas, em geral, eram os alunos concluintes dos grupos escolares. Os egressos da Escola Complementar tinham matrícula assegurada no 3º ano da Escola Normal Pública (TEIVE; DALLABRIDA, 2011), que, até 1934, existia somente na capital do Estado.

A inauguração da primeira escola complementar catarinense, autorizada em 26 de dezembro 1912, ocorreu em 1913, na cidade de Laguna. Esta escola funcionou no mesmo prédio do Grupo Escolar Jerônimo Coelho (Areão s/d, p.22 apud TEIVE; DALLABRIDA, 2011). Entre 1913 e 1916 outras três escolas foram criadas nos municípios de Lages, Itajaí e Joinville (Figura 32). Na cidade de Lages, a escola complementar pública foi instalada no mesmo prédio do grupo escolar e iniciou as atividades em setembro de 1913. Antes mesmo do início das atividades desta escola, a Lei Municipal nº 328 de 5 de julho de 1913 já prescrevia “o auxílio de 3.600\$000 com o qual o município vai contribuir, anualmente, para a manutenção da Escola Complementar”.

Figura 32 - Movimento de matrícula das Escolas Complementares

Movimento das Escolas Complementares de 1915 e 1916

ESCOLAS	Matricula 1915			Matricula 1916			Frequencia 1915				Frequencia 1916				Observações		
	1 ^o	2 ^o	3 ^o	total	1 ^o	2 ^o	3 ^o	total	1 ^o	2 ^o	3 ^o	total	1 ^o	2 ^o		3 ^o	total
Lages	21	—	—	21	12	13	7	32	17	—	—	17	10	12	5	27	Cr'por Dec.6-9-913
Itajaí	39	—	—	39	25	22	—	47	37	—	—	37	23	20	—	43	, , , 21-1-915
Joinville	22	6	5	33	34	9	9	52	20	5	4	29	33	8	7	48	, , , 3-3-913
Laguna	22	10	7	39	26	15	5	46	21	9	6	36	23	13	4	40	, , , 26-12-912

NOTA:—De 1915 a 1916 : matriculæ augmentou de 45 alumnos e a frequencia media augmentou de 39 alumnos. AS ESCOLAS COMPLEMENTARES de Joinville e da Laguna deram, em 1915 as primeiras turmas de professores. Dos diplomados por essas escolas, alguns foram nomeados professores de escolas isoladas, outros vieram concluir o curso na ESCOLA NORMAL.

Fonte: Relatório da Instrução Pública do Estado de Santa Catarina.
Ano: 1916.

O conteúdo do documento (Figura 32) oportuniza outras possibilidades de interpretações históricas sobre a escolarização em Santa Catarina como, por exemplo, a evasão nas escolas complementares. Se problematizado o número de matrículas, em 1915, nas escolas de Lages e Itajaí percebe-se que neste período as mesmas escolas funcionaram praticamente sem alunado interessado em concluir o curso complementar. Além disso, em 1915, na cidade de Joinville, conforme mostra o documento, dos 22 alunos matriculados para o primeiro ano do curso primário complementar, somente 9 alunos deram continuidade ao segundo ano do curso em 1916. A disparidade entre a matrícula inicial, a frequência e a continuidade no curso complementar abre um terreno fértil à pesquisa da História da Educação em Santa Catarina. Problematizar as causas que levavam os alunos da escola complementar a evadirem-se do curso pode auxiliar na compreensão de aspectos presentes na

escolarização contemporânea. Todavia, fica a sugestão para uma frente de pesquisa na História da Educação Catarinense.

Entretanto, naquilo que interessa a esta pesquisa, os dados da evasão de alunos da escola complementar parecem indicar, sobretudo na Serra catarinense, que a carência de alunos formados por esta escola ressoava no trabalho desenvolvido nas escolas isoladas. Em 1928, o relatório da instrução pública da região Serrana apresentava três escolas vagas, conforme mostra a figura a seguir. É relevante sinalizar que a ausência de professores para lecionar nestas escolas pode estar associada a diferentes fatores como a distância e o acesso. As três escolas citadas no documento ficam localizadas no interior da Serra catarinense e em lugares que até a contemporaneidade são de difícil acesso.

Figura 33 – Relação de Escolas Isoladas na região Serrana

As escolas estaduais isoladas no município:
- QUADRO DAS ESCOLAS ESTADUAES ISOLADAS

N. ordem	PROFESSORES	DISTRICTOS o LOCALIDADES	Aluguel mensal da casa	Matrícula	
				Matrícula	Frequência
1	Sebastião Cordova Wolff	Cid.-Boqueirão	10\$000	31	26
2	Rachél Xavier da Silva	Campo Bello	12\$000	34	27
3	(vaga)	R. Bon., Canôas	gratis	—	—
4	Etelvina Liz Furtado	Corrêa Pinto	10\$000	28	25
5	Ibrantina Antunes Neves	Painel	12\$000	30	25
6	Antonio Domingues da Luz	„ R. da Cruz	gratis	30	25
7	Manoel Antunes Pessoa	„ S. A. Galafre	„	30	25
8	João Bento da Silva	Capão Alto	10\$000	79	60
9	João Albino da Silva	Cerro Negro	10\$000	40	30
10	Altina Borges	Cidade - Indios	10\$000	28	25
11	(vaga)	C. Alto, Vigia	10\$000	—	—
12	(vaga)	Colônia H. Luz	10\$000	—	—
13	Mercêdes da Silva Coêlho	Cerr., Goiabeira	10\$000	37	29
14	Dorvina Romulo Ribeiro	„ Lag. dos Correlas	10\$000	55	28
15	Delminda Ortiz	Cerrito-Itararé	10\$000	39	30
16	Bernardina S. Furtado	„ -S. José	10\$000	34	30
17	Isaura Farias Araújo	R. Bon.-Macacos	10\$000	31	27
18	Guilherme E. Henning	Rio Bonito	10\$000	36	30

Fonte: Relatório da Instrução Pública, 1928.

As duas questões apresentadas nos documentos – a evasão na escola complementar e a existência de escolas primárias vagas na região – configuram um meio para pensar a formação e a atuação docente na Serra catarinense e, em extensão, a necessidade de uma Escola Normal em Lages. Este meio, por sua vez, aponta para a construção do problema desta pesquisa que, acerca do que lembra Lucien Febvre (1943, p. 8), “o problema é sempre o começo e o fim da história, sem problemas, não há história”¹⁷⁴. Diante do que coloca este historiador, começamos a escrever a história da Escola Normal em Lages reforçando as questões-problema que ao longo do texto já foram sendo mobilizadas, questões como: Porque uma Escola Normal em Lages? Diante das fragilidades da formação e da atuação de professores nas escolas isoladas, dimensionadas neste texto, quais as expectativas da sociedade local em relação a uma escola para formar professores no ensino secundário? Começamos por esta última...

De acordo com a nota impressa sob o quadro, que mostra o Movimento das Escolas Complementares de 1915 e 1916 (Figura 32), as primeiras turmas de professores complementaristas foram formadas, em 1915, pelas escolas de Joinville e Laguna. Dos alunos diplomados por estas escolas, alguns permaneceram nas regiões e atuaram como professores das escolas isoladas. Outros, possivelmente, ainda movidos pelas experiências vivenciadas na escola complementar ou motivados pela oportunidade de elevar a qualificação profissional, ou ainda, incentivados por familiares, teriam saído de suas cidades para concluir o curso na Escola Normal. No período em que estes alunos concluíram a escola complementar e, até o início da década de 1930, existia em Santa Catarina

¹⁷⁴ Tradução livre. No original: *C'est que, poser un problème, c'est précisément le commencement et la fin de toute histoire. Pas de problèmes, pas d'histoire.* FEBVRE, L. **Vivre l'histoire.** *Melanges d'histoire sociale*, 3, 5-18, 1943.

apenas uma escola pública para formar professores no ensino secundário, localizada na capital – a Escola Normal Catharinense. Existia na capital, ainda, outra escola, de caráter privado, para formar o professor normalista – o Colégio Sagrado Coração de Jesus, fundado em 1898 pela Congregação das Irmãs da Divina Providência. Esta escola tornou-se uma espécie de base de atuação desta Congregação e, a partir dela, irradiou para outras localidades no Estado o atendimento na educação, sobretudo no ensino primário. Na Serra catarinense, as irmãs da Divina Providência fundaram em Lages, em 1903, o Colégio Santa Rosa de Lima. Antecedendo informações que serão, ainda, perscrutadas nesta investigação, sinalizo que a atuação destas irmãs e a forma como a Congregação vislumbrava oportunidades em enraizarem-se cada vez mais na sociedade lageana estão na pauta das decisões que levaram a Escola Normal Pública para a cidade de Lages na década de 1930.

Em comum com os alunos formados pelas escolas complementares de Laguna e Joinville, na Serra catarinense, o desejo e a motivação para formar-se normalista também estava presente no horizonte de expectativas dos alunos da Escola Complementar de Lages, impelindo os alunos a buscarem outros espaços de escolarização, como a Escola Normal Pública localizada na capital do Estado. A assertiva nesta proposição, despertada pela intuição (GINZBURG, 1989), encontrou no anúncio publicado pela professora Elvira Batista Dias, no jornal local **A Época**, em 11 de setembro de 1927, vestígios¹⁷⁵ para lançar as seguintes perguntas: a busca, o desejo pela continuidade da formação docente na Escola

¹⁷⁵ Considera-se como vestígios as seguintes informações extraídas do anúncio publicado no jornal local **A Época**, em 11 de setembro de 1927: “Elvira Batista Dias, diplomada pela Escola Complementar de Lages, tendo frequentado o Curso Normal do Colégio Sagrado Coração de Jesus e o último ano da Escola Normal Catarinense”.

Normal teria constituído um horizonte de expectativas para os egressos da escola complementar em Lages? Estas expectativas, por sua vez, ganharam força no cenário da escolarização pública, fazendo com que o governo propusesse a criação de uma escola para formar professores na região Serrana?

Quanto à primeira questão, os vestígios presentes no anúncio do jornal permitem colher elementos para considerar que, quando da conclusão da escola complementar, foram mobilizadas ações que levaram esta complementarista a deslocar-se da Serra catarinense para a capital do Estado, onde frequentou o Curso Normal do Colégio Sagrado Coração de Jesus e o último ano da Escola Normal catarinense. Entretanto, se considerada a faixa etária com a qual se concluía a escola complementar – entre 13 e 14 anos – e a idade mínima para o ingresso na Escola Normal – 15 anos –, pondera-se que os anseios e as motivações para a formação na Escola Normal não fizeram somente parte do horizonte de expectativas de Elvira Batista Dias, mas, também, do de seus familiares.

O horizonte de expectativas, no qual esta pesquisa considera que se colocavam os desejos pela formação na Escola Normal, dimensionados pelos alunos que se diplomavam pela escola complementar em Lages e outros sujeitos como os familiares destes alunos, diz bem acerca do que propõe Koselleck (2006). Para este autor, o horizonte de expectativas está sempre relacionado com uma possibilidade de futuro e corresponde ao universo de sensações e antecipações que se referem ao que ainda virá. Assim, medos e esperanças, ansiedades e desejos, apatias e certezas, tudo o que se movimenta, mesmo que ainda não seja conhecido, para o futuro faz parte do horizonte de expectativas.

Na obra **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**, Koselleck (2006) desenvolve a perspectiva de que cada presente não apenas reconstrói o passado a partir das problematizações geradas no seu presente,

como propunham os historiadores da Escola dos *Annales*, mas também de que cada presente ressignifica tanto o passado (campo de experiências) como o futuro (horizonte de expectativas). Este historiador alemão propõe, ainda, que cada presente desenvolve uma nova maneira de relacionar-se com o futuro e com o passado. A assimetria entre estas duas instâncias da temporalidade, mediadas pelo presente, geram tensões que são próprias da

[...] elaboração do conhecimento historiográfico e mesmo das múltiplas leituras sobre o fenômeno da temporalidade que vão surgindo em cada época, inclusive ao nível das pessoas comuns que vivenciam os padrões disponíveis de sensibilidade diante do tempo, que lhes são oferecidos no momento em que vivem. (BARROS, 2010, p. 67).

Nesta pesquisa, que intenta compreender a emergência da Escola Normal na cidade de Lages, o presente é problematizado como a temporalidade que “entrelaça passado e futuro” (KOSELLECK, 2006, p. 308). Em 1921, a formatura da turma da Escola Complementar configurava um presente para estes alunos. Um presente no qual a oradora, a complementarista Maria J. Schleider, encontrou uma forma de entrelaçar as experiências vividas na escola (passado) com as expectativas (futuro) que se colocavam por conta da conclusão da escola complementar. O discurso (o presente) desta aluna mostra a maneira que esta encontrou de relacionar-se com o futuro e com o passado.

[...] a escola é o grande templo [...] é desse templo que saímos para iniciarmos nova jornada, sentindo a saudade do tempo em que, recebendo os vossos ensinamentos e a influência benéfica dos vossos exemplos de amor ao estudo e ao trabalho, frequentamos o Grupo Escolar; mas ao mesmo tempo cheios de

uma viva esperança de podermos colaborar na grandiosa obra da difusão do ensino, que vem constituindo a aspiração máxima do governo benemérito de Santa Catarina. (O PLANALTO, 24 de dezembro de 1921).

A experiência pertence ao passado que se concretiza no presente de diferentes maneiras. Na perspectiva koselleckiana,

[...] a experiência é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. Na experiência se fundem tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamento, que não estão mais, que não precisam estar mais presentes no conhecimento. Além disso, na experiência de cada um, transmitida por gerações e instituições, sempre está contida e é preservada uma experiência alheia. Nesse sentido, também, a história é desde sempre concebida como conhecimento de experiências alheias. (KOSELLECK, 2006, p. 309-310).

A expectativa, como já destacado, corresponde ao que virá, ao que se espera de um futuro. Embora o autor tenha sinalizado para a tensão entre a experiência e a expectativa, é importante destacar que estas temporalidades não se opõem uma à outra, como em uma divisão de temporalidades, uma dicotomia. Na verdade, estas duas instâncias do tempo estão sempre prontas a ressoar uma na outra (KOSELLECK, 2006).

São categorias complementares, visto que a experiência abre espaços para certo horizonte de expectativas. Mais ainda, uma experiência ou o 'registro de uma experiência' referido a um passado remoto pode produzir, em outra época, expectativas relacionadas ao futuro. (BARROS, 2010, p. 68).

Acerca das expectativas geradas por um passado remoto e mobilizadas num futuro presente, Koselleck (2006) sinaliza que em cada uma destas temporalidades – passado, presente e futuro – pode, imaginariamente, se alterar, se contrair ou se expandir conforme cada época ou sociedade, modificando-se também a forma como são pensadas e sentidas as relações entre elas.

O tempo histórico não apenas é uma palavra sem conteúdo, mas uma grandeza que se modifica com a história, cuja modificação pode ser deduzida da coordenação variável entre experiência e expectativa. (KOSELLECK, 2006, p. 309).

Para compreender o sistema conceitual proposto por Koselleck (2006), com vista a aproximá-lo do intento desta pesquisa, apresenta-se uma passagem da obra **Futuro Passado** na qual é possível dimensionar o entrelaçamento entre estas temporalidades mediadas pelo presente, onde aspectos do passado ressoam no futuro presente.

Podemos citar um exemplo simples: a experiência da execução de Carlos I abriu, mais de um século depois, o horizonte de expectativas de Turgot, quando ele insistiu com Luís XVI que realizasse as reformas que o haveriam de preservar de um destino semelhante. O alerta de Turgot ao rei não encontrou eco. Mas entre a Revolução Inglesa Passada e a Revolução Francesa futura foi possível descobrir e experimentar uma relação temporal que ia além da mera cronologia. A história concreta amadurece em meio a determinadas experiências e determinadas expectativas (KOSELLECK, 2006, p. 308-309).

As ponderações delineadas por este historiador permitem considerar, nesta pesquisa, que a passagem pela escola complementar configura um ‘passado presente’, um espaço de experiências a concentrar um enorme conjunto de coisas já conhecidas. Este espaço, mobilizado pela memória, pelos vestígios, pelas rupturas e pelas permanências, por tudo aquilo que é ressignificado a partir da experiência de escolarização do sujeito¹⁷⁶, abre-se para um horizonte de expectativas. Trata-se de um horizonte permeado pelo desejo, pela motivação de continuar os estudos concluídos na escola complementar, como atestado pela aluna da Escola Normal, Isolina Gamborgi, na epígrafe que abre este texto: “eu tinha na cabeça, eu tinha comigo, que iria estudar”. Ou, ainda, como afirmou outra normalista entrevistada pela pesquisadora Flávia Maria Machado Pinto em 2000.

Quando a Escola Normal veio para Lages nós havíamos feito a Escola Complementar. Formavam-se todos os anos complementaristas no Grupo Escolar e no Colégio Santa Rosa¹⁷⁷ e precisávamos de um curso para dar continuidade aos estudos. Lages era interior mais tinha bastante moças da cidade fazendo a

¹⁷⁶ Compreende-se que o espaço de experiências, assim como o horizonte de expectativas de um indivíduo, é constituído por outras dimensões, não somente as vivenciadas em seu processo de escolarização. No entanto, para esta pesquisa, leva-se em consideração tudo o que ficou da vivência escolar do sujeito, em especial o que foi vivido na Escola Complementar, pois este vivido projeta-se do passado no presente e ressoa no horizonte de expectativas.

¹⁷⁷ Implantada em 1927, o segundo curso complementar funcionou junto ao Colégio Santa Rosa de Lima. Esta escola, de propriedade da Congregação das Irmãs da Divina Providência, tinha como público as filhas dos proprietários de terras da região, entre outros personagens mais abastados da sociedade local. Se num primeiro momento os egressos desta escola contribuíram para engrossar as expectativas acerca da escolarização secundária, num outro, esta escola será o estopim para a implantação da Escola Normal.

escola complementar e ainda vinham muitas moças das redondezas estudar. O Aristiliano achou que poderia fazer isso pelas conterrâneas dele, criar um curso normal, houve naturalmente uma facilidade, um acesso por estar no governo. Iniciávamos diretamente e Escola Normal Secundária. (SCÓZ, 2000)¹⁷⁸.

Com base nesse entendimento considera-se que os indivíduos, ao passarem pela Escola Complementar, diplomarem-se por esta instituição em diferentes tempos, projetavam daquele presente expectativas sobre o futuro. O presente, segundo Koselleck (2006), é a temporalidade que se comprime entre o espaço concentrado, representando o passado (e logo se incorpora a ele) e o futuro (que também, conforme vai se tornando conhecido, transforma-se por um segundo em presente e logo depois passa a ser incorporado ao espaço de experiência).

As percepções construídas a partir das interpretações dos indícios presentes nos documentos/fontes mobilizados – fragmentos de memória de Isolina Gamborgi e Susana Scóz, o anúncio da aula da professora Elvira Batista Dias e o discurso de formatura de Maria J. Schleider – permitem construir a premissa de que querer dar continuidade à escolarização, cada qual em seu tempo, era um aspecto presente no horizonte de expectativas de quem passava pela escola complementar. Assim, é neste entrelaçamento passado presente futuro (KOSELLECK, 2006) que decorre uma das problemáticas que dá diretriz a esta tese: teria o governo do Estado criado a Escola Normal como uma estratégia para atender aos anseios por uma escolarização secundária da população escolar da Serra catarinense? Se considerarmos a subjetividade presente na memória produzida pela normalista Susana Scóz, ao dizer

¹⁷⁸ Susana Scóz foi aluna da primeira turma da Escola Normal em Lages. Em 2000, concedeu uma entrevista a Flávia Maria Machado Pinto por ocasião da pesquisa de mestrado construída por esta pesquisadora.

que “O Aristiliano achou que poderia fazer isso pelas conterrâneas dele, criar um curso normal”, a problemática em questão estaria resolvida.

Entretanto, cabe aqui lembrar, novamente, que a memória é sempre relativa e inapreensível em sua totalidade. Ao mobilizar os vestígios de memória em uma investigação histórica é necessário estar atento às armadilhas que esta coloca a sua interpretação. Na obra **A Memória, a história, o esquecimento**, o filósofo francês Paul Ricoeur (2007) chama a atenção para os perigos da “reivindicação da memória contra a história” (p. 100) pelo excesso de comemoração de memórias feridas e passionais quando estas se sobrepõem ao “enfoque mais vasto e crítico da história” (p. 102). No segundo capítulo desta obra, que tem o título *História/Epistemologia*, o autor, para além de problematizar a autonomia epistemológica da ciência histórica, aborda a autossuficiência de um saber de si para a própria história, ou seja, a proposta de Ricoeur é problematizar “os vínculos entre a memória e a história” (p. 17). Para tal, o autor propõe um esquema a exemplo da operação historiográfica de Michel de Certeau (2000), para quem a história é uma escrita e, em consequência, uma invenção. A escrita da história que mobiliza a memória como documento/fonte, na proposição de Ricoeur, incorre em ser operada em três fases: a documental, a explicativa/compreensiva e a representativa.

A primeira fase, a documental, tem relação direta com o campo da Arquivologia, pois a memória é enfatizada como “plano formal”, como testemunho que, em sua exteriorização, se inscreve como documento/fonte e projetará a crença de pesquisadores na constituição de sua história e memória. No intento de demonstrar que o testemunho parte da ação, da familiaridade com o fato e com o acontecimento, este

[...] nos leva de um salto, das condições formais do conteúdo das “coisas do passado” [...], das condições de possibilidade ao processo efetivo

da operação historiográfica. Com o testemunho inaugura-se um processo epistemológico que parte da memória declarada, passa pelo arquivo e pelos documentos e termina na prova documental. (RICOEUR, 2007, p. 170).

Nessa perspectiva, “o arquivo apresenta-se assim como um lugar físico que abriga o destino dessa espécie de rastro que cuidadosamente distinguimos do rastro cerebral e do rastro afetivo, a saber, o rastro documental” (Ibidem, p. 177).

Na segunda fase, a explicativa/compreensiva, Ricoeur orienta os recursos de exploração para a pesquisa histórica. Segundo o autor, a explicação/compreensão do fato/ação histórico se cristaliza a partir do momento em que o historiador assume um olhar direcionado e nesta direção passa a explorar um modelo, uma escala – micro ou macro. A explicação/compreensão está diretamente relacionada com os documentos/fontes que o pesquisador possui: testemunhos, documentos, objetos que podem ser mobilizados na investigação histórica.

Para Ricoeur (2007), é na terceira fase que ocorre a “intenção de representar em verdade as coisas passadas” (p. 147). É nesta fase, a representativa, que a memória pode constituir-se em uma armadilha para o historiador, pois é a partir dela que o projeto de investigação histórica é definido. A representação do passado consubstancia o presente de uma coisa ausente. A “representância” (RICOEUR, 2007) manifesta, por vezes, o resultado do processo historiográfico, contemplando as expectativas em detrimento da busca, da compreensão e da interpretação. Assim, compreende-se que as representações presentes nos vestígios de memória das normalistas (Isolina Gamborgi e Susana Scóz) tendem a construir um cenário no qual a Escola Normal se corporifica através da intenção do governo em atender a continuidade da

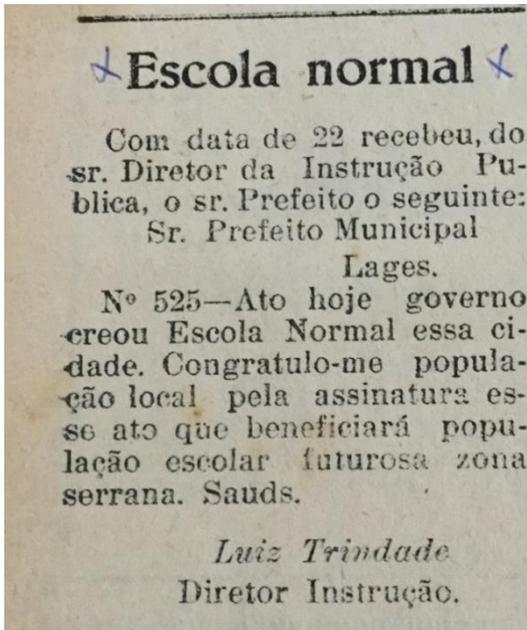
escolarização de seus conterrâneos na Serra catarinense¹⁷⁹, configurando-se como uma armadilha para esta investigação. Continuamos a explorar, então, outras frentes de motivação para a instalação da Escola Normal em Lages, para tal, é necessário percorrer alguns aspectos que caracterizam o surgimento das escolas normais em uma escala com variações mais alargadas. Na próxima seção, o texto com a lente ajustada em diferentes graus de visão desloca-se ao passado para problematizar, no presente, o surgimento das escolas normais nos cenários mundial, nacional e regional.

5.2 SEGUNDO MOVIMENTO: ASPECTOS DA CRIAÇÃO DAS ESCOLAS NORMAIS EM SANTA CATARINA

Em 31 de dezembro de 1933, o jornal **A Época** fez circular na região da Serra catarinense o conteúdo do telegrama enviado pelo Diretor da Instrução Pública do Estado, Sr. Luiz Trindade, ao prefeito da cidade de Lages, Sr. Henrique Ramos (Figura 34).

¹⁷⁹ É importante destacar que a criação da Escola Normal em Lages foi autorizada pelo governador Aristiliano Ramos, que teve sua vida política projetada da cidade de Lages para o cenário catarinense.

Figura 34 - Telegrama de criação da Escola Normal em Lages



Fonte: Jornal **A Época**, 31/12/1933.

A mensagem, representada na figura acima mostra a oficialização da abertura de um estabelecimento para formação de professores a fim de atender a população da *zona serrana*¹⁸⁰. A presença desta instituição, no âmbito da instrução local, representou, para sujeitos como Isolina Gamborgi, destacada na epígrafe deste capítulo, a única oportunidade de continuar seus estudos no nível secundário, “porque não sei se então nós teríamos estudado mais alguma coisa” (GAMBORGI, 2000). No cenário estadual, a escola criada em Lages materializava a segunda instituição pública para formar professores. Num cenário da educação mais amplo

¹⁸⁰ A Escola Normal de Lages foi criada pelo Decreto nº 445, de 22 de dezembro de 1933, assinado pelo governador Aristiliano Ramos.

[...] as escolas normais estão na origem de uma profunda mudança, de uma verdadeira mutação sociológica, do pessoal docente primário. Sob sua ação, os mestres miseráveis e pouco instruídos do início do século XIX vão, em algumas décadas, ceder lugar a profissionais formados e preparados para a atividade docente. (NÓVOA, 1991, p. 125).

Antes da criação das escolas normais¹⁸¹, a profissão de professores esteve, sobretudo entre os séculos XV e XVIII, vinculada à regulação religiosa passando, no século XIX, também para a regulação do Estado que, paulatinamente, vai assegurando sob sua responsabilidade a racionalidade técnica da formação de professores.

Ao longo da história da profissionalização docente “a razão de ser” desta função passou por diferentes construções sociais, uma vez que

[...] enveredou por ideologias, representações e utopias das mais diversificadas, passando por exemplo, pelo exercício profissional docente vinculado concepcionalmente ao exercício do sacerdócio, pela defesa da educação pública como vantajosa em relação à educação doméstica, pela defesa da disciplina como central no processo da educação escolar, pela defesa da educação fundada na liberdade, pela

¹⁸¹ A denominação Escola Normal para se referir aos seminários de formação de professores deve-se a uma indicação de origem alemã. Frederico II, rei da Prússia, depois da Guerra dos Sete Anos (1756-1763), decidiu implantar um novo sistema educacional com ensino obrigatório e com “normas” para a formação de professores. Assim, os seminários franceses passaram a se chamar Escolas Normais, responsáveis pela transmissão das normas e condutas que deveriam ser seguidas no exercício da profissão de professor. Foi esta denominação que vigorou nos países que adotaram este tipo de instituição para formar o seu professorado (SCHAFFRATH, 1999).

necessidade de educação integral, pela sustentação da educação como reconstrução da experiência, como responsável por manuseio de metodologias e técnicas que garantiriam a qualidade do ensino. (ARAÚJO; FREITAS; LOPES, 2008, p. 13-14).

Sob as representações de que para “ensinar e educar bem a criança é necessário gente especializada” (LUTERO, 2000, p. 18 apud ARAÚJO; FREITAS; LOPES, 2008, p. 14), iniciam-se na Europa do século XVII as primeiras experiências de formação de professores. As escolas normais ou institutos normais, como centro de preparação para professores, surgem na França¹⁸² e, posteriormente, irradiam-se para outros países interessados em organizar cientificamente a formação docente.

No curso do século XIX – da Época Napoleônica até a crise do fim do século –, desenvolveu-se um processo bastante articulado no que diz respeito à instituição-escola, embora dividido em etapas não-homogêneas e manifestado de forma diferente nos vários países europeus e americanos (CAMBI, 1999, p. 492 apud ARAÚJO; FREITAS; LOPES, 2008, p. 15). É deste cenário que a lente, ajustada para um dado grau da escala, desloca-se e passa a percorrer diferentes iniciativas de instalação das escolas normais no Brasil, entre elas a instalação da Escola Normal em Santa Catarina. Num último movimento, a lente, ajustada numa variação reduzida, deslocar-se-á por entre as motivações que levaram para a região da Serra a

¹⁸² A primeira escola para formar professores da qual se têm notícias é a de responsabilidade do abade francês Charles Démiá que em 1678 fundou na França a primeira Escola Normal. Em 1688, o fundador da Congregação dos Lassalistas – Jean Baptiste de la Salle – abriu, também na França, uma escola para formar professores. Entretanto, a institucionalização destes espaços como locais destinados à formação de professores ocorrerá, somente, em 1794, quando Joseph *Lakanal propôs a abertura de escolas normais na França sob a necessidade de criar condições e métodos para o ensino* (ARAÚJO; FREITAS; LOPES, 2008).

segunda Escola Normal Pública a fim de formar professores primários no Estado¹⁸³.

No Brasil, as manifestações pela criação de instituições que organizassem cientificamente a formação de professores começaram a despontar em diferentes regiões do país após o Ato Adicional à Constituição do Império, de 1834, quando o ensino elementar se tornou responsabilidade das províncias que, em consequência, também deviam cuidar do preparo de seus professores. As primeiras províncias a autorizarem a criação das escolas normais foram: Minas Gerais (1835), Rio de Janeiro (1835), Bahia (1836) e São Paulo (1846), posteriormente e paulatinamente, outras províncias foram instalando escolas normais.

Embora oficializadas, nem todas as instituições foram construídas. A Escola Normal da Bahia, por exemplo, criada pelo ato provincial em 1836, somente iniciará suas atividades educacionais em 1841. A postergação do início das atividades se deu em função do envio de professores para a Europa para que pudessem se preparar para utilizar os novos métodos de ensino, simultâneo e mútuo, também denominado de método lancasteriano¹⁸⁴, “novidades àquela época em que o ensino era realizado quase que inteiramente de forma individualizada” (VILLELA, 2011, p. 105).

¹⁸³ O movimento de deslocamento na lente, sobre o contexto nacional da implantação de escolas normais, onde são mobilizados alguns dos aspectos que envolveram a criação dessas escolas nos estados brasileiros, é necessário para chegar ao contexto regional.

¹⁸⁴ Segundo Bastos e Faria Filho (1999), o método mútuo foi sistematizado por Andrew Bell (1753-1832) e Joseph Lancaster (1778-1838). No método mútuo, a responsabilidade é dividida entre o professor e os monitores, visando a uma democratização das funções de ensinar. Tem como postulado a diversidade das faculdades, a desigualdade de progresso, de ritmos de compreensão e de aquisição. A escola é dividida em classes diferentes, conforme as disciplinas e o grau de conhecimento dos alunos. Nessa classificação, a idade não interfere. Os alunos assim divididos participam do mesmo exercício.

Diferente da Província da Bahia, o governo do Rio de Janeiro autorizou e instalou no ano de 1835 a sua primeira escola para formar professores que, em consequência, veio a se tornar a primeira Escola Normal do Brasil. Criada em Niterói, em uma casa alugada, localizada nos limites da cidade, esta instituição, sob a premissa de “difundir a instrução para civilizar a plebe, tornando-se religiosa e ordeira” (VILLELA, 2008, p. 35), iniciou as atividades educacionais com apenas um professor, que era também o diretor da escola, – o tenente-coronel José da Costa Azevedo, que ensinava pelo método Lancaster¹⁸⁵. A escola funcionava sem um período letivo fixo e o curso não era seriado. Ao final de dois ou três anos, quando o diretor constatava que o normalista estava apto, indicava-o para ser examinado por uma banca. Conforme Villela (2008), o aluno receberia o diploma somente se fosse aprovado em tal exame e, a partir de então, poderia se candidatar a um concurso para reger uma cadeira de instrução primária.

Nas primeiras décadas, a Escola Normal de Niterói formou para o magistério primário somente homens. Para ter acesso à matrícula, o candidato deveria entregar ao presidente da província um requerimento e apresentar uma certidão que o atestasse como bom cidadão brasileiro, maior de dezoito anos e com boa morigeração. Somente após a decisão do presidente é que os candidatos passariam por um exame aplicado pelo diretor da Escola Normal para verificar se possuíam “princípios suficientes de leitura e escrita” (RIO DE JANEIRO, 1835 In: VILLELA, 2008, p. 36) a fim de serem aceitos na instituição.

¹⁸⁵ O currículo da Escola Normal da Província do Rio de Janeiro foi organizado pela Lei nº 10 de 4 de abril de 1835 com os seguintes conteúdos: ler, escrever pelo método lancasteriano cujos princípios teóricos e práticos explicará. Eram ensinadas as quatro operações de aritmética, quebrados, decimais e proporções; noções gerais de geometria teórica e prática; gramática da língua nacional; elementos de geografia; e princípios de moral cristã e da religião de Estado (VILLELA, 2008).

Os primeiros anos de funcionamento desta instituição foram conturbados. Desde o início a escola enfrentou uma série de dificuldades como a baixa procura de candidatos ao magistério, o que, associado a outras questões, possivelmente deve ter contribuído para o fechamento desta instituição em 1847.

Em 1859, a instituição foi reaberta sob o propósito de formar os professores que seriam as peças fundamentais para uma sociedade cuja intenção era “substituir um sistema eleitoral limitado pela renda pelo voto do cidadão alfabetizado, o que significava ampliar sensivelmente a participação popular” (VILLELA, 2008, p. 35). A partir de 1862, a Escola Normal de Niterói passou a matricular mulheres e, em 1880, o número de matrículas femininas suplantava o número de matrículas masculina.

A Escola Normal de Niterói configurava uma referência para a história da educação e seus desdobramentos, uma vez que, segundo Villela (2011), exerceu grande influência nas decisões sobre a esfera educacional e funcionou como um laboratório de práticas que eram estendidas a todo o país. Ainda segundo a autora, estudos sobre as primeiras escolas normais criadas nas décadas de 30 e 40 do século XIX, como as da Bahia, de São Paulo e Minas Gerais, revelam muitas aproximações com essa primeira experiência na Província do Rio de Janeiro (Ibidem, p. 113).

No período em que a matrícula feminina suplantava a matrícula masculina na Escola Normal de Niterói, em Santa Catarina o governo do Estado começava a dar os primeiros passos na materialização das ações para formação de professores¹⁸⁶.

¹⁸⁶ No Estado catarinense a institucionalização da primeira Escola Normal se arrastou durante todo o século XIX, sendo criada somente em 1880. Segundo Schaffrath (1999), a primeira iniciativa em formar professores se deu em 1840, quando o Governo do Estado enviou o professor Francisco José das Neves para estudar na Escola Normal de Niterói. O intento,

Instituído pela Lei nº 898 de 1880, o primeiro curso normal catarinense funcionou junto ao Atheneo Provincial¹⁸⁷. Com duração de três anos, o curso normal, no primeiro momento, organizou-se sob uma espécie de adaptação do curso noturno oferecido pelo Atheneo Provincial. As disciplinas já ofertadas por esta instituição – Aritmética, Francês e Noções de Geografia e História – foram acrescidas das cadeiras de Português, Pedagogia e Metodologia, estas eram específicas do curso normal. Foi com esta configuração curricular que os primeiros professores, em nível secundário, foram formados no Estado.

Em 1883, a Lei nº 1029¹⁸⁸ autorizou a conversão do Atheneo Provincial em Instituto Literário e Normal e reconfigurou o currículo aplicado nesta instituição. Nessa reconfiguração foram acrescidas às disciplinas curriculares existentes novas orientações para a formação de professores e

segundo a autora, era que este professor apreendesse os métodos de ensino disseminados naquela instituição e os aplicasse, quando retornasse, com os professores catarinenses. Em 1843, o referido professor, formado então normalista pela Escola Normal, assumiu a Escola de Primeiras Letras da capital que, além do curso primário, naquele ano funcionou como local de formação de professores onde seriam oferecidas noções teóricas e práticas de como ensinar as crianças pelo método lancasteriano. Entretanto, dois anos depois este professor foi demitido pelo Presidente da Província por ser acusado de não gostar de trabalhar com as crianças. No que diz respeito à formação de professores, Schaffrath (1999) sinaliza que, mesmo com a articulação do governo provincial em obrigar os professores a participar da formação, houve pouca procura pelas vagas nesta escola.

¹⁸⁷ O Atheneo Provincial era um colégio público de nível secundário criado em 1874, na capital da Província. Em 1880 esta instituição passou a abrigar o primeiro curso normal do Estado. No ano de 1883, a reorganização desta escola lhe impõe uma nova nomenclatura e ela passa a chamar-se Instituto Literário e Normal. Em 1892, a Lei nº 155 de 1º de julho transforma o Instituto em Ginásio Catharinense, este, por sua vez, é suprimido em 1905 pelo ato governamental que elevou a subvenção pública para o colégio secundário mantido pela Companhia de Jesus (SHAFFRATH, 1999).

¹⁸⁸ Lei nº 1029, de 19 de maio 1883.

redistribuídas nos três anos do curso conforme mostra o quadro abaixo.

Quadro 5 - Currículo do Curso Normal em 1883

Curso Normal – Instituto Literário e Normal
<ul style="list-style-type: none">• Língua Nacional;• Gramática;• Análise Gramatical;• Lógica e Etimológica;• Redação e Composição;• Aritmética e Metrologia;• Geometria elementar limitadas às noções gerais e problemas simples;• Estudo das formas geométricas;• Francês;• Geografia elementar;• Geografia do Brasil e especialmente da Província de Santa Catarina;• História do Brasil, fatos principais da História de Santa Catarina;• Pedagogia e Metodologia e prática.

Fonte: Regulamento de 14/08/1883 que dá execução à Lei nº 1029 de 19/05/1883.

Com a instauração de um novo modelo político no Brasil – a República, em 1889 –, iniciam-se no país as estratégias para remodelar os sistemas de ensino. Os Estados – antes províncias – buscaram “implantar as primeiras escolas que possibilitassem instaurar uma nova ordem, por um futuro luminoso em que o saber e a cidadania se entrelaçariam trazendo assim o progresso” (CARVALHO, 2003, p. 23).

Como signo da instauração da nova ordem, a escola deveria se fazer ver. Sob esta proposição, o Estado de São Paulo dá início à reforma da instrução pública. No que diz respeito à formação de professores, o Decreto de 12 de março de 1890 estabelecia que “sem professores bem preparados, praticamente instruídos nos modernos processos pedagógicos e com cabedal científico adequado às necessidades da vida atual, o ensino não pode ser regenerador e eficaz” (REIS FILHO, 1995, p. 49-50). Este decreto colocava a adequada formação dos professores como uma necessidade e uma condição fundamental para a reforma da instrução, ela seria um fator de extrema importância para a eficácia da escola primária. Nesse aspecto, a legislação de 1890 reestruturou a Escola Normal de São Paulo, “instituição representada como modelo de instrução pública, centrada fundamentalmente no método intuitivo e nas lições de coisas” (VEIGA, 2007, p. 248).

A reforma da Escola Normal de São Paulo ampliou a duração do curso para quatro anos e incluiu no currículo “saberes científicos e enciclopédicos, inserindo a Pedagogia e as Metodologias de Ensino” (SCHULLER; SOUTHWELL, 2009, p. 132).

Em Santa Catarina, a primeira reorganização da Escola Normal pública, sob o regime republicano, ocorreu em 1892 quando o Decreto nº 155 de 10 de junho instituiu o Regulamento da Escola Normal Catharinense, estabelecendo os programas completos de cada disciplina conforme apresentada no quadro a seguir.

Quadro 6 – Currículo do Curso Normal em 1892

Escola Normal Catharinense

- Português e noções de Literatura Nacional;
- Matemática, constando Aritméticas, Noções de Álgebra e Geometria;
- Geografia Geral: Chorografia do Brasil; Cosmografia;
- História Universal, especialmente do Brasil;
- Francês;
- Desenho;
- Álgebra e Geometria;
- Música e Canto;
- Noções de Ciências Físicas e Naturais;
- Pedagogia e Metodologia;
- Chorografia e História do Brasil;
- Organização Política do Brasil, principalmente do Estado: deveres cívicos e morais especialmente no que diz respeito a profissão do magistério.

Fonte: Regulamento da Escola Normal Catharinense, de 10 de junho de 1892.

A Escola Normal de Santa Catarina, a exemplo da Escola Normal de São Paulo, também adotou, nesta reorganização, as disciplinas de Pedagogia e Metodologia. Entretanto, segundo as representações governamentais contidas nos documentos oficiais, estas ações não garantiram a efetividade da formação do professorado catarinense. Em relatório apresentado ao governador do Estado Felipe Schmidt, em 1899, o secretário de Estado, José Teixeira Raposo, informava que

Infelizmente tem sido descurada a instrução pública no Estado. Não porque se tivesse

deixado de criar, transformar e transferir escolas; não porque tivesse cessado a faina de inventar professores; mas porque não tem havido o menor cuidado em distribuir aquelas e habilitar estes de modo o mais conveniente às exigências do serviço.

Não são muitas escolas, não são as legiões de professores mais ou menos feitos às pressas que podem desenvolver a instrução pública e garantir a eficácia do ensino oficial.

Distribuir mal muitas escolas, prover nas diversas cadeiras professores incompetentes, é disseminar a ignorância e quiçá aniquilar disposições que só o mestre sabe desenvolver.

Temos, no Estado, 184 escolas, poucas das quais vagas; mas qual o método de ensino nelas seguido, qual a garantia, que a maioria dos professores que as rege, da sua competência oferece?

As escolas vivem sob o mais arcaico dos regimes, os professores, esses, apresentam-se aos alunos levando apenas o salvo conduto de um exame cheio de complacências e de inutilidades.

Desse modo, compreende-se, pouco há que esperar do futuro.

Como se não bastara esse triste alimento atirado ao retrogradismo da instrução no Estado, temos ainda a infelicidade da classe dos professores interinos que, em exame que requerem e que lhes garantem uma cadeira, limitam-se a provar que sabem ler... por cima e contar até dez... pelos dedos. (SANTA CATARINA. Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Justiça apud FIORI, 1991 p.77-78.)

A crítica à formação de professores para o magistério primário adentrou as décadas do século XX em Santa Catarina e reverberaram com intensidade nos documentos oficiais do Governo do Estado. Denominados por Edward Thompson (1987) de “retórica da legitimidade”, os documentos

legais/oficiais, como mensagens do governo, leis, relatórios governamentais, entre outros documentos produzidos na esfera política, considerados sob a perspectiva de que correspondem a estratégias orais ou escritas, constituem espaços que mobilizam e dão visibilidade a situações de um dado setor da administração pública, nesse caso da educação.

A narrativa acima delineada sobre a presença e a história da Escola Normal no país se fez necessária para atender tal movimentação em Santa Catarina. Nos documentos produzidos no período de governo de Vidal Ramos, por exemplo, é recorrente encontrar menções de que a escola, ao contrário de

[...] fazer do indivíduo um instrumento de felicidade para si próprio e para os outros, matava todas as iniciativas, mal haviam despontado, sacrificava todos os esforços reduzindo a criança a um autômato que opera sem saber porque e que funciona sem saber como. [...] Tem seu fundamento único exclusivo na memória. [...] Esse fato bastava por si só a justificar a necessidade de uma radical reforma no nosso aparelho escolar de modo a harmonizá-lo com as exigências da vida contemporânea e com os incontrovertidos ensinamentos da pedagogia moderna. (RAMOS, 1911, p. 35).

Essa referência, carregada de representações a sinalizarem para a precariedade da instrução pública no Estado e a necessidade urgente em implementar ações que promovam a melhoria da escolarização da população catarinense, será o eixo que moverá o governo de Vidal Ramos a propor uma nova configuração ao ensino público catarinense.

Em 1911, sob a premissa de que “o ensino público, de fato reclamava, com justificada insistência, cuidados muito especiais”, uma vez que se encontrava “enterrado na cripta do sombreado anacronismo, os seus horizontes se acanhavam em

fórmulas gastas e processos condenados”, o governo catarinense inicia a reforma na instrução pública visando garantir a inserção de técnicas modernas nas escolas do Estado. Sobre isso, o governador Vidal Ramos, em discurso na Câmara Legislativa, declarou que a reforma implementada em 1911 havia procurado “reorganizar, sob novos moldes, o ensino primário, adaptando-o aos modernos preceitos que a pedagogia, nas suas cristalizações e nas suas sínteses, vai indutiva e dedutivamente, consagrando” (RAMOS, 1911, p. 6). Para tal, o Estado catarinense buscou no sistema de ensino paulista referências a fim de estruturar a reforma na instrução pública. Sobre a referência ao Estado paulista, o governador Vidal Ramos afirmava que era este Estado tinha, no país, “a melhor escola dos grandes empreendimentos e das maiores transformações que a civilização tem operado em terras brasileiras” (Ibidem, Ibidem). Assim, seria “bom ver [que], a reforma foi moldada na organização do ensino paulista, com as modificações, indispensáveis às condições do meio e os aperfeiçoamentos aconselhados pela experiência” (Ibidem, Ibidem).

Semelhante ao Estado de São Paulo, a reforma da educação catarinense também foi iniciada pela Escola Normal. Para isso, o Governo do Estado contratou o professor paulista Orestes Guimarães que reorganizou o programa de admissão à Escola Normal e elaborou um novo regulamento. Segundo Teive (2003, p. 228), para este educador paulista,

[...] a reforma da instrução pública deveria ter como base o investimento na formação de professores primários sob um novo método, uma vez que o método tradicional de ensino, baseado na repetição e na memória, rotineiro e arcaico, era “condenado unanimemente pela pedagogia moderna [...] o antigo método deveria ser substituído pelo método do ensino intuitivo ou lições de coisas, ‘ativo’, ‘concreto’ e ‘racional’, fundado numa nova forma de

conceber o conhecimento, iniciada no século XVII, a qual preconizava que a origem do conhecimento são os sentidos humanos.

O currículo da Escola Normal baseado em disciplinas de caráter instrutivo, educativo e pedagógico era composto por nove cadeiras distribuídas nos três anos de duração, conforme pode ser observado no quadro abaixo.

Quadro 7 - Currículo do Curso Normal em 1911

Escola Normal Catharinense
<ul style="list-style-type: none">• Português, princípios de literatura da língua;• Francês e Alemão;• Noções de História Natural, Física e Química;• Geografia e História;• Noções de psicologia e pedagogia;• Aritmética, Álgebra e Geometria;• Desenho e ginástica;• Música (abundancia de cantos);• Trabalhos Manuais.

Fonte: Regulamento da Escola Normal Catharinense, de 30 de maio de 1911.

Exceto pela alteração dos títulos das disciplinas e pela introdução das disciplinas de Ginástica e Língua Alemã, algo inédito até então nas escolas normais destinadas a habilitar os professores para lecionar nas colônias teutônicas – o que, de maneira geral, constituiu uma estratégia para a nacionalização das populações das áreas de grande imigração – e, ainda, pela inclusão das disciplinas de Noções de Psicologia e Pedagogia, a observação do quadro de disciplinas da Escola Normal leva a considerar que o currículo instituído por esta reforma manteve

uma configuração próxima ao currículo implantado na Escola Normal Catharinense em 1892 (SCHAFFRATH, 1999).

Entretanto, os esforços do governo em remodelar o currículo da escola normal nem sempre foram compreendidos como eficazes para uma formação indispensável a quem quisesse se dedicar ao magistério. Em 1915, com a substituição temporária do governo de Felipe Schmidt, João de Guimarães Pinho, em mensagem apresentada ao Presidente do Congresso Representativo, afirmava que a Escola Normal não vinha cumprindo a função a que se propunha na formação do professorado catarinense.

Infelizmente a nossa Escola Normal ainda não correspondeu a esse desideratum. A organização dos cursos e os seus programas são deficientes, além disso, a escola não está bem aparelhada do material indispensável, quer material didático, quer o necessário às próprias instalações das salas de aulas. Urge dar nova organização à Escola Normal, modelando-a pelos mais adiantados estabelecimentos dessa natureza, e assim, é claro, que lhe devem da instalação condigna, fazendo construir um edifício próprio para este fim. Organizada convenientemente a Escola Normal, de acordo com os novos processos científicos. (PINHO, 1915, p.27).

A declaração deste político diverge das menções presentes em excertos de discurso dos envolvidos na reforma da instrução pública. O governador Vidal Ramos declarava o seguinte: “por considerações de ordem pedagógica e de higiene escolar, determinei [...] urgentes reparos no edifício da Escola Normal, dotando-a [...] do indispensável Museu Escolar e de um Gabinete de Física e Química necessário ao ensino prático destas disciplinas” (RAMOS, 1914, p. 138). Acerca do mobiliário da Escola Normal, o governador informava que este havia sido “imediatamente substituído por outro, importado

daquele país (EUA)” (Ibidem). Outra medida instituída pela reforma de Vidal Ramos trata da alteração da carga horária das disciplinas do currículo. O número de horas trabalhadas pelos professores da Escola Normal, anterior a reforma, era de 44 horas semanais distribuídas entre o primeiro (12h), o segundo e o terceiro (16h). Após a reforma, a carga horária, com vista a influir qualidade a instrução oferecida, foi ampliada para 66 horas de trabalho semanal, também distribuídas nos três anos do curso normal – 21h e meia para o primeiro ano, 23h e meia para o segundo e 21h no terceiro ano.

Todavia, o descontentamento com os rumos que tomou a instrução pública levou a críticas não apenas à Escola Normal como também às outras formas de escolarização: grupos escolares, escola complementar, escola isolada, entre outras. Entre os problemas nestas instituições, o Inspetor Escolar José Duarte de Magalhães destacava, no relatório de inspeção das escolas isoladas, apresentado ao Secretário Geral de Negócios do Estado em 1916, como os mais significativos: a falta de aptidão do professor, a falta de material, a falta de instalações próprias, frequência insuficiente de alunos, falta de fiscalização técnica e continuada (FERBER, 2014).

Em meio a esse cenário de desagrado da instrução pública até a instalação da Escola Normal em Lages em 1934, outras duas reformulações para a Escola Normal são empreendidas no Estado. A primeira, em 1919, instituiu que o curso normal seria acrescido de mais um ano de estudo, ficando com quatro anos de duração. As disciplinas vinculadas às Ciências Físicas, Química e História Natural tiveram a carga horária ampliada em seis aulas semanais. As disciplinas, instituídas na reforma anterior, foram acrescidas das cadeiras de Noções de Higiene e Instrução Cívica. Segundo Cardoso (1998), a reformulação da Escola Normal Catharinense partiu da necessidade de conformar a mente do professor e, por sua atuação pedagógica nas escolas, da população. (CARDOSO, 1998, p. 136).

Em 1928, o Decreto nº 2.218 de 14 de outubro agregou ao currículo vigente da Escola Normal Catharinense as disciplinas de: Botânica, Zoologia, Educação Moral e Cívica (em substituição à Instrução Cívica), Higiene (em substituição a Noções de higiene) e Latim.

Por um lado, encontramos algumas tensões e alguns embates, mesmo que moderados, na produção discursiva dos diferentes grupos políticos, pois tais discursos demonstram propostas distintas, disputas em jogo e ações efetivas tecidas em torno de um projeto de formação de professores e, em extensão, da instrução primária. Por outro lado, é relevante destacar que nesses mesmos discursos estão presentes, muitas vezes, a preocupação com a melhoria da instrução dada à população, o direito do acesso à escola e a disseminação da instrução pública. Se esta tendência estava presente na retórica dos governantes catarinenses, porque a materialização de uma segunda instituição pública para formar professores ocorreu somente em 1933?

Na década de 1930, havia no Estado catarinense cinco instituições destinadas à formação de professores. Uma mantida pelo Estado, localizada na capital, e outras quatro de caráter privado, equiparadas à Escola Normal Catarinense, uma em Florianópolis, anexa ao Colégio Coração de Jesus, outra anexa ao Colégio Santos Anjos, em Porto União, a terceira anexa ao Colégio Aurora, em Caçador, e a quarta anexa ao Colégio Coração de Jesus, em Canoinhas (DANIEL; DAROS, 1999).

Neste período, as escolas normais primárias – antigas escolas complementares – somavam quarenta e uma instituições em todo o Estado, organizadas entre públicas e privadas (DANIEL; DAROS, 1999). É relevante lembrar que estas instituições eram fomentadoras de alunos para as escolas normais, uma vez que a formação nesta instituição assegurava a matrícula na Escola Normal Pública e, a conclusão desta última, assegurava ao normalista a permissão para lecionar

tanto nas escolas normais primárias como no ensino secundário. A formação na Escola Normal Primária assegurava ao egresso a atuação, somente, nas escolas primárias isoladas que, na década de 1930 totalizavam no Estado mil novecentos e oitenta e nove estabelecimentos (TRINDADE, 1935, p.83)¹⁸⁹. A existência de uma única Escola Normal pública de nível secundário, localizada na capital do Estado, reduzia o acesso da população interessada em elevar a escolaridade pelo curso normal.

Segundo Tanuri (2000), as escolas normais de iniciativa privada e municipal, qualificadas de livres ou equiparadas, foram importantes na expansão do ensino normal na maioria dos estados brasileiros. A escassez de estabelecimentos públicos, em função da fragilidade econômica dos Estados ou, de maneira geral, pelo próprio descaso dos governantes com relação à democratização da instrução pública explica a privatização da formação de professores, na maioria dos casos vinculada a uma congregação religiosa.

Em Santa Catarina, o governador Vidal Ramos, em mensagem ao Congresso Representativo do Estado no ano de 1914, declarou que o sucesso ou o insucesso da reforma da instrução pública ocorrida em 1911, sob sua responsabilidade, se deu em função das questões de ordem econômica

A escassez de nossos recursos orçamentários, oprimidos ainda pela crise que desequilibra as finanças nacionais, impediu que o combate ao analfabetismo tivesse a extensão necessária e capaz de alentar todas as energias que se perdem e se estragam no mais pesado embotamento, arrastados às vezes até a loucura do crime e a rebeldia aos poderes constituídos. Se bem me não prendesse a preocupação

¹⁸⁹ TRINDADE, L. S. B. da. Relatório Departamento de Educação Apresentado ao Exmo. Sr. Secretário dos Negócios do Interior e Justiça. 1935.

absurda de, em quatro anos, fazer obra que demanda lustros de esforços constantes, procurei dentro dos limites de nossos recursos, sem prejuízo aos serviços ordinários do Estado, dar à Instrução Pública um desenvolvimento que nos tirasse do nível secundário em que a esse respeito estávamos colocados no seio da federação. (RAMOS, 1914 p. 12).

As ponderações do governador Vidal Ramos contribuem para o que sinaliza Tanuri (2000) acerca da fragilidade econômica influir na ampliação dos sistemas de ensino. A reforma da instrução pública catarinense iniciou pela Escola Normal, mas não foi o eixo central desta reforma, focada na implantação da escola primária graduada – grupo escolar. Assim, os recursos econômicos dispensados à reforma não alcançaram a implantação de outra instituição pública para formar professores, ficando o governo com a tutela de apenas uma instituição. Este aspecto possibilitou que a iniciativa privada lançasse a abertura de cursos normais no Estado. Em 1929, por exemplo, o Colégio Santos Anjos, sob a administração das Irmãs da Congregação Missionária das Servas do Espírito Santo, abre um curso normal na cidade de Porto União¹⁹⁰. Na cidade de Caçador, distante cerca de 187 km da cidade de Lages, o Colégio Aurora, fundado em 1928 pelo casal de imigrantes italianos Dante Mosconi e Albina Bortolotti Mosconi, tem o curso normal equiparado à Escola Normal Catarinense pelo Decreto nº 436 de dezembro de

¹⁹⁰ O Colégio Santos Anjos foi fundado em 1917 pelas Irmãs da Congregação Missionária das Servas do Espírito Santo, na cidade de Porto União. Em 22 de fevereiro foi criado o curso normal, através da Lei n.º 2.257, bem como o curso intermediário, equiparado às escolas complementares do Estado. A criação do curso normal deveu-se a uma visita do então Governador do Estado de Santa Catarina, Dr. Adolfo Konder, e do Deputado Estadual Cel. Cid Gonzaga, que viram no educandário um exemplo de dedicação à causa da educação (KLEIN, 2014).

1933¹⁹¹, em 1936 a escola é vendida para a Congregação dos Irmãos Maristas. Dentre os cursos normais mais antigos está o do Colégio Coração de Jesus, localizado na capital do Estado. Como já citado neste texto, este colégio foi fundado no final do século XIX pela Congregação das Irmãs da Divina Providência e manteve por um tempo significativo uma presença importante na formação de professores para o Estado catarinense.

Nos primeiros anos da década de 1930, o país começava a presenciar um forte movimento para a constituição do campo educacional. Para tal, algumas ações foram implementadas em âmbito nacional e ressoaram, com maior ou menor intensidade, nos Estados da federação. Entre as iniciativas contam: a criação do Ministério de Educação e Saúde Pública em 1931, a realização da IV Conferência Nacional de Educação também em 1931 e a fundação da Universidade de São Paulo em 1934. Estas ações, segundo Xavier (2002), são evidências de que a política governamental de Getúlio Vargas creditava o desenvolvimento da nação brasileira à educação de seu povo.

Também na década de 1930, os embates pelas diretrizes educacionais no país ganham proporções que ultrapassam a esfera pública. Em 1932, o grupo de intelectuais, denominado de Pioneiros da Educação Nova, elaboram o Manifesto da Escola Nova, o qual defendia a implantação de uma política nacional de educação através de uma maior participação do Estado, da universalização da escola pública, do direito de

¹⁹¹ No Decreto-Lei n° 436, de 1933, o Coronel Aristiliano Ramos afirma que a equiparação do Curso Normal do Colégio Aurora foi possível porque o mesmo se “encontra nas condições estabelecidas na Lei n.1617, de 1° de outubro de 1928”. Nela estão determinados os requisitos que as escolas particulares devem preencher para ganhar o título da equiparação: 1° - Possuírem edifício próprio satisfazendo todas as exigências da hygiene e pedagogia; 2° - Possuírem gabinetes de physica, chimica, historia natural e museôs; 3° - Apresentarem frequência minima de 25 alumnos; 4° - Adoptarem o mesmo regulamento e programma de ensino da Escola Normal. 5° - Sujeitarem-se á fiscalização do Governo em qualquer tempo (Sic) (SANTA CATARINA 1928, p.22 apud TRIDAPALLI, 2009).

todos à educação e da racionalização da administração escolar. Para este grupo, a modernização do país dependia diretamente da reestruturação de sua instrução pública. Contrários às proposições dos Pioneiros da Educação Nova, o grupo de intelectuais católicos reagiram “a quaisquer ideias de modernização, combatendo ardorosamente a proposta de instituição de um sistema nacional de ensino, público, gratuito e, sobretudo, leigo, tal como defenderam os educadores profissionais” (XAVIER, 2002, p.41). Este embate configurou um cenário que se estendeu aos sistemas educacionais estaduais, nos quais, segundo as pesquisas de Marta Carvalho (1999), a disputa entre estes dois grupos visava muito mais o poder ideológico do aparelho escolar, pois os mesmos defendiam a educação como a formadora da nacionalidade e o papel das elites na efetivação de tal projeto

Em Santa Catarina, diferente do que ocorreu no Estado de São Paulo, durante a primeira República, quando a expansão do Ensino Normal e Primário esteve voltada para a incorporação do “homem comum – pobre e desarraigado” (MONARCHA, 1999, p.236), a expansão não foi tão forte e muito menos democrática. No Estado catarinense, mesmo com as diferentes reformas ocorridas na instrução pública, as quais, de maneira geral, se preocuparam com a ampliação do ensino primário e com algumas modificações curriculares no curso normal, o que se assistiu até meados da década de 1940, em relação à esta instituição – Escola Normal – foi a sua elitização, a exemplo do que já vinha ocorrendo com o Ensino Secundário no Estado. Acerca da elitização do Ensino Secundário no Brasil, a historiadora Circe Bittencourt afirma que este nível de educação representou, igualmente, um meio de preservar privilégios e manter a separação entre a elite identificada com um mundo branco europeu e o restante da população, composta de mestiços, negros e índios. Eram cursos reservados a alunos em condições econômicas favoráveis, conservando-se sempre como um curso pago, além de ser exclusivamente reservado

aos jovens do sexo masculino (BITTENCOURT, 1993, p. 58). Na esteira desta historiadora, Dallabrida (2006) afirma que no Estado de Santa Catarina a elitização da educação no Ensino Secundário adentrou os anos de 1940 com um total de oito instituições, estas ofereciam o ensino ginásial, sendo todas particulares e, na maioria, vinculadas às congregações religiosas.

Entre a Primeira República e a “Era Vargas”, situaram-se diversas iniciativas do Governo Estadual em estimular a oferta do ensino secundário por meio da manutenção e da subvenção de educandários privados. Esta prática, segundo Dallabrida (2006), manifesta a intenção política do governo em criar distinção social para os filhos das elites catarinenses. Em 1919, por exemplo, a Sociedade Literária Antonio Viera (responsável por gerir o Ginásio Catarinense) assinou com o governo do Estado um contrato no qual este último assumiria parte das despesas da educação das elites e comprometia-se a não abrir qualquer escola pública e gratuita secundária por um período de 25 anos, conforme mostra o excerto. Esta ação restringia a iniciativa de ministrar esse tipo de escolarização aos menos abastados.

[...]Art. 2º - Da parte do Governo do Estado:

§ 1º - O Governo do Estado concede ao Ginásio todas as regalias de um Instituto Estadual ou Oficial, como sejam, isenção de impostos estaduais, publicação gratuita dos anúncios no jornal oficial do Estado e fornecimento de água e luz.

§ 2º - O Governo não poderá abrir, no espaço de duração do contrato, outro Ginásio Oficial em qualquer ponto que seja.

§ 3º - O Governo paga anualmente ao Ginásio, para a manutenção do mesmo, além da Inspeção, 30(trinta) contos de réis, fazendo-se os pagamentos mensalmente no valor de Rs 2:500/000(dois contos e quinhentos mil réis).

§ 4º - Este contrato tem prazo de 25(vinte e cinco) anos; [...].
(BASTOS e ZUBER, 1919, s/p apud SILVA, 2008, p. 67).

Esta ação resultou no fortalecimento da rede de ensino privada vinculada a ordens religiosas. No Estado de Santa Catarina, no final dos anos 1920 e início dos anos 1930, ocorre a instituição de novas escolas de ensino secundário por vários pontos do território catarinense, apontando para a expansão desse nível de ensino que, de certa forma, acontecia em todo o território nacional. Em 1937, haviam, no Estado, sete ginásios oficializados: Ginásio Catarinense e Ginásio Coração de Jesus (Florianópolis), Ginásio Lagunense (Laguna), Ginásio Bom Jesus (Joinville), Ginásio Barão de Antonina (Maфра), Ginásio Aurora (Caçador), Ginásio Santo Antonio (Blumenau) e Ginásio Diocesano (Lages). Estas instituições, mesmo equiparadas ao Colégio Pedro II, permaneceram, por um significativo período de tempo, ofertando apenas o ciclo fundamental do ensino secundário. A exceção era o Ginásio Catarinense, que oferecia o ciclo Complementar Jurídico, que dava acesso à Faculdade de Direito (SILVA, 2008).

No período em que a elitização do ensino secundário, vinculado ao ensino privado, ganhava proporções no Estado, a cidade de Lages, liderada, sobretudo, pela família Ramos, assumiria o aparelho governamental do Estado catarinense como resultado do apoio ao “revolucionário” governo de Getúlio Vargas. Assim, a elite política lageana chegava aos mandos estaduais e procurava implementar projetos que a mantivessem no poder, como já o fizera, na década de 1910, o então governador do Estado, o lageano Vidal de Oliveira Ramos que, como já citado no texto, autorizou a Reforma na Instrução Pública em 1911 no Estado os grupos escolares, reservando o mais imponente para a cidade de Lages, “nenhum outro o igualava em grandiosidade e no esmero de suas instalações” (COSTA, 1982, p. 1.017).

A ausência de iniciativas e investimentos públicos no ensino secundário criou um caminho profícuo, sobretudo, para a Igreja Católica que, na década de 1930, passou a investir em estabelecimentos educacionais em Santa Catarina, assim como em todo o espaço nacional, se utilizando da nova ordem política que ascendia ao poder no Brasil. Sua preocupação no planalto catarinense, desde décadas anteriores, era a de criar meios de permanência do poder religioso entre as elites, também em função da disputa no campo religioso com a Igreja presbiteriana (SILVA, 2008).

Os projetos educacionais católicos estavam presentes na Serra catarinense desde o início do século XX, quando a Ordem Franciscana abre, em 1901, o *Gymnasio São José*. Esta escola de ensino primário e secundário funcionava em regime de internato e externato, voltado para o atendimento de meninos. A implantação deste projeto educacional tinha como objetivo, para além de ofertar o ensino, mitigar o deslocamento dos filhos das elites serrana para outros centros urbanos como o de São Leopoldo no Rio Grande do Sul, para onde os meninos iam estudar no “*Gymnasio Nossa Senhora da Conceição*”. Entretanto, o empreendimento dos padres foi frustrado pelo baixo número de matrículas, o que ocasionou o fechamento do nível secundário em 1904.

Para as meninas, como já citado nesta pesquisa, a Igreja católica empreendeu, por meio da Congregação das Irmãs da Divina Providencia, a abertura de uma escola de ensino primário, que também funcionou em regime de internato e externato – *Colégio Santa Rosa de Lima*. A ação deste empreendimento educacional mantém suas atividades educativas até os dias atuais.

Em 1931, com o propósito de formar futuros dirigentes políticos que tivessem clara a importância das terras lageanas na vida política e administrativa do Estado, frente à elite política do vale do Itajaí (BARRETO, 1997, p. 89-130 apud SILVA, 2008, p. 22), os padres da Ordem dos Frades Menor da

Congregação Franciscana inauguram o Ginásio Diocesano. O ‘imponente’ e ‘austero’ prédio construído para abrigar este novo empreendimento educacional da Igreja católica na Serra catarinense localizava-se a Rua Lauro Muller, um lugar de destaque na paisagem urbanística lageana, situado junto à catedral diocesana, à prefeitura municipal, ao Grupo Escolar Vidal Ramos e ao Hospital Nossa Senhora das Graças. Grandiosa era não somente a sua estrutura física, mas também o fim a que se propunha como empreendimento educacional, fazendo alusão a dois projetos. No primeiro, as elites serranas estavam preocupadas em não se verem ameaçadas no poder, sobretudo o político, e em criar meios de manutenção de seu *status*. A Igreja católica, por sua vez, precisava criar meios de permanência no poder religioso da Serra a partir de uma reestruturação iniciada frente às novas formas de pensar o religioso presente na cidade de Lages (SILVA, 2008).

Para criar uma representação positiva da presença e da importância desta nova instituição na sociedade lageana, os discursos que justificavam esta iniciativa mobilizavam argumentos semelhantes aos utilizados no primeiro empreendimento da ordem franciscana em Lages – o Gymnasio São José –, o de que esta escola nascia para preencher

[...] uma das lacunas que mais se faziam sentir no concernente à docência do ensino de humanidade á nossa juventude estudiosa. Afastados estão, de vez, os inconvenientes de longas viagens dispendiosas podendo, doravante, os srs. pais, nesta zona do planalto catarinense, matricular os seus filhos e protegidos em seu instituto próprio. [...] E ao registrarmos este acontecimento auspicioso, não podemos deixar de ressaltar a boa vontade, a atuação decisiva, enfim, que, neste particular, tiveram as dignas autoridades municipais e estaduais a quem, em boa parte, se deve a vitória alcançada. (A ÉPOCA, 15/04/1933).

Na década de 1930, o Ginásio Diocesano figurou na Serra catarinense como o principal estabelecimento escolar de Lages, tornando-se um dos principais símbolos de orgulho para as autoridades, fossem elas eclesiásticas ou não. Esta instituição fazia parte de um conjunto de símbolos que representavam as antigas tradições e, ao mesmo tempo, as novas necessidades de uma elite moldada pelas relações sociais e econômicas ligadas às grandes fazendas, que, por sua vez, encontravam-se diante da necessidade de mudanças. A fundação do Ginásio Diocesano servia a esse fim e supria a necessidade de escolarização dos meninos dessas famílias (SILVA, 2008). No entanto, como ficariam a escolarização em nível secundário das meninas, filhas das elites serranas? Diante da experiência “exitosa” do Ginásio Diocesano, que causava boas impressões e deslumbramentos a quem a visitava (SILVA, 2008), teria a Igreja católica a intenção de replicar esta experiência para a clientela feminina? Ou seja, teria a Igreja católica uma proposta que atendesse, em moldes semelhantes ao do Ginásio Diocesano, as filhas das elites da Serra catarinense?

Afirmo como positiva a intencionalidade da Congregação das Irmãs da Divina Providência em empreender um projeto semelhante ao desenvolvido pelos padres franciscanos para as filhas das elites da Serra catarinense. Esta assertiva encontra fundamento no conteúdo de uma correspondência endereçada pelo interventor do Estado – Aristiliano Ramos – ao “compadre” Thiago de Castro em 19 de outubro de 1933¹⁹².

¹⁹² A carta enviada pelo Interventor do Estado, o Sr. Aristiliano Ramos, ao seu compadre Thiago de Castro encontra-se disponível no Museu Histórico Thiago de Castro em Lages. É relevante destacar que, no decorrer da pesquisa, buscou-se mapear outras correspondências trocadas por Aristiliano Ramos e Thiago de Castro, no entanto, não foi possível localizá-las.

O acesso ao conteúdo desta carta (Anexo V), uma espécie de resposta a outra correspondência enviada, anteriormente, pelo amigo Thiago de Castro à Aristiliano Ramos, configura uma fresta por onde é possível observar as motivações que levaram à criação da Escola Normal em Lages. Esta visada parte de um novo ângulo, uma vez que os vestígios presentes no documento/fonte são produzidos pelo sujeito que autorizou a ação. As informações sobre a criação desta instituição de ensino, presentes na escrita de Aristiliano Ramos, quando confrontadas com outras fontes/documentos, delineiam um novo cenário para a emergência desta escola.

O conteúdo desta carta possibilitou, também, perceber que o ato de escrever e trocar correspondências era frequente entre o Interventor do Estado, que residia na capital, e o amigo Thiago de Castro, este residia, na ocasião, na cidade de Lages e respondia da seguinte forma: “com a alegria que sempre me dão as suas cartas [...] sou muito agradecido pelo sincero interesse que sempre demonstrou por mim e pelos meus atos de homem público” (RAMOS, 1933). Apesar desta evidência, não foi possível localizar ou reunir outras correspondências trocadas por estes interlocutores, ficando a produção de sentidos aqui desenvolvida restrita a esta única fonte. Malatian (2009) sinaliza que a dificuldade em encontrar correspondências está vinculada à relevância social, política ou cultural do correspondente em pauta, pois, no caso de figuras públicas, torna-se mais difícil o trato com a quantidade e a dispersão dos conjuntos documentais a serem reunidos, além de ocorrer um confronto com a imagem do indivíduo já construída e consolidada pela memória e pela História.

Segundo a mesma autora, o ato de escrever cartas a familiares e amigos “reuniu os indivíduos ansiosos por receber notícias dizíveis [...] e apenas fazer supor as indizíveis” (MALATIAN, 2009, p. 197). A escrita de uma carta cria e sustenta um desejo de reciprocidade, um desejo de que a notícia, a informação, seja apropriada, ressignificada e

devolvida em forma de novas informações. “O envio de uma carta trazia implícito ou explícito um pedido de resposta na conversação realizada à distância” (Ibidem). Esse desejo de reciprocidade, de retorno aos questionamentos e angústias, está presente na carta escrita por Aristiliano Ramos que, pelo movimento da escrita, procurava tranquilizar o amigo serrano acerca de algumas preocupações que o afligiam, dizento, então: “O que me diz em sua missiva, já estava amadurecido no meu pensamento. [...] As mesmas desconfianças e receios que vos assaltam ainda, assaltaram os homens públicos do resto do paiz” (sic). No final da carta, o interventor escreveu: “Por ahi podemos ficar tranquilos. Quanto a aplicação do produto [...] tenho deixado em reserva absoluta, porque, a [...] finalidade dele, não pode ser divulgada, para que não [...] em fracasso o **meu plano**” (sic) (RAMOS, 1933, grifo meu).

Malatian (2009) sinaliza, ainda, que as cartas são trocadas entre grupos detentores de códigos específicos, com exigências de sociabilidade próprias, com interesses específicos. Longe de serem espontâneas, as cartas produzidas por estes grupos adquirem uma dimensão cada vez mais próxima dos preceitos elegidos pelos correspondentes, elas ocultam e revelam seus autores. Na carta escrita a Thiago de Castro, o público e o privado se entrelaçam e constituem uma singularidade que conflui para a elaboração de um plano, de uma ação tramada pelo governador catarinense que envolvia a cidade de Lages, era este: “Para minha terra tudo darei” (RAMOS, 1933). Que intencionalidade tramava Aristiliano Ramos? Quais informações chegaram ao destinatário desta carta na Serra catarinense?

O uso da carta como documento/fonte na pesquisa histórica abre “um grande campo de possibilidades para o historiador” (MALATIAN, 2009, p. 195). A escrita deste documento é o resultado de uma ação solitária de introspecção, “ainda que sua autoria possa ser partilhada por secretários, assessores ou familiares. Trata-se de escrita de si, na primeira

pessoa” (Ibidem, p.195), como bem exemplifica o fragmento “meu plano”, presente na carta de Aristiliano Ramos. Na escrita de uma carta, o “indivíduo assume uma posição reflexiva em relação à sua história e ao mundo onde se movimenta. Nos documentos que a expressam, [...] a palavra constitui o meio privilegiado de acesso a atitudes e representações do sujeito” (Ibidem, p. 195-196).

Nas linhas traçadas, o interventor do Estado contava a Thiago de Castro que

Foi, por uma coincidência, no dia da chegada da sua carta e minutos antes de me ser ela entregue, abordado para entregar as freiras a Escola Normal que ali pretendo crear. Repeli naturalmente a insinuação e disse ser deliberação definitiva crea-la inteiramente laica (sic). (RAMOS, 1933).

Este fragmento, em parte, contribui para problematizar as argumentações e as reflexões construídas até aqui, compreendendo a criação da Escola Normal como resultante da sensibilização do governo em atender aos anseios pela continuidade de escolarização da população, a não masculina e advinda das famílias das elites locais, pois estes frequentavam o Ginásio Diocesano. Os fragmentos contidos nesta carta, quando problematizados, sinalizam para as ações que culminaram na proposta de uma Escola Normal em Lages e elas não visavam atender esta demanda, mas tinham outras possibilidades. Estas possibilidades não incluíam a Congregação das Irmãs da Divina Providência, ou qualquer outra iniciativa da Igreja católica em empreender um projeto educacional na Serra catarinense. Sobre isso, o Interventor do Estado registra na carta que:

Como bem diz, a tentativa de dominação do Estado, por parte da Igreja, no último pleito eleitoral foi [...] visível [...]. As mesmas

desconfianças e receios que vos assaltam, assaltam os homens públicos do resto do paiz, gerando-se d’ahi [...] um trabalho de propaganda contra a interferência do padre e da religião em política. Por ahi poderemos ficar tranquilos (Sic). (RAMOS, 1933).

Na carta, o Interventor informa, ainda, ao “compadre” Thiago de Castro que destinará parte do produto do empréstimo contraído junto ao Governo Federal para “melhorar a instrução dando-lhe grupos onde estes se fazem necessários (RAMOS, 1933). Para a cidade de Lages, o Interventor afirma que construiria a Escola Normal porque sua terra “Ela bem o merece” (Ibidem).

Em 22 de dezembro de 1933, o Interventor do Estado assinou o Decreto nº 445 que criou a Escola Normal em Lages. A partir desse decreto iniciaram-se diferentes movimentos para receber a instituição que formaria os professores para as escolas da Serra catarinense. É por essas ações que a lente, ajustada num grau reduzido da escala, passa a deslocar-se.

5.3 “FICA CRIADA UMA ESCOLA NORMAL NA CIDADE DE LAGES”: O TERCEIRO MOVIMENTO DA LENTE

A criação da Escola Normal vem marcar um progresso sensível na vida intelectual de Lages e do Estado. (RAMOS JÚNIOR, ata de criação da escola normal 18/03/1934).

As palavras proferidas pelo prefeito do Município de Lages, que naquele ato representava também o Interventor Federal no Estado, o Sr. Aristiliano Ramos, abriram a sessão solene de instalação do curso normal em 18 de março de 1934

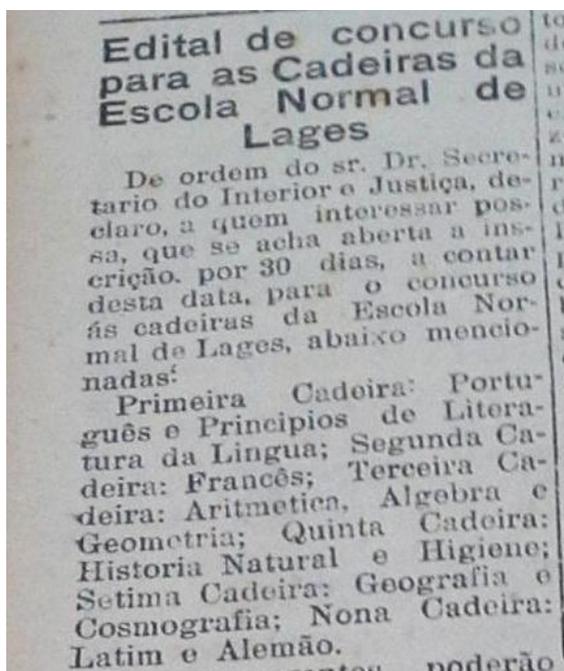
nas dependências do Grupo Escolar Vidal Ramos. Ocorrida no dia anterior ao início das atividades letivas, a sessão para a instalação da Escola Normal contou com a presença de autoridades locais, corpo docente e discente do curso normal e comunidade em geral e foi revestida de um

[...] brilho e um relevo excepcionais, devido não só a magnitude da função de tão importante casa de ensino, como também graças à perfeita compreensão com que o povo lageano correspondeu à expectativa do Governo Catarinense, quando criou o liceu normal da serra. (A ÉPOCA, 28/03/1934).

Para a instalação da Escola Normal em Lages, o Diretor da Instrução Pública do Estado, Luiz Sanches Bezerra da Trindade, enviou para a cidade o professor Barreiros Filho, diretor da Escola Normal da capital. “O ilustre professor que é um dos mais abalizados técnicos de educação [...] em Santa Catarina, veio em missão do governo do Estado, para instalar a Escola Normal, recentemente fundada nesta cidade e presidir os exames de admissão ao primeiro ano” (A ÉPOCA, 11/03/1934).

Anterior aos exames de admissão do corpo discente, o professor Barreiros Filho participou da banca de seleção do concurso que selecionou alguns dos professores, os quais ocuparam as cadeiras da Escola Normal de Lages (Figura 35).

Figura 35 – Edital do concurso para a Escola Normal em Lages

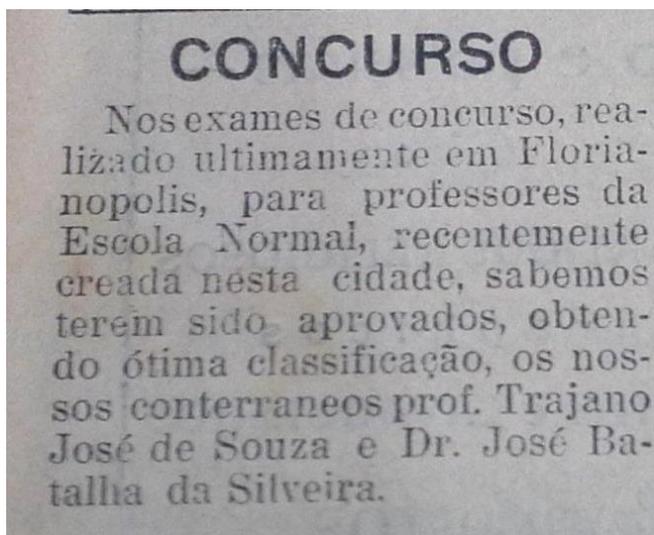


Fonte: Jornal **A Época** de 14 de fevereiro de 1934.

A inscrição para o concurso era feita mediante requerimento encaminhado ao Diretor da Instrução Pública e deveria apresentar os selos estaduais no valor de 10\$000 e o selo federal de Educação e Saúde. Os inscritos deviam também apresentar documentos que comprovassem: 1) Moralidade, mediante folha corrida, passada no lugar onde o candidato tiver residido os últimos dois anos; 2) Ter idade maior de 21 anos e ser eleitor; 3) Ser brasileiro nato ou naturalizado. A exigência dessa documentação estava de acordo com o artigo 87 do Regulamento da Escola Normal, o qual denotava uma preocupação com a conduta do futuro professor, uma vez que este seria um modelo para os jovens alunos.

As etapas do concurso constavam de: a) Prova escrita. Desenvolvimento escrito de qualquer dos pontos, tirados a sorte; b) Prova oral. Arguição recíproca pelos candidatos sobre a matéria sorteada, circunscrita ao ponto; c) Arguição pela Banca examinadora; d) Prova Pedagógica. Lição aos alunos relativa a matéria do concurso perante a mesma comissão. As etapas eram realizadas na capital do Estado, conforme atesta o excerto publicado no jornal local **A Época** em 21 de fevereiro de 1934 (Figura 36).

Figura 36 - Concurso para professores da Escola Normal



Fonte: Jornal **A Época** 21/02/1934.

Na sessão solene de instalação do curso normal, o corpo administrativo e o docente foram apresentados à sociedade local. O quadro a seguir organiza o primeiro quadro de funcionários desta escola.

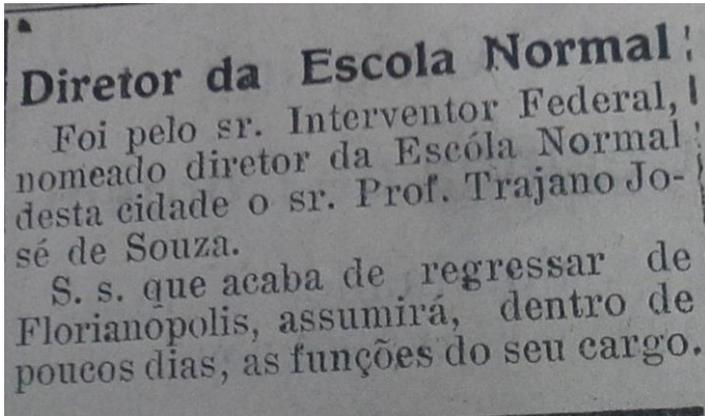
Quadro 8 – Relação de funcionários da escola Normal em 1934

NOME	FUNÇÃO OCUPADA NA ESCOLA NORMAL
Trajano José de Oliveira e Souza	Diretor e lente de Português e Literatura
José Batalha da Silveira	Lente de Francês
Aristóteles Bersou	Lente de História Natural
Jorge Maisonete	Lente interino de Geografia
Armando Ramos de Carvalho	Lente interino de Aritmética
Frederico Hetterich	Lente interino de Latim e Alemão
Nabor Ribeiro	Professor de Desenho e Ginástica
Maria Pais do Amaral	Professora de Trabalhos
Hilda Sanford Arruda	Professora de Música
Judite Batalha da Silveira	Secretária
João Pedro Ghiorzi	Porteiro contínuo
Olímpia de Oliveira Bastos	Bedel
Alfredo Salustiano Rosa	Servente

Fonte: COSTA, L. 1982, p. 1027.

A estrutura apresenta uma divisão no quadro docente em dois grupos: lentes e professores. Os lentes eram os professores que atuavam nas áreas do conhecimento consideradas nobres: ciências, letras e línguas. Os professores atuavam nas matérias auxiliares: desenho, música, ginástica e trabalhos manuais. Do quadro de docentes, apresentado em 1934, somente dois deles foram aprovados no concurso para as cadeiras da Escola Normal: Trajano José de Oliveira e Souza e José Batalha da Silveira (Figura 37). O primeiro foi nomeado diretor da Escola Normal, conforme atesta a publicação do jornal local **A Época**.

Figura 37- Institui o Diretor da Escola Normal em Lages



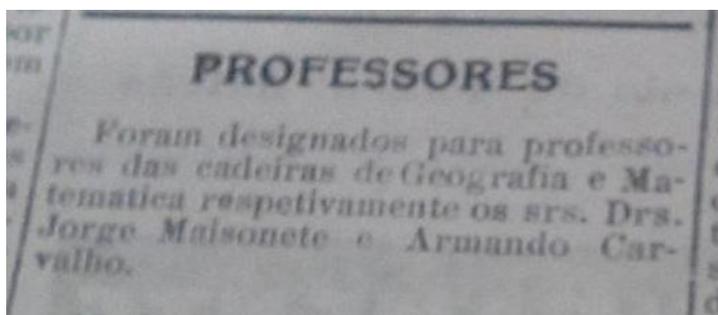
Diretor da Escola Normal:
Foi pelo sr. Interventor Federal,
nomeado diretor da Escola Normal
desta cidade o sr. Prof. Trajano Jo-
sé de Souza.
S. s. que acaba de regressar de
Florianópolis, assumirá, dentro de
poucos dias, as funções do seu cargo.

Fonte: Jornal **A Época** de 04/03/1934.

Os demais professores foram contratados conforme o artigo 109 do Regulamento da Escola Normal, aprovado pelo Decreto nº 1721 de 29 de fevereiro de 1924, que permitia a nomeação de lentes e professores sem passar por concurso. No livro de contratos da secretaria da Escola Normal, localizado no acervo do Museu Thiago de Castro, é possível identificar os professores que se adequaram a essa modalidade de trabalho como, por exemplo, a professora Hilda Sanford Arruda. Formada pelo Ginásio Americano e pelo Instituto Nacional de Música do Rio de Janeiro, Hilda assinou, em 10 de março de 1934, o contrato para ocupar a cadeira de música e canto ofertada no primeiro ano do curso normal. Os vencimentos anuais correspondiam a seis contos de réis (6:000\$000), conforme apresentado no Decreto Orçamentário para a educação do Estado. A duração do contrato ficava restrita à condição “enquanto bem servir”, ou seja, a permanência estava condicionada a variáveis como: desempenho do trabalho, disponibilidade da disciplina, questões políticas, entre outras.

Os professores poderiam, também, serem designados para o exercício do magistério, como ocorrido com Armando Ramos de Carvalho, que era médico, e Jorge Maisonete, que era advogado. No jornal **A Época** de 04 de março de 1934 constam a designação destes profissionais liberais para assumirem, respectivamente, as cadeiras de Matemática e Geografia (Figura 38).

Figura 38 - Designação de professores para a Escola Normal



Fonte: Jornal **A Época** de 04 de março de 1934.

Com o intento de iniciar as atividades do curso normal em Lages, a formação do quadro de professores, para além daqueles que realizaram o concurso, se deu sob a forma de indicação e nomeação. Segundo Pinto (2001), a implantação da Escola Normal em Lages serviu como a materialização para as práticas do clientelismo, pois ela poderia oferecer empregos públicos para as pessoas da localidade, confirmando o fato de a expansão da educação servir como moeda de troca. Essa conjuntura contribuiu para a compreensão de que a publicação de editais para concursos atendia a uma formalidade institucionalizada pelo Estado e também servia como uma

espécie de “tática” para dar impressão da ausência de interferência política¹⁹³.

A modalidade de estruturação do quadro docente da Escola Normal pode ainda ser interpretada como uma urgência na instalação desta escola na Serra catarinense. Urgência resultante do interesse da Congregação das Irmãs da Divina Providência em instalar um curso normal na cidade, conforme registrado na carta enviada pelo Interventor Federal ao “compadre” Thiago de Castro, ou ainda, devido aos cenários políticos estadual e local da época.

Em âmbito estadual, os primos Aristiliano Ramos e Nereu Ramos – ambos lageanos – disputavam o comando político-administrativo do Estado. A dissensão na família Ramos levou para o quadro político local o pêndulo da disputa pelo poder, o que possivelmente motivou Aristiliano Ramos, na condição de Interventor Federal, a instalar a Escola Normal em Lages, uma vez que a implantação desta escola representaria um instrumento de afirmação de seu poder, a expansão da sua liderança política e a perenização do seu nome no contexto educacional, haja vista que esta escola era a segunda instituição pública para a formação de professores primários no Estado e teria, segundo o professor Barreiros Filho, “vantagens advenientes, para este município e zonas circunvizinhas”, além disso, “teria, dentro de alguns anos, normalistas seus aptos, profissionalmente, a substituírem grande parte do professorado provisório, melhorando dessarte o ensino e a sua eficiência nas terras altas do Estado de Santa Catarina” (A ÉPOCA, 28/03/1934).

¹⁹³ A prática da política clientelista materializada na oferta de emprego pode ser constatada, por exemplo, na contratação dos irmãos José Batalha da Silveira e Judite Batalha da Silveira para o corpo docente e técnico da escola normal. Os irmãos Batalha da Silveira eram parentes próximos de Cora Batalha da Silveira, que na década de 1930 era diretora do Grupos Escolar Vidal Ramos em Lages.

O uso de instituições escolares como instrumento da afirmação de poder, da expansão da liderança política e da perenização do nome de políticos na história ainda é uma prática que permanece ativa na história da educação da região da Serra catarinense. Essa assertiva encontra fundamento em acontecimentos recentes, como a inauguração do primeiro Centro de Inovação Tecnológica do Estado – Órion Parque Tecnológico –, ocorrido em 24 de julho de 2016¹⁹⁴ e também na inauguração do segundo colégio militar do Estado, em 15 de fevereiro de 2016 (Figura 39). Essa instituição, assim como a Escola Normal, representa a primeira instituição pública dessa natureza instalada fora da capital do Estado. O idealizador do projeto foi o deputado estadual e, também, sobrinho do governador do Estado, Gabriel Ribeiro, que em 2013 buscou o apoio dos diferentes segmentos sociais para a implantação da escola militar em Lages, dentre eles o Núcleo da Mulher Empreendedora da ACIL e da sociedade maçônica, a fim de assegurar a efetiva implantação da unidade que aconteceu através de uma parceria ente estes segmentos e a prefeitura de Lages.

¹⁹⁴ As informações sobre os Centros de Inovação Tecnológica foram apresentadas no capítulo 3.

Figura 39 - Inauguração do Colégio Militar em Lages

:: 13/02/2016 | EDUCAÇÃO

Além da Capital, Lages é a única do Estado a ter o Colégio Militar



Fonte: Site da edição on-line do jornal **Correio Lageano**¹⁹⁵.

No processo de implantação da escola militar no Município de Lages identificam-se aspectos que se aproximam das ações articuladas pelo governo, os quais culminaram na instalação da Escola Normal na década de 1930. Entre estes aspectos destacam-se a organização do espaço e a urgência na contratação do corpo docente. Acerca do primeiro aspecto, cuja identificação e estruturação do espaço físico para abrigar cerca de 70 alunos (distribuídos em duas turmas com 35 alunos cada, sendo uma do 6º ano do ensino fundamental e outra do 1º ano

¹⁹⁵ Disponível em:

<<http://www.clnmais.com.br/informacao/93836/al%C3%A9m-da-capital-lages-%C3%A9-a-%C3%BAnica-do-estado-a-ter-o-col%C3%A9gio-militar>>. Acesso em 04 abr. 2016.

do ensino médio), ficou sob a responsabilidade da prefeitura. A opção deste órgão público foi, para que a implantação acontecesse de maneira rápida, colocá-la em um espaço provisório, oferecendo todo o necessário para o seu funcionamento. Segundo o prefeito do município, “Estamos procurando alternativa para que seja instalada, mas ao mesmo tempo um projeto de construção da sede definitiva estará em processo de elaboração” (CORREIO LAGEANO, 17/09/2015). Frente a essa situação, não seria o antigo prédio da Escola Normal uma possibilidade para sediar essa nova escola em Lages?

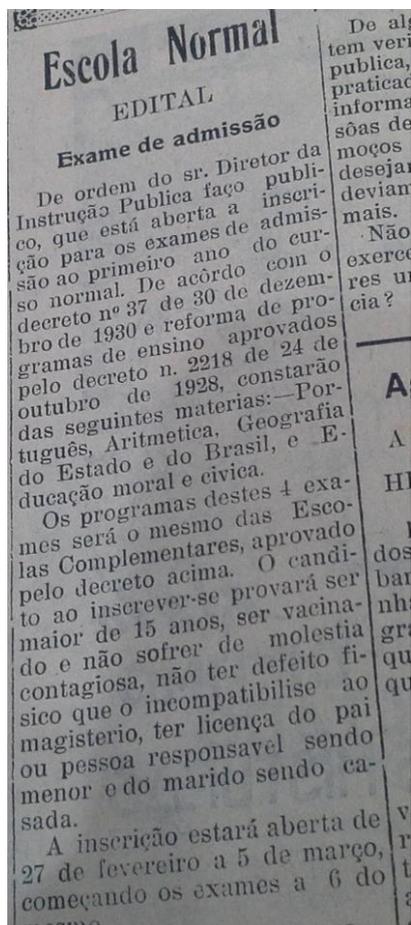
A estruturação do corpo técnico e docente, constituída às pressas para atender a urgência da demanda, é outra semelhança com o processo de instalação da Escola Normal. A condução deste processo ficou sob a responsabilidade do comando da polícia militar que em janeiro de 2016 publicou o edital para a seleção dos professores do colégio militar. A contratação dos aprovados neste edital se deu em caráter temporário, devido à urgência do trâmite.

As experiências históricas vivenciadas por estas duas instituições, mesmo que vividas em contextos distintos, tendem a evidenciar as articulações e as estratégias implementadas pelos governantes para materializá-las no espaço da educação. As semelhanças nos processos são tratadas na história como continuidades. Este enfoque comporta um viés no qual mesmo os marcos estruturais, vistos também como elementos de ruptura que distinguem uma instituição da outra, poderiam garantir eixos de continuidade na história, como, por exemplo, o fato da educação ser utilizada como moeda de troca.

Retornando ao cenário da implantação da Escola Normal na década de 1930, a seleção de alunos que comporiam a primeira turma realizou-se também com a urgência do processo de instalação. O edital para o exame de admissão, publicado no jornal local **A Época** em 21 de fevereiro de 1934 (Figura 40), sinalizava que as inscrições ficariam abertas aos

alunos que cumprissem as exigências previstas no edital, entre os dias 27 de fevereiro a 05 de março, sendo que a prova seria realizada no dia seguinte ao encerramento das inscrições, 06 de março.

Figura 40 - Edital do exame de admissão para a Escola Normal



Fonte: Jornal **A Época**, 21 de fevereiro de 1934.

O relato de uma das alunas desta escola mostra que as articulações para a constituição da primeira turma se iniciaram

antes da publicação do edital. Entre as articulações destaca-se a necessidade de organizar um curso preparatório na tentativa de garantir a eficácia dos alunos no exame de admissão, uma vez que seria exigido do candidato o conhecimento de diversas áreas.

Para criar o curso e dar andamento ao funcionamento da mesma [...]), houve uma dificuldade em encontrar alunos que tivessem condições, para formar a primeira turma [...]. Aí foi que eu entrei na jogada. Foi solicitado nas escolas assim, por exemplo, no GEVR [Grupo Escolar Vidal Ramos]. Tirar os melhores alunos do quarto ano primário. A professora Dona Célia Vieira ficou encarregada de tirar da sala de aula os alunos que fossem melhores. Entramos então eu, a Ilza Amaral, a Ioná Ramos Soares e mais nomes de pessoas conhecidas. Naquele tempo se fazia Ginásio no Colégio Diocesano (instituição confessional), curso complementar no colégio das freiras e no grupo escolar Vidal Ramos. Eram os três que ficavam entre o curso primário e o Normal. Então eles coletaram tudo o que havia em Lages e o Sr. Aristiliano mandou que a Sr^a. Diretora Cora Batalha da Silveira [diretora do Grupo escolar], separasse os melhores alunos. Aí nós fizemos um preparatório no curso primário quarto ano naquela sala debaixo, lá no canto. Nós fizemos o preparatório com a Dona Célia de mais ou menos um mês ou dois. Ela nos deu aulas especiais, para podermos entrar no curso normal. Então nós entramos, não me lembro se fizemos exames, tenho a impressão, acho mesmo que até nem fizemos, entramos direto. Até porque precisava ter um número suficiente de alunos para poder ser criada a escola normal. (GAMBORGI, 2000).

A informação presente no relato da normalista, a de que a mesma não teria prestado o exame de admissão para a Escola

Normal, entra em conflito com a publicação do resultado do exame veiculado no jornal **A Época** em 18 de março de 1934 (Figura 41). Na publicação do jornal, o nome da normalista é indicado entre os candidatos aprovados para o primeiro ano do curso normal em Lages.

Figura 41- Resultado do exame de admissão para o curso normal

Escola Normal de Lages		Human
Exames de Admissão		tiva de
Nos exames de admissão no 1.º ano do curso normal desta cidade, obtiveram média de aprovação os seguintes candidatos:		Lab
Alvina Ataíde Correia-grau	7,50	O Labo
Angelica Bleyer	« 8,30	que é hoj
Cecilia Krebs	« 7,80	o maior d
Cecilia Neves	« 6,00	vez da A
Célia Batalha	« 7,50	oste ano
Cid Borges	« 7,20	benemerit
Dalva Arruda	« 7,00	crear um
Doroti Amaral	« 6,54	em acon
Edla Menezes	« 6,70	para do
Eugenio Burger	« 5,83	fim de,
Eduardo Amaral Filho	« 8,10	as desp
Elza Oliveira	« 7,02	medios.
Emilia Cézar	« 6,30	preço d
Gil Ramos Lucena	« 6,60	Assin
Gerson Andrade	« 6,80	tos o r
Iolita Goss	« 8,50	Aque
Iná Soares	« 7,40	brasile
Irine Castro	« 7,30	afim d
Iza Arruda	« 6,80	pbre
Isolina Gamborgi	« 6,60	saúde
Iraci V. Lemos	« 8,20	mo re
Jacira Borges	« 6,60	valor
Maria do Carmo Santos	« 7,10	dos p
Maria de L. Neves	« 8,10	brasi
Maria de L. Ramos	« 6,30	Ba
Maria José Oliveira	« 7,80	ção t
Nair Castro	« 7,40	ra a
Nair Rodrigues	« 8,00	cons
Sueli Gagliastri	« 7,70	tube
Tereza Passos	« 5,70	lepr
Rubens Morais	« 6,80	digi
Walfrida Goss		ças

Fonte: Jornal **A Época**, 18 de março de 1934. **Destaque meu.**

Entre as exigências prescritas no edital citado, conforme mostra a figura 40, estava a necessidade de o candidato comprovar ser maior de 15 anos. Para a constituição da primeira turma do curso normal esta exigência não foi levada em consideração. No relato da normalista Isolina Gamborgi, por exemplo, a mesma afirma ter entrado para o curso normal com idade inferior ao prescrito no edital. “Eu tinha 13 anos quando entrei, não tinha cabeça e nem preparo” (GAMBORGI, 2000). Filha de um destacado proprietário de terras na região da Serra catarinense, Isolina nasceu em 24 de fevereiro de 1921. Por ocasião da matrícula, para a primeira turma, Isolina, assim como outros alunos (Eduardo Amaral Filho, 26/09/1920, Clélia Rodolfo, 06/04/1920, Ilza Amaral, 20/01/1920, Nilza Andrade Vieira, 03/12/1921), não apresentava a idade de 15 anos, conforme prescrevia o edital. Segundo Isolina, o pai, para atender ao pedido do Interventor Federal, realizou, junto ao cartório de registro, a alteração na sua certificação de nascimento, o que a tornou apta a candidatar-se ao primeiro ano do curso normal. No estudo intitulado **Vestidas de Azul e Branco: um estudo sobre as representações de normalistas (1920-1950)**, Ana Maria Bueno de Freitas aborda a alteração de documentos que comprovavam a idade mínima para o ingresso na Escola Normal. Segundo a autora,

As [...] informantes revelaram que comprovaram a idade necessária para o ingresso através de duas estratégias: cartas de pessoas idôneas, conforme exigido por lei, ou através da alteração da data de nascimento, realizada por aquelas pessoas que, por não terem sido registradas no momento do nascimento, o faziam quando do ingresso na Escola de acordo com as exigências da mesma (FREITAS, 2003, p. 60).

A primeira turma do curso normal foi composta por 51 alunos, conforme atesta o excerto recortado do jornal local **A**

Época, em 28 de março de 1934 (Figura 42). Deste montante, 32 alunos realizaram o exame de admissão (Figura 41), pois era a forma prescrita em lei para o ingresso na escola, e duas alunas foram transferidas das escolas normais localizadas na capital para a Escola Normal de Lages: Emília Araújo e Maria de Lourdes Schmidt Ramos, esta última era filha do Interventor Federal Sr. Aristiliano Ramos e aluna do Colégio Coração de Jesus. Diante disso, pergunta-se: como foram admitidos, na primeira turma da Escola Normal, os 17 alunos que não aparecem aprovados no exame de admissão?

Figura 42 - Composição da primeira turma do curso normal

—São estes os alunos matriculados no 1.º ano do curso normal:

Alaide Batista Dias, Alvina de Ataíde Corrêa, Ana Becari, Angélica Bleyer, Antonio José Souza, Carmen Amaral, Carmen Lidia Ribas, Cecília Krebs, Cecília Neves, Celia Batalha, Cid Borges, Clelia Rodolfo, Dalva Arruda, Danilo Tiago de Castro, Dauri Burger, Dirceu Pires, Dorótilo Amaral, Edla Menezes, Eduardo Amaral Filho, Elza Oliveira, Emília Araújo, Emília César, Eugênio Burger, Gerson Pereira de Andrade, Gil Ramos Lucena, Ilza Amaral, Iná Soares, Iolita Góss, Irací Vieira Lemos, Irene Ramos Castro, Isa Arruda, Izolina Gamborgi, Jacira Borges, Jandira Souza, Julieta Ramos Rosa, Lácia Burger, Leolina Medeiros Córdova, Leonina Krüger, Leonete Krebs, Maria Antonieta Nerbass, Maria de Lourdes Neves, Maria de Lourdes Ramos, Maria do Carmo Santos, Maria José Oliveira, Maria José Ramos de Carvalho, Nair Castro, Nair Rodrigues, Nilza Andrade, Suelf Gagliastri, Zuzana Scóss, Rubens Moraes, Tereza Passos e Valfrida Goss.

Fonte: Jornal **A Época**, 28 de março de 1934.

No estudo realizado por Flávia Maria Machado Pinto sobre a Escola Normal em Lages, a questão sobre o ingresso dos alunos para a primeira turma da Escola Normal é tratada como uma tática do governo para legitimar a instalação deste curso no município. No estudo, a pesquisadora sinaliza que “para o preenchimento das vagas [...] recorreu-se [...] ao que poderíamos chamar, hoje, de fraudes no preenchimento de fichas de alunos matriculados” (PINTO, 2001, p. 89). As informações mobilizadas pela pesquisadora são provenientes das entrevistas realizadas com as normalistas, as quais afirmaram que alguns dos alunos matriculados frequentaram por pouco tempo as aulas. Outros, conforme pode ser atestado nos excertos dos jornais locais, que publicaram os resultados dos exames realizados pelos alunos da Escola Normal, não conseguiram promoção por terem sido reprovados nas disciplinas e acabaram desistindo do curso. No primeiro ano de funcionamento o curso normal promoveu para o segundo ano 26 dos 51 alunos matriculados na primeira turma. Ao final do terceiro ano, o curso contava com 17 alunos, ou seja, dos 51 alunos somente 17 concluíram o curso normal em Lages.

A significativa evasão promove reflexões, estas não serão perscrutadas neste estudo mas merecem ser destacadas: a necessidade de implantar uma Escola Normal para habilitar professores para atuarem na região era de conhecimento somente do governo do Estado? A população, haja vista a evasão na primeira turma, tinha consciência da importância desta escola para a região da Serra catarinense? Os jovens da região tinham interesse na carreira do magistério? O Governo do Estado criou estratégias para abrir o curso normal em Lages e compor a primeira turma com um número de alunos matriculados que superou a orientação de abrir uma turma com 42 alunos, entretanto, este mesmo governo não desenvolveu táticas de retenção e de manutenção desses alunos no curso normal.

Instalado solenemente, o curso precisava funcionar. Como ainda não possuía edificação própria, alunos e professores foram instalados, provisoriamente, nas dependências do Grupo Escolar Vidal Ramos. A construção de um edifício próprio para abrigar a Escola Normal era uma promessa assumida pelo governo para o povo lageano. Em visita aos alunos da primeira turma do curso normal, o Interventor Federal afirmava a estes que em breve mandaria “proceder à construção do novo prédio” (A ÉPOCA, 09 de abril de 1934). Essa promessa começou a ganhar materialidade em julho de 1934 com a abertura do edital de concorrência para a construção do prédio para a Escola Normal. O prédio deveria ser adequado às exigências da moderna pedagogia, “sem que isso signifique uma descabida e injusta predileção, pois que também outras localidades foram igualmente contempladas, Lages terá dentro em breve o seu prédio, onde funcionará, sem os inconvenientes de uma instalação improvisada, a Escola Normal” (A ÉPOCA, 08 de julho de 1934).

Localizado no centro da cidade, conforme mostra a figura abaixo, o terreno destinado à construção do prédio pertencia ao Coronel Belisário Ramos, pai do então Interventor Federal. O Governo do Estado comprou o edifício pelo valor de 12 contos de réis. Parte da área destinada à construção do prédio era ocupada por outras edificações: a casa de Câmara e a cadeia pública, a Loja maçônica e o teatro, que foram retiradas daquele espaço. No tempo presente, estas edificações são citadas, numa reflexão tardia sobre o seu valor histórico para a cidade de Lages, por meio de um memorial a ser construído no local que outrora ocuparam, fazendo vibrar o passado como se fosse o presente.

Figura 43 - Local ocupado pelo prédio da Escola Normal



Fonte: Acervo do Museu Thiago de Castro.

Em 03 de outubro de 1934 foi realizado o lançamento da pedra fundamental. O acontecimento, revestido de grande solenidade, reiterou, nos discursos proferidos pelas autoridades presentes, a “gratidão do povo ao benemérito governo do ilustre Interventor que dotava a, terra lageana do importante melhoramento” (A ÉPOCA, 08 de outubro de 1934). A construção do prédio para a Escola Normal ultrapassou o período em que Aristiliano Ramos ocupou o cargo de Interventor Federal e avançou no exercício de Nereu Ramos nessa mesma função. A conclusão da obra ocorreu em 1936 e foi alvo de críticas, uma vez que o atraso na obra era atribuído às intenções políticas de Nereu Ramos em angariar votos entre a população da Serra catarinense. Sobre as críticas ao governo de Nereu Ramos, o jornal **A Época** publicava que “em sua excursão partidária por esta cidade [Lages], o Sr. governador do Estado brindou os seus conterrâneos com as conhecidíssimas promessas eleitorais, que o público denomina vulgarmente de presentes de gregos” (A ÉPOCA, 26/02/1936). Entre as promessas destaca-se a implantação de uma escola

profissional em Lages. Essa promessa foi recebida pelos jornais locais como alvo de poucas expectativas.

Não se compreende a fundação de uma escola profissional sem lei que a tenha criado [...] É outra promessa [...]. Ademais, pelo estado do edifício da Escola Normal com as obras quase paralisadas em dez meses do seu governo, pode-se fazer um juízo mais ou menos seguro de quando sairia a famosa escola profissional. Melhor fora que o s. ex. acabasse de vez esta obra e fizesse as desapropriações anexas, que são indispensáveis. Não se pode acreditar numa cousa (sic), quando se está vendo que a outra cousa (sic) ainda está exigindo consideráveis gastos. (A ÉPOCA, 26/02/1936).

As críticas à morosidade na construção do prédio da Escola Normal, para além da alusão às promessas feitas durante a campanha eleitoral, encontram também outros aspectos.

Murmura-se [...] sr. Governador, o povo murmura, e *vox populi* [...] que o prédio da Escola Normal não foi terminado, para dar a impressão, pelo tempo em que já o poderia ter sido feito, de que V. Exa. Foi quem mandou construir. [...]. Outros, ainda, Excelência, atribuem o retardamento da dita finalização, a intenção menos lisa, acreditam que V. Exa. A tenham adiado para uma época eleitoral, ocasião em que ainda, seria esticada a verba destinada ao referido serviço. (REGIÃO SERRANA, 12/09/1937).

A imprensa local veiculava comparações entre as ações do governo de Nereu Ramos e as adotadas no governo de Aristiliano Ramos. Sobre essa comparação, o jornal local **A Época** afirmava o seguinte: “E o povo lageano está bem certo que, se o Sr. coronel Aristiliano Ramos tivesse permanecido no governo, a Escola Normal, que ele fundou, em dez meses já, estaria instalada no seu prédio próprio (A ÉPOCA, 26/02/1936).

As dissidências no campo político entre Nereu Ramos e Aristiliano Ramos ressoaram também nas relações entre a Escola Normal e a sociedade lageana. Um exemplo disso foi o evento de formatura da primeira turma dessa escola. Os 17 alunos concluintes do terceiro ano do curso normal discordaram acerca do nome a ser homenageado durante a cerimônia. Uma parte da turma indicou o governador do Estado Nereu Ramos para paraninfo da turma e a outra parte o ex-Interventor Federal Aristiliano Ramos. Segundo o normalista Danilo de Castro, filho de Thiago de Castro, compadre de Aristiliano Ramos, a escolha se daria

[...] em nome da justiça, a homenagem deveria ser prestada ao Sr. Aristiliano Laureano Ramos, convidando-o para paraninfo da turma por ter sido ele que trouxe a escola normal para Lages. Defendi este ponto de vista e recebi o apoio de metade dos colegas. Uma parte da turma manifestou vontade de homenagear o Sr. Nereu Ramos, que ocupava o cargo de Interventor do Estado no momento. A turma dividida em sua opinião [...] os ânimos se exaltando, os pontos de vista se chocando, chegamos à conclusão que então faríamos escolhas separadas. Resultado de tudo isso, foram feitos 2 quadros, 2 formaturas. (CASTRO, 2001).

Ainda sobre o episódio da divisão da turma a respeito da homenagem a ser realizada na formatura, as lembranças da normalista Susana Scós acrescentam que

[...] foi um debate na cidade [...]. Quem fosse do lado do Nereu que era o interventor atual poderia ser nomeado no ano seguinte à formatura, como professor substituto contratado. Se logo em seguida fizéssemos o Vocacional poderíamos então ser nomeados Diretores de Grupo escolar, como foram nomeados mais tarde Alaíde Batista, Clélia Rodolfo, Eduardo Amaral Filho. Alguém foi nos avisar, esse alguém não me lembro. Mas o Diretor Marcio Garcia falou alguma coisa reforçando o fato das nomeações conforme a escolha. Sabe-se que o Nereu era um homem que como se diz não perdoava as coisas, dizem até que ele era vingativo, não esquecia o que lhe faziam. A todos que lhe pediram nomeação ele deu. Eu por necessidade de trabalhar escolhi como paraninfo o Nereu. [...] casei e fui morar em Nova Trento. Não havia vaga naquela região. Meu marido foi a Florianópolis falar com Nereu, não teve dúvidas, lembrou que foi paraninfo de nossa turma. Ele criou uma escola em Vigolo [...] e me nomeou para esta escola. (SCÓS, 2001).

Os receios acerca das represálias aos normalistas, que escolheram Aristiliano Ramos como paraninfo da turma, materializaram-se em aspectos como a retenção de alunos nas provas finais. Sobre isso, a normalista Jacira Borges afirma que “dois dos nossos ficaram em segunda época, eram décimos os pontos que faltavam. Foi assim uma perseguição (por que dois do lado do Aristiliano?)” (BORGES, 2001). Outra ação de represália constitui-se nas táticas articuladas pelo governo para

impedir o ingresso de alunos como Danilo de Castro no curso vocacional. Sobre isso, o normalista aponta que

Quando terminou o curso normal secundário, os alunos tinham que fazer mais 2 anos de um curso que se chamava Superior Vocacional, isto segundo eles para poder lecionar nos Grupos e até na Escola Normal. Então no primeiro ano do Curso Normal Superior Vocaciona, bom, eu soube isso bem mais tarde, por linhas travessas, que tinha chegado ordem do Interventor Nereu Ramos, lá da capital, para o Diretor Mario Garcia, que eu tendo sido líder do movimento que fez a divisão da turma, deveria ser reprovado. E foi o que ocorreu, neste tempo se podia rodar em algumas matérias, logo podia fazer segunda época, mas se rodasse em duas, então me fizeram reprovar em desenho e em filosofia, eu não pude repetir o ano porque meu pai não permitiu e me pôs trabalhar de empregado no comércio. O professor de desenho, que era quase formado pela escola de Belas Artes do Rio de Janeiro, era lageano, ele quando me comunicou que eu tinha reprovado – quer dizer, forçaram ele a me reprovar, era uma pessoa muito boa, calma, mas era nomeado pelo Interventor – eu nunca me esqueço quando me comunicou que eu também tinha reprovado em desenho (isso é matéria que ninguém roda, não é?) eu notei rapidamente que ele estava com os olhos cheios d'água. Bom, penso que pelo lado emocional ele nunca faria isso, mas pressionado pelo Diretor e o Interventor. Aí, eu te digo, alguma conotação política com o fato. Declarada. Tanto que (esses fatos quase inéditos, não é?) meus colegas continuaram, e os que continuaram passaram a lecionar mais tarde, e eu fiquei no ar, quer dizer, professor que era, mas que não era [...] e não teve jeito, eu não segui a profissão. (CASTRO, 2001).

É em meio a este cenário de conflitos e dissidências políticas que o prédio da Escola Normal ganha, aos poucos, materialidade e forma no cenário da cidade de Lages. Construído sob as “adequações das exigências da pedagogia moderna” (A ÉPOCA, 08/07/1934), o prédio, inaugurado em 1936, apropriou-se de alguns elementos da arquitetura dos prédios escolares paulistas. Destaca-se que, na história da educação em Santa Catarina, é recorrente a aproximação, a interlocução e a transferência de modelos e recursos pedagógicos entre o Estado catarinense e o Estado de São Paulo¹⁹⁶.

Considerado um dos edifícios mais representativos da presença do Estado e referência na paisagem urbana, o prédio escolar ganha espaço nas pesquisas da história da educação, sobretudo nas abordagens que problematizam a arquitetura e os espaços escolares adequados aos novos projetos pedagógicos e às necessidades da escola, em especial da escola pública. Nessa abordagem, destacam-se os trabalhos de Marcus Levy Bencostta¹⁹⁷, Ana Paula Pupo Correia¹⁹⁸ e Fabiana Valeck de Oliveira¹⁹⁹. Esta última, no estudo intitulado **Arquitetura Escolar Paulista nos anos 30** defende que para a arquitetura das escolas em São Paulo “a década de 30 configura um período que compreende a produção de exemplares de gosto eclético e o início da produção do movimento moderno, concretização de experiências no desenvolvimento de projetos com feições modernas” (OLIVEIRA, 2007, p. 14). Para a autora, a arquitetura escolar no Estado paulista conformou um indicador de atualização e modernização, pelo qual a cidade passou na década de 1930 e que remete a manifestações

¹⁹⁶ Ver estudos de TEIVE (2007), GASPAR DA SILVA (2006) e NOBREGA (2000).

¹⁹⁷ BENCOSTTA (2001; 2007; 2011).

¹⁹⁸ CORREIA (2004; 2013).

¹⁹⁹ OLIVEIRA (2007).

características do que mais tarde se convencionou chamar *Art Déco*.

Marcada por linhas simplificadas, pelo despojo dos ornamentos, pela verticalização dos edifícios e pela difusão do uso racional das estruturas de concreto armado, a tipologia arquitetônica dos prédios escolares em São Paulo dialogava com o processo de modernização dos princípios pedagógicos no Brasil, levada a cabo por educadores em diferentes regiões do país, em conjunto com arquitetos, médicos e higienistas.

A década de 20 do século XX é marcada por um período de iniciativas e reformas na educação. Várias reformas foram realizadas no Brasil, com destaque para as reformas de Sampaio Dória (1920) em São Paulo, de Lourenço Filho (1922) no Ceará, de Anísio Teixeira (1924) na Bahia e de Fernando de Azevedo (1928) no Distrito Federal. As ressonâncias destas reformas configuram um movimento maior no campo da educação, conhecido como um dos movimentos mais importantes desse período, a Escola Nova (proposta pelo Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, publicado em 1932). Em linhas gerais, o Manifesto pautou-se na defesa da escola pública obrigatória, laica e gratuita, além de defender princípios pedagógicos renovados inspirados nas teorias de Dewey, Kilpatrick e outros. As proposições apresentadas pela Escola Nova, mesmo que brevemente²⁰⁰, influenciaram novas propostas para a arquitetura escolar, uma vez que definiram os novos conceitos para os edifícios escolares. Entre os novos conceitos para a elaboração de projetos e execução de obras para a edificação escolar destacam-se: salas de aula amplas, claras e ventiladas, pintadas em cores claras; dependências de trabalho; salas para administração e professores; auditório; sala de jogos e de educação física; sala de canto; de festas; e espaço destinado ao cinema educativo. Os novos projetos

²⁰⁰ As diretrizes do Manifesto tiveram curta duração. Em 1937 Getúlio Vargas cria o Estado Novo e novas diretrizes são lançadas para a educação do país.

contemplavam, ainda, instalações sanitárias, como gabinetes de assistência médica e dentária (OLIVEIRA, 2007). O partido arquitetônico adotado inspirava-se em modelos da arquitetura moderna presentes em outros países, como descrito no relato do diretor de ensino do Estado de São Paulo.

A opinião foi francamente favorável à arquitetura moderna. Modernismo sóbrio, discretamente sentimental, mais próximo do equilíbrio francês, do que do arrojo desconcertante das composições mexicanas. [...] souberam apreender com fidelidade e projetar com arte o pensamento dominante, preocupado em idealizar casas escolares simples, alegres e baratas, mas invariavelmente subordinadas, no seu arranjo estrutural, à educação e à higiene. (ALMEIDA JÚNIOR, 1936 apud OLIVEIRA, 2007, p. 70).

Buscando romper com os estilos arquitetônicos vigentes até então, as novas tipologias arquitetônicas para as escolas paulistas inseriam, na estrutura física, novos elementos como o uso do concreto armado em suportes estruturais, vigas e pilares, além das lajes e dos pisos para as salas de aula. Nos novos prédios foram introduzidas a aplicação de sistemas de impermeabilização, que permitiram a distribuição de ambientes no nível do solo e o aproveitamento da topografia do terreno, abolindo o uso de porões altos. Também se contava com a instalação de esquadrias metálicas que, aliadas ao uso de vergas em concreto armado, passaram a vencer maiores vãos e conferir maior horizontalidade às aberturas das janelas (OLIVEIRA, 2007).

Apesar da introdução do concreto armado em vários elementos, seu uso foi limitado por se tratar de uma técnica construtiva cara e que necessitava de mão de obra especializada. Em geral, os edifícios foram executados em alvenaria e a cobertura em estrutura convencional de madeira

com cobertura em telhas francesas, ocultas com a execução de platibandas.

Os prédios escolares construídos na década de 1930 no Estado de São Paulo, sob a perspectiva da modernização da arquitetura escolar, são considerados edifícios significativos do ponto de vista arquitetônico e representam um processo de modernização dos princípios pedagógicos no Brasil, além de indicarem os novos objetivos da escola pública. Trata-se de uma conjuntura levada a cabo por educadores de diferentes regiões do país, em conjunto com arquitetos, médicos e higienistas, principalmente a partir de meados da década de 1920. No Estado paulista, a nova estética dos prédios escolares não decorre apenas da aplicação de um novo estilo de época ou da busca por um novo estilo arquitetônico. Aborda uma nova arquitetura, moderna em sua concepção, considerando que as diretrizes inovadoras do programa arquitetônico, a racionalidade e a funcionalidade dos projetos desenvolvidos e a busca da economia na construção, foram resultados das novas necessidades do edifício escolar. Racionalidade e funcionalidade estas que não criaram, necessariamente, "projetos-tipo" para serem distribuídos em larga escala pelo território paulista, mas que permitiram adotar soluções diferenciadas para cada novo prédio (OLIVEIRA, 2007).

Em Santa Catarina, a construção de edifícios projetados e construídos especificamente para abrigar escolas tem início nas primeiras décadas do século XX, no governo de Vidal Ramos, contemplando, nos primeiros anos, um único tipo de escola – o Grupo Escolar. Segundo Souza (1998, p. 122), nas últimas décadas do século XIX, políticos e educadores passaram a considerar indispensável a construção de espaços edificadas para a o serviço escolar: "o termo 'escola', além de aplicado à instrução ministrada a um grupo de alunos, passa a referir-se a um espaço especializado com características apropriadas à sua função". O prédio escolar deveria exercer

uma função educativa no meio social, estabelecendo a importância da escola e o espaço por ela ocupado.

A política para construções de prédios dos grupos escolares adotada pelo governo catarinense promoveu a inserção destes espaços como símbolos da importância atribuída à educação, ao progresso e às realizações governamentais. Os novos prédios escolares, a exemplo do prédio edificado em 1912 para abrigar o grupo escolar em Lages, tornaram-se marcos na paisagem urbana com características próprias que os diferenciam de outros edifícios públicos e particulares, representam o espaço específico destinado à realização de atividades e práticas educativas. A qualidade da construção, a riqueza de ornamentos e os detalhes representam essa importância atribuída à escola nos primeiros anos da República. Nesse período foram desenvolvidos e construídos projetos para edifícios escolares atendendo às novas preocupações pedagógicas e, principalmente, aos padrões de higiene e organização espacial requeridos pelo Governo.

Estes projetos, espelhados nos modelos das escolas paulistas, estes projetaram-se no ecletismo do panorama europeu do momento, apresentavam partidos arquitetônicos e características comuns entre si: a separação dos alunos por sexo (através de escolas masculinas e femininas ou na divisão delas dentro do mesmo edifício); o desenvolvimento do projeto em torno de um eixo de simetria, com esquemas de circulação geralmente em “U” ou “H”; e a formação de um pátio interno. A diferença dos projetos estava principalmente no número de salas de aula, na implantação, nas fachadas específicas para cada edifício e, sobretudo, no local (cidade) que receberia a escola. Lages, por exemplo, recebeu um grupo escolar com dois pavimentos. No período da instalação dos grupos escolares, o prédio em Lages foi o único construído com essas características no Estado.

A dimensão simbólica do edifício escolar é apontada também como fator de uma ação educativa no meio social, dentro e fora dos seus contornos. Para Viñao Frago e Escolano (2001, p.33),

A arquitetura escolar é um elemento cultural e pedagógico não só pelos condicionamentos que suas estruturas induzem, [...] mas também pelo papel de simbolização que desempenha na vida social. [...] A escola projetaria seu exemplo e influência geral sobre toda a sociedade, como um edifício estrategicamente situado e dotado de uma inteligência invisível que informaria culturalmente o meio humano-social que o rodeia.

Nessa perspectiva, a arquitetura escolar pode ser considerada um programa educador, ou seja, como um dos elementos do currículo. A localização da escola e suas relações com o entorno, o traçado arquitetônico do edifício, seus elementos simbólicos, próprios ou incorporados, e sua decoração correspondem a padrões culturais e pedagógicos que podem influenciar na formação do aluno (OLIVEIRA, 2007).

Iniciado em um período de transição do Governo do Estado, o prédio construído em Lages passou por uma reorganização institucional. A edificação, iniciada sob a orientação de Escola Normal, foi concluída sob a nomenclatura de Instituto de Educação. Em 1935 as Escolas Normais em Santa Catarina foram transformadas em Institutos de Educação por meio da Reforma Trindade (Decreto nº 713, de 08 de janeiro). Cabe destacar que a mudança na denominação, de Escola Normal para Instituto de Educação, significou transformações na concepção dos cursos de formação de professores, ultrapassando, assim, a questão de nomenclatura (SILVA, 2005). O processo de “cientificização” do campo pedagógico brasileiro impulsionou o debate sobre os fundamentos científicos necessários para a formação de

professores catarinenses. Desta forma, as novas concepções sobre a formação de professores, baseadas nos princípios da Escola Nova, impulsionariam outras reformas na educação do Estado.

O prédio construído para abrigar a escola secundária em Lages apresenta traços do Movimento da Escola Nova. O novo prédio diferenciava-se em proposição e tipologia arquitetônica da outra escola pública presente naquele cenário urbano – o grupo escolar. Este último, como já mencionado no texto, caracterizou arquitetonicamente um período da história da educação catarinense em que a escola precisava criar estratégias de visibilidade e, para tal, buscou na materialidade de seus edifícios construir a dimensão simbólica necessária para a função que desempenha na vida social.

Entregue à sociedade serrana em 1936, o edifício dessa nova escola (Figura 44) estruturava-se em “dois pavimentos com caráter racionalista e moderno” (PT. nº 21/13 – GEPET, 18/04/2013). A construção apresentava uma técnica usual aplicada até a primeira metade do século XX no interior do Brasil, na qual o uso do concreto armado ainda era uma exceção. As paredes são largas, autoportantes, o assoalho é apoiado sobre o barroteamento de madeira e o telhado, com estrutura de madeira e cobertura cerâmica, eram características construtivas da época. “As fachadas de linhas retas e completamente despidas de ornamentos, rasgadas por amplas janelas basculantes metálicas, como até hoje se mantém, contrastavam com o casario primitivo de poucos sobrados que ainda predominava em Lages na década de 1930” (PT. nº 21/13 – GEPET, 18/04/2013).

Figura 44 - Instituto de Educação de Lages



Fonte: Acervo do Museu Thiago de Castro.

A nova construção, materializada no espaço central da praça João Costa, contava ainda com um anfiteatro com palco. Essas características, segundo o parecer técnico produzido pela Fundação Catarinense de Cultura em dezembro de 2012, conferem ao edifício uma importância para a cidade da época. Importância essa que, em nome do progresso e da modernização, está ameaçada de desaparecer da textura urbana para dar lugar a um novo espaço de sociabilidades e de novas significações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não se trata de tudo preservar e nem de tudo descartar. É preciso procurar percorrer o caminho para o futuro sem, todavia, esquecer o passado. A preservação do patrimônio histórico escolar não deve dissociar arquitetura, espaço escolar, mobiliário, equipamentos e outros bens. É preciso compreender a dinâmica das atividades escolares e nelas buscar a formação de futuras gerações conscientes sobre o valor do patrimônio histórico e cultural. (OLIVEIRA, 2015, p.144).

O patrimônio cultural tem a capacidade de encarnar múltiplos sentidos (CHAGAS, 2003, p. 45), no entanto, os seus significados não são naturais ou inerentes (CHAGAS, 2003; GONÇALVES, 2002), mas construídos, produzidos por sujeitos sociais que estão enredados em relações de poder e em contextos sociais específicos. Dessa forma, o patrimônio não significa, pois são os grupos e os sujeitos sociais que constroem o seu sentido, disputam a hegemonia de suas representações e deliberam sobre o seu destino. No trabalho por ora se encerra, a conceituação /fabricação do que é ou não é um patrimônio cultural e, em consequência, a sua representação no imaginário social, bem como a construção de seus sentidos a sociedade, foi perscrutada na experiência temporal posta à edificação da escola normal em Lages. No decorrer do trabalho, problematizaram-se as tensões decorrentes da presença dessa edificação em uma conjuntura de transformação acelerada da paisagem urbana motivada pela proposta de revitalização do centro da cidade de Lages apoiada na concepção de um projeto funcional e moderno.

O fechamento desse prédio, que abrigou na década de 1930 a segunda Escola Normal pública do Estado de Santa Catarina, deflagrou a emergência de um campo de conflitos

sobre o seu destino. Desse campo, com propostas antagônicas para o uso do espaço, formaram-se dois grupos. O primeiro grupo, composto pelo poder público federal (representado pela promotoria de justiça), pais, alunos, funcionários da escola e alguns políticos locais, defende a permanência e a preservação do edifício. Entretanto, na leitura realizada para a construção desta tese, identificou-se que o esse grupo não construiu uma proposta, um projeto que materializasse um uso para esse espaço. Essa fragilidade foi também destacada por um dos conselheiros do CEC, quando diz que “Querem preservar, mas, não apresentaram um projeto para o uso do espaço, não sabem o que fazer com o edifício” (ATA nº 10, CEC, 2015, p. 5). Para além da ausência de propostas de uso do espaço, os interessados na permanência do prédio não mobilizaram uma ação para que o mesmo fosse registrado/tombado como patrimônio. Vale destacar que o prédio era protegido pela Lei Orgânica do Município, mas não estava registrado/tombado como patrimônio. Esse *gap* possibilitou ao Legislativo Municipal, por “encomenda” do Governo do Estado, suprimir o edifício da lista de bens protegidos. Nos autos da Ação Civil não há indícios de solicitação para tombamento, ou seja, não existe um pedido de tombamento do prédio no âmbito estadual realizado pelo grupo, ou por um membro deste grupo, que defende a sua permanência no centro de Lages. Assim,

[...] por lei, a única coisa que pode manter um prédio e assegurar que não seja demolido é se ele for tombado como patrimônio histórico. O prédio do colégio Aristiliano Ramos não é tombado, e o Estado conta com posições técnicas da Fundação Catarinense de Cultura e do Conselho Estadual de Cultura favoráveis à demolição²⁰¹.

²⁰¹ Disponível em:

<<http://www.pge.sc.gov.br/index.php/imprensa/noticias/1462-predio->

A abertura de um processo de tombamento de um bem cultural ou natural pode ser solicitado por qualquer cidadão, por uma organização não governamental, por um representante de órgão público ou privado, por um grupo de pessoas por meio de abaixo assinado. Enfim, diante dessa questão, emerge um desvio na problemática dessa pesquisa. Qual é o interesse em trazer para o âmbito de um litígio judicial o embate pela permanência de uma estrutura física com o peso de patrimônio cultural se não é produzido um meio para posicioná-la como tal? Seria o caso do prédio da antiga escola uma espécie de gatilho para deflagrar um embate que se dá numa dimensão para além das questões do patrimônio?

Recentemente²⁰², o país vivenciou a escolha dos representantes municipais dos Poderes Executivo e Legislativo. Na cidade de Lages, três candidatos concorreram à prefeitura, entre eles, conforme sinalizado, encontrava-se o político Marcius Machado, que até então se destacava no embate pela permanência da edificação da escola normal. Nas propostas de governo apresentadas pelos candidatos à prefeitura estão evidenciadas as prioridades para educação, saúde, mobilidade urbana, segurança pública, qualidade de vida, meio ambiente, entre outros temas essenciais à gestão de um município. No entanto, nenhum dos planos de governo, nem mesmo o do político nominalmente citado, apresentou propostas no campo do patrimônio cultural ou das políticas públicas para o patrimônio cultural²⁰³. É importante destacar que Lages vive, no tempo presente, conforme apresentado no capítulo 4, descompassos nas ações para a preservação do patrimônio

antigo-pode-ser-demolido-para-revitalizar-centro-de-lages>. Acesso em 09 out. 2016.

²⁰² Em 02 de outubro de 2016, os eleitores brasileiros votaram em seus líderes municipais (Prefeitos e Vereadores).

²⁰³ Disponível no *site* do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ou em: <<http://www.clmais.com.br/informacao/99196/confira-as-propostas-de-governo-de-cada-candidato-a-prefeito-de-lages>>. Acesso em: 09 out. 2016.

cultural no município. Esses descompassos denotam a urgência na reconfiguração das políticas públicas de proteção e preservação do patrimônio cultural. A ausência de propostas que movimentem e ampliem a compreensão do que é patrimônio cultural, não somente no plano de governo dos candidatos à prefeitura de Lages, mas em outras instâncias – como a implantação de cursos de educação patrimonial, entre outras ações que possibilitem à população a apropriação e a ressignificação de informações sobre o patrimônio, ou que permitam à população ter um papel ativo na transformação patrimonial – incorre na manutenção do estereótipo do patrimônio formado por edificações antigas, consideradas intocáveis, bem como na manutenção do processo de seleção e deliberação do que é ou não um patrimônio a permanecer sob a égide dos grupos hegemônicos.

O segundo grupo, que compôs o cenário das disputas pelo prédio da antiga escola, é constituído pelos poderes público estadual e municipal. Este grupo propôs a demolição do imóvel e a construção no local de um novo espaço de sociabilidades, que dará à cidade um ar de modernidade. As estratégias implementadas por este grupo, pautadas, sobretudo, na falta de valor histórico da edificação e na escassez de orçamento público para restaurá-la, cooptaram ao longo do processo outros grupos como o Conselho Municipal de Patrimônio Cultural, a Fundação Catarinense de Cultura e o Conselho Estadual de Cultura, os quais num primeiro momento mostravam-se favoráveis à permanência da antiga edificação.

As alterações dos pareceres expedidos pelas instituições que deliberam sobre o patrimônio cultural em âmbito municipal (COMPAC) e em âmbito estadual (CEC e a FCC) envolveram relações de poder entre os diferentes sujeitos sociais que compõem esses grupos. Um exemplo desse envolvimento foi destacado no capítulo 3, quando se abordou o exemplo da criação, em julho de 2015, da Comissão de Pareceres Técnicos dentro da FCC (constituída por servidores

nomeados politicamente). A criação dessa comissão teve como principal objetivo a produção de um parecer técnico desqualificando o Colégio Aristiliano Ramos. A produção e a publicação desse parecer removeram um dos obstáculos para a demolição do prédio da escola normal em Lages. Outro caso que se apresenta como um indicador das relações de poder, interesses políticos e econômicos instalados entre os grupos, diz respeito à produção do primeiro documento técnico que compôs a Ação Civil movida pelo Ministério Público no fórum de Lages. Solicitado pelo promotor de justiça ao historiador e presidente do IHGL, o primeiro parecer atesta ser “razoável concluir-se que a cultura da sociedade lageana com um todo não depende da permanência física daquela construção arquitetônica contemporânea”²⁰⁴. A assertiva encontra estranhamento se tangenciada pelo indicador de que o IHGL configura uma instituição comprometida em problematizar, valorizar e dar visibilidade à história de Lages e da Serra catarinense.

Fundada em 2006, o IHGL tem como objetivo contar a história lageana e serrana, além de fomentar as discussões dos temas constitutivos da história regional²⁰⁵. Entretanto, o órgão tem como presidente, desde a sua fundação até o presente, o historiador Cláudio da Silveira, que também é proprietário da **Revista História Catarina**. A edição e a produção dessa revista contam com o apoio e o fomento do Governo do Estado de Santa Catarina. Essa informação é importante uma vez que reitera as ponderações de Pierre Bourdieu (2007) acerca das negociações de significados que ocorrem dentro dos grupos sociais. Segundo o autor, é a partir dessas negociações que se

²⁰⁴ Disponível em:

<<http://www.historiacatarina.com.br/noticias.php?id=22>>. Acesso em: 09 out. 2016.

²⁰⁵ Disponível em: <<http://www.clmais.com.br/variedades/52342/instituto-pretende-resgatar-e-preservar-a-hist%C3%B3ria-de-lages-e-dos-lageanos>>. Acesso em: 09 out. 2016.

formam as disputas simbólicas por distinção e por legitimidade cultural, impondo-se como uma verdade para seus pares e para além deles. Assim, o parecer produzido pelo presidente do IHGL, levando-se em conta o peso representado por esse documento a partir do seu local de produção, configurou um mecanismo que validou, legitimou e reproduziu, na conjuntura social e para além dela, a ausência do valor histórico para o prédio da antiga escola. Esse processo contribuiu para que o prédio não fosse reconhecido como um patrimônio a ser preservado. O parecer produzido a partir do grupo que propõe a demolição da antiga escola fragilizou as representações desse edifício, pois contribuiu para mitigar e enfraquecer a sua relevância para a construção de uma identificação dos sujeitos que a frequentaram, de sua relação com o tempo e espaço e, também, na construção da memória. Para tal, o parecer evocou a lembrança de uma normalista com o propósito de legitimar uma representação favorável à retirada do antigo prédio. É importante destacar que a normalista (Teresa Setti) compõe o conselho editorial da **Revista História Catarina**.

A professora aposentada, Teresa Setti de Liz, 75 anos, formou-se neste educandário, em 1956, como Normalista, quando ali funcionava a Escola Normal Vidal Ramos, de Lages. Ela declarou que se o prédio for demolido para dar lugar à ampliação de uma moderna praça central lamentará o fechamento do Colégio, e, ao passar no local, lembrará do Educandário em que se formou como professora, mas entende que, pelos motivos expostos, o local não é mais apropriado para abrigar uma Escola.

Este sentimento saudosista é compreensível que esteja presente nos professores e em algumas pessoas mais idosas que foram alunos deste

Colégio e ali escreveram boa e significativa parte de suas vidas²⁰⁶.

Sob essa perspectiva, a relevância da pesquisa consiste em compreender o patrimônio, não como um dado naturalizado, mas como uma representação construída por grupos sociais que disputam e imprimem – através de representações patrimoniais – formas particulares de organização da vida em sociedade.

O esforço empreendido no delineamento da escrita do texto considerou como premissa a assertiva de que a seleção dos itens a serem tombados e consagrados como patrimônio cultural é uma operação política que envolve tensões, negociações e conflitos de interesses²⁰⁷. O patrimônio cultural, ou o bem cultural que o compõe, não é neutro, com sentido fixo ou estável, mas sempre interpretado com valor nas relações dos homens entre si. Os objetos corporificam valores, ideias, representações e projetos políticos, servindo como ferramentas/mecanismos para a manutenção e a (re)produção do poder. A fabricação desses objetos, como bem cultural, é decisiva nos processos de formação das modalidades de autoconsciência individual e coletiva, uma vez que não só orientam, mas também estruturam as próprias posições e domínios desses indivíduos e grupos no espaço social (GONÇALVES, 2007). As disputas pela definição de quais bens entram e quais ficam de fora do rol do patrimônio indicam, portanto, os modos distintos como os indivíduos e grupos se apropriam, atribuem sentido e articulam a categoria “patrimônio” em suas experiências culturais e históricas (CANCLINI, 2006).

²⁰⁶ Colégio Aristiliano Ramos – Lages: Preservar a edificação ou derrubá-la para a construção de uma praça? Disponível em: <<http://www.historiacatarina.com.br/noticias.php?id=22>>. Acesso em 09 out. 2016.

²⁰⁷ Sobre Patrimônio, negociação e conflito, ver Velho (2006).

Foi dessa perspectiva que se buscou problematizar o patrimônio como um fato social atravessado por tensões, negociações e conflitos de interesse entre projetos distintos de uso, apropriação e significação da herança cultural. A partir da leitura das variadas fontes se destacou a emergência de um campo de conflito de representações acerca da presença do prédio da escola normal em Lages entre o grupo que defende a permanência da construção no espaço urbano e o grupo que propõe a demolição do prédio. Tal “campo do patrimônio” expressa, portanto, a luta desses grupos pela interpretação, demarcação, classificação, representação e apropriação de espaços simbólicos do passado legítimos na produção do patrimônio cultural em Lages.

Os questionamentos que permearam a pesquisa referem-se às diferentes representações de patrimônio cultural e às formas como esse patrimônio é apropriado e ressignificado pelos grupos, a ponto de não constituir significado ou de ter seu significado substituído facilmente por outros menos duradores, os quais absorvem valores provisórios decorrentes de estratégias implementadas pelos grupos. Entre as estratégias produzidas pelos grupos estão a desqualificação do prédio da antiga escola como patrimônio cultural, a ausência de valor histórico e, ainda, a justificativa de que, com o crescimento na área central da cidade, a fachada da edificação ficou acanhada, subsumida no meio de prédios do entorno e perdida, fora do contexto diante dos inúmeros eventos que acontecem na Praça João Costa (Calçadão) tais como o Recanto do Pinhão, que ocorre durante a Festa Nacional do Pinhão.

A tese buscou contribuir com a produção historiográfica da educação em Santa Catarina através do caso paradigmático do prédio da escola normal, o objetivo é demonstrar a existência de conflitos de interesses entre dois grupos que disputam diferentes usos para a edificação. Entretanto, é relevante destacar que não se desconsidera os sujeitos que ficaram de fora desse campo de conflitos. Estes sujeitos são os

que não manifestaram posicionamentos acerca da situação do prédio na cidade de Lages e, por opção, não foram abordados na pesquisa.

A estrutura do texto problematizou a noção de patrimônio, considerando-o como categoria dotada de historicidade que se altera ao longo do tempo. Em seguida, percorreu a dimensão política e social da produção do patrimônio, bem como os modos distintos como os grupos, que disputam o uso do prédio, atribuem sentidos à proteção, à preservação do patrimônio escolar e à memória da educação na cidade de Lages. A estrutura do texto também percorreu a emergência da Escola Normal na Serra catarinense. Desse movimento decorre a compreensão, já evidenciada na pesquisa desenvolvida sobre essa mesma instituição por Flávia Maria Machado Pinto, de que a implantação da Escola Normal em Lages, em 1933, serviu como materialização para as práticas do clientelismo, pois ela poderia oferecer empregos públicos para as pessoas da localidade, confirmando o fato de a expansão da educação ter servido como moeda de troca. Dessa evidência desdobra-se a compreensão de que o uso de instituições escolares como instrumentos da afirmação de poder, da expansão da liderança política e da perenização do nome de políticos na história é ainda uma prática que permanece ativa na história da educação da Serra catarinense, haja vista as ações implementadas no campo da educação pelo atual governador do Estado, Raimundo Colombo, ações estas materializadas na inauguração do primeiro Centro Cultural do Estado (agosto de 2016), no primeiro Centro de Inovação Tecnológica do Estado – Órion Parque Tecnológico (julho de 2016) – e na inauguração do segundo colégio militar do Estado (fevereiro de 2016). A continuidade representada nessa prática promove uma produção de sentidos a fim de compreender um dos questionamentos que permeou a tese: porque a cidade de Lages foi a opção do governo para a implantação da segunda escola pública para a formação de professores primários? As

experiências históricas vivenciadas nestas instituições, mesmo que vividas em contextos distintos, tendem a evidenciar as articulações e as estratégias implementadas pelos governantes para materializá-las no espaço da educação. As semelhanças nos processos são tratadas na história como continuidades. Este enfoque comporta um viés no qual mesmo os marcos estruturais, vistos também como elementos de ruptura a distinguem uma instituição da outra, poderiam garantir eixos de continuidade na história, como, por exemplo, o fato da educação ser utilizada como moeda de troca.

A partir da leitura e interpretação de fontes variadas (jornais, ofícios, o conjunto de textos da Ação Civil, pareceres de intervenção em edificações urbanas) e, sobretudo, a partir das fontes virtuais disponibilizadas na internet (*Facebook*, *blogs*, portais de revistas eletrônicas, entre outras) destacou-se, nesta pesquisa, a emergência de um campo composto por conflitos de representações. Estes conflitos estão representados no modo como a presença do edifício da escola normal constitui-se entre os diferentes grupos e os indivíduos que, em alguns casos, partilham um mesmo espaço de sociabilidades. Um exemplo dessa situação é o da Câmara de Vereadores do Município, onde alguns representantes do Legislativo posicionam-se favoráveis à demolição do prédio e outros contrários à proposta. Tal campo de conflito expressou, portanto, a luta desses grupos pelo poder de decidir sobre a seleção dos bens culturais a serem preservados. A problemática vivenciada no contexto estabelecido acerca do prédio desta escola em Lages coloca-se como uma questão a ser dimensionada pelo campo da História da Educação brasileira em sua interface com o patrimônio escolar, uma vez que urge trazer para as discussões sobre o que deve ser preservado, a quem compete fazê-lo e quais critérios ou aspectos são levados em consideração para justificar um tombamento (o valor histórico, o valor arquitetônico), enfim o que designa e legitima um tombamento. No caso do prédio da escola normal, o

elemento que o desqualifica é a sua falta de originalidade arquitetônica. Não se leva em consideração, o valor que a instituição representou para o contexto educacional da década de 1930. Não se cogita a sua importância educacional em ser a segunda escola pública para formar professores no Estado de Santa Catarina, enfim não se leva em consideração os vínculos criados com a clientela escolar ao longo dos anos que funcionou como escola.

Em abril de 2016, a 2ª Câmara de Direto Público do Tribunal de Justiça confirmou a sentença da primeira instância, esta decidiu pela improcedência de uma ação que buscava a proteção do prédio onde funcionou a Escola Aristiliano Ramos, no centro de Lages. Atendendo aos argumentos da Procuradoria Geral do Estado, os desembargadores concordaram com diversos órgãos de proteção do patrimônio histórico e cultural, tanto estadual, quanto municipal, sobre a inexistência de motivos para o tombamento da edificação. Ou seja, não haveria, no local, qualquer excepcionalidade arquitetônica ou acabamento artístico distinto. Diante desse argumento, a justiça autorizou o poder público a revitalizar a área em torno da Praça João Costa e, para tal, permitiu a demolição do prédio da antiga escola. Entretanto, o Ministério Público recorreu da decisão e entrou com um recurso em última instância para assegurar a permanência da edificação. Desde então, o prédio da escola normal jaz no centro da Praça João Costa, tendo como companhia uma nova placa, agora fixada a sua frente, com o novo projeto de revitalização daquele espaço.

Figura 45 – Colégio Aristiliano Ramos



Fonte: Acervo da autora [Outubro de 2016].

Figura 46 - Projeto de revitalização da Praça João Costa



Fonte: Acervo da autora [Outubro de 2016].

Antes de finalizar, retomo o poema “O Profissional da memória” registrado, intencionalmente, na epígrafe que abre a tese como meio instigar o leitor a entretecer os fios que foram constituindo o tecido da tese. No texto, João Cabral de Melo Neto (1997) desenvolve a constituição da lembrança a partir da junção do real e do imaginário. O poema, construído por meio de metáforas, apresenta a cidade de Sevilha (cenário) e uma mulher, que ao passear pela cidade evoca lembranças do passado para o momento presente do passado e em seguida para um presente futuro. A metáfora construída de “lembranças” associadas à “vacina” mostra a necessidade do recordar. O ato de recordar é uma ação que ocorre no presente. É do presente que se mobiliza um fragmento de lembrança que possibilita construir uma memória. A livre interpretação do poema associa-o a um dos movimentos desdobrados na pesquisa que investigou o prédio da escola normal em Lages. Nesse desdobramento é o tempo presente que desencadeia e produz os eventos que pressionam o historiador a revisar a significação que ele dá ao passado (BERSTEIN, 1993).

No poema de Melo Neto, o recordar é movimentado em diferentes tempos sobre a memória (injetar-se, injetando e injetou). As três conjugações distintas do verbo injetar marcam as fases temporais apresentadas ao leitor durante o processo de leitura do poema. A primeira fase (“imaginou injetar-se”) diz respeito a um passado contado a partir de uma visão do presente com o propósito de “resgatá-lo” no futuro (“para quando fosse dali, poder voltar a habitá-las”), é um futuro do passado. A segunda fase (“foi-se injetando”) está relacionada à mudança na perspectiva temporal do poema na qual são apresentados os acontecimentos. Nessa temporalidade a visão do acontecimento não parte mais do passado, como quem viveu e expõe com clareza os fatos, mas, de outra perspectiva, a da dúvida, a da incerteza que desencadeia na terceira temporalidade. Uma temporalidade que já aponta para o leitor a ação do tempo sobre a memória, uma memória passível ao

esquecimento. No poema “O profissional da memória” a tela que parecia tão nítida no início, realçada pela exposição da enunciação presente no enunciado do passado, torna-se, então desgastada pela distância que separa a lembrança dos acontecimentos do passado. O poema reitera o medo do esquecimento, aponta para a total incapacidade do lembrar-se e afirma que a memória se utiliza tanto dos acontecimentos reais quanto dos imaginados para formar a lembrança. A última instância dessa relação é a indistinção entre um e outro. Esse sentido também é afirmado por Bergson (1999, p. 49):

Digamos inicialmente que, se colocamos a memória, isto é, uma sobrevivência das imagens passadas, estas imagens irão misturar-se constantemente à nossa percepção do presente e poderão inclusive substituí-la. Pois elas só se conservam para tornarem-se úteis: a todo instante completam a experiência presente enriquecendo-a com a experiência adquirida; e, como esta não cessa de crescer, acabará por recobrir e submergir a outra.

Na última estrofe, o autor sugere a recuperação do que se perdeu devido à ação do tempo, por outro meio que não somente o da memória.

Mas o que perdeu de exato
de outra forma recupera
que hoje qualquer coisa de um
traz da outra sua atmosfera
(MELO NETO, 1997, p. 402).

Nas últimas décadas, conforme já apresentado, a ameaça do esquecimento tem deflagrado na sociedade contemporânea uma espécie de onda memorialística, onde o desejo por tudo preservar se traduz na formação de uma “maquinaria patrimonial”, com excessivos processos de patrimonialização do passado. Essa onda memorialística está

em sintonia com o proposto por João Cabral de Melo Neto, na última estrofe do poema “O profissional da memória”, onde o que se perdeu pode ser (re)construído por outras vias, por “outra atmosfera”, a memória pode ser recriada nos “lugares de memória” (NORA, 1993). Esses lugares são originados da sensação iminente de perda, da caducidade da condição humana que empenham o indivíduo num esforço de assegurar e /ou recuperar o passado, como se fosse algo palpável. Os lugares de memória emergem na sociedade contemporânea como procedimento para resguardar algo que possibilite a manutenção e a construção de memórias individuais e coletivas.

No ensaio, intitulado “Seduzidos pela Memória”, Andreas Huyssen (2000), problematizando a relação do patrimônio histórico com a mídia e a indústria cultural, coloca em destaque a valorização da memória como um dos fenômenos culturais e políticos mais surpreendentes das últimas décadas e como uma das maiores preocupações e investimento das sociedades ocidentais. O desejo compulsivo pela lembrança e pelo passado não esconderia o medo atroz do esquecimento, em decorrência da perda de referenciais significativos da cultura, provocados pela revolução técnica, pelo advento da era eletrônica e pelo impacto das tecnologias da informação. Para o autor, o foco do discurso se deslocou dos futuros presentes para os passados presentes.

No contexto da educação, em especial da história da educação, as problematizações provocados por Huyssen (2000), e outros autores que auxiliaram na construção da base teórica da pesquisa como Hartog (2006) e Choay (2006), promovem “uma reflexão sobre a sensibilidade, o interesse crescente e as preocupações aflitivas em torno da memória da educação e da preservação do patrimônio escolar” (SOUZA, 2013, p. 15). Entretanto, como destacado por Oliveira (2015) na epígrafe que abre esse capítulo, a preservação do patrimônio escolar precisa percorrer um caminho para o futuro sem

esquecer o passado. É preciso inserir as questões sobre patrimônio escolar no debate público e político para que as mesmas sejam reconhecidas como políticas públicas a serem implementadas com o propósito de salvaguardar a cultura produzida para e pela escola. É preciso avançar no que diz respeito ao debate político acerca da preservação desse patrimônio e, ainda de não menor importância, avançar na reflexão que se pergunta qual o sentido dessas práticas de salvaguarda do patrimônio escolar, quem se beneficia dessas iniciativas e qual é o papel dos historiadores da educação (SOUZA, 2013).

Em Santa Catarina, um importante passo nessa direção foi materializado com a aprovação do projeto de Lei nº 371/2013, da deputada Luciane Carminatti, que dispõe sobre a criação da Política Estadual de Preservação do Patrimônio Escolar²⁰⁸. Entre os principais objetivos da proposta, está a manutenção do patrimônio material e imaterial ligado à docência no território catarinense, por meio da promoção de ações de pesquisas, recuperação de acervos e registros históricos e a capacitação dos profissionais ligados ao setor educacional. A institucionalização dessa lei representa uma possibilidade para a preservação do patrimônio escolar com vistas a contribuir para a historiografia da educação em Santa Catarina, uma vez que garante o direito à cultura expressa e registrada em prédios, fotografias e outros objetos da cultura escolar (PL/0371, 2013, p. 8).

De acordo com Souza (2013, p. 204) “o tema patrimônio tem mobilizado o interesse de inúmeros investigadores e resultado em uma multiplicidade de práticas de conservação, inventário e estudo da cultura material”. Nessa pesquisa, a problemática vivenciada pelo prédio da escola normal em Lages se coloca como uma questão dimensionada

²⁰⁸ Disponível em:

<http://www.alesc.sc.gov.br/expediente/2013/PL__0371_3_2013_Original.pdf>. Acesso em: 23 out. 2016.

no campo da história da educação em sua interface com o patrimônio cultural, uma vez que é urgente trazer para o campo da investigação histórica discussões sobre o que preservar, como, para que, para quem e a quem compete fazê-lo. “Qual deve ser o critério de escolha: as escolas mais antigas? Aquelas consideradas de valor histórico por sua representatividade? Mas quem define a representatividade e o valor histórico?” (SOUZA, 2013, p. 211).

Ao ingressar no Programa de Pós-Graduação em Educação da UDESC, como sinalizado na introdução, o intento desta pesquisa era produzir uma história da Escola Normal de Lages que se concentrasse no contexto de sua construção e nas ressonâncias da implantação dessa escola na conjuntura social. De modo geral, o propósito, inicialmente delineado, era o de ancorar a pesquisa na escrita da história das instituições escolares, uma vez que essa abordagem historiográfica contribui significativamente para o entendimento do lugar social da escola em espaços urbanos e rurais. Entretanto, o itinerário formativo percorrido nos quatro anos do desenvolvimento da tese possibilitou-me desviar a sua escrita para outro campo e ensaiar o exercício de aproximar a história da educação do patrimônio cultural e da história do tempo presente. Um campo, até então pouco explorado na história da educação, uma vez que são “raros os estudos que tomam [...] edificações [escolares] como patrimônio configurado em contextos históricos mais recentes” (POSSAMAI, 2012, p. 117). São raros também, na história da educação estudos com temas do tempo presente, entendido como aquele onde a nossa vida se inscreve. No texto **O Tempo Presente na História da Educação**, Luís Alberto Marques Alves (2015, p. 27) sinaliza que o tempo presente como abordagem à pesquisa histórica “foi durante muito tempo negligenciado pelos historiadores”. Entre os fatores que levaram o tempo presente ao ostracismo estão:

a convicção que a construção histórica não se pode fazer ‘serenamente’ sem o recuo no tempo. Depois a dúvida que sempre preocupou os historiadores – como construir a História, dar-lhe um significado, distinguir o essencial do acessório, ignorando o que ocorreu a seguir? Cientificamente, a teoria da construção histórica, exigia os recursos arquivísticos, ou seja, os documentos cujo acesso estava regulamentado (procurando assegurar uma distância temporal <prudente>). (ALVES, 2015, p. 27).

Por último, o autor afirma que “o respeito a paternidade epistemológica: a geração ‘braudeliana’ dos *Annales* desacreditou o acontecimento e até a conjuntura do político a favor da prioridade concedida aos fenômenos de longa duração, às estruturas, ao econômico e às civilizações” (Ibidem). O respeito à ‘tradição braudeliana’ fez com que a pesquisa histórica abandonasse o material contemporâneo a outras áreas do conhecimento como o jornalismo, a economia, a sociologia, as ciências sociais e as ciências políticas.

No campo da história da educação, as ressonâncias desse movimento densificou e deu espessura a análise do campo educativo. Segundo Alves (2015, p. 32)

temos nas nossas bibliotecas, nos nossos grupos de investigação, nos nossos projetos, nas nossas publicações, evidências que permitem caracterizar os paradigmas educativos que, embora com alguns nuances, prevaleceram durante mais de dois séculos. É possível mostrar que essas opções históricas, foram determinadas pelo modelo de economias industriais e pela presença onnipotente de sistemas nacionais de educação controlados pelo Estado, que hoje reclamam um novo enquadramento onde a importância do conhecimento é crucial para as opções em

termos de sociedades, economias e culturas que queremos neste início de século XXI.

É nesse novo enquadramento que também se movimentam os pesquisadores da história da educação ligados a temas do presente.

O itinerário formativo possibilitou também experimentar e exercitar a escrita do texto em duas novas perspectivas. A primeira diz respeito ao uso dos documentos produzidos na internet e ainda pouco movimentados na pesquisa histórica. Sobre as fontes digitais/virtuais, o capítulo 2 apresentou a potencialidade desse recurso, menos formal para a pesquisa histórica. A segunda diz respeito ao recorte temporal. Uma pesquisa iniciada no tempo do acontecimento, no tempo presente (2015) e que se move/desloca até o contexto da emergência do prédio da instituição escolar no espaço urbano (1933), rompe com os modelos usuais da pesquisa histórica. A operação historiográfica ao revés possibilita ao pesquisador outras maneiras de se relacionar com o objeto de pesquisa e com a estrutura do acontecimento. “Escrever a história de frente para trás”, uma escrita do tempo presente para o tempo passado ou ainda uma escrita que desloca a lente do presente para o passado, promove a vantagem de forçar o leitor a “sentir a pressão do passado” (BURKE, 1992, p. 345). Nessa pesquisa, colocar em perspectiva a patrimonialização do prédio da escola normal no tempo presente, focando as lentes sobre a emergência da escola ao final possibilitou revelar o relacionamento entre os acontecimentos e as estruturas sociais que deliberam sobre o patrimônio na cidade de Lages. Relacionamento esse, permeado por conflitos, tensões, embates e, sobretudo, indecisões, como delineado no capítulo 4, e reforçado pela situação na qual se encontra, ainda (finalização da escrita desse trabalho), o prédio. As decisões sobre a edificação da escola normal, mesmo com todas as questões judiciais que a envolveram/envolvem, se encontram no limbo.

Por fim, o movimento empreendido na escrita dessa tese permitiu, como já mencionado, ensaiar outra abordagem para a historiografia da educação. Se o exercício alcançou ou não o propósito, é você leitor quem avaliará.

REFERÊNCIAS

ADAMS, B. **Preservação urbana: gestão e resgate de uma história – patrimônio de Florianópolis**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2002.

ALMEIDA, F. C. **O historiador e as fontes digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas**. p. 9-30 In: Aedos – Revista do corpo discente do PPGH da UFRGS. Nº. 8, vol. 3, Janeiro - Junho 2011.

Disponível em

<http://www.eeh2010.anpuhrs.org.br/resources/anais/9/1279508083_ARQUIVO_O_Historiador_e_as_Fontes_Digitais%5B1%5D.pdf>. Acesso em 29 set. 2014.

ALTHOFF, F. R. **Políticas de preservação do patrimônio edificado catarinense: a gestão do patrimônio urbano de Joinville**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade. Florianópolis, 2008.

ARAÚJO, H. C. **Pioneiros na educação, as professoras primárias na viragem do século 1870 – 1933**. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 2000.

ARAÚJO, J. C. S.; FREITAS, A. G. B. de.; LOPES, A. de P. C. **As Escolas Normais no Brasil: do Império à Republica**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008.

ARAÚJO, V. L. de. **A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)**. São Paulo: Hucitec, 2008.

ARENDDT, H. *Entre o Passado e o Futuro*. 7. ed. (2ª reimpressão). São Paulo: Editora Perspectiva, 2014.

BARROS, J. D'A. **Rupturas entre o presente e o passado: Leituras sobre as concepções de tempo de Koselleck e Hannah Arendt**. In: *Revista Páginas de Filosofia*, v. 2, n. 2, p. 65-88, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/PF/article/viewFile/2374/2841> >. Acesso em: 10 mai. 2015.

BASTOS, M. H. C.; FARIA FILHO, L. M. (Orgs.). **A escola elementar no século XIX: o método monitorial/mútuo**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

BENCOSTTA, M. L. A. Grupos escolares no Brasil: um novo modelo de escola primária. In: BASTOS, M. H. C.; STEPHANOU, M. (Org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil: século XX**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. p. 68 - 76. v. 3

_____. **Arquitetura e espaço escolar: reflexões acerca do processo de implantação dos primeiros grupos escolares de Curitiba (1903-1928)**. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 18, p. 103-141, jul./dez. 2001;

_____. **Arquitetura Escolar na Belle Époque: Jean Omer Marchand e Francisco de Paula Ramos de Azevedo (Montreal e São Paulo, 1894-1926)**. In: BENCOSTTA, M. L. A.; VIDAL, D. **CULTURAS escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos**. São Paulo: Cortez, 2007. p. 103-128.

_____. ; BRAGA, M. F. **História e Arquitetura Escolar: a experiência dos regulamentos franceses e brasileiros para os**

edifícios escolares (1880-1910). Linhas (UDESC) (Florianópolis. Online), v. 12, p. 51-72, 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/2275>>. Acesso em: 12 jul. 2016.

BERGSON, H. **Matéria e memória**. Trad. Paulo Neves. 2 a ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BERSTEIN, S. **L'historien et le contemporain**. In: Institut d' Histoire du Temps Présent. Ecrire l'histoire du temps present. Paris: CNRS Editions, 1993.

BITTENCOURT, C. M. F. **Livro didático e conhecimento histórico**: Uma história do saber escolar. Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

BLOCH, M. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOYD, D.; ELLISON, N. **Social network sites**: definition, history, and scholarship. Journal of Computer Mediated Communication, Pensilvânia, v. 13, n. 1, p. 210-230. 2007.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

_____. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papirus, 1996.

_____. A opinião pública não existe. Disponível em: <http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/50619/mod_resource/content/1/A_Opini%C3%A3o_P%C3%ABlica_N%C3%93>

[A3o Existe \(Pierre Bourdieu\).pdf](#)>. Acesso em: 25 nov. 2015.

BRAUDEL, F. Prefácio. In: _____. **O Mediterrâneo e o mundo Mediterrâneo na Época de Filipe II**. Lisboa: Dom Quixote, 1995, p 21-29.

BURKE, P. A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa. In: _____ (org.) **A escrita da história**. São Paulo: UNESP, 1992. p. 327 a 348.

CALDEIRA, J. M. **Praça: território de sociabilidade** – uma leitura sobre o processo de restauração da Praça da Liberdade em Belo Horizonte. 1998. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 1998.

CANCLINI, N. G. **O Patrimônio Cultural e a Construção Imaginária do Nacional**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Cidade, Rio de Janeiro, n. 23, p.95-115, dez. 1994.

_____. **Culturas híbridas: estratégias de sair e entrar na modernidade**. São Paulo: Edusp, 2006.

CANDAU, J. **Memória e Identidade**. Tradução Maria Leticia Ferreira. 1. Ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2014.

CARDOSO, J. A. N. **A “cientificação” da prática pedagógica: o papel da biologia na formação do professor nos anos 10**. Dissertação de Mestrado em Educação defendida no programa de Pós-Graduação em Educação no CED/UFSC, Florianópolis, 1998.

CARVALHO, M. M. C. de. **A escola e a República e outros ensaios**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

CARVALHO, M. M. C. de. O território do Consenso e a demarcação do perigo: política e memória do debate educacional dos anos 30. In: FREITAS, M. C. (org) et al. **Memória Intelectual da Educação brasileira**. Bragança Paulista: EDUSF, 1999.

CASTELLS, M. **A Galáxia Internet**: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade. Tradução de Maria Luiza X. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CAVALCANTE, E. C. **A repercussão do conceito de experiência de E. P. Thompson na historiografia brasileira**: um estudo sobre a UNICAMP e Sidney Chalhoub (1980 - 1998). Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa De Pós-Graduação em História, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, 2010.

CERTEAU, M. de. **A Invenção do Cotidiano**: 1. Artes de fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves, 9. Ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

_____. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2000.

CHAGAS, M. S. **Imaginação museal**: Museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro./2003.p,307. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, 2003.

CHARTIER, R. **A história Cultural: entre práticas e representações.** Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1990.

_____. **Os desafios da escrita.** Tradução Flúvia M. L. Moretto. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

_____. **A história ou a leitura do tempo.** Trad. Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio.** São Paulo: Editora da Unesp: Estação Liberdade, 2006.

CHUVA, M. **Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940).** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

CORDOVA, T. **O novo compõe com o velho: o lugar do grupo escolar no cenário do ensino primário na cidade de Lages, no Estado de Santa Catarina (1904-1928).** Dissertação de Mestrado em Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2008.

CORREIA, A. P. P. **História & arquitetura escolar: os prédios escolares públicos de Curitiba (1943-1953).** Dissertação de mestrado - Universidade Federal do Paraná, Setor de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação. Curitiba, 2004.

_____. **“PALÁCIOS DA INSTRUÇÃO”: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E ARQUITETURA DAS ESCOLAS NORMAIS NO ESTADO DO PARANÁ (1904 A 1927).** Tese de doutorado. Universidade Federal do Paraná, Setor de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação. Curitiba, 2013.

COSTA, L. **O continente das Lagens: Sua história e influência no sertão da terra firme**. Vol. 3. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982.

CUNHA, C. dos R. **Restauração: Diálogos entre teoria e prática no Brasil nas experiências do IPHAN**. Tese de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo, FAUUSP, São Paulo, 2010. – livro disponível em <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp131498.pdf> 2010. 171p

D'ALÉSSIO, M. M. **Memória: leituras de M. Halbwachs e P. Nora**. In: Revista Brasileira de História. São Paulo. v.13, n.25/26, set. 92 – ago. 93, p.97-103.

DALLABRIDA, N. Privatização e elitização do ensino secundário em Santa Catarina (final do século XIX – meados do século XX) In: VALLE, I. R.; DALLABRIDA, N. (org.). **Ensino Médio em Santa Catarina: histórias, políticas, tendências**. Florianópolis: Cidade Futura, 2006.

DANIEL, L. S.; DAROS, M. das D. **A formação de professores em Santa Catarina nas décadas de 30 e 40** entre o discurso da missão e o centralismo burocrático. Florianópolis, 1999: Relatório de Pesquisa / Iniciação Científica – CNPq (Educação)– Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, 1999.

DAVIS, N. Z. **Nas Margens**. Três mulheres do século XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

DELGADO, A. F.; MAYNARD, D. O elefante na sala de aula: usos de sites nos livros didáticos de História do PNL 2012. Revista PERSPECTIVA, Florianópolis, v. 32, n. 2, 581-613,

maio/ago. 2015. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/viewFile/2175-795X.2014v32n2p581/30075>>. Acesso em 13. out. 2015.

DERENGOSKI, P. Lages 245 anos: história moldada pelas trocas. In: Jornal Correio Lageano, edição *online* de 21/11/2011. Disponível em:

<<http://www.clmais.com.br/informacao/27817>>. Acesso em 20 abr. 2015.

DUARTE, R. G. O processo de reabilitação e renovação urbana na cidade do rio de janeiro e suas perspectivas. Scripta nova, Revista **Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Universidad de Barcelona. Vol. IX, n. 194 (44), agosto de 2005. Disponível em <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-194-44.htm>>. Acesso em 28 set. 2014.

FARGE, A. **Lugares para a história**. Lisboa: Teorema, 1999.

FARIA FILHO, L. M. de. **Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República**. Passo Fundo, RS: UPF. 2000.

FARIA FILHO, L. M. de. Escolarização e Cultura Escolar no Brasil: reflexões em torno de alguns pressupostos e desafios. In: BENCOSTTA, M. L. A. (org.). **Culturas Escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos**. São Paulo: Cortez, 2007. p. 193-211.

FEBVRE, L. **Vivre l'histoire**. Melanges d'histoire sociale, 3, 5-18, 1943.

FERBER, L. P. **Os jeitos de ser das escolas isoladas de Santa Catarina: entre relatórios e programas de ensino (1911-**

1916). X ANPED SUL, Florianópolis, outubro de 2014.
Disponível em: <http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/974-0.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2015.

FIORI, N. A. **Aspectos da evolução do ensino público**: ensino público e política de assimilação cultural no estado de Santa Catarina nos períodos Imperial e Republicano. 2. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1991.

FONSECA, K. F. da. **PATRIMÔNIO EM CONTRASTE**: as ações de litígio na proteção do patrimônio edificado em Blumenau/SC (1980-2010). Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em História da UDESC, 2014.

FONSECA, M. C. L. Para além da “pedra e cal”: por uma concepção ampla de patrimônio. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (Org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p.56-76.

FREITAS, A. M. G. B. de. *Vestidas de Azul Branco: um estudo sobre as representações de normalistas (1920 – 1950)*. São Cristóvão: Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação/NPGED, 2003.

GASPAR da SILVA, V. L. *Vitrines da República: Os Grupos Escolares em Santa Catarina (1889 – 1930)*. In: VIDAL, D. G. (Org.). **Cultura Escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893 – 1971)**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006.

GINZBURG, C. *Sinais: Raízes de um paradigma indiciário*. In: GINSBURG, C. **Mitos, Emblemas e Sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. **Olhos de Madeira:** nove reflexões sobre a distância. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

_____. Relações de força: história, retórica, prova. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **Nenhuma Ilha é uma Ilha:** quatro visões da literatura inglesa. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

_____. **O queijo e os vermes:** o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GLEZER, R. A história e o tempo presente. In: BRUNI, J. C.; BARRETO, L. M.; MARQUES, N. (Orgs). **Decifrando o tempo presente.** São Paulo: Editora UNESP, 2007, p. 23-44.

GONÇALVES, J. **Em busca do patrimônio catarinense:** tombamentos estaduais em Santa Catarina. In: XXVI – Simpósio Nacional de História – ANPUH, 2011, São Paulo, Anais, 2011, São Paulo, p. 1-11. Disponível em: <<http://www.snh2011.anpuh.org>>. Acesso em: 10 de jul. de 2016.

GONÇALVES, J. R. **A Retórica da Perda:** os discursos do Patrimônio Cultural no Brasil. Ed. Vozes: Rio de Janeiro, 2002.

_____. **Antropologia dos objetos:** coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro: Iphan 2007.

GREENBLATT, S. Resonance and Wonder, p. 42 - 56. Disponível em: < <http://stephengreenblatt.com/sites/default/files/Karp-Levine.pdf> >. Acesso em: 24 out. 2015.

GUILLAUME, M. Intervention et Strategies du patrimoine. In: JEUDY, H. P. Patrimoines em folie. 1995. Apud: CANDAU, Joël . Memória e Identidade. Tradução Maria Leticia Ferreira. 1. Ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2014

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, S. El trabajo de la representación. In: **Representation: Cultural Representations and signifying practice**. London, Sage Publications, 1997. Trad. De Elías Sevilla Casas. Disponível em: <<https://estudioscultura.wordpress.com/2011/07/09/el-trabajo-de-la-representacion-de-stuart-hall/>>. Acesso em: 12 out. 2015.

HARTOG, F. **Tempo e Patrimônio**. Varia História. Belo Horizonte, v. 22, n. 36, jul/dez. 2006, p. 261 – 273.

_____. *Regimes de Historicidade*. Presentismo e Experiências do Tempo. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2013.

HUYSEN, A. **Seduzidos pela Memória**: arquitetura, monumentos, mídia. Tradução de Sergio Alcides. Seleção de Heloisa Buarque de Hollanda. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

JEUDY, H. P. **Memórias do Social**. Tradução de Márcia Cavalcanti. Rio de Janeiro: Forense Universitária, (Coleção "Ensaio e Teoria"), 1990.

JÚNIOR, D. M. de A. **História**: a arte de inventar o passado. Bauru: Edusc, 2007.

KIRKPATRICK, D. **O efeito *Facebook***: Os Bastidores da História da Empresa Que Conecta o Mundo. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2011.

KLEIN, R. B. **O Colégio Santos Anjos da Congregação das Irmãs Missionárias Servas do Espírito Santo (1917-1970)**: uma referência da educação feminina no planalto norte catarinense. Dissertação de mestrado. Universidade Tuiuti do Paraná – UTP - Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGEd. Curitiba, 2014.

KOCH, I. G. V. **Hipertexto e construção do sentido**. São Paulo: Alfa, vol. 51, n. 1. 2007, p. 23 – 38.

KOSELLECK, R. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2006.

LEÃO, L. **O labirinto da hipermídia**: Arquitetura e navegação no ciberespaço. São Paulo: FAPESP/Iluminuras, 2001.

LE GOFF, J. **História e memória**. São Paulo: Editora da UNESP, 2003.

LÉVY, P. **Cibercultura**. 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 1999.

LIMA, M. W. S. **Arquitetura e educação**. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

MAGNANI, J.G.C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 11-29, 2005.

MALATIAN, T. Narrador, registro e arquivo. In: PINSKY, C. B.; LUCA, T. R. de. **O Historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 195-222.

MAYNARD, D. **Escritos sobre História e Internet**. Rio de Janeiro: Luminárias, 2011.

MELO NETO, J. C. O profissional da memória. In: **A educação pela pedra e depois**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

MENEZES, U. T. B. de. A cidade como bem cultural – Áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance na preservação do patrimônio ambiental urbano. In: MIRANDA, M. P.; ARAÚJO, G. M.; ASKAR, J. A. (org.). **Mestres e Conselheiros: manual de atuação dos agentes do Patrimônio Cultural**. Belo Horizonte: IEDS, 2006.

MORI, V. H.; SOUZA, M. C. de; BASTOS, R. L.; GALLO, H. (Orgs.). **Patrimônio: Atualizando o debate**. São Paulo, 9ª SR / IPHAN, 2006.

MORAES, N. Museus e poder: enfrentamentos de um incômodo de pensar e fazer. In. MAST Colloquia. **O caráter político dos museus**. (Org). GRANATO, M.; SANTOS, C. P. dos; LOUREIRO, M. L. N. M. MAST, Rio de Janeiro, 2010.

MONARCHA, C. **Escola Normal da Praça: o lado noturno das luzes**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

NEVES, M. de S. Pierre Nora (1931 -), In: PARADA, M. (org). **Os Historiadores Clássicos da História: de Ricoeur a Chartier**. Petrópolis, RJ: Vozes: PUC-Rio, vol. 3, 2014, p. 214 – 215.

NICOLAZZI, F. Paul Ricoeur (1913 – 2005). In: PARADA, M. (org). **Os Historiadores Clássicos da História: de Ricoeur a Chartier**. Petrópolis, RJ: Vozes: PUC-Rio, vol. 3, 2014, p. 9 – 35.

NONNENMACHER, M. **Uma reflexão sobre as ressignificações do Miramar**. Revista Esboços, nº 11.

Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/viewFile/484/9885>>. Acesso em: 12 jul. 2016.

NORA, P. **Entre memória e história**. A problemática dos lugares. Tradução: Yara Aun Houry. In: Projeto História. São Paulo: Educ, nº 10, dez, 1993.

NÓVOA, A. Para o estudo sócio-histórico da gênese e desenvolvimento da profissão docente. In: Teoria e educação, nº 4, Porto Alegre: Pannonica, 1991, p. 109 – 119.

NUNES, C. Memória e História da Educação: entre práticas e representações. In: LEAL, M. C.; PIMENTEL, M. A. L. (Org). **História e Memória da Escola Nova**. São Paulo: Loyola, 2003, p. 9 -26.

OLIVEIRA, F. V. de. **Arquitetura Escolar Paulista nos anos 30**. Dissertação de mestrado. Faculdade de Arquitetura de São Paulo. Universidade de São Paulo, 2007.

_____. Patrimônio escolar; para além da arquitetura, a materialidade do patrimônio histórico nas escolas paulistas. Tese de Doutorado. Faculdade de Arquitetura de São Paulo. Universidade de São Paulo, 2015.

OLIVEIRA, L. L. **Cultura é patrimônio**: um guia. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

PEIXER, Z. I. **A cidade e seus tempos**: o processo de constituição do espaço urbano em Lages. Lages: Editora da Uniplac, 2002.

PINTO, F. M. M. **Escola Pública em Lages na Década de 1930**: espaço de disputa política. (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2001.

POLLACK, M. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3 – 5.

POMIAN, K. **Memória**: atlas, documento/monumento, fóssil, memória, ruína/restauro. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 2000. p. 507-516. (Sistemática, v. 42).

POSSAMAI, Z. R. **Patrimônio e História da Educação**: Aproximações e possibilidades de pesquisa. In.: Revista História da Educação - RHE v. 16 n. 36 Jan./abr. 2012 p. 110-120.

REIS FILHO, C. dos. **A educação e a ilusão liberal**. 2 ed. Campinas: Autores Associados, 1995.

REISEWITZ, L. **Direito ambiental e patrimônio cultural**: direito à preservação da memória, ação e identidade do povo brasileiro. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2004.

REVEL, J. (org). **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

_____. O fardo da memória. In: **História e Historiografia: exercícios críticos**. Curitiba: Editora da UFPR, 2010, p. 249 – 264.

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução Alain François et. al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RIOUX, J. P. A memória coletiva. In: _____; SIRINELLI, J.F. **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998, p. 307 – 334.

ROCHA, C. M. F. As redes em saúde: entre limites e possibilidades, 2005. Disponível em:
<http://www.opas.org.br/rh/admin/documentos/Estar_em_rede.pdf>.
Acesso em: 27 out. 2015.

SANT'ANNA, M. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (orgs.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2009. p.46-55.

SCHAFFRATH, M. dos A. S. **A escola normal Catharinense de 1892: profissão e ornamento**. (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1999.

_____. **Escola Normal: o projeto das elites brasileiras para a formação de professores**. In: I Encontro Interdisciplinar de Pesquisas em Artes, 2008, Curitiba. Anais do Primeiro Encontro Interdisciplinar de Pesquisa em Artes, 2008.

SCHUELER, A. F. M.; SOUTHWELL, M. Formação do Estado Nacional e constituição de corpos docentes (1820-

2000): profissionalização da docência no Brasil e na Argentina em perspectiva comparada. In: VIDAL, D. G; ASCOLANI, A. (orgs.). **Reformas educativas no Brasil e na Argentina: ensaios de história comparada da educação (1820-2000)**. São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, A. C. da. Instituto de Educação de Florianópolis (1930-1940): olhares sobre a infância e a formação de professores. In: LAFFIN, M. H. L. F.; RAUPP, M. D.; DURLI, Z. (Orgs.). **Professores para a Escola Catarinense: contribuições teóricas e processos de formação**. Florianópolis: UFSC, 2005. p. 39-65.

SILVA, F. L. da. **Projetando Varões: O Ginásio Diocesano e a educação secundária masculina da serra catarinense (1931-1942)**. (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

SILVA, K. SILVA, M. H. **Dicionário de conceitos históricos**. 3.ed. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

SILVEIRA, C. R. **Colégio Aristiliano Ramos – Lages: Preservar a edificação ou derrubá-la para a construção de uma praça?** Disponível em:
<<http://www.historiacatarina.com.br/noticias.php?id=22>>.
Acesso em 12 mar. 2015.

SOUZA, C. P. et al. **Memória e autobiografia: formação de mulheres e formação de professoras**. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, (2): 61-76, mai/jun/jul./ago. 1996.

SOUZA, F. das C. S. **Restos do passado a salvo: orkut, memória e identidade em São Rafael/RN**. In: Revista Tempo e

Argumento, Florianópolis, v. 6, n. 12, p. 111 - 130, mai./ago. 2014.

SOUZA, R. F. de. **Templos de civilização: A implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890- 1910)**. São Paulo: Unesp, 1998.

_____. **Preservação do Patrimônio Histórico Escolar no Brasil: notas para um debate**. Revista Linhas, Florianópolis, v. 14, n. 26, jan./jun. 2013. p. 199 – 221.

TANURI, L. M. **História da formação de professores**. In: Revista Brasileira de Educação, Marília: USP, n. 14, p. 61-88, maio/ago. 2000.

TANURI, L. M. **Estrutura e Funcionamento da Educação Básica Pioneira**. São Paulo: Vários Autores, 1998.

TEIVE, G. M. G. A escola normal catarinense sob a batuta do professor Orestes Guimarães. In: DALLABRIDA, N. (org). **Mosaico de escolas: modos e educação em Santa Catarina na Primeira República**. Florianópolis: Cidade Futura, 2003.

_____. **O professor paulista Orestes Guimarães e a modernização da instrução pública catarinense (1911-1918)**. In: Cadernos de História da Educação – n. 6 – jan./dez. 2007, p. 107 – 120.

_____. **Uma vez normalista, sempre normalista: cultura escolar e produção de um habitus pedagógico (Escola Normal Catarinense – 1911 – 1935)**. Florianópolis: Insular, 2008.

_____.; DALLABRIDA, N. **A Escola da República: os grupos escolares e a modernização do ensino primário em**

Santa Catarina (1911 – 1918). Campinas, São Paulo: Mercado das Letras, 2011.

THOMPSON, E. P. **Senhores e caçadores**: a origem da lei negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **A formação da classe operária inglesa**: 3. Volumes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

TRIDAPALLI, A. L. **O sacerdócio sublime do magistério**: O Colégio Aurora de Caçador (1928-1938). (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009.

VASCONCELOS, M. C. C. **A casa e seus mestres**: a educação no Brasil do Oitocentos. Rio de Janeiro: Gryphos, 2005.

VEIGA, C. G. **História da educação**. São Paulo: Ática, 2007.

VELHO, G. **Patrimônio, negociação e conflito**. Maná, Rio de Janeiro, vol. 12, n° 1, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/mana/v12n1/a09v12n1.pdf> >. Acesso em: 20 jul. 2016.

VENÂNCIO, G. M. Roger Chartier. In: PARADA, M. (org). **Os Historiadores Clássicos da História**: de Ricoeur a Chartier. Petrópolis, RJ: Vozes: PUC-Rio, vol. 3, 2014.

VILLELA, H. de O. S. A. **A primeira Escola Normal do Brasil**: uma contribuição à História da formação de professores. Dissertação de Mestrado, UFF, 1990.

_____. A primeira Escola Normal do Brasil: concepções sobre a institucionalização da formação no século XIX. In:

ARAÚJO, J. C. S.; FREITAS, A. G. B. de.; LOPES, A. de P. C. **As Escolas Normais no Brasil: do Império à Republica.** Campinas, SP: Editora Alínea, 2008, p. 29 – 45.

_____. O mestre –escola e a professora. In. LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil.** 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

VIÑAO FRAGO, A.; ESCOLANO, A. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa.** Tradução: Alfredo Veiga-Neto. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

XAVIER, L. N. **Para além do campo educacional: um estudo sobre o manifesto dos pioneiros da educação nova (1932).** Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

WAGNER, J. **O Colégio Rosa.** Revista Visão, Lages, nº 38, p. 18 – 19, ago. 2004.

WOLFF, S. F. S. **Espaço e educação: os primeiros passos da arquitetura das escolas públicas paulistas.** 1992. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

FONTES

LEGISLAÇÃO

BRASIL, Ministério Público. **Civil Público nº 06.2012.00002986-6** - Foro de Lages Vara da Fazenda Ac. Trabalho e Reg. sob o número padrão: 0014839-16.2013.824.0039, Classe: Ação Civil Pública/Lei Especial, assunto principal: Patrimônio Histórico/Tombamento.

CÂMARA DO MUNICÍPIO DE LAGES. **EMENDA SUPRESSIVA Nº 0045/2014**. 2014.

MUNICÍPIO DE LAGES. **Lei de Tombamento do Município de Lages** - SC - LEI COMPLEMENTAR No. 022, de 21 de setembro de 1995. Disponível em <http://www.fcc.sc.gov.br/patrimoniocultural//pagina/4403/mo-delodeleidetombamentomunicipal>>. Acesso em: 03 out. 2015.

_____. Lei Orgânica do Município de Lages. Disponível em: <http://www.camaralages.sc.gov.br/leiorganica>>. Acesso em: 12 set. 2016.

SANTA CATARINA. **Decreto-lei nº 604**, de 11 de julho de 1911. Dispõe sobre o tempo de duração do curso primário complementar. Florianópolis, 1911. (Coleção de Decretos-Leis de 1911).

_____. Regulamento da Escola Normal Catarinense. **Decreto nº 593**, 30 de maio de 1911. Florianópolis, 1911. Acervo: APESC.

_____. **Lei nº 348**, 7 dez. 1907. Florianópolis, 1907. Acervo: APESC.

_____. **Decreto-lei nº 445**, de 22 de dezembro de 1933 – Cria a Escola Normal em Lages. Florianópolis, 1933.

_____. **Programma de ensino da Escola Normal**. Aprovado pelo Decreto nº. 2.218, de 24 de outubro de 1928. Florianópolis: Livraria Moderna, 1928.

_____, **Regulamento da Escola Normal**. Aprovado pelo decreto que dá execução a Lei nº 846, de 30 de maio de 1911.

_____. Regulamento da Escola Normal Catharinense que dá execução ao Decreto nº. 155, de 10 de jun. de 1892.

_____. Secretaria Geral de Negócios de Estado. **Relatório da Instrução Pública do Estado de Santa Catarina**. Tipografia da Livraria Central. Florianópolis, 1916.

_____. Secretaria Geral de Negócios de Estado. **Relatório da Instrução Pública**. Tipografia da Livraria Central. Florianópolis, maio de 1928.

_____. Ministério Público de Santa Catarina. **Ação Civil Pública número padrão: 0014839-16.2013.824.0039**, Classe: Ação Civil Pública/Lei Especial, assunto principal: Patrimônio Histórico/Tombamento. 2012.

_____. Ministério Público do Estado de Santa Catarina. **Apelação**. Outubro de 2015. 20 fls.

DISCURSOS

PINHO, J. G. **Mensagem do Presidente do Congresso Representativo apresentada ao Congresso**, Florianópolis, 1915.

RAMOS, V. J. de O. **Mensagem do Governador**. Apresentada ao Congresso Representativo do Estado em 23 de julho de 1911.

_____. **Sinopse apresentada ao Sr. Major João de Guimarães Pinho**, Presidente do Congresso Representativo do estado, ao passar-lhe o governo no dia 20 de junho de 1914. 1914, p. 138.

RAMOS, A. L. **Mensagem do Governador**. Apresentada ao Congresso Representativo do Estado em 12 de dezembro de 1933.

TRINDADE, L. S. B. da. **Relatório Departamento de Educação**. Apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Secretário dos Negócios do Interior e Justiça. 1935.

DOCUMENTOS TÉCNICOS

COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE AVALIAÇÃO DOS TOMBAMENTOS ESTADUAIS – COTEATE. **Atas da Comissão Extraordinária de Avaliação dos Tombamentos Estaduais**. 1995a. 43fl.

COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE AVALIAÇÃO DOS TOMBAMENTOS ESTADUAIS – COTEATE. **Revisão**

Técnica dos Tombamentos Estaduais – Dezembro/1994.
1995b. 44p.

CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA. CEC. **ATA nº 07.**
2015. 4fl. Disponível em: < <http://conselho.cultura.sc/wp-content/blogs.dir/9/files/Ata-07-13-07-15.pdf>>.

_____. CEC. **ATA nº 08.** 2015. 5fl. Disponível em:
<<http://conselho.cultura.sc/wp-content/blogs.dir/9/files/Ata-08-27-07-2015.pdf>>.

_____. CEC. **ATA nº 10.** 2015. 13fl . Disponível em:
<<http://conselho.cultura.sc/wp-content/blogs.dir/9/files/Ata-10-17-08-2015.pdf>>.

CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL
– COMPAC. **ATA nº 02.** 2012. 1fl.

_____. COMPAC. **ATA nº 05.** 2013. 2fl. Disponível em:
<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/arquivosbd/atos/0.955638001367867973_ata_n%BA_05_compac_dom.pdf>

_____. COMPAC. **ATA nº 09.** 2013. 1fl.

FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA. FCC.
Diretoria de Patrimônio Cultural. **Processo de Tombamento 120/1996.**

_____. FCC. **Parecer Técnico nº 200.** 2000.

_____. FCC. **Parecer Técnico nº 21.** 2013. 10fl

_____. FCC. **Projeto Inventário das correntes Migratórias.**
Florianópolis, 1983 a.

_____. FCC. **Projeto Caminho das Tropas**. Florianópolis, 1985

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES. **Lauda Técnico da Defesa Civil**. 2011

JORNAIS

O Imparcial, 18 de setembro de 1901.

O Planalto, 10 de março de 1921.

O Planalto, 24 de dezembro de 1921.

A Época, 11 de setembro de 1927.

A Época, 15 de abril de 1933.

A Época, 31 de dezembro de 1933.

A Época 08 de outubro de 1934.

ENTREVISTAS

GAMBORGI, I. Entrevista concedida a Flávia Maria Machado Pinto. Lages, 26 de set. 2000. Entrevista, *mimeo*.

SCÓZ, S. Entrevista concedida a Flávia Maria Machado Pinto. Lages, 17 de out. 2000. Entrevista, *mimeo*.

CASTRO, D. T. de. Entrevista concedida a Flávia Maria Machado Pinto. Lages, 05 de jun. 2000. Entrevista, *mimeo*.

RAMOS, L. O Grupo Escolar Vidal Ramos. Revista Visão, n. 38, jun. de 2004. Entrevista

CORRESPONDÊNCIAS

ARISTILIANO LAUREANO RAMOS, Carta dirigida a Thiago de Castro. Florianópolis, 19 de outubro de 1933. (*Manuscrito*).

ORESTES GUIMARÃES, Ofício n. 422 enviado a professora Sophia Moritz de Carvalho. Florianópolis, 06 de abril de 1913.

SITES/ ENDEREÇOS WEB

(continua)

Assunto	Endereço Web
Convenção para a proteção dos bens culturais	http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-%C3%A0-Cultura-e-a-Liberdade-de-Associa%C3%A7%C3%A3o-de-Infirma%C3%A7%C3%A3o/convencao-para-a-protecao-dos-bens-culturais-em-caso-de-conflito-armado-convencao-de-haia.htm
Lei Complementar nº 22 de 1995	https://leismunicipais.com.br/a/sc/l/lages/lei-complementar/1995/3/22/lei-complementar-n-22-1995-dispoe-sobre-a-preservacao-do-patrimonio-natural-e-cultural-do-municipio-de-lages-cria-o-conselho-municipal-do-patrimonio-cultural-e-institui-o-fundo-de-protecao-do-patrimonio-cultural-de-lages
Concurso Nacional de Arquitetura – Mercado Público de Lages - SC	https://concursosdeprojeto.org/2014/10/18/premiados-concurso-nacional-de-arquitetura-mercado-publico-de-lages-sc
Além da Capital, Lages é a única do Estado a ter o Colégio Militar	http://www.clmais.com.br/informacao/93836/al%C3%A9m-da-capital-lages-%C3%A9-a-%C3%BAnica-do-estado-a-ter-o-col%C3%A9gio-militar
Aristiliano depende de decisão do COMPAC	http://www.clmais.com.br/informacao/52128
Aristiliano Ramos: indecisão e abandono	http://www.clmais.com.br/informacao/72783/aristiliano-ramos:-indecis%C3%A3o-e-abandono:-pr%C3%A9dio-fechado-est%C3%A1-se-deteriorando
Arquitetos comentam projetos de revitalização do centro	http://www.clmais.com.br/informacao/61479/?/?

Assunto	Endereço Web
Assembleia busca soluções imediatas	http://www.clmais.com.br/informacao/28699/assembleia-busca-solu%C3%A7%C3%B5es-imediatas
Ata COMPAC nº 05	https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/arquivosbd/atos/0.955638001367867973_ata_n%BA_05_compac_dom.pdf
Ata nº 07/2015 da sessão extraordinária do Conselho Estadual de Cultura, realizada no dia treze de julho de dois mil e quinze	http://conselho.cultura.sc/wp-content/blogs.dir/9/files/Ata-07-13-07-15.pdf
Ata nº 10/2015 da sessão extraordinária do Conselho Estadual de Cultura, realizada no dia dezessete de agosto de dois mil e quinze	http://conselho.cultura.sc/wp-content/blogs.dir/9/files/Ata-10-17-08-2015.pdf
Blog Olivete Salmoria	http://www.olivetesalmoria.com.br/inicio/7047-fundacao-se-posiciona-sobre-os-predios-e-monumentos.htm
Câmara do Município de Lages	http://www.camaralages.sc.gov.br/home/index
Casarão Juca Antunes	http://www.clmais.com.br/informacao/59888/fechado-h%C3%A1-mais-de-oito-meses-e-sem-previs%C3%A3o-para-restaura%C3%A7%C3%A3o
Centro Cultural Vidal Ramos: Público prestigiou a inauguração do prédio.	http://www.clmais.com.br/variedades/98676/centro-cultural-vidal-ramos:-p%C3%BAblico-prestigiou-a-inaugura%C3%A7%C3%A3o-do-pr%C3%A9dio
Centro de Inovação do Orion Parque Tecnológico de Lages será inaugurado no dia 24	http://portal.revistavisao.com.br/post/24579/centro-de-inovacao-do-orion-parque-tecnologico-de-lages-sera-inaugurado-no-dia-24-de-junho

Assunto	Endereço Web
de junho	
Colégio Aristiliano Ramos – prefeitura e Gov do Estado querem demolição – Ministério Público quer preservação. E agora José?	http://portal.revistavisao.com.br/post/20844/colégio-aristiliano-ramos-prefeitura-e-gov-do-estado-querem-demolicao-ministerio-publico-quer-preservacao-e-agora-jose
Colégio Aristiliano ramos opiniões divididas	https://www.google.com.br/#q=colégio+aristiliano+ramos+opinioes+divididas
Com problemas estruturais, escola de Lages, na Serra Catarinense tem matrículas suspensas	http://diariocatarinense.clicrbs.com.br/sc/noticia/2011/11/com-problemas-estruturais-escola-de-lages-na-serra-catarinense-tem-matriculas-suspensas-3578267.html
Conferência História na Era Google – parte 1	https://www.youtube.com/watch?v=QKdfsVBP20E
Conferência História na Era Google – parte 2	https://www.youtube.com/watch?v=xr0xOQ48Wzs
Conselho aprova a demolição, mas promotor diz que é contra	http://www.clmais.com.br/informacao/62615/conselho-aprova-demoli%C3%A7%C3%A3o-mas-promotor-diz-que-%C3%A9-contra
Conselho de Cultura é reativado em Lages	http://www.clmais.com.br/variedades/44054/conselho-de-cultura-%C3%A9-reativado-em-lages
Conselho Municipal será reativado em Lages	http://portal.revistavisao.com.br/post/13851/conselho-municipal-de-patrimonio-cultural-sera-reativado/
Conselho pede que a FCC autorize intervenção na casa tombada	http://www.olivetesalmoreia.com.br/inicio/12220-conselho-pede-que-a-fundacao-catarinense-de-cultura-autorize-intervencao-na-casa-tombada.html
Convenção e Protocolo para a proteção dos bens culturais assinado pelo Brasil em 1954	http://www.unesco.org/culture/natlaws/media/pdf/bresil/brazil decreto 44851_11_11_1958 por orof.pdf
Edson Varela Sobre	http://edsonvarela.com.br/index.php/201

Assunto	Endereço Web
Lages e Serra de SC - mercado Público de Lages	6/08/29/ha-40-meses-mercado-publico- era-interditado/
Edson Varela Sobre Lages e Serra de SC – Sobre a polêmica nos prédios históricos	http://edsonvarela.com.br/index.php/2016/08/25/sobre-polemica-nos-predios-historicos-do-centro-de-lages
Em Lages, alunos se recusam a deixar escola interditada	http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2011/12/em-lages-alunos-se-recusam-a-deixar-escola-interditada-3585789.html
Enquete – Você concorda que o prédio do Colégio Aristiliano seja demolido?	http://www.clmais.com.br/informacao/51451/voc%C3%AA-concorda-que-o-pr%C3%A9dio-do-col%C3%A9gio-aristiliano-seja-demolido?
Enquete sobre a demolição do prédio do Colégio Aristiliano Ramos	http://www.clmais.com.br/informacao/51451/voc%C3%AA-concorda-que-o-pr%C3%A9dio-do-col%C3%A9gio-aristiliano-seja-demolido
Escola Aristiliano fecha as portas	http://www.clmais.com.br/informacao/28315/escola-aristiliano-ramos-fecha-as-portas
Escola Aristiliano Ramos fecha as portas	http://www.clmais.com.br/informacao/28315/escola-aristiliano-ramos-fecha-as-portas
Escola Aristiliano Ramos só existe no papel	http://www.clmais.com.br/informacao/44116/escola-aristiliano-ramos-s%C3%B3-existe-no-papel
Escola será o primeiro Centro Cultural de Santa Catarina	http://www.clmais.com.br/variedades/98641/escola-ser%C3%A1-o-primeiro-centro-cultural-de-santa-catarina
Estrutura do Colégio Aristiliano ramos oferece risco aos usuários	http://www.clmais.com.br/informacao/28134/estrutura-do-col%C3%A9gio-aristiliano-ramos-oferece-risco-aos-usu%C3%A1rios-
Fim do Sobrado Belisário Ramos	http://www.clmais.com.br/informacao/23074/

Assunto	Endereço Web
Fundação muda parecer e se torna favorável à demolição	http://www.clmais.com.br/informacao/87809/funda%C3%A7%C3%A3o-muda-parecer-e-se-torna-favor%C3%A1vel-%C3%A0-demoli%C3%A7%C3%A3o
Futuro do prédio do Aristiliano divide opiniões	http://www.clmais.com.br/informacao/51702/futuro-do-pr%C3%A9dio-do-aristiliano-divide-asopini%C3%B5es
Futuro incerto para o Aristiliano Ramos	http://www.clmais.com.br/informacao/82932/futuro-incerto-para-o-aristiliano-ramos
Governadores Lageanos	http://www.clmais.com.br/informacao/154292/?old
Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas - IDCH	http://www.faed.udesc.br/?id=1033
Lages 247 anos: um raio X dos imóveis tombados na cidade	http://www.clmais.com.br/informacao/65090/lages-247-anos:-um-raio-x-dos-im%C3%B3veis-tombados-na-cidade
Lei Orgânica do Município de Lages	http://www.camaralages.sc.gov.br/leiorganica
Lei Orgânica do Município de Lages	https://leismunicipais.com.br/lei-organica-lages-sc
Lugares de memória	https://www.google.com.br/?gfe_rd=cr&ei=i5iEVfqpIoSCIQHmt4DgAg&gws_rd=ssl#q=os+lugares+de+mem%C3%B3ria+Pierre+Nora
Manifestantes pedem que Aristiliano fique de pé	http://www.clmais.com.br/informacao/63556/manifestantes-pedem-que-aristiliano-continue-em-p%C3%A9
Missão Técnica à Miami	http://www.lages.sc.gov.br/noticia/6533/toni-e-grupo-de-empresarios-irao-a-miami/
Notícias sobre o fechamento da Escola Aristiliano Ramos	http://clmais.com.br/busca/?q=Aristiliano+Ramos

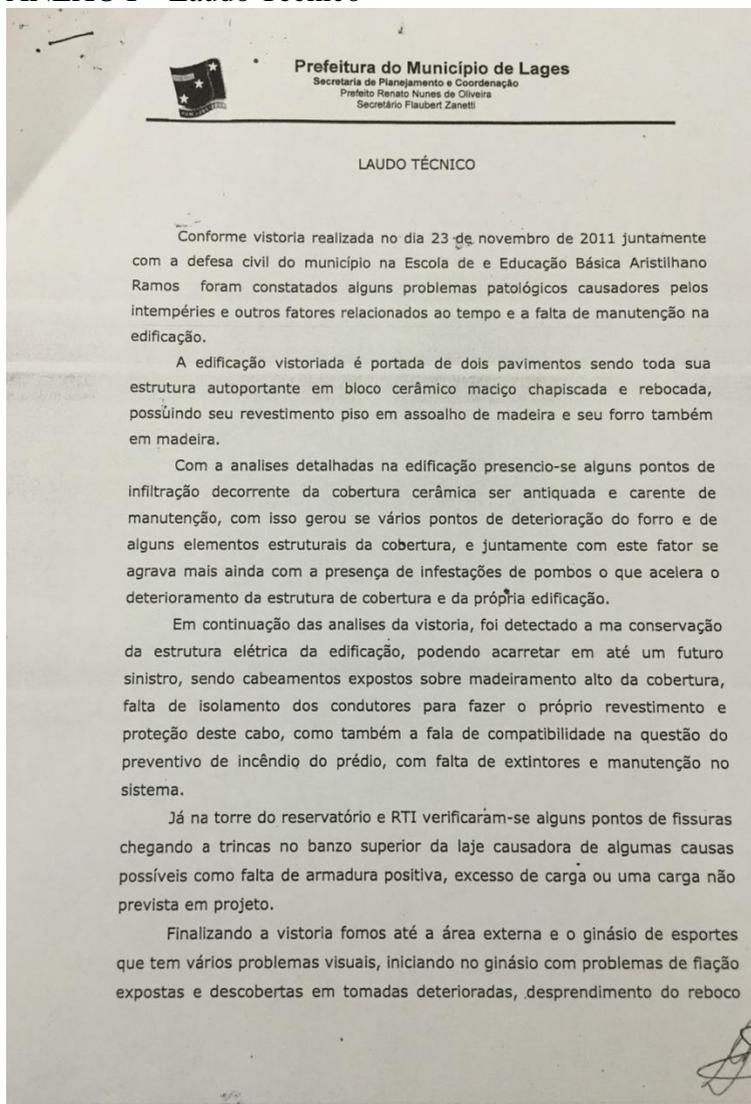
Assunto	Endereço Web
O Mapa Estratégico do IPHAN 2013 – 2015	http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Mapa%20atual-1.pdf
O que é enxaimel?	http://www.colegiodearquitetos.com.br/dicionario/2009/02/o-que-e-enxaimel/
O que será feito com o Aristiliano?	http://www.clmais.com.br/informacao/33029/o-que-ser%C3%A1-feito-com-o-aristiliano?
Página do Facebook do Colégio Santa Rosa de Lima	https://www.facebook.com/colegiosantarosaoficial/photos
Polêmica do Colégio divide opiniões	http://www.clmais.com.br/informacao/28301/pol%C3%AAmica-do-col%C3%A9gio-aristiliano-ramos-divide-opini%C3%B5es
População aprova a demolição do Aristiliano	http://www.clmais.com.br/informacao/51722/popolu%C3%A7%C3%A3o-aprova-demoli%C3%A7%C3%A3o-do-aristiliano
Portal da Revista Expressiva	http://www.revistaexpressiva.com.br/sobre.php
Portal da Revista Visão	http://portal.revistavisao.com.br
Portal do IPHAN	http://portal.iphan.gov.br/
Prefeitos eleitos têm menos de um mês para finalizar indicações de colegiado	http://diariocatarinense.clicrbs.com.br/sc/politica/eleicoes-2012/pagina/lages
Prefeitura apresenta projeto de revitalização do centro de Lages aos lojistas	http://portal.revistavisao.com.br/post/16965/prefeitura-apresenta-projeto-de-revitalizacao-do-centro-de-lages-a-lojistas/
Prefeitura apresenta terceiro modelo para a revitalização do centro de Lages	http://www.clmais.com.br/informacao/62760/prefeitura-apresenta-terceiro-modelo-para-a-revitaliza%C3%A7%C3%A3o-do-centro-de-lages
Prequela	https://pt.wikipedia.org/wiki/Prequela

Assunto	Endereço Web
Proposta prevê centro de cara nova	http://www.clmais.com.br/informacao/61249/proposta-prev%C3%AA-centro-de-cara-nova
Quanto vale a cultura?	https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=384650598395520&id=218854488308466&substory_index=0
Relação de Bens tombados pelo Município de Lages	http://cultura.lages.sc.gov.br/bens_tombados
Relação dos bens tombados em Santa Catarina	http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista%20Bens%20Tombados%20Dez%202015.pdf
Sessão Ordinária da Câmara de Vereadores de Lages – parte 1	https://www.youtube.com/watch?v=-UpJtnR5yo8&feature=youtu.be
Sessão Ordinária da Câmara de Vereadores de Lages – parte 2	https://www.youtube.com/watch?v=iA-D4PoI6qg&spfreload=10
Significados de <i>Web Site</i>	http://www.significados.com.br/website/
Site da empresa IDP	http://www.idp.es/proyecto-ingenieria-arquitectura.php?idp=331&idc=54&centros de inovac%C3%A3o do estado de santa catarina (brasil)#.VmyAr0orLIU
<i>Site da empresa IDP</i>	http://www.idp.es/proyectos-ingenieria-arquitectura.php?pag=2&idc=52#.Vmx8fkorLIU >.
<i>Site da Fundação Catarinense de Cultura</i>	http://www.fcc.sc.gov.br/patrimoniocultural/pagina/4402/leidotombamentoestadual
<i>Site da Fundação Cultural de Lages</i>	http://cultura.lages.sc.gov.br/institucional
<i>Site da Prefeitura do Município de Lages</i>	http://www.lages.sc.gov.br/novo/noticias/6927
<i>Site do IBGE</i>	http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=420930
<i>Site do Social Bakers</i>	http://www.socialbakers.com/

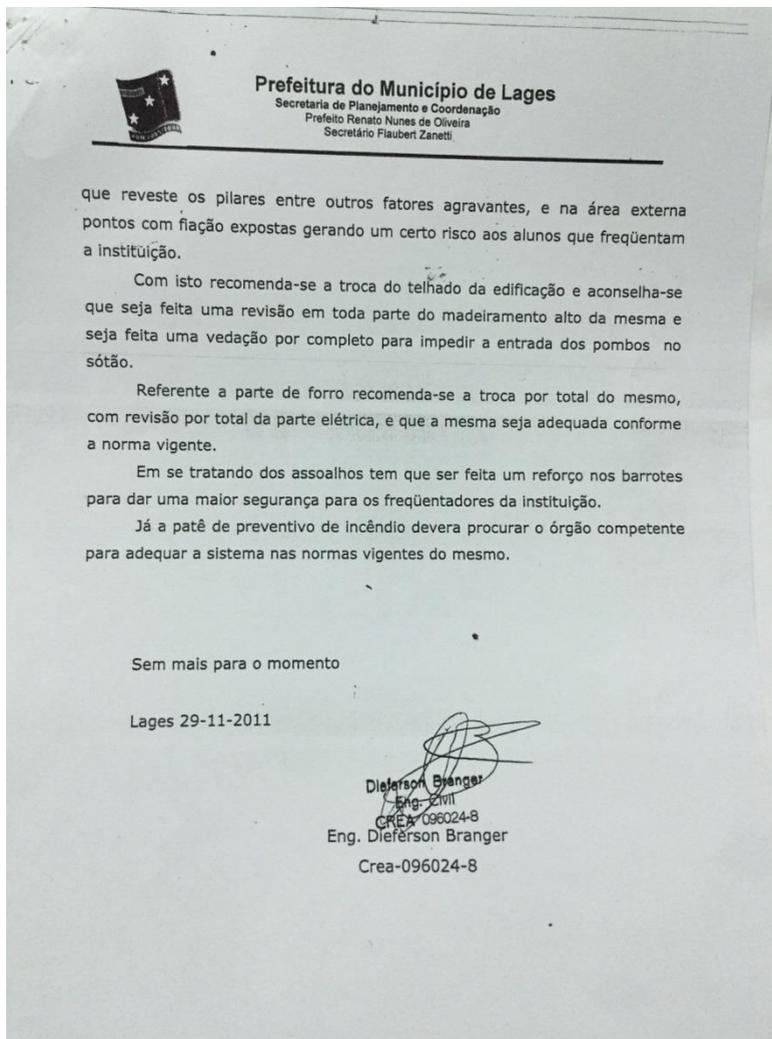
Assunto	Endereço Web
Termos da busca: colégio aristiliano ramos lages fechamento	https://www.Google.com.br/?gfe_rd=cr&ei=WqEjVpK1KIOq8wfRLfoBA&gws_rd=ssl#q=col%C3%A9gio+aristiliano+ramos+lages+fechamento
<i>Timeline</i> do Facebook – IAB/Sc – Núcleo Lages	https://www.facebook.com/labscInstitutoDeArquitetosDoBrasilNucleoLages/
Timeline do grupo no Facebook <u>Movimento Pró Escola Aristiliano Ramos Lages/SC - Movimento Volta pra Casa Aristilianos!!</u>	https://www.facebook.com/Movimento-Pr%C3%B3-Escola-Aristiliano-Ramos-LagesSC-Movimento-Volta-para-Casa-Aristilianos-175488952569176/?fref=ts
Timeline do grupo no Facebook Quanto vale a Cultura?	https://www.facebook.com/Quanto-vale-a-Cultura-218854488308466/timeline
Tombamento – conceitos	http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=4
Vídeos sobre o fechamento da Escola de Educação Básica Aristiliano Ramos	https://www.youtube.com/watch?v=98CrQ0mKNTA http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/jornal-do-almoco/videos/t/edicoes/v/predio-do-antigo-colegio-aristiliano-ramos-pode-ser-derrubado/3361162/

ANEXOS

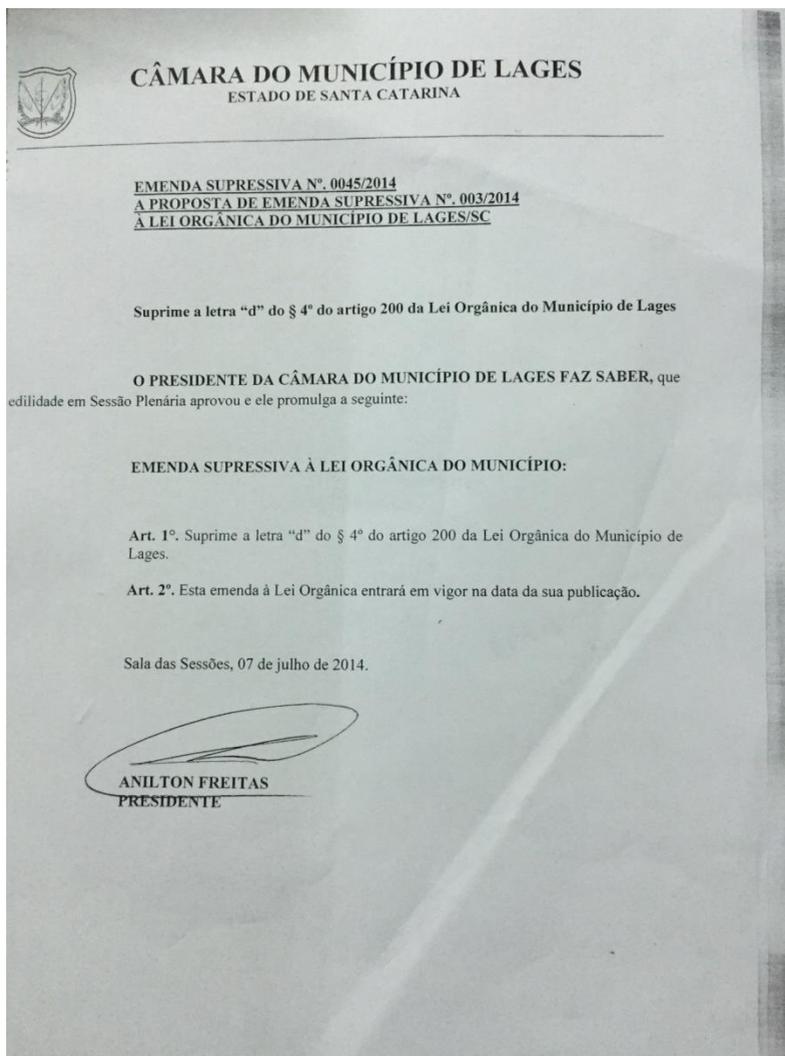
ANEXO I – Laudo Técnico



Fonte: Arquivo do COMPAC.

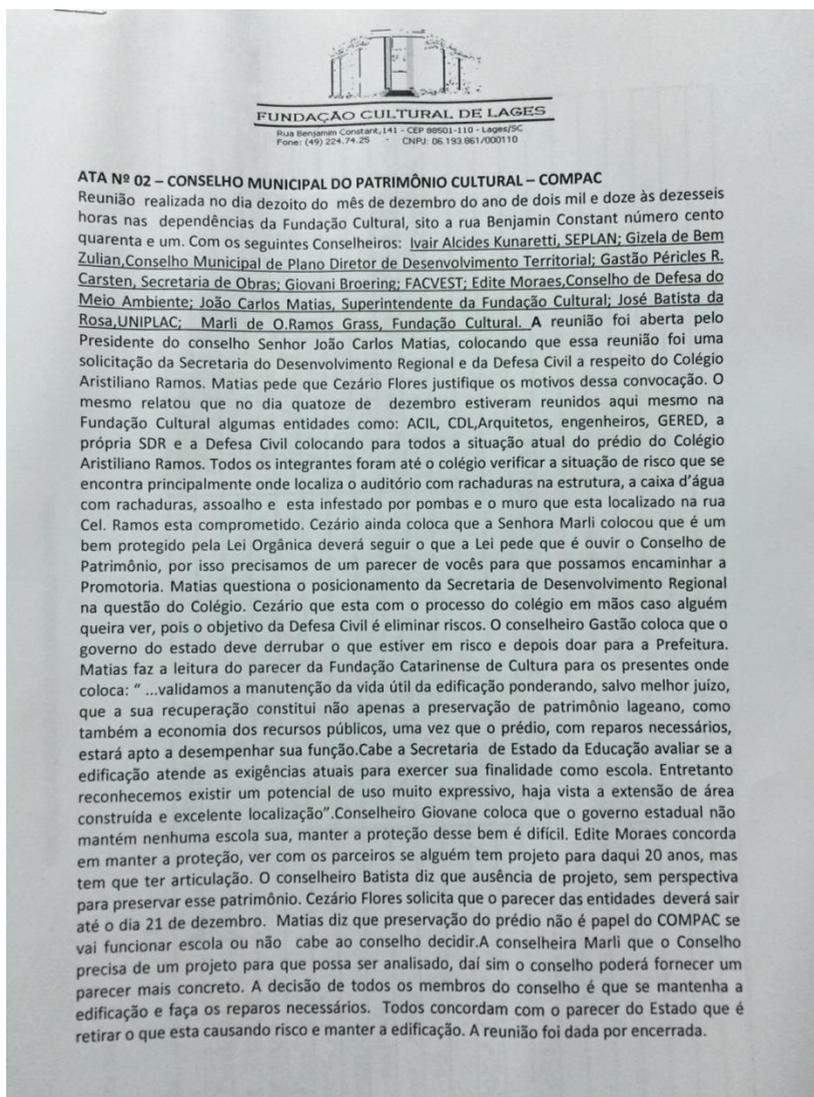


ANEXO II – EMENDA SUPRESSIVA Nº 0045/2014



Fonte: Câmara do Município de Lages

ANEXO III – ATA Nº 02 – Reunião do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural em 18 de dezembro de 2012.



Fonte: Livro de Atas do COMPAC.

ANEXO IV - ATA Nº 05 – CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL – COMPAC



ATA Nº 05 – CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL – COMPAC

Reunião extraordinária realizada no dia doze do mês de março do ano de dois mil e treze às dezoito horas, nas dependências da Fundação Cultural, sito a Rua Benjamin Constant número cento quarenta e um. Com os seguintes Conselheiros: Gilson Maximo de Oliveira, Fundação Cultural de Lages; Ingrid Cristina T. de Godoi, SEPLAN; Katya Volkert Dal Pont, Meio Ambiente; Marli de Oliveira Ramos, Grass, Fundação Cultural de Lages; Gastão Pericles L. Carster, Obras; Edite Moraes, Conselho de Defesa do Meio Ambiente; Gisela de Bem Zullian, Conselho Municipal de Plano Diretor de Desenvolvimento Territorial; Wilson Rêaz de Souza, Associação dos Engenheiros e Arquitetos; Geraldo Augusto Locks, UNIPAC; José Augusto Fomari e Sousa, ACIL; Paulo Roberto Souza Vieira, Representação Folclórica; E os seguintes Participantes: Celso Cruz, Fundação Cultural de Lages; Fábio Ramos, SDR; Rafael Oneda, SDR; Maria Gorete Barbosa Marques, CMPC; Flavio L. Agustini, Secretário de Turismo; Jorge Baineski, Secretário SEPLAN. O Senhor André Felipe Hess titular, UDESC justificou sua falta, motivo tendo outro compromisso agendado e seu suplente Geedre Adriano Borsoli esta viajando. A Reunião foi presidida por Gilson Maximo de Oliveira – Diretor de Políticas Culturais no uso de suas atribuições estatutárias representando o Superintendente da Fundação Cultural de Lages o Senhor Maurício Neves de Jesus. Gilson informou a razão da reunião extraordinária marcada em caráter de urgência por força do recebimento do ofício nº 092/2013 da Secretária de Desenvolvimento Regional, a respeito a uma posição do COMPAC sobre o Colégio Aristiliano Ramos. Gilson faz a leitura do referido ofício o qual todos os membros do Conselho receberam cópia, após a leitura, relata que na reunião extraordinária do dia anterior, onze de março, não houve quórum suficiente para deliberação e por isso marcada a presente reunião. Mesmo sem o quórum mínimo necessário na reunião do dia onze de março, houve uma discussão sobre o assunto, e Gilson relata que a tendência naquele momento, seria um parecer favorável sobre a demolição do Colégio desde que o COMPAC possa ser voz ativa na elaboração de um projeto de revitalização do espaço; Em seguida foi aberta a palavra para discussão garantindo as falas por meio de ordem de inscrição; Gilson passa a palavra para Ingrid, primeira inscrita na qual segue a mesma linha de raciocínio que o Senhor Jose Augusto Fomari Sousa indagava na reunião passada, sobre a incerteza da necessidade de demolição, visto toda a documentação anexa, ela observa que a demolição esta voltada a resolver um problema específico encontrado no antefiteiro e na cobertura, especificamente nas partes em madeira, ou seja, a edificação como um todo não está comprometida, ela não esta adequada a legislação e a normatização hoje vigente, visto que é uma obra de 77 anos e readaptações se fazem pertinentes, acha necessário buscar alguma forma delas serem feitas. Ingrid refere-se novamente ao raciocínio do Senhor Jose Augusto Fomari no sentido que pelo que se coloca no parecer é somente um espaço que está comprometido e não a edificação como um todo, tanto que no parecer não fala em infraestrutura, não justificando o pedido de demolição frente à inexistência de alternativa financeira viável, ela ainda comenta que no Mercado Público foi feita substituição de tesouras, e que era uma obra bem menor, e o município assim procedeu, porque havia risco na cobertura, indaga como uma edificação do Estado seja considerada financeiramente inviável, que aquilo posto tecnicamente no parecer não justifica a demolição, ela comenta ainda que a parte de madeiramento é viável do ponto de vista orçamentário. Finalizando sua fala ela se coloca em dúvida sobre o destino do Colégio. Por ordem de inscrição Katya Volkert diz que acha muito mais fácil construir uma praça do que demolir uma obra, e a questão em que esse parecer se justifica é a econômica para o Estado, ela acha que no momento o Colégio ali esteticamente para a cidade não é o mais belo, mas a questão histórica deveria ser resgatada, inclusive num projeto de paisagismo da praça como contrapartida ao município, e sugere que este Conselho sugira a reforma de todo o calçadão, considera que se deve pedir uma contrapartida maior do Estado, pois a cidade estaria dispondo de uma questão histórica e cultural, um bem cultural; Gilson esclarece que a proposta de projeto de ampliação da praça em lugar do Colégio anexada ao ofício, e ali apreciado é uma proposição que pode ser mudada, é apenas uma ilustração do que pode ser feito; Gastão fala que o prédio é parte da história da cidade, e demolir ele, é simplesmente estar matando essa história, é importante sim ter praça na cidade, mas o prédio em si tem pode ter outro destino, ressalta ainda que o COMPAC pode apontar outro uso para o prédio, numa forma de integrá-lo com a praça, ressalta sua importância para cidade, tanto que consta na lei orgânica do município que ele é patrimônio da cidade; Gisela comenta ainda que esta questão já foi levantada no final do ano passado, e que os conselheiros solicitaram uma discussão com a comunidade, ela acha que estamos voltando no mesmo ponto, não é o Conselho que decide se vai demolir ou não, precisa-se de mais embasamento a respeito do assunto, o Conselho não pode ficar com a responsabilidade sozinho, sugeriu ainda alternativas para a questão como parceria público privada, novos usos, demolição parcial, mas considera no momento é muito delicado decidir algo sem ter maior embasamento; Ingrid pensa que visto que a estrutura não está comprometida podem-se dar outras finalidades, não seria necessário utilizar todo e prédio mas parte dele, se realmente for pertinente, sabendo que na administração pública é difícil ter verba para construir alguma coisa, ali o prédio já está pronto e poderia se incorporar e ser utilizado de outra forma, ela salienta ainda que esta discussão tem que ser aberta a comunidade, que não é o Conselho que vai decidir o futuro do prédio, sugeriu a ideia de fazer uma audiência pública, e que o projeto possa ser feito através de uma licitação, ou até pelo próprio município, ou pela abertura de um concurso, mas esse proposta de projeto aqui apresentada não satisfaz; Geraldo fala que é uma decisão muito abrangente de haver demolição ou não da edificação e lamenta o descuido histórico no tratamento que foi dada a essa escola ao longo dos 70 anos, fala que a cidade não deve ser tratada desse jeito e que a política de tratamento da nossa história tem que mudar, falou em uma possibilidade de estudo na

manutenção do patrimônio, manter a edificação naquilo que revela a história e a tradição que nós temos na cidade, e o projeto tem que ter o rosto da cidade, da nossa cultura, comentou ainda que tem que levar esse projeto para a sociedade, levar nas universidades, nos bairros, fazer uma audiência pública; Wilson fala que de acordo com os laudos técnicos, sobre o aspecto estrutural o prédio pode cair, que para manutenção ele deveria ser praticamente reconstruído, que fosse o caso pode-se até manter alguma parte externa para se preservar a memória; Gizela salienta que essa memória não está documentada, não se sabe o que é original o que não é; Edite ressalta que se o imóvel foi construído em 1944, ele não possui 77 anos e sim 79 anos, e se faz necessário saber o posicionamento do Ministério Público, comenta ainda que se deve saber qual é o orçamento de uma construção se é igual ao orçamento de uma reforma, se é inviável a reforma ou não, que a partir disto pode-se pensar a respeito de concurso de projetos ou editais; Gilson reposiciona a discussão, fala que a partir do ofício recebido o Conselho não tem a competência para discutir e decidir imediatamente a questão em virtude às múltiplas vozes da comunidade que através da fala dos Conselheiros devem ser ouvidas, ampliando esta discussão para se chegar naquilo que o ofício pede, nesse sentido, sugere que haja uma proposta de encaminhamento que contemple a vontade do Conselho mas também defina um caminho para se resolver a questão; Jorge fala que é natural que todos tenham crise de representatividade quando a necessidade de posicionamento, ele entende que cada integrante do Conselho não está aqui apenas por si só, ele é representante de um setor importante que se faz representar para ter voz no Conselho, e dentro das atribuições o COMPAC representa o posicionamento da cidade no que tange o patrimônio cultural, o grupo tem que ter discernimento para saber definir, por exemplo se o prédio é patrimônio histórico ou não, que a pergunta do ofício deveria ser reformulada; Edite sugere um ofício no qual seja mencionado que o COMPAC se reuniu por duas vezes e propõem que seja reformulada a pergunta, alega que este grupo não tem responsabilidade de demolir, ou não conforme ofício, mas que se propõe a outro trabalho, de leitura, de estudo, de pesquisa mais com tempo hábil, e colocar data para uma resposta concreta; Gastão sugere que primeiro o Conselho se pergunte sobre o patrimônio, lembrando que a resposta não é somente do COMPAC, há de se ouvir a cidade, e em princípio sua ideia é não seria demolir, e sim discutir alternativas, preservação, reforma, uso parcial. Comenta ainda que ampliar informação histórica é necessidade do COMPAC para definir quanto e o que dele é patrimônio cultural para a cidade, uma vez que patrimônio de valor arquitetônico não é, mas é cultural e nesse caso, até que ponto, precisa-se de mais informações para o Conselho chegar a uma definição, e para fazer isso se deve ampliar a discussão com a sociedade, fazer uma audiência pública, ou conversar com as entidades no Conselho representadas, e ver qual a posição do Estado e do Município a quanto de recursos podem ser investidos nesse projeto; Fomari informou que 51% da entidade ACIL são a favor da demolição, mais ele também sugere em termos uma definição no que fazer no espaço, uma discussão maior, afirma que o COMPAC não pode ficar em cima do muro, do contrário pode se passar mais um ano e não vai ficar nada definido; Jorge sugere que o COMPAC diga com clareza as posições a serem definidas, é ou não patrimônio arquitetônico ou cultural, a demolição é total ou em parte, que o conselho tem que se posicionar; Gilson sugere solicitar prazo maior para responder ao ofício, dando tempo para responder essas perguntas, fazer uma escuta qualificada com a população, para num segundo ofício dar uma resposta definitiva no âmbito do Conselho; Marli sugere que as entidades se posicionem por escrito; Gilson comenta que o Colégio Aristiliano Ramos é Protegido por Lei Orgânica; Katya pergunta sobre um cenário posterior a demolição, o que seria feito, se há orçamento para isso; Wilson comenta que pelo que ele vê no ofício não existe vontade política de se restaurar, o Estado não tem interesse, tem interesse em demolir o prédio; Jorge comenta que a respeito de se ter recursos ou não, seria necessário um projeto detalhado, lembra que restaurar custa em média quatro a cinco vezes mais que uma reforma, e para se fazer um projeto de restauro hoje na cidade não temos profissionais devidamente qualificados, e que no caso de reforma seria diferente, tudo vai depender do projeto para depois se pensar no recurso; Gilson faz o seguinte encaminhamento: um (1), a Fundação Cultural se responsabiliza em realizar um parecer acerca das informações sobre o Colégio no sentido de responder as dúvidas levantadas no Conselho sobre sua condição enquanto patrimônio cultural; dois (2), a Secretaria do COMPAC encaminha no dia seguinte a presente reunião, dia treze de março, a ata da reunião e um documento subsidiando a discussão dos Conselheiros em suas referidas entidades aqui representadas, três (3) marca uma definição para a questão na reunião ordinária do dia vinte e cinco de março (25) às dezessete horas (17) na Fundação Cultural de Lages. Não mais havendo nada a tratar a reunião foi dada por encerrada.

Fonte: Diário Municipal. Disponível em:

<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/arquivosbd/atos/0.955638001367867973_ata_n%BA_05_compac_dom.pdf>. Acesso em: 24 out. 2016.

ANEXO V – TRANSCRIÇÃO DA CARTA ESCRITA PELO INTERVENTOR FEDERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA – ARISTILIANO RAMOS À THIAGO DE CASTRO, EM 19 DE OUTUBRO DE 1933.

Florianópolis, 19-10-993

Meu caro compadre Thiago de Castro.

Saudações muito afetuosas,

Li, com alegria que sempre me dão as suas cartas, a que me trouxe o Dr. [...].

Sou muito agradecido pelo sincero interesse que sempre demonstrou por mim e pelos meus atos de homem público. O que me diz em sua missiva, já estava amadurecido no meu pensamento. Fui, por uma coincidência, no dia da chegada da sua carta e minutos antes de me ser ela entregue, abordado para entregar às freiras a Escola Normal que ahi pretendo crear. Repeli naturalmente a insinuação e disse ser deliberação definitiva crea-la inteiramente laica. Como bem diz, a tentativa de dominação do estado, por parte da Igreja, no último pleito eleitoral foi [...] visível. [...].

As mesmas desconfianças e receios que vos assaltam ainda, assaltaram os homens públicos do resto do paiz, gerando-se d'ahi uma pronunciada tendência para, pôr-se um paradeiro a tão maléficas pretensões. Isto mesmo, sentiu o clero mais culto e mais [...], tanto que [...] assentua-se um trabalho de propaganda contra a interferência do padre e da religião na politica. Por ahi podemos ficar tranquilos. Quanto a aplicação do produto do empréstimo contraído, tenho deixado em reserva absoluta, porque, a maior [...] dele, não pode ser divulgado, para que não [...] em fracasso o meu plano. Quero

resgatar, ou melhor, unificar toda a dívida interna do Estado que é aproximadamente de 20 mil contos. Nessa operação espero conseguir um desconto de 25% em favor do Estado.

Com o produto desse desconto é que pretendo melhorar a Instrução dando-lhe grupos onde estes se fazem necessários e completar [...] o sistema rodoviário, dando-lhe uma feição real de estradas de tráfego permanente. Escolherei duas ou três estradas [...] e tudo concentrarei nelas [...]. O farei, mesmo que assim não fizesse. Para nossa terra tudo darei, ela bem o merece, como núcleo sadio que sempre foi, da política honesta e superior do Estado. Não dispensarei seus conselhos amigos e sábios, que na minha vida de homem público tanto me têm ajudado.

Com um forte abraço o comadre Aristiliano Ramos

Fonte: Acervo do Museu Thiago de Castro.